CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA
BOLETIM CULTURAL
Administração — Museu da Guiné Portuguesa — BISSAU

O «Centro de Estudos da Guiné Portuguesa», organismo que se propõe contribuir para a elevação do nível cultural da Província, tem como seu órgão o «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa».

O «Centro de Estudos» é constituído por uma Comissão Executiva, membros residentes (da Província) e membros correspondentes (de fora da Província). Os membros residentes e correspondentes são designados entre os colaboradores do «Boletim Cultural» e as pessoas que directamente tenham prestado serviços notórios ao «Centro de Estudos». O presidente e vogais da Comissão Executiva são escolhidos entre os membros residentes.

Todos os membros do «Centro de Estudos» terão direito a um exemplar de cada número do «Boletim Cultural», serão postos ao par das actividades do «Centro de Estudos» e consultados sempre que as circunstâncias o aconselhem, podendo acidentalmente tomar parte nas reuniões da Comissão Executiva e ser encarregados de funções especiais.

Colaboração

1 — «O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», órgão de informação e cultura da Província, publicará tôdas as comunicações que à Comissão Executiva do Centro de Estudos forem apresentadas, e que esta julgue de interêsse, relativas à Guiné Portuguesa, de carácter histórico, etnográfico, científico, literário ou artístico.

a) — No campo histórico compreende-se não apenas o relativo ao actual domínio português mas tudo o que diga respeito à nossa acção, desde o século XV, na costa ocidental da África entre o C. Bojador e o Equador.

b) — Dentro do campo científico o objectivo em vista é o estudo sistemático da Província sob todos os aspectos — meio físico, meio biológico, meio humano. Especial atenção merecerá o que se refere à etnografia, pretendendo-se desenvolver ao máximo os conhecimentos sôbre os povos indígenas, pelo que o «Boletim» visará a reunir quer as observações feitas na Província, quer os estudos elaborados por pessoas ou entidades, de fora da Província, especialistas no assunto.

c) — No domínio literário e artístico, o «Boletim» propõe-se contribuir com a sua quota parte para o maior incremento da Arte e Literatura Ultramarinas do Império.

2 — O «Boletim» conterá ainda um certo número de secções habituais, de carácter informativo — Crónica da Província, Crónica Etnográfica, Economia e Estatística, Revista de Livros e Imprensa, etc.

3 — Tem-se em vista reunir nas páginas do «Boletim» tôda a bibliografia que fôr publicada sôbre a Província, para o que se darão as necessárias notícias e críticas bibliográficas. A Comissão Executiva do Centro de Estudos receberá com prazer as obras que os autores e editores hajam por bem enviar-lhe; tôdas serão citadas ou analisadas, mas em especial, aquelas que digam respeito à Província. As obras recebidas passarão a fazer parte da Biblioteca do Museu da Província. Pede-se aos autores e editores que, para este efeito, enviem dois exemplares de cada obra.

4 — A Comissão Executiva do Centro de Estudos desde já pede a tôdas as pessoas ou entidades — da Província, da Metrópole, do Império Ultramarino ou do Estrangeiro — que de qualquer modo estejam ligadas à Guiné Portuguesa, e sobre ela possuam elementos inéditos, que lhe enviem quaisquer trabalhos, informações, fotografias ou desenhos julgados de interêsse e que possam ser publicados neste Boletim.

5 — Todos os artigos e comunicações serão assinados, não se admitindo pseudónimos ou simples iniciais.

6 — As idéias expostas nos artigos e comunicações serão da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e nela de modo algum ficará envolvido o «Boletim».

7 — O «Boletim» oferece gratuitamente aos autores (quando o peçam) 50 separatas dos artigos, publicados, sem nova paginação. Os pedidos de mais separatas e de nova paginação correrão por conta dos interessados, e devem ser indicados de maneira bem visível no início do manuscrito e renovados nas provas.

8 — Em princípio as provas serão submetidas aos autores. Contudo, se as provas levarem muito tempo a chegar às mãos dos autores, ou se estes as não devolverem com urgência, comprometendo a data da publicação, a Comissão Executiva do Centro de Estudos reserva-se o direito de proceder a uma revisão sumária.

Preparação dos Manuscritos

Com o fim de facilitar a impressão rápida, correcta e clara dos trabalhos, solicita-se dos autores a observância das seguintes indicações:

1 — Os manuscritos devem ser entregues, em duplicado, na sua forma definitiva e depois de cuidadosamente revistos, pois as alterações ou aditamentos de texto sobre as provas acarretam, além de retardos, despesas suplementares que podem ser facturadas aos autores. Os manuscritos devem ser dactilografados numa face apenas, em fôlhas separadas. Os autores devem conservar um exemplar do manuscrito.

2 — Os desenhos a (tinta da china) e fotografias (provas negras e de boa intensidade) devem ser entregues prontos e juntamente com o manuscrito.

3 — Deve ser indicado no texto o lugar das figuras e cada uma será numerada, vindo a legenda em papel à parte.

4 — Em trabalhos históricos e científicos, principalmente, e sobretudo quando sejam longos, é de toda a conveniência dividir o manuscrito segundo um esquema bem claro, que torne perfeitamente compreensível a arrumação das matérias e a sucessão de títulos e sub-títulos. Quando a extensão e número de sub-divisões o exijam, deverá abrir-se o manuscrito por um sumário

5 — Nos trabalhos de carácter científico os nomes próprios dos autores citados serão sempre escritos em MAIÚSCULAS.

6 — Os nomes das espécies serão sempre em itálico. Nas listas de espécies estas devem ser numeradas.

7 — Na transcrição ortográfica de palavras indígenas deve seguir-se um sistema homogéneo e correcto, que poderá ser o sistema do Instituto de Etnologia de Paris (Instruction d'enquête linguistique, 1928) ou o do Instituto Internacional das Línguas e Civilizações Africanas (Pratical orthography of African languages, 1930), ou outro qualquer. Deve-se mencionar o sistema adoptado, indicando as características sempre que necessário.

8 — Solicita-se a máxima exactidão e simplicidade nas referências bibliográficas. Se as obras citadas forem numerosas ou se referirem muitas vezes, convém agrupá-las no final do trabalho, numeradas e por ordem alfabética dos apelidos dos autores. Desta maneira a citação far-se-á: *a*) ou no próprio texto, mediante o apelido (em maiúsculas), seguido, entre parêntesis, da data da obra (ou do seu número na lista final precedido de uma letra de chamada) e da página [por ex: SENNA BARCELOS (1899 pág. 81), ou SENNA BARCELOS (B 23, I, pág. 81)]; *b*) ou em nota de final de página, de maneira análoga.

9 — Solicita-se que as listas bibliográficas sejam cuidadosamente organizadas. Sugerem-se as seguintes indicações:

a) *Para os livros* — apelido do autor, primeiros nomes, título, número da edição, formato, lugar da edição, nome do editor, n.º de volumes e para cada volume o ano, número de páginas (destacando os números relativos a prefácios, introduções e suplementos quando com numeração própria), número de figuras, de estampas e de cartas [por ex: BARROS (João de), *Ásia de* [···] — *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* — Primeira década, 6.ª edição, actualizada na ortografia e anotada por HERNANI CIDADE, notas históricas finais por MANUEL MÚRIAS, in 8.º, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, X + 443 pág.].

b) *Para as partes de obras colectivas* — Poderá empregar-se: *in* [por ex: VEIGA SIMÕES, *O Infante D. Henrique, O seu tempo e a sua acção* in *História da Espansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1938, Cap. VIII, págs. 311-356, 13 est.].

c) *Para os artigos* — apelido do autor, primeiros nomes, título do artigo, título abreviado do periódico, lugar da publicação (quando necessário), série (quando houver), tomo ou volume (em letras romanas), ano, número ou fascículo (com a data quando necessário), número de páginas, de figuras, estampas e cartas [por ex: CORTESÃO (Armando Zuzarte), *Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e de Cabo Verde* in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, VII, 1931, n.º 76 (Outubro), pág. 3-39, 1 fig., 4 cartas].

Expediente e Assinaturas

1 — O expediente deve ser dirigido a:
Centro de Estudos, Caixa Postal n.º 37,
Bissau, Guiné Portuguesa.

2 — As assinaturas são:

Número avulso	15$00
Ano (4 números)	55$00

Para Portugal e Império Colonial.

Para o estrangeiro estas importâncias são acrescidas do preço do porte.

3 — Os organismos que desejem permutar as suas publicações com o «Boletim» devem para esse efeito escrever para o enderêço indicado.

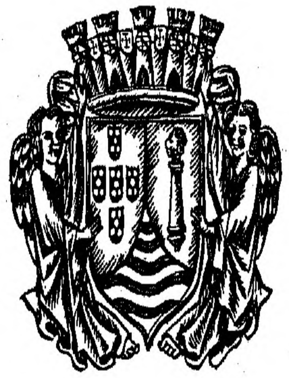
Em Lisboa, todos os assuntos referentes a **expediente** e **assinaturas** podem ser tratados na Agência Geral do Ultramar (Divisão de Publicações)

Tendo-se suscitado algumas dúvidas sôbre a natureza dos trabalhos a publicar na parte não informativa deste Boletim, desde já se esclarece que a Comissão Executiva só poderá aceitar e fazer vir à luz obras que tenham o carácter de investigação ou observação directa e que marquem sobretudo pela novidade ou originalidade dos assuntos ou maneira como são encarados.

BOLETIM CULTURAL
DA
GUINÉ PORTUGUESA

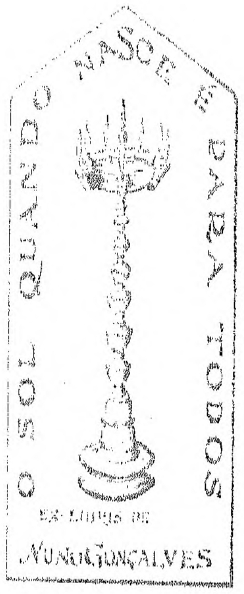
CULTURA E INFORMAÇÃO

BOLETIM CULTURAL
DA



GUINÉ PORTUGUESA

VOLUME VIII N.º 31 1953


O SOL QUANDO NASCE É PARA TODOS
EX-LIBRIS DE
NUNO GONÇALVES

BOLETIM CULTURAL
DA
GUINÉ PORTUGUESA

SUMÁRIO

Títulos	Autores	Pág.
Considerações sobre os direitos de Família e Propriedade entre os Fulas da Guiné Portuguesa e suas recentes transformações	**Artur Augusto da Silva**	405
Aspectos Demográficos dos Balantas e Brames do Território de Bula	**Eduino Brito**	417
Sistema Raydist na Hidrografia da Guiné	**J. de A. Monteiro de Barros e João Luís de Oliveira**	471
Malófagos da Guiné Portuguesa — Algumas espécies dos mamíferos	**João Tendeiro**	497
Crónica da Província	**Joaquim A. de Oliveira e Joaquim A. Areal**	525
Economia e Estatística		583
Notas e Informações		591
Livros e Publicações		603

Volume VIII — Julho de 1953 — Número 31

CRÓNICA DA PROVÍNCIA — (Joaquim António de Oliveira e Joaquim Areal) — Visita de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Ultramar, Prof. Doutor Raúl Jorge Rodrigues Ventura — «Te-Deum» na Catedral — Visitas em Bissau — Visita a Mansoa e a Teixeira Pinto — Visitas e festas militares em Bissau — Viagem ao interior — Visita a S. Domingos e Varela — Visita a Farim e Bafatá — Visita a Nova Lamego — Visita a Catió — Visita a Fulacunda — Visita a Bolama — Visita a Bubaque — De novo na Capital — Posse do Encarregado do Governo — Embarque do Governador Raimundo Serrão — Melhoramentos Públicos — Desporto — Informações diversas.

ECONOMIA E ESTATÍSTICA — (Zeferino Monteiro de Macedo) — Rendimentos Aduaneiros — Fundo Cambial — Caixa de Tesouro — Banco Emissor — Finanças Públicas — Caixa Económica Postal — Indústria.

NOTAS E INFORMAÇÕES — Reunião Magna do Centro de Estudos — Museu da Guiné Portuguesa: Relatório — Secções — Biblioteca — Arquivo Histórico.

LIVROS E PUBLICAÇÕES — Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o trimestre: Oferta de livros — Periódicos recebidos por oferta e permuta.

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TIPOGRAFIA, LIMITADA
R. Almirante Pessanha, 3 e 5 (ao Carmo) / Lisboa

Volume XI N.º 44 Outubro 1956

Considerações sobre os direitos de Família e Propriedade entre os Fulas da Guiné Portuguesa e suas recentes transformações

1 — Temos como ponto fundamental em toda a teoria da colonização que esta se deve fazer não para satisfazer os interesses das respectivas Metrópoles mas para elevar o nível de vida e o bem estar dos povos colonizados. Como consequência deste postulado, pensamos que às populações africanas se deve dar as possibilidades de um desenvolvimento normal que acompanhe as suas naturais tendências de forma a que os negros não sejam «pequenos brancos», mas sim «negros perfeitos», isto é, homens que possam desenvolver as suas capacidades dentro do condicionamento económico que as há-de determinar, e não pessoas que imitem qualquer civilização já acabada, com todas as suas virtudes que são inúmeras, mas com todos os seus defeitos que são imensos.

Devemos ajudar os negros, por todas as formas ao nosso alcance, a atingir um estádio superior, mas de uma civilização própria, condicionada pelo meio em que nascem e se desenvolvem.

Postas de parte como desumanas e anti-científicas as teorias fundadas na «superioridade resultante da diferente coloração da pele», o entendimento entre povos colonizadores e colonizados entrará numa fase de leal cooperação, permitindo acelerar o processo evolutivo das sociedades negras de forma a fazê-las atingir, num curto lapso de tempo, uma fase que traga os diversos povos africanos ao convívio das nações cultas.

Para que se possa contribuir para atingir este objectivo é necessário, além do desenvolvimento material e moral da África Negra, recolher desde já os usos e costumes jurídicos dos povos de África de forma a que, fazendo-se o seu estudo consciencioso, se possam adaptar aquelas normas de direito às necessidades actuais e futuras desses povos.

Poder-se-á argumentar que a transformação do direito se processa paralelamente com as transformações económicas e que o direito é sempre a expressão jurídica de uma determinada organização económica e que, estando em vias de modificação as bases da economia dos indígenas de África, fatalmente as relações sociais entre eles se irão regendo por novas normas, adaptadas à nova economia.

Poder-se-á, ainda, acrescentar que quando o direito entra numa fase de codificação, ele cristaliza, sendo sempre ultrapassado pela consciência colectiva.

Embora reconhecendo o fundo de verdade que reside na primeira observação, devemos salientar que sem o conhecimento da origem e desenvolvimento das normas de regulamentação social se torna difícil a compreensão ou interpretação, num dado momento, de certas leis, pelo que a recolha dos usos e costumes jurídicos dos povos de África em muito facilitará a tarefa dos futuros legisladores e até a actual compreensão de certas manifestações que nos são estranhas. Acresce que, para bem se traçar o caminho a percorrer, deverão conhecer-se os institutos jurídicos que regeram os diferentes povos de África.

Quanto ao perigo da cristalização do direito pela sua codificação, ele parece-nos mais imaginário do que real e o exemplo da Inglaterra com o seu direito não escrito, mas rígido, e da França com o seu direito escrito, mas maleável, afigura-se absolutamente concludente.

Deve acrescentar-se, todavia, que julgamos útil, não uma codificação, mas uma recolha dos usos e costumes indígenas.

*
* *

2 — Segundo alguns autores, os *fulas* pertenceriam a um ramo da raça semita, estabelecida no Egipto alguns séculos antes de Cristo. Expulsos do Egipto, dirigiram-se para a Cirinaica e daí, talvez na nossa Era, foram empurrados para o déserto que atravessaram, vindo a instalar-se na região de Macima, donde progrediram em todas as direcções: Gâmbia, Tombucutu, bocas do Niger.

Dos três ramos de fulas existentes na Guiné, só dois (*Futa-fulas* e *Fulas-forros*) se nos afiguram ser descendentes dos antigos fulas, pois que os chamados *fulas-pretos* são o resultado de uma amálgama de povos escravizados pelos fulas e que deles receberam língua, costumes e religião.

No Gabú, existem 20.290 *fulas-pretos,* contra 16.707 *fulas-forros* e 9.665 *futa-fulas,* segundo o censo de 1950. É deles que vamos falar, devendo chamar-se a atenção para o facto de que a nossa investigação se dirigiu preponderantemente para os *fulas-forros.*

*
* *

3 — A compilação dos usos e costumes jurídicos dos povos da Guiné, ao mesmo tempo que representa o cumprimento do disposto no artigo 24.º do Decreto 16.473, de 6 de Fevereiro de 1929 que determina que os Governadores das Províncias Ultramarinas, no prazo de um ano a contar da sua publicação, elaborassem os códigos do indigenato, constitui um repositório de grande interesse para os investigadores dos fenómenos político-económico-sociais.

Se a elaboração dos códigos do indigenato (¹) em muito facilitou a missão das autoridades administrativas quando investidas nas funções de julgadores, não menor contribuição poderá trazer aos estudiosos das manifestações sociais a compilação dos usos e costumes permitindo-lhes comparar o estado evolutivo dos conceitos que informam a estrutura jurídica das sociedades africanas, com outros estados desenvolvidos com que essas sociedades estão em contacto.

A evolução do direito indígena, sobretudo nos capítulos da propriedade e família está-se processando de uma forma tão vertiginosa que, supomos não errar muito afirmando que em alguns povos da Guiné, aqueles dois institutos, dentro de vinte anos, poucas reminiscências guardarão do seu estado actual.

Não nos interessa, nos presentes apontamentos, mostrar as razões que têm conduzido alguns povos da Guiné a modificar o seu direito, bas-

---

(¹) As questões sobre família, sucessão e regime de propriedade devem ser reguladas pelos usos e costumes, conforme dispõe o Diploma Legislativo n.º 1.393, de 6 de Agosto de 1946.

tando que digamos ser nossa convicção que essa transformação é devida, essencialmente, à modificação completa da sua economia, por influência do contacto e comércio activo com os colonizadores.

Ainda há trinta anos, os fulas (a quem vamos limitar estes apontamentos) viviam em territórios *fechados*, tendo atingido na Guiné, por volta dessa época a sua fase de maior expansão. A sua organização assemelhava-se, em muitos casos, à estrutura do feudalismo europeu.

Abertos os compartimentos estanques em que viviam as diversas raças, cortado o território por estradas, fomentado o comércio, esbateu-se o poder feudal de que Abdul Indjai foi o último representante na Guiné. De bom ou de mau grado, os indígenas adaptaram-se ao novo estado de coisas e, lentamente — com a lentidão própria dêstes fenómenos — a sua mentalidade acompanhou a transformação que se está operando no campo económico. A própria religião está sofrendo modificação pois só entre os mais velhos se encontram praticantes fanáticos e convictos, enquanto que a geração nova se mostra mais liberal e até, por vezes, desprendida das antigas crenças. As artes tradicionais dos bordados estão desaparecendo, substituídas pela standardização de roupas feitas que o comércio impõe; ourives, ferreiros e curtidores vão abandonando os seus ofícios pois que o comércio apresenta jóias de pechisbeque a preços sem concorrência; facas, terçados e outros instrumentos de que os indígenas se servem, aparecem no mercado em quantidades enormes e a preços que não sofrem a mais pequena comparação com os produzidos manualmente, enquanto que os peleiros e curtidores abandonam as suas actividades, subjugados pelos produtos em plástico, em lona ou nos mil e um substitutos do couro que a indústria moderna oferece a baixos preços.

Entre os fulas havia famílias que, tradicionalmente, se dedicavam a diversas artes e ofícios, sendo reconhecidos pelo só enunciado do apelido; hoje, só muito raramente os apelidos coincidem com as profissões.

*
* *

4 — A compilação dos usos e costumes dos indígenas esbarra com dificuldades que só podem ser transpostas com ponderação, estudo e paciência: as informações recolhidas, nem sempre condizem, já por virtude de *nuances* do Direito na sua prática, já pela diferente interpretação dos informadores; é difícil, e por vezes, impossível, traduzir para a nossa língua conceitos que nela não existem e que exprimem maneiras de ser que nos são totalmente alheias; é difícil encontrar-se intérpretes idóneos que transmitam com exactidão o que ouvem, pelo que o trabalho de quem recolhe os elementos não pode isentar-se de defeitos. A tendência de quem recolhe os elementos para identificar com os seus, os conceitos alheios em muito pode prejudicar a fidelidade do trabalho.

Deve somar-se, ainda, a todos estes óbices a dificuldade material que tivemos na recolha das informações: vivendo única e exclusivamente de uma profissão liberal que nos toma grande parte do tempo, só o muito amor por estes problemas nos permitiu ir aos locais recolher elementos, conversar com os indígenas, procurar compreendê-los sem desvirtuar os seus pensamentos e isto sem recebermos a mais pequena ajuda de quem quer que seja, a não ser a fidalga gentileza de algumas autoridades administrativas e comerciantes que contamos no número dos amigos.

As dificuldades apontadas e outras muitas que se não mencionam e os estudiosos compreenderão, levam-nos a não ter ilusões sobre a absoluta fidelidade dos elementos recolhidos. Por isso, pedimos aos mais avisados e conhecedores que apontem as inexactidões que verificarem no esboço que vamos traçar, na certeza de que lhes confessamos antecipadamente os nossos agradecimentos.

FAMÍLIAS

5 — Tradicionalmente, a família *fula* é patriarcal, agrupando-se em volta do pai todos os membros do grupo e mesmo aqueles que se casam, normalmente (1) ficam sob a sua *potestas* que se estende aos cônjuges e aos filhos. O parentesco estabelece-se já pela via paterna, já pela materna. A coesão familiar é grande, embora a tendência para a pulverização da família tenha esbatido essa unidde.

Pela morte do pai sucede-lhe na chefia da família o irmão mais velho a quem todos obedecem como obedeciam ao antigo Chefe, herdando os seus bens e as mulheres e só na falta do irmão do pai a herança se devolve ao primogénito.

---

(1) Dizemos *normalmente* porque nos últimos anos se tem assistido ao esfacelamento daquela autoridade, sendo frequente os filhos que a não reconhecem. A recente transformação do imposto de palhota em imposto de capitação, veio precipitar a quebra do poder paternal.

É ao chefe que compete dirimir os pleitos entre os membros da família e é ele, também, que ordena os trabalhos das sementeiras e colheitas, vende os produtos e arrecada o dinheiro sendo, agora, frequente que distribua, embora parcimoniosamente, esse dinheiro pelos filhos casados e presenteie as mulheres com objectos de adorno.

Desde que as autoridades administrativas começaram estendendo a sua acção até aos mais longínquos povoados, os régulos, chefes de povoação e chefes de família perderam muita da autoridade de que estavam investidos. Por que essa acção representa, para as gerações novas uma libertação da pesada tutela que sobre elas impendia, aceitam-na os mais novos com íntima satisfação, repelem-na os mais idosos como intolerável ingerência em assuntos particulares.

Os antigos escravos e seus descendentes consideravam-se como fazendo parte da família mas ùnicamente sob o ponto de vista de poderem gozar dos direitos de alimentação e protecção. Em contra-partida, deviam, ao chefe obediência absoluta, fidelidade e trabalho. No antigo direito, quando estes servos haviam estado ao serviço por mais de oito anos, podiam manumitir-se pagando certa soma em dinheiro ou em produtos.

Se se casavam com uma serva do mesmo chefe, nada lhe davam, mas continuavam debaixo do seu poder e os filhos que houvessem, pertenciam ao senhor.

Hoje, só aqui e além e muito raramente, se encontram traços da instituição servil, pelo que só a referimos como curiosidade.

Os graus de parentesco não se diferenciam nem têm qualquer importância a não ser nas questões de sucessão e casamento. Quando alguém vive debaixo da autoridade de um chefe, é considerado como seu filho, com excepção das suas mulheres que, segundo a ortodoxia Korânica não devem exceder o número de quatro, número que na prática só é limitado pelo poder de compra do homem.

Devemos assinalar que os usos e costumes dos *fulas* são nìtidamente influenciados pelos preceitos do Koran afastando-se, em muitos casos, das linhas fundamentais do direito dos povos da raça negra que não seguem o maometanismo. Assim, a diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos que, no geral, não existe entre os não maometanos, entre os *fulas,* é observada com rigor, pertencendo os segundos à família da mãe, mas não gozando de quaisquer direitos. Se acontece um homem casar com uma mulher que tenha filho ou filhos dele ou de outro homem, as crianças mantêm-se na ilegitimidade, desconhecendo-se a legitimação por subsequente casamento. O filho nascido do adultério de mulher casada, é considerado legítimo desde que o marido não tenha pedido o divórcio, o que é raro.

Na hipótese de a mulher continuar vivendo com o marido, os filhos adulterinos são havidos por legítimos para todos os efeitos.

A adopção, no sentido técnico-jurídico, não existe entre os fulas, muito embora se possa tomar uma criança para a alimentar, vestir educar; mas esses cuidados não conferem à criança quaisquer direitos ou obrigações em relação à família de quem a trata, não ficando nunca «in loco filii».

Tradicionalmente, são os pais quem contrata os casamentos dos filhos e algumas vezes essas promessas fazem-se antes do nascimento, sendo vulgar estabelecer-se que se a um dos contratantes nascer um varão casará com uma fêmea do outro contratante. No direito antigo, o mais frequente era ajustar-se o casamento enquanto os nubentes eram crianças; hoje e muito influenciados pela acção das autoridades administrativas que protegem os casamentos de livre escolha dos futuros cônjuges, as promessas de casamento fazem-se quando os directamente interessados atingem uma idade vizinha dos 18 anos.

Muitas vezes, ainda, os pais, por motivos de simpatia ou interesse pretendem obrigar os filhos a casarem-se com determinadas pessoas mas, com grande frequência, estes não obedecem às determinações, procurando o amparo das autoridades administrativas que protegem a liberdade de casamento.

Há trinta anos atrás, era frequente ver-se um homem de avançada idade casar-se com uma rapariga ainda impúbere o que acarretava, por vezes, consequências desagradáveis: uso e abuso de afrodisíacos por parte do homem com todo o seu cortejo de inconvenientes e esterilidade da mulher.

Em virtude da «resistência» das novas gerações, resistência encorajada pelas autoridades, esses casamentos vão rareando, o que deve contribuir para o melhoramento da raça.

O pedido de casamento ou, mais exactamente, o contrato de casamento, inicia-se pela visita que o pai do pretendente ou um seu emissário faz ao pai da pretendida e em que expõe os seus desejos, oferecendo determinado número de cabeças de gado, dinheiro e alguns objectos de uso, como panos, contas, etc. O pai da pretendida discute o montante do dote (¹) sem, contudo, se comprometer porque deve ouvir a opinião da pretendida e da família.

É uso o emissário oferecer, da parte do aspirante a noivo, ao pai da escolhida, alguns presentes, como cola, por exemplo, para o dispor bem a seu favor.

Reunida a família e dado o consentimento, fixa-se em definitivo o montante do dote que varia entre uma e dez cabeças de gado vacum ou caprino, certa soma em dinheiro e alguns artigos de vestuário e cola.

Assente o casamento, se ele se não realiza imediatamente, o noivo deve obsequiar a família da noiva com presentes, especialmente pela festa do Ramadan em que é de uso oferecer um cabrito ou carneiro, recebendo em troca presentes de menor valor.

O casamento pode realizar-se desde que os nubentes tenham atingido para o homem a idade de dezassete e para a mulher a de treze anos. Nem todos os grupos fulas observam estas idades, havendo alguns que as reduzem, respectivamente, para quinze e oito anos.

Devido à facilidade com que os homens, hoje, podem encontrar um meio de ganhar dinheiro já lavrando por sua conta, já empregando-se como criados, lojeiros e serventes, aumentou a procura da mulher e o preço do dote, pelo que os pais das raparigas preferem esperar que os pretendentes estejam na idade de ganhar dinheiro para poderem pagar mais liberalmente.

Fixado o dia do casamento, o pai do noivo previne o «padre» e, no dia designado, perante todos, faz a entrega do dote ao pai da noiva. Por vezes essa entrega faz-se em prestações que começam a ter lugar muito antes do dia do casamento e que podem acabar anos depois desta cerimónia.

Realiza-se então uma festa com danças, jogos e comidas.

Antigamente, a noiva ficava entregue aos cuidados da madastra e só na noite seguinte se consumava o casamento. Hoje, são raros os que observam esta prática.

Na manhã seguinte à do casamento, uma mulher «respeitável», deve mostrar à mãe da noiva uma peça de vestuário por ela usada na noite do casamento que demonstre ter passado de rapariga a mulher.

Tradicionalmente, os esposos devem ajuda e fidelidade. A quebra deste último dever por parte do homem levava a mulher a fugir para casa

---

(¹) Esta palavra não tem, entre fulas, o mesmo significado que entre os povos europeus, pois designa o valor que é entregue ao pai da noiva como compensação da perda da filha ou seja, de um elemento de trabalho.

dos pais, donde só regressava depois de ter sido largamente presenteada pelo marido. Hoje, raras vezes foge, mas continua exigindo presentes que a indemnizem da ofensa recebida.

O adultério da mulher é causa de divórcio. Mas, hoje, raras vezes ele se verifica por este motivo. É, quase sempre, possível uma conciliação que consiste na restituição de uma parte maior ou menor do dote.

Na hipótese do divórcio, o pai da noiva deveria restituir o gado que havia recebido, pelo que prefere restituir só uma parte dele.

São causas de divórcio:

a) A esterilidade da mulher;
b) O adultério de qualquer dos esposos;
c) O abandono da mulher;
d) A loucura;
e) A lepra;
f) As injúrias graves dirigidas aos pais do outro cônjuge, na presença de outras pessoas;
g) Maus tratos com carácter de gravidade;

Por vezes, ainda, qualquer dos dois procura o divórcio por motivos que não constituem razão séria, como:

a) Mau tratamento por parte do outro cônjuge;
b) Pequenas questões contínuas;
c) Ausência da mulher, em visita a sua família por período superior ao autorizado pelo marido.

Estes três últimos, raras vezes são aceites como fundamento de divórcio.

Devemos salientar que os maus tratos inflingidos à mulher, desde que não assumam o carácter de crueldade, não dão direito ao divórcio porque, no direito Korânico, «o homem pode castigar sua mulher com uma chibata pequena», e só com uma chibata pequena porque «a bondade de Allah é infinita».

A tendência actual é para restringir cada vez mais as causas do divórcio, já porque o recurso às autoridades administrativas para decidir os pleitos não permite as *chicnas* que dantes se usavam, já porque diminuindo a autoridade do chefe de família e, consequentemente, as suas exigências, a mulher se encontra mais entregue a si própria do que noutros tempos. O desenvolvimento da *personalidade* feminina, dá-lhe um lugar de maior respeito na família, respeito a que o próprio marido se não pode furtar.

O maior poder de aquisição de uma mulher, permitindo uma melhor e mais humana distribuição delas pelos homens, não consente que os maridos sejam tão exigentes e imponham a sua autoridade absoluta, como quando elas eram mais *baratas*, isto é, quando o dote era mais pequeno. Isto não significa que a mulher *fula* não continui levando uma vida de trabalhos e canseiras, pois a ela pertence a parte mais árdua da lavoura.

A exogamia só era permitida aos homens e muito raramente. Hoje, embora com certa dificuldade, os parentes já consentem no casamento das mulheres fora do grupo tribal. As facilidades de comunicação e os encontros frequentes de elementos de diversas tribos nos centros comerciais, vai esbatendo a rigidez do princípio. Ainda hoje, a regra geral é a da endogamia, mas mesmo nos agregados mais ortodoxos como entre os *garakêbe* e os *subalhê* já se encontram excepções a este princípio.

PROPRIEDADE

6 — A transformação do direito de propriedade, entre os fulas, atingiu em poucos anos uma extensão e profundidade tão grandes que raras vezes, esse fenómeno terá sido observado entre outros povos, a não ser por virtude de transformações violentas. Entre os fulas, porém, essa modificação não resultou de qualquer imposição alheia ou de revolução interna, mas sim da transformação das bases económico-sociais.

Ainda há quarenta anos, o regime de propriedade imobiliária se assemelhava ao do feudalismo europeu e a organização social mantinha muitos pontos de contacto com a feudal. Na base da organização estavam os escravos ou servos que dependiam inteiramente, em tudo, dos seus donos, e no topo da jerarquia estavam os chefes ou régulos (landô). Entre estes dois extremos existia a chusma de homens livres de diversas condições e entre todos, conforme os graus, estabeleciam-se relações de *suzerano* e *vassalo*.

A propriedade das terras pertencia ao régulo que a dava, em recompensa de serviços, aos chefes das povoações (jarga) mas só em usufruto, com a obrigação de pagar anualmente um certo tributo. Por sua vez o chefe da povoação transmitia uma parte desse usufruto a um seu inferior de quem, igualmente, recebia tributo e, assim, sucessivamente.

Devemos fazer notar que as terras eram consideradas como propriedade da colectividade que habitava (clan ou tribo) mas que essa propriedade era administrada pelo chefe, que fazia suas as rendas ou tributos.

Compreende-se que assim tenha sido: povo essencialmente nómada, o fula, ao estabelecer-se num território, só via na terra a utilidade que, transitòriamente, dela se podia extrair. Não podia nascer, a não ser com a fixação, o conceito de propriedade plena. E tanto assim é que ainda hoje a lenda e os frutos silvestres são *res nulius,* mesmo quando compreendidos na área ocupada por um regulado.

O direito de usufruto transmitia-se por herança ou por venda sem que, para essa transferência, devesse ser ouvido o *suzerano,* subsistindo, todavia, a obrigação do pagamento do tributo.

Hoje, as terras podem tornar-se propriedade da povoação, da família e até das pessoas singulares. Nalguns grupos fulas, os terrenos de cultura pertencem à família, representada pelo chefe enquanto que noutros, ainda pertencem ao chefe da povoação, mas muito atenuadamente.

O tributo que pagavam, ou deixou de existir, ou se transformou em prestação pessoal.

Como já assinalámos ao falar da família, a quebra do poder paternal que levou à emancipação dos elementos do grupo familiar, trouxe consigo uma alteração ao regime de propriedade que tende a tornar-se pessoal.

Pode dizer-se que hoje a propriedade colectiva só é representada pelos campos de pastagem, cemitérios e templos; a propriedade familiar é constituída por terras, gado e servos e a propriedade individual pelos artigos de vestuário, objectos de uso pessoal, uma ou duas cabeças de gado e, nalgumas colectividades, por terras.

É curioso observar-se que ainda há poucos anos os fulas não praticavam o comércio e só, quando muito, os mais ricos tinham ao seu serviço pessoas de outras raças que comerciavam por eles. Actualmente já praticam o comércio com interesse e certo desenvolvimento. Primitivamente a unidade monetária era o gado, existindo tabelas minuciosamente compostas, onde se estabelecia o valor dos produtos em relação ao gado e conforme o tamanho, a idade e a raça deste.

Este comércio, que é essencialmente ambulante, modificou as bases da economia fula, *libertando* o comerciante da tutela paterna e fazendo nascer o conceito de propriedade individual, conceito que se está generalizando com rapidez e grande entusiasmo das gerações novas.

Artur Augusto da Silva

Aspectos Demográficos dos Balantas e Brames do Território de Bula

«...Não deixa, evidentemente, de haver alguns erros; mas não se deve esquecer a dificuldade da investigação etnográfica. Pode-se dizer que os que começam forçosamente hão-de cair em erros vários resultantes de má preparação, dificiente informação e pouca cautela; mas os que vierem depois, já encontrarão o caminho aplanado, e, aproveitando o que já está apurado, poderão sucessivamente eliminar esses erros. Pretender logo de início, e de uma vez só, obter trabalhos perfeitos, seria grave engano».

A. Teixeira da Mota

(Do Inquérito Etnográfico Organizado pelo Governo da Colónia no ano de 1946).

«O segredo da civilização está muito menos nos esforços para a melhoria, realizados por indivíduos isolados, do que na acumulação desses esforços e na transmissão, de geração em geração, de um conjunto de conhecimentos que permita, a cada geração, ir mais longe na senda do progresso, sem ter de recomeçar tudo ab ovo.»

Lopo Vaz de Sampaio e Melo
Professor Catedrático

«Do livro — Etnografia e Etnologia Coloniais».

INTRODUÇÃO

HÁ mais ou menos três anos que entabulamos relações com a estatística demográfica da população da Guiné, cujo surto, talvez mais brilhante, foi a execução do censo de 1950.

Apesar do trabalho insano e muitas vezes penoso que custou àqueles que, como nós, tiveram de arcar com a execução dos apuramentos durante um período de tempo bastante longo, lutando com uma barafunda de números que a todos punha a cabeça à volta num incitamento costante a desistência, o certo é que, à medida que foram aparecendo os apuramentos gerais e especiais, em nós cresceu um certo interesse pelo trabalho por virtude da significação dos números arrumados nos diversos mapas segundo hierarquias diversas.

É que principiávamos a ver retratada por números, embora com alguns defeitos, a paisagem demográfica desta nossa Guiné. As tintas matizadas do «mosaico étnico» coloriam-se com uma intensidade mais objectiva, oferecendo-nos verdadeiros motivos de interesse.

Para nós, data dessa época o melhor conhecimento da Província e o despertar do noso interesse pelos assuntos de demografia.

Daí, a nossa curiosidade progressivamente crescente pelos números estatísticos que fotografam nos seus múltiplos aspectos as populações que servimos e que nos servem.

É que estamos compenetrados que, dentro do actual estado de civilização, não se pode manobrar um povo sem conhecer o seu potencial numérico sob os diferentes aspectos da sua diferenciação específica e multiplicidade dos seus atributos.

E quando, então, se trata de agir entre populações incivilizadas, a questão ganha muita acuidade pela diversidade de problemas que suscita e que por vezes se mostram pouco viáveis pela carência de dados base donde extrair premissas para uma caminhada consciente sem os nevoeiros da marcha às apalpadelas ou das exageradas estimativas.

Sendo a organização política dos povos uma função de seu nível económico, a economia uma função do homem e, portanto, das sociedades, entendemos que para uma boa compreensão destes dois altos píncaros da vida social necessário se torna conhecer a função do homem em relação às suas expressões qualitativas e quantitativas. E estes atributos só no-lo podem fornecer a estatística e a demografia tão abraçados quanto o foram os irmãos siameses.

E é justamente pelas razões de encontrarmos nestas duas ciências as imagens da vida física, económica, política e intelectual dos povos que nos sentimos atraídos pelo seu estudo e procuramos, apesar dos muitos erros que assoberbam o nosso amadorismo, colher alguns dados e compilá-los para que, parafraseando o etnólogo Teixeira da Mota, «os que vierem depois encontrem o caminho aplanado, e aproveitando o que já está apurado eliminar os erros daqueles que principiaram».

Enferma este trabalho de muitos erros: erros de técnica de expressão, erros de má informação e, especialmente, de carência de preparação.

Porém, como antecipadamente os apontamos, sentimo-nos absolvidos naquele sentido em que um erro honesto e confessado representa um passo dado na senda de um conhecimento mais perfeito.

E aventurámo-nos, deste modo, a caminhar por seara alheia com aquela afoiteza dos incautos porque, de antemão, estamos convictos que a este trabalho serão exigidas sòmente as virtudes limitadas da pena que o escreveu.

Todavia, se nos minguam predicados, arrogamos a satisfação de ter mobilizado ao serviço desta empresa a melhor honestidade na recolha dos dados e não menor seriedade na sua selecção.

Gira este trabalho à volta de duas populações que habitam a área do Posto Administrativo de Bula: — Os Brames e os Balantas.

Originou a sua elaboração a circunstância de um recenseamento da população no ano de 1952 para fins administrativos que aproveitámos para uma colheita de dados que logo no início da notação submetemos a um critério de máxima honestidade para se alcançar o fim que ora decorre.

Servimo-nos igualmente para o estudo da natalidade e mortalidade dos livros oficiais de registo civil indígena onde há três anos vem sendo anotado o movimento letal e natal das populações e para o qual se mobilizou um sistema de fiscalização e controle sobre os indígenas de modo a impedir, quanto possível, as omissões fraudulentas ou casuais.

Basta-nos esclarecer que o indígena é obrigado a fazer as declarações de nascimento e falecimento no próprio dia em que decorrem, salvo os casos dos muitos distantes que dispõem de dois e, excepcionalmente, três dias.

Os dados relativos à fecundidade feminina provém de um inquérito efectuado em Fevereiro de 1952 entre trezentas mulheres brames e trezentas balantas em instrumentos de notação prévia e satisfatòriamente preparados.

E ao finalizar estas justificações, esclarecemos que, à medida em que abordamos os assuntos, vamos definindo os conceitos por nós emprestados aos termos técnicos para que a sua diversidade de entendimentos não semeie mais abrolhos do que aqueles que produziu a inabilidade deste mau lavrador.

Àqueles que se derem ao incómodo de olhar para este trabalho, mesmo que de soslaio, pedimos nos perdoem as falhas e omissões de que enferma...

...Porque aqueles que vierem depois já encontrarão o caminho aplanado e melhor saberão separar o trigo do joio daninho.

O TERRITÓRIO

A área do Posto Administrativo de Bula é uma das que compreende a Circunscrição Civil de Cacheu e constitui-se de uma faixa litorálica delimitada ao norte pelo rio Cacheu, ao sul pelo rio Mansoa, oeste pelo regulado de Pelundo e leste pelos braços fluviais denominados Bipo e Pache que fazem a separação com Binar.

Administrativamente divide-se em três sub-territórios ou regulados de Bula, Có e Jol, que correspondem às divisões políticas indígenas, os quais se subdividem em numerosíssimas povoações que totalizam 62 para o primeiro, 43 para o segundo e 12 para o terceiro.

Como zona litorálica, a sua formação geológica compreende terrenos altos de natureza argilo-arenosa próprios para a cultura de diversas oleaginosas e outras variedades agrícolas e terrenos baixos ou de aluvião abraçados pelas pequenas bacias dos rios confinantes.

A cobertura vegetal está representada pela savana com a sua vegetação arbustiva e sub-arbustiva, a floresta povoada por numerosíssimas espécies arbóreas em que predominam a palmeira do azeite — *Elaeis Guineensis* — e o cibe — *Borassus Flabellifer* —, e a zona de mangal fazendo o cortinado dos rios.

No momento presente a zona florestal cobre apenas a superfície que constitue o regulado de Jol onde se pode apreciar uma densidade de povoamentos vegetais verdadeiramente notável, quer pela quantidade, quer pela qualidade.

As áreas dos dois outros regulados, sob a acção do combate a fogo que os brames têm feito aos povoamentos vegetais, despiram a sua roupagem verde e expuseram à acção dos agentes erosivos as terras desnudas em que dominam a argila, a areia e os espinhaços dos afloramentos lateríticos. Aqui e além alguns tufos de vegetação dominados pela paisagem melancólica das árvores cremadas que com os seus enormes braços secos, negros e sem vida, erguidos aflitivamente para o ar, lembram na sua atitude verdadeiros e tristes gritos de desespero.

É desta paisagem que vai perdendo cor se livra o território do Jol porque, justamente, é a área onde presentemente é quase nulo o povoamento dos brames ou mancanhas.

Para definir essa destruição macissa das coberturas vegetais, do outro lado da fronteira, inventou-se o termo «senegalização» actualmente muito em voga na nossa Guiné. Todavia, desnecessário se torna tal importação porque se adoptássemos o termo «bramização» não poderíamos ser em intensidade menos expressivos.

E os brames destroem o mato para conquistar as terras de que necessitam para a lavoura do milho, feijão, mandioca e fundo, e, principalmente, para a cultura da mancarra que, esgotando e depauperizando o solo, os impele sempre mais adiante na sua obra de devastação do mato com as consequentes e inevitáveis modificações climatológicas.

O clima da região caracteriza-se pela divisão do ano em dois períodos vulgarmente designados tempo seco e tempo das chuvas. Definem-no os factores característicos dos climas tropicais, reputando-se no conjunto da Província como um dos melhores.

Sob o ponto de vista da agricultura como factor da economia alimentar, o território é bastante favorecido por diversas espécies para consumo da população entre as quais merecem destaque o arroz, o milho (branco e preto), o fundo, a mandioca, o inhame e principalmente o amendoim que é a base da economia familiar e regional.

A agricultura completa-se com a pecuária representada pelas espécies bovina, suína, caprina e criação de aves domésticas em grande escala.

E nestes 400 quilómetros quadrados de terra, usufruindo das benesses que a Natureza lhes deu, vivem duas grandes populações.

A POPULAÇÃO

Constitue a população do território de Bula duas tribos principais e elementos desgarrados de outras que, pela sua insignificância, não merecem menção especial.: —

Uma — os Brames ou Mancanhas — são oriundos do chão que ocupam como senhores; a outra — os Balantas — é um povo invasor que imperceptìvelmente se disseminou pelo território, constituindo hoje um agrupamento populacional numèricamente superior.

Enquanto os brames, dia-a-dia, emigram cada vez mais demandando outros territórios da Província e do estrangeiro, os balantas suavemente vão-se infiltrando, tomando conta dos terrenos baixos para a cultura do arroz e, como consequência imediata, dos terrenos altos adjacentes para a lavoura da mancarra.

Os brames e balantas pertencem ambos à raça negra e ao grupo dos negrícios litorálicos cujos caracteres somáticos, na generalidade, são a pele preta, a carapinha, o nariz achatado, estatura elevada e dolicocefalia.

No nosso entender os brames descendem do mesmo tronco que os papéis e manjacos, não só pelos caracteres somáticos e morfológicos a ambos comuns, como também pela grande afinidade dos seus usos e costumes diferenciados apenas pelo condicionalismo do meio e pelo maior ou menor contacto com povos de outras raças. Os dialectos são tão afins que todo o brame entende o manjaco sem qualquer dificuldade, notando-se simplesmente algumas diferenças semânticas e fonéticas na articulação das palavras e também no ritmo dos discursos.

O balanta não tem afinidades algumas com as raças anteriormente referidas. São verdadeiros estrangeiros em terras de mancanhas.

Existe grande disparidade nos seus usos e costumes, principalmente nos moldes da sua organização familiar.

Enquanto o brame no seu movimento de vai-vém entre diferentes povos, estreitando relações culturais, procura copiar motivos sociais da civilização europeia adaptando-os ao seu *modus vivendi*, desenvolvendo esforço persistente no sentido de se civilizar, o balanta é mais inculto, mais bravo, mais bicho do mato. Fecha-se na sua tabanca e só vem até nós chamado ou para tratar dos seus negócios, não mostrando qualquer interesse em ascender a um estádio de civilização superior.

É incomparàvelmente mais trabalhador do que o brame, levando a palma até a quase todos os outros povos da Província. O hábito inveterado de furto de gado por ele é um dos seus aspectos mais odiosos, razão por que é bem visto nas suas ocupações territoriais.

Um ladrão de vacas capaz de assaltar à noite uma palhota para furtar algumas cabeças de gado é um herói cantado e vitoriado pelas massas nas festas do «fanado» e desejado pelas jóvens que o obsequeiam com a dádiva saborosa do seu amor quente, vibrante e selvagem.

A base da organização social das duas tribos é a família que assenta sob o poder patriarcal do pai.

Porém, antes que um indivíduo seja reconhecido apto para o desempenho dessa função social, que é a de *pater famílias*, deverá passar por várias classes de idades, bem delimitadas, durante as quais vão-lhe sendo ministrados gradualmente todos os conhecimentos de natureza religiosa, moral e de organização social que avolumam o código tribal e alicerçam a estrutura orgânica da tribo.

Deste modo, os brames dividem a vida do homem em três etapas ou estádios:

A classe de «*Baiafa*» até aos dez doze anos durante a qual as crianças se entregam ao pastoreio do gado despreocupadas da vida e dos problemas.

A de «*Batassa Bampoti*», quer dizer, (ainda sem mulher) dos 13 aos 20 anos, durante a qual se faz a cerimónia do «*fanado*» — circuncisão —, os jóvens adquirem os seus conhecimentos de agricultura e outros e completam a aprendizagem do código tribal; e

A de «*Batassa Bauèque*», quer dizer, (homem que casou mulher), depois dos vinte anos, portanto um indivíduo socialmente perfeito com todas as garantias dos seus deveres e direitos civis e políticos.

A transição do estado de «*Batassa Bampoti*» para o de «*Batassa Bauèque*» faz-se mediante uma cerimónia, rito de passagem, — a «*Catassa*» — em que os iniciados são obrigados a passar um dia no mato acompanhados dos seus padrinhos. É o dia da proclamação de que os jóvens chegaram a adultos e se encontram habilitados a ter mulher.

Os balantas estabelecem cinco classes de idades: —

«*Infâr*» até aos 10/11 anos; *impèbê* dos 12 aos 15 anos; *Incúmane* dos 16 aos 20; *N'haí* dos 21 aos 26 e *Blufo* daí em diante.

Só nesta última classe de idades fazem, de modo geral, a circuncisão, findo o que são considerados indivíduos socialmente perfeitos.

E chegados os jóvens àquela maioridade fixada pelos usos e costumes e que pressupõe o estágio em todas as classes de idades, ficam socialmente autorizados a constituir família que reveste a forma poligâmica, embora atenuada.

O casamento é, regra geral, endogâmico, não havendo, contudo, qualquer obstrução à exogamia.

No momento actual, por exemplo, está-se processando numa certa área deste Posto um intenso cruzamento de balantas e brames no sentido varões fêmeas, determinando um tipo somático, morfológico, étnico e até linguístico completamente diferenciado. São os tais mestiços de Buta como lhes usam chamar os assimilados de ambas as tribos.

Não se verificam casos de poliandria. Porém, é natural e aceitável uma mulher casada ter diversos amantes, gentilmente chamados camaradas, com quem periòdicamente coabita por meses e às vezes até por anos, voltando depois para a casa do marido, bastas vezes com um filho nos braços ou no ventre, fruto dos seus amores ambulantes, o qual é sempre objecto de renhidas questões de reivindicação de paternidade.

Não nos parece ser hábito entre as duas tribos o marido, por dever de cortesia, oferecer a mulher para dormir com os hóspedes.

Todavia, a quando da visita do Professor e Sociólogo Gilberto Freire a êste Posto, e no decorrer dos motivos folclóricos que lhe foi proporcionado apreciar, os jóvens balantas (N'hais) no momento mais vibrante da dança que executavam com mestria, cantaram a glória de um dos seus companheiros ali presente cuja namorada na véspera entregou a todos, uns atrás dos outros, a robustez do seu amor ardente, sadio e sem convenções. Entre os jóvens desta classe de idades é usual e corrente uma rapariga de um dos membros do grupo entregar-se a outros rapazes componentes do mesmo grupo.

As mulheres dão à luz de joelhos assistidas por duas parteiras não profissionais, geralmente mulheres velhas já cheias de experiência. Uma faz pressão sobre os ombros para obrigar a parturiente a manter o estado de flexão e a outra encarrega-se de lhe manter as pernas abertas. E se a dor a obriga a mover-se ou impele-a a levantar-se, algumas admoestações ineficazes são por vezes argumentadas com açoites.

Antes do parto usam besuntar a parturiente com manteiga de vaca, azeite amargo ou óleo de palma no ventre e nas ancas.

Ao cordão umbelical dão um nó seco à distância de um palmo do umbigo e cortam-no com uma das facas do uso doméstico, untando depois tudo com óleo de palma.

Não se verificam casos de placentofagia. A placenta sagrada por efeito da concepção é enterrada pelos brames na parte trazeira da palhota e pelos balantas ao pé de um pote enorme que há dentro de casa e que funciona de celeiro de arroz. Este gesto significa um acto votivo para que nasçam mais filhos bons como aquele que acabou de abrir os olhos para a luz da vida.

Quando as mães não dispõem de leite, os filhos são amamentados pela *comborça* (uma das mulheres do marido) ou por qualquer parente também lactante.

Usam destruir um dos gémeos quando há partos duplos. Atribui-se essa prática a uma superstição que augura desgraças para a família quando assim sucede. Estamos, porém, informados que não é uma causa supersticiosa que determina a eliminação de um dos gémeos, mas sim a necessidade de aliviar a mãe do pesado encargo da alimentação de dois seres. E parece-nos compreensível esta defesa, porquanto, só quem tenha visto o estado de anemia das grávidas indígenas poderá avaliar a carência de leite de que devem sofrer no período de amamentação e o definhamento produzido pela sucção das crianças naqueles corpos mal alimentados e ainda por cima sobrecarregados de trabalhos.

Os brames usavam abandonar um dos gémeos no leito até a sua extinção por inanição. Os balantas abandonam-no no mato em cestinhos ou introduzem-no nos morros das térmitas já despovoados onde as onças, as hienas e até as próprias formigas se encarregam de o devorar.

Estas práticas bárbaras vão sendo abandonadas pela fiscalização aturada das autoridades e também pelo fluxo de civilização que os indígenas estão absorvendo.

Os indígenas amam muito os filhos e, por isso, nunca destróem pelo aborto provocado os filhos que hão-de dar à luz.

Há que ressalvar, contudo, o caso das mulheres que estão amamentando e engravidam fora de casa, as quais, para esconder a gravidez do marido e também para evitar o desaparecimento do leite, provocam o aborto ingerindo infusões de buco (Combutum Sp.), cana fístula (Cassia Siberiana) e de Manganaz (Icácina Senegalensis). Algumas usam deixar-se cair repetidas vezes de pequenas alturas.

Hoje, muitas indígenas quando querem abortar fazem longas viagens nas ambulâncias de transporte de passageiros de modo a serem chocalhadas pelo trepidar do carro sobre a cremalheira. É processo novo advindo com a criação bastante recente das carreiras regulares.

As mulheres solteiras que engravidam utilizam dos mesmos processos para encobrir a vergonha da maternidade antes de casamento, auxiliadas pelas mães, tias e parentes.

Os indígenas atribuem quase sempre as causas da esterilidade conjugal às esposas. Quando, porém, por virtude de diversos fracassos com outras mulheres, se reconhece a impotência concepcional do marido, e decorridos que sejam uns cinco ou seis anos, as famílias reunem-se em concílio e deliberam promover a separação dos dois cônjuges. E, em seguida, facilitam à mulher a amantização com qualquer outro indivíduo, sempre renovado, quando não dê provas, até que o nascimento de um filho possa «lavar» a vergonha da infecundidade. E então poderá voltar ou não para casa do legítimo marido. Mas, se a improdutividade, depois de muitas experiências pelos leitos de vários homens, for de sua culpa involuntária, a desgraçada será sempre apontada a dedo e menosprezada pelas companheiras que não se privam de lhe arranhar a ferida moral de que é vítima. Geralmente nunca mais encontra marido porque, segundo a ética indígena, fêmea que não pare, seja mulher ou vaca, é fêmea que não presta.

Dadas as facilidades criadas pela liberdade sexual da mulher indígena, ela de facto só aceita o libelo de estéril quando, definitiva ou temporàriamente, a Natureza lhe negou a graça da maternidade.

E pareceu-nos necessário rabiscar estas linhas à volta das duas etnias pela importância que os usos e costumes assumem perante os fenómenos demográficos, especialmente relativamente a natalidade e fecundidade, fenómenos estes impossíveis de observação e registo quando divorciados daqueles.

FONTES

Fontes — Serviu-nos para a elaboração deste trabalho um recenseamento geral da população com atributos limitados efectuado no ano de 1952, os livros de registo civil oficiais — nascimentos e óbitos — e um inquérito à fecundidade feminina realizado em Fevereiro do mesmo ano entre trezentas mulheres balantas e trezentas brames.

Este inquérito foi de carácter particular, em colaboração com o distinto etnólogo António Carreira que dele teve a iniciativa.

A recolha de dados arquivados em documentos oficiais foi autorizada por despacho do Governo da Província de 1953.

Método — A recolha, sistematização e apuramento dos dados fez-se por método directo, quer em impressos aproveitados de outros censos, quer em outros por nós organizados e ajustados às exigências dos atributos solicitados.

A avaliação das idades fez-se pelo aspecto físico aparente dos indivíduos com recurso à repartição da população em classes de idades, número de partos, factos notáveis, épocas de sementeiras e colheitas e todos os outros acontecimentos que pela sua singularidade serviram de data de referência.

A população infantil e adolescente (1 a 15 anos) foi dividida pelos escalões de «até 1 ano», «2 a 7», «8 a 12», «13», «14» e «15 anos» por assim ter exigido o inquérito donde colhemos os elementos, o qual não foi feito para a satisfação das necessidades ora decorrentes.

A repartição dos maiores de quinze anos foi feita em escalões poli-anuais quinquenais.

II

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO

(Repartição por sexos, idades [aparentes] e tribos)

A população presente do território do Posto Administrativo de Bula compõe-se de 18.329 indivíduos repartidos em 8.585 varões e 9.744 fêmeas.

A sua composição por classes de idades — população infantil e adolescente (1 a 14 anos), população adulta (15 a 44 anos) e população velha (45 e mais) — assim se nos apresenta:

Classes de idades	Total VF	Varões	Fêmeas	Percentagem relativa ao total da população
	18.329	8.585	9.744	100 %
População infantil e adolescente	**7.229**	3.826	3.403	39,5 %
População adulta	**8.299**	3.453	4.846	45,3 %
População velha	**2.801**	1.306	1.495	15,2 %

O Dr. Lefrou — Le Noir d'Afrique, Paris, 1943 — indica os seguintes números percentuais para os três escalões de idades relativamente aos grupos étnicos que seguem:

Grupos Étnicos	População		
	Infantil e Adolescente	Adulta	Velha
Média	32,6 %	58,0 %	9,4 %
Negros Bantus	34,0 %	53,7 %	12,3 %
Negros Sudaneses da Floresta	34,2 %	57,6 %	8,2 %
Negros Sudaneses da Savana	28,6 %	59,4 %	12,0 %

A percentagem da população tipo ou standard é conforme o mesmo autor:

Tipo Progressivo — Populações com 40 % de crianças e adolescentes e 60 % de adultos e velhos;

Tipo Estacionário — Populações com 33 % de crianças e adolescentes e 67 % de adultos e velhos;

Tipo Regressivo — Populações com 20 % de crianças e 80 % de adultos e velhos.

A população por nós estudada apresenta as proporções de 39,5 % para a infância e a adolescência e 60,5 % para os adultos e velhos, índices que razam ligeiramente, por diferença e excesso, os fixados por Lefrou relativamente ao tipo progressivo, donde podemos classificá-la como a este pertencente.

A massa populacional reparte-se por duas tribos principais — Balanta e Brame — e uma minoria de pequenos núcleos de outras etnias que genèricamente designamos por «Outras» constituída por manjacos, fulas (do Futa, forros e pretos), papéis, etc., conforme o mapa a seguir em que fazemos a discriminação quantitativa pelos três estádios de idades:

QUADRO N.º 1

População presente de Bula por tribos segundo os estádios de idades e sexos

Tribos	Total geral	Total		População						Percentagem relativa ao total da população
				Infantil e adolecente		Adulta		Velha		
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F	100 %
Soma	**18.329**	**8.585**	**9.744**	**3.826**	**3.403**	**3.453**	**4.846**	**1.306**	**1.495**	
Brame	**7.548**	3.388	4.160	1.527	1.428	1.361	2.060	500	672	41,1
Balanta	**9.571**	4.641	4.930	2.104	1.760	1.824	2.432	713	738	52,2
Outras	**1.210**	556	654	195	215	268	354	93	85	6,7

Como se verifica do quadro junto, a população brame, que é autóctone, já foi suplantada numèricamente pelo povo invasor, os balantas, em cerca de 11,1 %.

A tendência do movimento das duas populações é para um maior afastamento no sentido negativo para os brames e positivo para os balantas, por virtude da intensa emigração dos primeiros e grande imigração dos segundos.

A proporção dos sexos traduz-se pela razão de 88,1 varões para 100 fêmeas no conjunto da população. É a representação numérica da grande predominância de mulheres na estrutura da população.

Esta desigualdade quantitativa de sexos varia conforme os estádios de idades e a tribo, como segue:

Tribos	Proporção dos Sexos (N.º de varões para 100 fêmeas)			
	No total de cada grupo	Por classes de idades		
		Pop. infantil e adolescente	Adulta	Velha
Brame	81,4	106,9	66,1	74,4
Balanta	94,1	119,5	75,0	96,6
Outras	85,0	90,6	75,7	109,4

Lefrou, na obra antes citada, regista os seguintes índices para as populações bantus, sudanezes e negro hamitas:

Grupos	Pop. infantil e Adolescente	Pop. Adulta	Pop. Velha
Bantu	92	74	100,3
Sudanez	97	80	106
Negro-Hamita	124	71	203

Enquanto nós determinamos um sex-ratio na infância e adolescência superior a 105 varões para 100 fêmeas, Lefrou, para os bantus e sudanezes, regista índices inferiores a cem. Devemos estar mais próximos da verdade porque é sabido que naquele estádio de idades a desproporção dos sexos favorece a masculinidade em detrimento da feminilidade. De resto é ele próprio quem afirma que «a partir de la puberté, le déséquilibre des sexes accentué correspondant à un sex-ratio de 75 hommes pour 100 femmes, se rencontre avec une particulière fréquence chez les Noirs Bantous et chez les Noirs Soudanais sylvestres du Cameroun».

António Carreira — «Apreciação dos Primeiros Números Discriminativos do Censo da População Não Civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa» — Boletim Cultural da Guiné n.º 21, de Janeiro de 1951 — indica para a população presente da Colónia um sex-ratio de 97,6 %. Sete das onze circunscrições aceitadas como divisões étnicas, na generalidade, apresentam uma proporção de sexos (V/F×100) superior a 100, e só na de Cacheu, ocupada pelos manjacos, ela desce para 79,1 número incontestàvelmente mais concordante com a realidade dos factos.

É o próprio Carreira (A.) que, fazendo a crítica dos apuramentos diz que «...conclui-se que no conjunto existe uma proporção de homens relativamente elevada: 97,6 na população presente e 98,1 na de residência habitual, o que em meu entender não é de aceitar. E digo que essa proporção é elevada porque reputo existirem erros por falta na notação hoje impossíveis de correcção...».

A proporção por nós determinada é de 88,1 homens para 100 fêmeas no conjunto da população. Na infância e adolescência sobe, em média, para 105, descendo nos adultos e velhos, respectivamente para 72 e 93 varões para cem mulheres.

A densidade da população referida aos 400 quilómetros quadrados em que se computa a superfície de Bula é de 45,08 habitantes.

As maiores densidades da Província são as das Circunscrições de Mansoa, Cacheu e Bolama, respectivamente, com 42,28, 35,50 e 27,66, números referidos por A. Carreira no trabalho anteriormente mencionado.

QUADRO N.º 2

População presente de Bula por grupos de idades quinquenais, segundo a tribo e o sexo

Grupos de idades	Total geral	Total		Tribos					
				Brame		Balanta		Outras	
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F
	18.329	**8.585**	**9.744**	**3.388**	**4.160**	**4.641**	**4.930**	**556**	**654**
Até 1 . . .	739	335	404	150	167	160	202	25	35
2/7 . . .	3.049	1.477	1.572	588	638	807	831	82	103
8/12 . . .	2.731	1.564	1.167	593	503	907	601	64	63
13 . . .	294	176	118	69	61	94	51	13	6
14 . . .	418	274	144	127	59	136	77	11	8
15/19 . . .	1.292	737	555	340	262	357	247	40	46
20/24 . . .	1.646	607	1.039	269	390	306	576	32	73
25/29 . . .	1.425	602	823	223	353	320	397	59	73
30/34 . . .	1.379	462	917	148	370	272	487	42	60
35/39 . . .	1.326	568	758	201	342	316	367	51	49
40/44 . . .	1.229	477	752	180	343	253	356	44	53
45/49 . . .	906	406	500	145	242	234	235	27	23
50/54 . . .	805	373	432	136	217	210	197	27	18
55/59 . . .	350	197	153	81	64	104	80	12	9
60/64 . . .	366	152	214	57	92	82	107	13	15
65/69 . . .	207	99	108	45	26	50	73	4	9
70/74 . . .	129	62	67	25	25	28	34	9	8
75/79 . . .	21	10	11	8	2	2	7	..	2
80 mais .	17	7	10	3	4	3	5	1	1

III

A NUPCIALIDADE

O homem é, por determinismo fisiológico, levado a desejar várias mulheres. Portanto, instintivamente, é um ser polígamo.

Napoleão certo dia disse a um dos seus oficiais que uma mulher não é suficiente para um homem porque não pode satisfazer os seus deveres de esposa quando está grávida, enquanto está menstruada, nem quando está enferma.

Esta afirmação posta na boca do grande cabo de guerra pelo Dr. Otto Schwartz — apud Fisiologia da Vida Sexual — reflete suficientemente a atitude do homem-instinto perante o magno problema da propagação da espécie

Porém, o Homo Sapiens não é um elemento desgarrado da natureza, um ser individualista auto-suficiente, nem tão pouco um joguete das forças dos seus instintos. É antes uma partícula de uma colectividade, um ser social, cuja vida, as exigências da civilização, os princípios morais e os imperativos económicos, em especial, comandam num movimento de reciprocidade.

Deste modo, o problema da sua organização familiar só pode ser visto com verdade à luz do condicionamento económico e social do meio que o circunda.

Como factores básicos da instituição poligâmica da família indígena cita António Carreira — «A Poligamia entre os grupos étnicos da Guiné Portuguesa» :

a) Os determinados pelas necessidades económicas;
b) Os de ordem social, ou, mais concretamente, próprios de costumes;
c) Os resultantes da desproporção dos sexos pelo predomínio das fêmeas;
d) Os resultantes de uma excessiva sensualidade do negro;
e) Os ligados ao poderio ou à riqueza;
f) Os de ordem biológica ou físio-psicológicas, no seu dizer.

Quais desses factores podem, pela sua generalidade e força, constituir as causas determinantes do fenómeno?

Os de ordem social ou, mais concretamente, próprios de costumes?

A ordem social é uma consequência da organização económica dos povos, a resultante do seu modo de produzir; os costumes não são mais do que os modos de agir dentro de uma colectividade determinados pelo condicionamento das experiências religiosa, económica e social vividas pelos nossos antepassados e por nós herdadas.

A desproporção dos sexos?

Como explicar que entre raças da mesma composição de sexos a poligâmia se apresenta mais acentuada numas que noutras? Não há países europeus em que a proporção dos sexos é a mesma que noutros asiáticos e, contudo, o problema se põe de maneiras antagónicas?

A excessiva sensualidade do negro será causa para citar? Primeiramente, não nos parece que ela existe, ou, pelo menos, que seja superior à das raças branca e amarela. O negro é mais impetuoso, talvez mais ardente e selvagem no seu amor, mas desconhece a luxúria requintada das outras duas raças que, pelos seus excessos voluptuosos, atestam uma grande sensualidade.

Os denominados físio-psicológicos derivados do prolongado aleitamento das crianças e a sustação das relações conjugais obrigando o homem a procurar a satisfação das suas necessidades fisiológicas através de outro casamento, por virtude da condenação das relações sexuais ilegítimas e do combate ao celibato, serão causa ou efeito?

As mulheres brancas concebem e amamentam e nem por isso deixam de cumprir os seus deveres de esposa impelindo os maridos para a poligâmia.

O aleitamento prolongado das crianças é de facto uma defesa contra uma gravidez permatura e o desaparecimento do leite quando ainda são de tenra idade. Ao fim de um ano já comem quase tudo — a razão da grande mortalidade depois dos cinco meses — e o leite materno diminui grandemente em quantidade devido à sub-alimentação das mães e degenera em qualidade pelas mesmas razões. Logo não deve constituir uma causa fundamental, mas sim secundária da Instituição. O homem só permitiu o longo repouso da actividade sexual da mulher quando se viu com as suas necessidades asseguradas pela propriedade de muitas outras.

Às causas apontadas damos a devida consideração como factores afluentes de uma causa principal da instituição poligâmica.

Ressalvadas todas as dúvidas, parece-nos que a poligamia deve a sua causa ao factor económico, quer se lhe chame poderio ou riqueza, quer necessidades diversas. Os outros factores parece-nos acessórios, ramificações de um tronco que é a necessidade de produzir para viver.

A necessidade de produzir cria a procura da mão-de-obra com uma intensidade tanto maior quanto maior é a carência de utensílios agrícolas. Vivendo numa sociedade que, pode dizer-se, não conhece a divisão do trabalho social e onde, portanto, não há a oferta da mercadoria força de trabalho, o homem primitivo obrigado a satisfazer isoladamente as suas necessidades viu-se na dura contingência de recrutar os únicos instrumentos de produção que o mercado lhe oferecia — as mulheres.

Casou uma, duas, três, tantas quantas foram precisas para o amanho das suas terras e à medida que a sua situação melhorou ou piorou assim aumentou ou diminuiu o número das suas esposas.

A poligamia não é um instinto, uma faceta da psicologia dos indígenas, mas uma necessidade económica imperativa.

Em contrapartida, não existe a poliandria. Todavia, a mulher tem a liberdade de possuir os amantes que quizer, designando-os gentilmente por camaradas. Num inquérito à fecundidade feminina efectuado por nós entre trezentas mulheres brames e trezentas balantas, registamos uma frequência de 1 a 3 amantes para cada uma das balantas inquiridas, tendo merecido a nossa curiosidade uma jóvem casada dos seus 25 anos aproximadamente que possuía 15 «camaradas» espalhados pelas áreas de três postos administrativos com os quais, periòdicamente, passava uma temporada. A própria referiu-se ao caso naturalmente, com um sorriso nos lábios e sem qualquer constrangimento. Talvez aquele sorriso exprimisse a alegria do triunfo de uma robustez sadia.

Ouvimos frequentemente falar da poligamia das populações africanas incivilizadas como significação de uma propriedade ilimitada de mulheres, factos geralmente referidos sobre bases de uma observação empírica.

Todavia, na Guiné, conforme o censo de 1950, verificamos que predomina a monogamia entre cincoenta por cento da população, seguindo a bigamia com uma larga, mas inferior, representação e depois os polígamos de 3, 4, etc. com índices pequenos.

No quadro n.º 3 repartimos os lares segundo o número de esposas. Nele vemos que os lares monógamos absorvem mais de 50 % do total dos lares e os bígamos 28 %, dividindo-se a parte restante entre as outras

QUADRO N.º 3

População presente de Bula. Lares segundo o número de esposas, por tribos

Grupos Étnicos	Total dos Lares	Lares segundo o número de esposas																			
		Com 1		Com 2		Com 3		Com 4		Com 5		Com 6		Com 7		Com 8		Com 9		Com 10	
		Números		Números		Números		Números		Números		Números		Números		Números		Números		Números	
		Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
No conjunto .	2.793	1.518	54,3 %	791	28,3 %	276	9,8 %	116	4,1 %	36	1,2 %	22	0,8 %	10	0,4 %	7	0,4 %	3	0,2 %	14	0,5 %
Balanta . .	1.641	930	56,6 %	494	30,1 %	150	9,1 %	52	3,2 %	11	0,7 %	4	0,3 %	–	–	–	–	–	–	–	–
Brame . . .	959	459	47,8 %	244	25,4 %	120	12,5 %	62	6,4 %	24	2,8 %	17	1,8 %	9	0,9 %	7	0,8 %	3	0,3 %	14	1,5 %
Outras . . .	193	129	66,8 %	53	27,4 %	6	3,1 %	2	1,0 %	1	0,6 %	1	0,6 %	1	0,5 %	–	–	–	–	–	–

classes. Quer dizer, mais de oitenta por cento das famílias pertencem ao grupo dos monógamos e bígamos, tendo aquele uma representação um pouco aquém do dobro deste.

Dos 959 lares brames, 47,8 % são monógamos, 25,4 % bígamos e 12, 5 % polígamos de 3; dos 1.641 lares balantas 56,6 % pertencem aos monógamos, 30,1 % aos bígamos e 9,1 % aos polígamos de 3.

O total dos lares monógamos e bígamos somados de cada uma das tribos em números relativos é de 86,7 % para os balantas e 73,2 % para os brames. A repartir pelas diversas classes de lares com mais de duas esposas ficam apenas os saldos de 13,3 % e 26,8 %, respectivamente.

Deste modo, considerando o caso geral do censo antes referido e deste nosso inquérito particular, podemos afirmar que na Guiné existe uma poligamia mitigada, sendo a monogamia a instituição predominante entre as famílias indígenas, exceptuando, é certo, os casos de poderio ou riqueza frequentes apenas entre régulos e donos de «grandes chãos».

Os balantas, pela observação directa da constituição de suas famílias, parecem-nos menos polígamos que os brames. Os números agora registados confirmam a ideia criada pelas nossas observações superficiais. À falta de melhores razões, julgamos que a causa deve residir na intensa imigração dos varões brames e na maior desproporção dos sexos que, como vimos, anda à volta de 66 machos para 100 fêmeas..

António Carreira — A poligamia entre os grupos étnicos da Guiné Portuguesa — situa os brames no 13.º lugar na ordem geral dos bígamos e monógamos e os balantas no 11.º.

IV

DA FECUNDIDADE FEMININA

Como anteriormente dissemos, realizámos em Fevereiro do corrente ano de 1952 um inquérito à fecundidade feminina entre trezentas mulheres brames e trezentas balantas.

Esse inquérito revestiu-se de uma certa delicadeza e exigiu um método diferente devido à reserva pertinaz da mulher indígena em fazer declarações àcerca dos sucessos ou insucessos da sua fecundidade.

Foi feito à porta fechada, longe de todos os ouvidos curiosos, e apenas testemunhado pelo intérprete, homem de alta posição na sua sociedade, alvo de grande consideração e respeito pelos seus cabelos brancos e formação moral.

O intérprete, que entende e fala o português, foi primeiramente adestrado no uso dos termos técnicos com explicações tão minuciosas quanto o permitiram as noções do explicador.

Houve um ensaio preliminar não só para pôr à vontade as mulheres e dar-lhes a conhecer das nossas intenções, vestidas de muito sigilo, como também para organizarmos uma técnica de interrogatório bastante difícil nestes casos.

E semanas depois começámos.

INQUÉRITO À FECUNDIDADE

Apuramento do número de filhos havidos e abortos, por idade das mães:

QUADRO N.º 4

Tribo Balanta

Grupos de idades (Q)	Total geral	Total		Filhos				Nado-mortos		Abortos
				Vivos		Falecidos				
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F	
	726	**389**	**337**	**235**	**227**	**151**	**108**	**3**	**2**	**86**
De 15/19 anos	10	8	2	5	1	3	1	..	..	2
» 20/24 »	88	39	49	32	32	7	15	..	2	11
» 25/29 »	195	100	95	66	62	33	33	1	..	29
» 30/34 »	134	77	57	45	39	32	18	..	..	14
» 35/39 »	139	78	61	44	45	34	16	..	..	12
» 40/44 »	88	51	37	25	29	25	8	1	..	12
» 45/49 »	72	36	36	18	19	17	17	1	..	6

INQUÉRITO À FECUNDIDADE

Apuramento do número de filhos havidos e abortos, por idade das mães:

QUADRO N.º 5

Tribo Brame

Grupos de idades (Q)	Total geral	Total		Filhos				Nado-mortos		Abortos
				Vivos		Falecidos				
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F	
	866	**447**	**419**	**289**	**250**	**154**	**158**	**4**	**11**	**97**
De 15/19 anos	20	10	10	7	10	3	..	..	..	4
» 20/24 »	124	63	61	44	49	17	11	2	1	12
» 25/29 »	166	89	77	62	48	27	27	..	2	16
» 30/34 »	118	72	46	51	36	20	18	1	2	12
» 35/39 »	151	80	71	47	41	33	29	..	1	26
» 40/44 »	177	79	98	48	43	30	42	1	3	18
» 45/49 »	110	54	56	30	23	24	31	..	2	9

Apuramento do número de mulheres estéreis por idades (Q), segundo os anos de casamento:

QUADRO N.º 6

Tribo Balanta

Grupos de idades (Q)	Total geral	Anos de Casamento				
		0-4	5-9	10-14	15-19	20 e mais
	35	**32**	**1**	**2**	–	–
De 15/19 anos	**17**	17	–	–	–	–
» 20/24 »	**16**	15	1	–	–	–
» 25/29 »	**1**	–	–	1	–	–
» 30/34 »	**1**	–	–	1	–	–
» 35/39 »	–	–	–	–	–	–
» 40/44 »	–	–	–	–	–	–
» 45/49 »	–	–	–	–	–	–

INQUÉRITO À FECUNDIDADE

Apuramento do número de mulheres estéreis por idades (Q), segundo os anos de casamento:

QUADRO N.º 7

Tribo Brame

Grupos de idades (Q)	Total geral	Anos de Casamento				
		0-4	5-9	10-14	15-19	20 e mais
	20	**12**	**3**	**2**	–	**3**
De 15/19 anos	8	8	–	–	–	–
» 20/24 »	6	4	2	–	–	–
» 25/29 »	2	–	1	1	–	–
» 30/34 »	1	–	–	1	–	–
» 35/39 »	1	–	–	–	–	1
» 40/44 »	1	–	–	–	–	1
» 45/49 »	1	–	–	–	–	1

O trabalho foi duro, fastidioso e fatigante. De todos os inquéritos à população este foi o mais difícil e menos convidativo. Nunca pudemos passar de uma média de 15 mulheres inquiridas diàriamente.

Foram objecto do inquérito mulheres casadas das duas tribus compreendidas no escalão de idades 15-49 anos, por entendermos limitada a este intervalo a actividade sexual útil feminina.

À designação de aborto emprestamos a significação de todo o feto inviável expulso do útero voluntária ou involuntàriamente; por nado-morto subentendemos o ser nascido com a forma humana e diferenciação sexual com qualquer tempo de gestação, mas que não chegou a respirar antes, durante ou depois do parto.

Conforme os quadros n.os 4 e 5, verificamos que 300 mulheres brames de 15-49 anos sofreram 963 gravidezes e igual quantidade de mulheres balantas, nas mesmas condições, 812, o que em números absolutos representa uma taxa de capacidade genital de 3,1 para as primeiras e 2,7 para as segundas.

O número de infecundas foi no total de 20 para as brames e 35 para as balantas, com uma representação percentual de 6,6 % e 11,6 %, respectivamente, do total de cada grupo.

O total dessas fêmeas consideradas infecundas acha-se diferentemente distribuído pelos anos de casamento dentro de cada tribo.

Registamos que nos primeiros cinco anos de casamento houve uma maior proporção de infecundidade: — 4 % entre as fêmeas brames e 11 % entre as balantas, números percentuais bastante elevados quando confrontados com os índices totais de 6,6% e 11,6 %.

O Quadro a seguir descrimina o número de gestações por tribos segundo os anos de casamento:

Tribos	Total	Anos de casamento e N.º de gestações									
		Com 1/5		Com 6/10		Com 11/15		Com 16/20		Com + de 20	
		Números		Números		Números		Números		Números	
		Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
Total de gestações	**1.775**	**168**	**9,6 %**	**447**	**25,2 %**	**335**	**19,0 %**	**254**	**14,1 %**	**571**	**32,1 %**
Brame	963	80	8,3 %	193	20,0 %	170	17,7 %	155	16,0 %	365	38,0 %
Balanta	812	88	10,8 %	254	31,3 %	165	20,3 %	99	12,2 %	206	25,4 %

Prinzing, citado pelo Prof. Dr. Almeida Garret — Os Problemas da Natalidade (Centro de Estudos Demográficos, revista n.º 4) — diz que o período de larga produtividade do matrimónio é o dos primeiros quinze anos; depois há uma baixa sensível».

Referindo-se, julgamos, à raça branca, o problema não se põe em termos idênticos para os indivíduos da raça negra.

Verificamos que com referência às nossas duas tribos a produtividade feminina atinge o seu máximo expoente depois dos 16 anos de casamento que calculamos de conformidade com o Quadro anterior em 54% e 37,6 % para cada uma das tribos, relativamente ao total das gestações. A taxa menor localiza-se nos primeiros cinco anos.

O fenómeno torna-se compreensível, porquanto, como sabemos, a mulher indígena só concebe, regra geral, de três em três anos. Ora, no período de 25 anos de casada (15-49 anos), potencialmente e nas condições periódicas em que se processa a sua fecundação, ela só poderá ter uma média de 8 gravidezes.

Regula, portanto, a concepção segundo períodos mais ou menos certos e, deste modo, só com o avançar dos anos de matrimónio poderá ela aumentar a sua prole, diminuta nos primeiros anos e maior depois de decorridos metade da sua vida sexual útil.

Como antes já referimos, o número de infecundas foi de 20 para as mulheres brames e de 35 para as balantas, números representados por uma percentagem de 6,6 % e 11,6 %, respectivamente.

Lefrou (Obra citada) diz que as taxas de esterilidade são diferentes segundo as raças e refere-se aos seguintes índiceis para:

Bantus	7,8 %
Negros Sudanezes	13,8 %
Negros Hamitas	29,8 %
Média	9,8 %

Nós determinamos, para confronto com a média de Lefrou, uma percentagem média de 9,1 % para o conjunto das duas tribos.

Todavia, não queremos ir adiante sem objectar que 40 % das mulheres brames inquiridas e 48 % das balantas pertencem ao grupo de idades 15-19 anos, período que entre os indígenas representa a idade núbil por excelência.

Teremos assim incluído como estéreis mulheres que devido ao seu período curtíssimo de vida conjugal não tiveram ainda a sorte de serem bafejadas pela graça da concepção.

Parece-nos, portanto, mais aceitável e como melhor expressão da realidade, calcular os coeficientes de esterilidade relativamente às mulheres com 20 anos ou mais de idade, abrangidas pelo período mínimo de 0-4 anos de matrimónio.

Equacionando o problema nestes termos, teríamos para cada grupo de 300 mulheres brames e balantas, respectivamente, 12 e 18 estéreis (temporária ou definitivamente).

O coeficiente bruto de 9,8 % avaliado para o conjunto passaria então a 5 % como média aritmética dos dois termos 4 e 6 por cento calculado para cada uma das tribos.

Lefrou (obra citada) diz que «dans la circonscription de Adoumás 10 % des femmes sont stériles et le taux de capacité génitale peut être avalué à 3,07 par femme».

Os resultados do inquérito resumiram-se nos dois seguintes quadros:

Tribo Brame

Idade Q das Mães	Total Geral dos Nados	Total		Filhos				Nado-Mortos		Abortos
				Vivos		Falecidos				
		V	F	V	F	V	F	V	F	
	866	**447**	**419**	**289**	**250**	**154**	**158**	**4**	**11**	**97**
15/19 anos .	**20**	10	10	7	10	3	–	–	–	4
20/24 » .	**124**	63	61	44	49	17	11	2	1	12
25/29 » .	**166**	89	77	62	48	27	27	–	2	16
30/34 » .	**118**	72	46	51	36	20	18	1	2	12
35/39 » .	**151**	80	71	47	41	33	29	–	1	26
40/44 » .	**177**	79	98	48	43	30	42	1	3	18
45/49 » .	**110**	54	56	30	23	24	31	–	2	9

Tribo Balanta

Idade Q das Mães	Total Geral dos Nados	Total		Filhos				Nado-Mortos		Abortos
				Vivos		Falecidos				
		V	F	V	F	V	F	V	F	
	726	**389**	**337**	**235**	**227**	**151**	**108**	**3**	**2**	**86**
15/19 anos .	**10**	8	2	5	1	3	1	–	–	2
20/24 » .	**88**	39	49	32	32	7	15	–	2	11
25/29 » .	**195**	100	95	66	62	33	33	1	–	29
30/34 » .	**134**	77	57	45	39	32	18	–	–	14
35/39 » .	**139**	78	61	44	45	34	16	–	–	12
40/44 » .	**88**	51	37	25	29	25	8	1	–	12
45/49 » .	**72**	36	36	18	19	17	17	1	–	6

Um simples percurso pelos escalões de idades dos dois quadros mostra-nos que a frequência dos nascimentos é muito mais intensa no período dos 25-39 anos do que nos restantes grupos, atingindo uma proporção que excede notòriamente os 50 % dos nascimentos totais.

Os abortamentos, definidos nos termos antes referidos, foram de 97 e 86 para cada uma das duas étnias.

Relacionando o seu número ao total de prenheses acharemos as percentagens respectivas de 10,0 % e 10,5 %, ou seja uma média aritmética de 10,2 %.

Porém, se por termo de comparação tomarmos os filhos concebidos (nado-vivos mais nado-mortos) as taxas reduzem-se a:

Tribos	Percentagem dos abortos	Total de	
		filhos havidos	abortos
	11,5 %	**1.592**	**183**
Brame	11,2 %	866	97
Balanta	11,8 %	726	86

A. Carreira — «Movimento Natural da População não Civilizada da Circunscrição Civil de Cacheu» — refere-se a uma percentagem de 12,7 % calculada sobre o total dos filhos havidos.

Estas percentagens tão grandes de abortamentos, quase sempre involuntários, estão de harmonia com as condições higiénicas das grávidas que, durante o período de gestação, a despeito da má alimentação, são ainda sobrecarregadas de duros trabalhos.

Para fixação das taxas de fecundidade seguiremos as fórmulas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística registadas por Carreira no trabalho já mencionado.

«Assim, M representará o número total de mulheres aptas para a reprodução; m o número das que tiveram filhos até à data do censo ou do inquérito parcial; e F o número total de filhos havidos por m mulheres até à referida data.

«A razão (F:M) entre o número de filhos tidos e o total das mulheres representa uma razão cumulativa de fecundidade: «cumulativa» porque não se refere a determinada unidade de tempo, e sim abrange todo o período da actividade reprodutora de cada mulher observada, até à data do censo.

«A razão (F:m), entre o número de filhos tidos e o número das mulheres que tiveram filhos, representa uma razão cumulativa de prolificidade.

«A razão (m:M), entre o número de mulheres que tiveram filhos e o total das mulheres, representa a quota as mulheres prolíficas.

«Essas três razões são ligadas entre si pela relação:

«F:M = (m:M) X (F:m), o qual mostra que a razão de fecundidade é igual ao produto da cota das mulheres prolíficas pela razão da prolificidade.

«Denominam-se taxas de fecundidade ou de prolificidade, os produtos por 100 ou por 1.000 dos valores das respectivas razões».

Registemos os dados do nosso inquérito:

Tribos	Mulheres aptas para a reprodução (M)	Mulheres que tiveram filhos (m)	Número de filhos havidos por (m) mulheres
No conjunto	**600**	**545**	**1.592**
Brame	300	280	866
Balanta	300	265	726

Substituindo as incógnitas pelos seus valores, determinamos as taxas que adiante seguem:

Tribos	Taxas de fecundidade comulativa (F:M) X 100	Taxas cumulativas de prolificidade (F:M) X 100	Quota das mulheres prolíficas (m:M) X 100
No conjunto	**265,3**	**292,1**	**90**
Brame	288,6	309,2	90
Balanta	242,0	273,9	88

INQUÉRITO À FECUNDIDADE

Mapa de apuramento do número de mulheres fecundas e infecundas por anos de casamento, segundo a frequência das gravidezes:

QUADRO N.º 8

Tribo Balanta

N.º de anos de casamento	Total das mulheres	Número de mulheres fecundas com (gravidezes)										Mulheres infecundas
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Total de mulheres	300	57	61	59	31	29	17	5	5	–	1	35
	812	**57**	**122**	**177**	**124**	**145**	**102**	**35**	**40**	–	**10**	
0 (meses)	7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
1 ano	13	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	10
2 »	19	13	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6
3 »	21	12	2	1	–	–	–	–	–	–	–	6
4 »	23	13	7	–	–	–	–	–	–	–	–	3
5 »	15	5	7	1	1	–	–	–	–	–	–	1
6 »	16	1	11	4	–	–	–	–	–	–	–	–
7 »	19	2	12	4	1	–	–	–	–	–	–	–
8 »	22	–	7	11	2	2	–	–	–	–	–	–
9 »	15	2	3	3	4	3	–	–	–	–	–	–
10 »	22	2	5	10	3	2	–	–	–	–	–	–
11 »	9	–	–	4	2	1	–	–	–	–	–	22
12 »	12	–	–	6	1	2	3	–	–	–	–	–
13 »	7	1	–	2	3	1	–	–	–	–	–	–
14 » »	9	1	1	3	1	3	–	–	–	–	–	–
15 »	9	–	–	3	5	–	1	–	–	–	–	–
16 »	2	–	–	1	1	–	–	–	–	–	–	–
17 »	4	–	–	1	2	1	–	–	–	–	–	–
18 »	6	1	2	1	–	–	1	1	–	–	–	–
19 »	3	–	–	–	–	1	1	–	–	–	–	–
20 »	8	–	1	1	2	2	2	–	–	–	–	–
20 mais	39	1	3	3	3	11	10	3	4	–	1	–

INQUÉRITO À FECUNDIDADE

Mapa de apuramento do número de mulheres fecundas e infecundas por anos de casamento, segundo a frequência das gravidezes:

QUADRO N.º 9

Tribo Brame

N.º de anos de casamento	Total das mulheres	Número de mulheres fecundas com (gravidezes)										Mulheres infecundas
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Total de mulheres	300	48	56	53	44	34	27	11	5	1	1	20
	963	**48**	**112**	**159**	**176**	**170**	**162**	**77**	**40**	**9**	**10**	
0 (meses)	3	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
1 ano . .	5	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3
2 » . .	15	11	2	–	–	–	–	–	–	–	–	2
3 » . .	16	11	2	–	–	–	–	–	–	–	–	3
4 » . .	19	11	6	1	–	–	–	–	–	–	–	1
5 » . .	12	4	6	2	–	–	–	–	–	–	–	–
6 » . .	9	–	8	–	–	–	–	–	–	–	–	1
7 » . .	16	2	6	7	–	1	–	–	–	–	–	–
8 » . .	20	1	8	7	2	–	–	–	–	–	–	2
9 » . .	16	1	3	5	6	1	–	–	–	–	–	–
10 » . .	13	1	2	4	2	3	–	–	–	–	–	1
11 » . .	16	–	1	7	2	1	1	–	–	–	–	4
12 » . .	13	–	3	1	6	–	2	1	–	–	–	–
13 » . .	8	2	–	2	3	1	–	–	–	–	–	–
14 » . .	7	–	–	2	2	2	1	–	–	–	–	–
15 » . .	5	–	–	1	3	–	1	–	–	–	–	–
16 » . .	5	–	–	–	3	1	–	–	1	–	–	–
17 » . .	4	–	–	–	1	1	1	–	–	1	–	–
18 » . .	10	–	1	3	–	3	1	2	–	–	–	–
19 » . .	9	–	–	2	3	–	4	–	–	–	–	–
20 » . .	4	–	–	–	1	2	–	1	–	–	–	–
20 mais. .	75	2	8	8	10	18	17	7	4	–	1	–

A. Carreira, de um inquérito feito entre a tribo manjaca, determinou uma taxa de fecundidade de 366,84 com contrapartida numa de prolificidade de 386,2, números bastante elevados quando comparados com os nossos.

Da mortalidade — Os nado-mortos, num total de 15 brames (4V-11F) e de 5 balantas (3V-2F) representam, respectivamente, uma percentagem de 1,7 e 0,68 % relativamente ao total dos nascimentos (nado-vivos mais nado-mortos).

Em ambas as tribos houve uma predominância de machos nos nascimentos, conforme o princípio cientìficamente aceite de que nascem mais varões do que fêmeas como compensação de uma letalidade maior dos primeiros.

Verificamos que as mulheres brames concebem 106,6 machos por cada 100 fêmeas, e as mulheres balantas 115,4, o que poderemos resumir numa média aritmética global de 111 %, quer dizer, um nascimento global de 111 indivíduos do sexo masculino para cada 100 do sexo feminino.

Como vemos dos mapas competentes, as mulheres brames dos 851 filhos nado-vivos concebidos pagaram de tributo à morte 312; as balantas geraram 721 e perderam 259.

Em face destes números calculamos uma taxa de mortalidade por 1.000 nado-vivos de 366,6 e 359,2, respectivamente, para brames e balantas, ou seja uma mortalidade média (aritmética) de 362,9 por mil nascidos com vida.

A. Carreira, utilizando os dados do seu inquérito à fecundidade feminina entre manjacos, determinou um coeficiente de mortalidade infantil de 32,42 %, ou seja 324,2 por mil nado-vivos.

Compensando a supremacia dos nascimentos masculinos houve, por contrapartida, uma maior mortalidade média deste sexo. A proporção foi de 97,4 varões brames e 139,8 balantas para 100 fêmeas, o que exprimimos pela percentagem média (aritmética) de 118,6 óbitos de indivíduos masculinos para cada 100 do sexo oposto.

V

NATALIDADE

Por natalidade entendemos o número de nascimentos relativo ao total da população.

Dois são os processos utilizados no seu cálculo: Um, toma por base o total dos seres saídos do ventre materno com o tempo de gestação suficiente para viabilidade (nado-vivos mais nado-mortos) — *Natalidade total;* outro, entra em equação apenas com os nascidos vivos — *Natalidade Efectiva.*

Se dividirmos o total dos nascidos vivos (Natalidade Efectiva) pela população e referirmos o quociente a 100 ou 1.000 habitantes, teremos o Coeficiente Bruto de Natalidade.

Porém, a função da natalidade não é apanágio de todos os elementos de uma população porque nela encontramos criaças, velhos e velhas que não podem procriar. Quer dizer que, primordial e especialmente, teremos de entrar em linha de conta com aquele grupo de indivíduos que, tendo chegado à plenitude do seu desenvolvimento fisiológico, total ou parcial, adquiriram a capacidade de reprodução.

Estarão neste caso as mulheres que atingiram a puberdade e, consequentemente, se tornaram aptas para a fecundação.

Este aspecto do problema é daqueles que não pode deixar de ser considerado quando se fala da natalidade de uma raça ou povo, porquanto, se em duas populações iguais numèricamente uma tiver maior número de mulheres aptas para a fecundidade, o coeficiente bruto de natalidade, igual para ambas, representa maior produtividade para uma e menor para outra.

Landry (Adolphe) — Traité de Démographie — Payot, Paris, 1943 — diz: — «Comme pour la mortalité, les taux bruts de natalité n'ont qu'une signification restreinte et ne mesurent qu'imparfaitement la fecondité d'une population, dont la notion s'impose facilement à l'espirit.

«Les taux très élévés qu'on pourra relever pour les villes nouvelles seront évidemment dus à des compositions anormales de la population. Le rôle pertubateur du facteur âge est plus important pour la natalité que pour la mortalité, en raison de la faible durée de la période de procréation».

Para uma solução mais satisfatória do problema, foi preciso dispensar uma importância muito especial a esse factor perturbador da natalidade, que é a idade dos pais.

Mas como diversas circunstâncias, a ilegitimidade dos filhos nos países civilizados, por exemplo, dificultam a determinação da idade dos pais, restringiu-se este quesito à repartição das idades das mães sempre determinável.

Dividindo assim a Natalidade Efectiva pelo número das mulheres aptas para a fecundação enquadradas no escalão de 15-49 anos, e referindo o quociente a 1.000 mulheres, teremos o Coeficiente de Natalidade Específica ou a taxa de Fecundidade Geral, muito mais expressiva que os coeficientes brutos de natalidade.

E mobilizadas estas noções, vamos estudar as duas tribos no campo da sua natalidade.

Conforme se lê nos Quadros 10 e 11, o total dos nascimentos ocorridos em 1951 e 1952 foram, respectivamente, de 805 e 919.

QUADRO N.º 10

Ano de 1951

Mapa de apuramento dos nascimentos indígenas por meses, segundo a tribo e sexos:

	Total	Total		Balanta		Brame		Outras	
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F
	805	**380**	**425**	**171**	**172**	**192**	**234**	**17**	**19**
Janeiro	58	32	26	19	9	11	14	2	3
Fevereiro	35	18	17	6	8	12	9	–	–
Março	58	31	27	20	15	11	10	–	2
Abril	33	13	20	6	10	7	10	–	–
Maio	138	61	77	28	36	32	39	1	2
Junho	68	36	32	20	15	15	17	1	–
Julho	65	40	25	18	10	18	9	4	6
Agosto	60	23	37	8	17	12	18	3	2
Setembro	81	42	39	19	10	22	28	1	1
Outubro	82	36	46	7	13	28	32	1	1
Novembro	66	27	39	11	13	12	24	4	2
Dezembro	61	21	40	9	16	12	24	–	–

QUADRO N.º 11

Ano de 1952

Mapa de apuramento dos nascimentos indígenas por meses, segundo a tribo e sexos:

	Total	Total		Balanta		Brame		Outras	
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F
	919	**461**	**458**	**207**	**221**	**220**	**211**	**34**	**26**
Janeiro	53	25	28	12	10	11	17	2	1
Fevereiro	67	38	29	10	11	27	17	1	1
Março	102	53	49	31	26	20	19	2	4
Abril	96	39	57	21	35	15	19	3	3
Maio	63	32	31	16	10	12	19	4	2
Junho	58	28	30	12	19	15	10	1	1
Julho	83	40	43	19	22	15	19	6	2
Agosto	93	45	48	21	23	22	20	2	5
Setembro	75	40	35	19	18	16	17	5	–
Outubro	66	31	35	12	13	19	20	–	2
Novembro	88	49	39	17	14	30	24	2	1
Dezembro	75	41	34	17	20	18	10	6	4

Dividindo estes dois números pelo total da população — 18.329 indivíduos —, teremos os seguintes coeficientes brutos de natalidade referidos a 1.000 habitantes:

1951	43,9 ‰
1952	50,1 ‰
Média de 2 anos	47,0 ‰

Quer dizer que anualmente nascem em média 47 crianças por cada mil habitantes da região.

As duas tribos — balanta e brame — concorrem diferentemente para a constituição destes índices.

Os balantas com um efectivo populacional de 9.571 indivíduos produziram 343 e 428 crianças, respectivamente, em 1951 e 1952; os brames, com 7.548, procriaram 426 no primeiro ano e 431 no segundo.

De conformidade com estes dados, podemos fixar os coeficientes brutos de cada uma das tribos nos períodos de tempo apontados:

	Ano de 1951	Ano de 1952	Média
Balanta	35,1 ‰	44,7 ‰	39,9 ‰
Brame	56,4 ‰	57,1 ‰	56,7 ‰

Perguntamos: — Corresponderão os coeficientes determinados para a tribo balanta à realidade dos nascimentos ocorridos? A nossa resposta só poderá ser negativa. Basta reparar no índice de 1951 — 35,1‰ — e compará-lo com o do ano seguinte — 44,7‰ — para se aperceber que houve omissão de registos, porquanto, num período de tempo tão curto (um ano), sem qualquer factor que ferisse a composição da população, não poderia haver uma diferença tão grande na natalidade.

É que os balantas, por mais incivilizados que os brames, menos expontâneamente efectuaram o registo dos seus filhos.

À medida que o tempo corre vai-se eliminando a resistência da população e os índices progressivamente melhoram.

Por estas razões é que aceitamos como melhor expressão da realidade todas as taxas respeitantes ao ano de 1952 em detrimento das dos anos anteriores.

A mortinatalidade total foi de 5 em 1951 e 18 em 1952, conforme o quadro a seguir:

Tribos	Ano de 1951			Ano de 1952		
	Total	V	F	Total	V	F
Total geral .	**5**	**3**	**2**	**18**	**12**	**6**
Balanta . .	–	–	–	7	4	3
Brame. . .	5	3	2	6	3	3
Outras. . .	–	–	–	5	5	–

Deduzindo da natalidade total dos dois anos — 805 e 919 nascimentos — a mortinatalidade respectiva — 5 e 19 nado-mortos — teremos a natalidade efectiva, ou seja o total dos nascidos com vida em cada um dos dois períodos, — 800 para o ano de 1951 e 901 para o de 1952.

Calculamos assim o Coeficiente bruto de Natalidade Efectiva que é o facto a que se alude sempre que em demografia se fala simplesmente em natalidade.

Ela é assim traduzida:

Ano de 1951	43,6 ‰
Ano de 1952	49,1 ‰
Média aritmética	46,3 ‰

Do mesmo modo que para o coeficiente anteriormente achado, os balantas e brames entraram com cotas diferentes para a composição deste:

	Ano de 1951	Ano de 1952	Média
Balanta	35,8 ‰	43,9 ‰	39,0 ‰
Brame	55,7 ‰	56,3 ‰	56,0 ‰

Lefrou diz que «il semble qu'il y ait lieu d'admettre pour la natalité, comme bonne valeur moyenne en Afrique, 40 à 45 pour 1.000 habitants, avec exceptionellement des poussées ateignant 60 pour 1.000 peut-être même plus».

Carreira (António) indica no trabalho a que já nos referimos coeficientes de 38,7 52,7, 52,8, 45,7 e 61,5‰ para diversos territórios ocupados por manjacos e uma média aritmética de 51,1‰

Vemos assim confirmadas as estimativas do Dr. Lefrou, desde os seus 40 a 45‰ habitantes até às grandes «poussées ateignant 60‰».

Sob o ponto de vista da natalidade os países classificam-se em três grupos:

De alta natalidade com taxas superiores a 30 nascimentos por 1.000 habitantes; de natalidade média entre 20 a 30 e de baixa natalidade com menos de 20.

Daí, com desassombro, podemos afirmar que as populações estudadas são de alta natalidade.

E para que tenhamos uma ideia mais concreta da sua grande prolificidade, que é, aliás, a característica geral de toda a população da Guiné, não será desconexo, a título de comparação e medição de valores, inserir aqui as taxas respeitantes a diversos países civilizados indicadas por Alfred Sauvy — La Population (Presses Universitaires de France, 1948) —, respeitantes a 1938-1939:

Países de alta natalidade (Por 1.000 habitantes)

Filipinas	32,4	Palestina	38,5
Chile	32,7	Estados Malaios ..	41,1
Índias	33,5	Egipto	43,4
Venezuela	35,6	Nova Zelândia ...	44,4
Ceilão	35,9	México	44,5

Países de natalidade média (Por 1.000 habitantes)

Holanda	20,5	Polónia	24,5
Filândia	21,1	Portugal	26,7
Bulgária	22,1	Roménia	29,0
Itália	23,6	África do Sul ...	25,1
Espanha	24,0	U. R. S. S.	30 (?)

Países de baixa natalidade (Por 1.000 habitantes)

França	14,6	Estados Unidos ...	17,5
Suécia	15,1	Austrália	17,0
Suíça	15,2	Alemanha	19,9
Noruega	15,8	Dinamarca	18,6
Bélgica	15,6	Checoslováquia ...	16,8

Como vemos, as taxas apuradas para a raça negra chegam, por vezes a ser tripla das de muitos países.

É que produzir filhos é uma função social do homem negro ainda desconhecedor, por virtude do condicionamento da sua vida económica, dos processos do neo-maltusianismo.

Como anteriormente tivemos a oportunidade de dizer, a idade dos pais concorre preponderantemente no quantitativo das gestações de qualquer região. Com certeza que um país onde predomina a juventude deverá ter uma produtividade muito maior que outro em que os velhos sejam o elemento dominante da população.

Para eliminar ou atenuar essa desigualdade expressa nos coeficientes brutos de natalidade, adoptou-se uma outra medida de valores denominada Coeficiente de Natalidade Específica, ou simplesmente Taxa e Fecundidade, que é a razão referida a 1.000 do número de nascimentos produzidos por mulheres no período de 15-49 anos, período estimado de actividade sexual útil.

Há autores que discordam, contudo, deste método pelas diferenças das condições mesológicas, económicas, sanitárias e até de estado civil que podem ferir a população feminina de dois países.

Embora lhes reconheçamos razão, todavia, dentro da nossa curta visão destes problemas, parece-nos que em África, pelo nivelamento das condições materiais e ambientais das populações, pela grande liberdade sexual da mulher indígena que ainda mal se lhe despontam os seios já se inicia nos segredos do amor, pela quase ausência de celibatarismo, julgamos que não é de desprezar o factor idade na determinação das taxas de fecundidade, como medida de confrontos inter-regionais e internacionais.

As mulheres de 15-49 anos — Quadro n.º 2 — totalizam 5.344. Sendo a natalidade efectiva de 800 nascimentos em 1951 e de 901 em 1952, determinamos, com referência a 1.000 mulheres, as taxas de Natalidade Específica ou Fecundidade Fisiológica Geral:

Ano de 1951	Ano de 1952	Média dos 2 anos
149,7 ‰	168,6 ‰	159,1 ‰

E, como vimos dizendo, estimamos mais condizentes com a realidade os números respeitantes ao ano de 1952 por ser aquele em que melhor se cuidou do registo dos factos.

VI

DA MASCULINIDADE DOS NASCIMENTOS

A masculinidade nos nascimentos pode determinar-se, quer referindo o número dos varões ao total dos nascimentos, quer relacionando-o com o total dos nascimentos femininos.

No primeiro caso — diz-nos Landry — as taxas são um pouco superiores a 0,5, e no segundo um pouco superiores à unidade.

E acrescenta, como aliás lemos já em diversos autores, que o número de varões é sempre superior ao das fêmeas.

Essa proporção varia segundo Cuénot — referência do Prof. Mendes Correia (A Masculinidade em Portugal — Revista do Centro de Estudos Demográficos n.º 3) — entre 105 a 118 machos para 100 fêmeas.

Lefrou indica as proporções de 104 a 105 indivíduos do sexo masculino para 100 do sexo feminino.

O Prof. Mendes Correia — obra referida — levanta a hipótese «de que a masculinidade nos nascimentos constituísse uma compensação natural de uma letalidade geminal dos machos por virtude da heterozigotia masculina», hipótese, no seu dizer, também criada por Fr. Lenz.

Com respeito à população que vimos estudando, verificamos que houve a seguinte diferenciação quantitativa de sexos:

	Ano de 1951	Ano de 1952
Varões	380	461
Fêmeas	425	458
N.º de varões para 100 fêmeas ...	89,4	100,6

Quer dizer: — Em 1951 nasceram mais fêmeas do que machos e no ano seguinte inverteram-se os papéis dando primazia aos varões, embora em fraquíssima proporção.

Mesmo que atribuamos a predominância dos nascimentos femininos em 1951 a quaisquer erros ainda desconhecidos, o que nos levaria a refutar conclusões alicerçadas nos números achados, o facto é que no ano seguinte um excesso de varões sobre fêmeas tão escasso igualmente obriga a nada concluir.

Carreira (A.), trabalhando com uma população de 81.000 indivíduos aproximadamente determinou uma taxa de masculinidade de 102,1 (V/100F), no seu dizer bastante insignificante.

Landry afirma que esta regra geral — o excesso de nascimentos varões sobre fêmeas — não sofre excepção quando se trabalha com agregados populacionais bastante grandes.

Daí o presumirmos que a fraquíssima proporção dos nascimentos masculinos sobre os femininos por nós achada se justifica com a pequenez da massa populacional estudada.

Só o estudo aturado dos fenómenos da natalidade realizado em toda a província entre os seus 508.000 habitantes poderia-nos dizer até que ponto os factos confirmam a douta opinião de Landry.

Facto curioso é que pelos números do inquérito à fecundidade feminina determinámos uma taxa de masculinidade elevada — 111 % —, média das duas tribos estudadas, enquanto os factos do registo civil só acusam uma proporção insignificante de 100,6 %.

Não percebemos as causas deste desvio, apesar de todas as investigações concernentes à descoberta de tabus ou superstições que levem os indígenas a mudar o sexo às crianças por ocasião do registo.

VII

DA MULTINATALIDADE

Para o estudo desta faceta da natalidade só considerámos os dados de 1952 por os do ano anterior serem bastante irrisórios.

De resto, em todos os números apurados neste trabalho indicamos como mais completos e verdadeiros os de 1952, não só por termos sido nós a registá-los e a fiscalizar a sua efectivação, pondo, portanto, um interesse de carácter particular na recolha e registo dos factos, como, principalmente, pelo menor número de erros e omissões por parte das populações que já vão aceitando razoàvelmente o registo civil.

No mapa a seguir registamos os partos múltiplos ocorridos nos dois anos:

Tribos	Ano de 1951			Ano de 1952		
	Número de partos múltiplos	V	F	Número de partos múltiplos	V	F
Total. . .	**6**	**4**	**8**	**18**	**24**	**12**
Balanta . . .	2	1	3	5	5	5
Brame. . . .	4	3	5	12	18	6
Outras. . . .	–	–	–	1	1	1

Como se verifica o número de partos múltiplos registados em 1951 foi deveras irrisório.

Como anteriormente assinalamos, tal prática deve-se ao costume dos balantas e brames desfazerem-se de um dos gémeos pelo abandono no mato, promovendo o registo de apenas um.

Em 1952, como consequência de uma maior fiscalização, o número de partos múltiplos subiu para 18, ou seja um aumento de 200 %.

Regista-se na multinatalidade uma grande predominância dos varões sobre as fêmeas, traduzida, no caso vertente, por uma proporção de 200 varões para 100 fêmeas.

Relacionando o total dos partos múltiplos — 18 — com o total dos nascimentos ocorridos durante o ano (nado-mortos mais nado-vivos), e referindo o quociente a 1.000 partos, determinamos a permilagem elevada de 19,5.

O Prof. Dr. Almeida Garrett — Problemas de Natalidade — Centro de Estudos Demográficos — Revista n.º 4 — sublinhando que há uma maior propensão para a multiparidade nos povos do norte europeu do que nos meridionais, indica as seguintes taxas referidas a 1.000 partos:

Dinamarca	13,9	Alemanha	12,7	Espanha	8,7
Filândia	14,7	Áustria	12,6	França	10,9
Noruega	13,3	Hungria	13,1	Itália	11,7
Suécia	14,6	Suíça	12,6	Roménia	8,8

À laia de esclarecimento, cumpre-nos dizer, que, a despeito da unidade de tempo a que referimos os números deste capítulo, a tendência é sempre para subir e nunca no sentido retrógrado, com respeito a qualquer índice fixado neste trabalho. E assim se torna compreensível porque o rolar dos anos só poderá trazer mais expontaneidade nos registos dos factos relacionados com a natalidade e a mortalidade, e não o seu retraímento.

Boldrini, citado por Carreira (A.), diz que «a demografia nos ensina que, em geral, aparece um par de gémeos em cerca de 84 partos, um trio em cada 84^2 partos, um quarteto em 84^3 partos, e assim por diante, segundo a lei-empírica de Hellin-Livi».

O número de partos múltiplos (duplos) por nós registado excede em muito o número que deveríamos apurar utilizando o cálculo de Boldrini. O resultado da progressão seria para nós de 10 partos duplos.

A percentagem de partos múltiplos nestas regiões é muito elevada.

A corroborar a nossa afirmação, Carreira (A.) registou para um total de 4.308 partos em dois anos um total de 151 duplos e um triplo, ou seja uma média de 75 por 2.154 partos anuais.

Utilizando os números recolhidos por aquele autor, calculamos uma frequência de 34,8 duplos por cada 1.000 partos, frequência que ultrapassa a grande distância os números referidos pelo distinto Prof. Dr. Almeida Garrett relativamente às nações civiilzadas apontadas.

Mas se os fenómenos da natalidade atingem nesta parcela da África índices tão elevados, a mortalidade como seu termo simétrico não dá braços a torcer. É o que agora vamos ver.

VIII

DA MORTALIDADE

O movimento natural de uma população traduz-se pelo balanço dos nascimentos e falecimentos e pelo movimento migratório, balanço das entradas e saídas.

Acabamos de ver o crédito das populações em estudo através da sua natalidade. Agora vamos apreciar a contrapartida do débito, ou seja a mortalidade.

Por mortalidade entendemos o número de mortos produzidos em determinado lugar durante um certo período, geralmente um ano.

Assim, a ideia que primeiro nos acode ao espírito ao estudarmos este fenómeno é de relacionar o número dos falecimentos daquele período de tempo ao total da população. Teremos, assim, determinado a *Taxa Bruta de Mortalidade*.

Todavia, essas taxas, acusando as perdas efectivas sofridas pelas populações, induzem-nos em grandes erros por deixarem de considerar todo aquele conjunto de factores que condicionam a mortalidade geral, tais como, higiene, nível económico, meio ambiente, caracteres patológicos peculiares e, principalmente, a idade e o sexo.

Deste modo, as taxas brutas mostrando-se pouco expressivas para fins de comparação de agrupamentos populacionais muito diferentes, obrigam a um estudo diferencial da mortalidade segundo os diversos factores essenciais da sua causalidade, tais como, as estações do ano, os estados civis e a composição etária por sexos.

QUADRO N.º 12

Obituário de 1951

Grupos de idades	Total Geral	Total		Balanta		Brame		Outras	
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F
	637	**320**	**317**	**145**	**138**	**156**	**171**	**19**	**8**
Até 1 mês . . .	42	27	15	13	5	13	10	1	–
De 1/4 meses. .	32	18	14	10	8	6	6	2	–
» 5/11 meses .	88	45	43	18	21	26	22	1	–
» 1/4 anos . .	94	50	44	27	21	22	21	1	2
» 5/9 » . .	20	12	8	7	4	5	4	–	–
» 10/14 » . .	9	7	2	1	–	6	2	–	–
» 15/19 » . .	18	16	2	5	–	7	2	4	–
» 20/29 » . .	53	28	25	13	13	14	11	1	1
» 30/39 » . .	84	33	51	17	17	15	32	1	2
» 40/49 » . .	57	31	26	11	15	16	11	4	–
» 50/50 » . .	39	15	24	8	7	7	17	–	–
» 60/69 » . .	42	16	26	3	10	10	14	3	2
» 70 e mais . .	53	20	33	12	17	7	15	1	1
Nado-mortos . . .	6	2	4	–	–	2	4	–	–

A idade é um factor tão essencial que não pode deixar de ser considerado no estudo da mortalidade.

Basta pensarmos que num país onde predominam velhos a mortalidade tem de ser muito superior do que noutro onde a mocidade é elemento preponderante.

Para o estudo das taxas brutas de mortalidade geral, temos também de considerar a mortalidade infantil que, sendo muito grande entre as populações incultas devido a muitas causas que não atingem a população adolescente e adulta, eleva de modo apreciável a taxa geral. E igualmente a mortinatalidade que nestas regiões atinge índices elevados e de modo idêntico avolumam o número de óbitos.

No cômputo dos óbitos, seguimos a doutrina expendida por Landry que nos diz «qu'il s'agit des dècés, mort-nés nom compris, pour éviter

QUADRO N.º 13

Obituário de 1952

Grupos de idades	Total Geral	Total		Balanta		Brame		Outras	
	VF	V	F	V	F	V	F	V	F
	629	**297**	**332**	**124**	**124**	**146**	**190**	**27**	**18**
Até 1 mês . . .	52	35	17	14	6	20	11	1	–
De 1/4 meses. .	28	17	11	9	3	6	7	2	1
» 5/11 meses .	87	32	55	14	16	14	35	4	4
» 1/4 anos . .	86	44	42	17	20	26	21	1	1
» 5/9 » . .	24	11	13	4	4	6	9	1	–
» 10/14 » . .	14	12	2	3	1	7	1	2	–
» 15/19 » . .	20	8	12	5	6	2	5	1	1
» 20/29 » . .	61	21	40	12	18	8	19	1	3
» 30/39 » . .	61	30	31	6	11	22	20	2	–
» 40/49 » . .	59	27	32	15	11	10	20	2	1
» 50/59 » . .	47	21	26	12	11	6	13	3	2
» 60/69 » . .	44	14	30	5	9	7	18	2	3
» 70 e mais . .	24	11	13	4	4	7	7	–	2
Nado-mortos . . .	22	14	8	4	4	5	4	5	–

toute confusion avec quelques statistiques généralment anciennes, dans les quelles le nombre des dècés compreend les mort-nés».

Por população infantil subentendemos a ideia de todos os nado-vivos que não chegaram a completar um ano e que situamos no grupo de idades 1-11 meses.

Da mortinatalidade — Para o estudo deste aspecto da mortalidade considerámos apenas o ano de 1952 por ser aquele que nos apresentou números mais aceitáveis.

A desproporção entre o registo dos factos nos dois anos foi simplesmente de 5 em 1951 para 18 em 1952.

Por nado-mortos aceitamos todos os indivíduos que como tal foram declarados, insistindo sempre em saber se o recém-nascido respirou, mesmo que por pouco tempo, depois da sua expulsão do útero.

É mesmo possível que alguns inscritos como nado-mortos sejam de facto nado-vivos com muita curta actividade respiratória.

De qualquer modo e em conformidade com as declarações registamos em 1952 dezoito nado-mortos num total de 919 nascimentos totais, ou seja uma proporção de 1,95 nado-mortos por cada 100 partos globais.

Ao estudarmos a fecundidade feminina determinamos os índices de 1,7 % e 0,68 %, respectivamente, para brames e balantas, e uma média (aritmética) de 1,69 % no conjunto.

Carreira (A.) — obra referida, indica o índice de 2,74 para a tribo manjaca.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — citação do mesmo autor — afirma «que uma larga comparação das estatísticas, brasileiras e estrangeiras, leva à conclusão de que a proporção efectiva dos verdadeiros nascidos mortos no conjunto dos nascidos, via de regra, se mantém inferior a 5 %».

QUADRO N.º 14

Mapa de apuramento dos nado-mortos segundo a tribo e o sexo:

Ano de 1951								Ano de 1952							
Total geral		Tribos						Total geral		Tribos					
		Balanta		Brame		Outras				Balanta		Brame		Outras	
V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F
2	**3**	–	–	2	3	–	–	**12**	**6**	4	3	3	3	5	–
2	**3**	–	–	2	3	–	–	**12**	**6**	4	3	3	3	5	–

Da mortalidade infantil — Definimos como mortalidade infantil o número de falecimentos ocorridos num determinado período — por exemplo, um ano — entre crianças que não chegaram a atingir o seu primeiro aniversário e que, portanto, enquadramos no grupo etário de 1-11 meses.

De três modos podemos calcular a mortalidade infantil:

I) — A mortalidade infantil referida à mortalidade geral;
II) — A mortalidade infantil referida a 1.000 nado-vivos;
III) — A mortalidade infantil referida a 1.000 habitantes.

Destes três processos parece-nos mais aceitável o cálculo da mortalidade infantil através do total dos nascimentos nado-vivos ocorridos no mesmo período, por mais objectivamente nos mostrar o saldo fisiológico dos nascimentos e óbitos.

Os números calculados sobre termos da mortalidade geral e do número de habitantes não definem com precisão as perdas sofridas pela população infantil. Aumentando ou diminuindo o número de habitantes da massa populacional ou de óbitos entre adultos e velhos por causas que não afectam a infância, os coeficientes de mortalidade infantil sobrem flutuações que não encontram expressão na realidade dos factos.

O obituário infantil, ou seja, o falecimento de crianças com o período de vida de 1-11 meses, foi de 162 — 90 varões e 72 fêmeas — em 1951, e de 167 — 84 varões e 83 fêmeas — em 1952 no conjunto de toda a população, com a seguinte distribuição por períodos de vida:

Tribos	Ano de 1951					
	Com 1 mês (29 dias)		Com 1/4 meses		Com 5/11 meses	
	Números		Números		Números	
	Absolutos	Relativos	Absolutos	Relativos	Absolutos	Relativos
No conjunto .	**42**	**25,9 %**	**32**	**19,7 %**	**88**	**54,4 %**
Balanta . .	18	11,1 %	18	11,1 %	39	24,1 %
Brame. . .	23	14,2 %	12	7,4 %	48	29,7 %
Outras. . .	1	0,6 %	2	1,2 %	1	0,6 %

Tribos	Ano de 1952					
	Com 1 mês (29 dias)		Com 1/4 meses		Com 5/11 meses	
	Números		Números		Números	
	Absolutos	Relativos	Absolutos	Relativos	Absolutos	Relativos
No conjunto .	**52**	**31,1 %**	**28**	**16,8 %**	**87**	**52,1 %**
Balanta . .	20	11,9 %	12	7,1 %	30	17,9 %
Brame. . .	31	18,6 %	13	7,9 %	49	29,3 %
Outras. . .	1	0,6 %	3	1,8 %	8	4,9 %

Calculando a média percentual dos dois anos em cada grupo de idades dos quadros atrás, teremos:

Até 1 mês (29 dias)	28,5 %
De 1 a 4 meses	18,2 %
De 5 a 11 meses	53,3 %

Em face dos números aqui indicados, concluímos pela experiência de um biénio que a mortalidade infantil é muito mais intensa no período que decorre após os cinco meses de existência, atingindo mais de metade do total dos óbitos.

É que nesse período começam os indígenas alimentando as crianças, muitas vezes a título de entretenimento ou carinho, com pequeníssimas rações de substâncias nutritivas cujo complexidade ou deterioração são incompatíveis com a fragilidade de estômagos ainda inaptos para o duro trabalho da digestão que lhes é exigido.

No período anterior — as primeiras quatro semanas — são geralmente conhecidas como causas da morte o paludismo e o tétano umbilical entre outras de não somenas importância.

Os varões são sempre mais atingidos, pela mortalidade do que as fêmeas.

Conforme os registos constantes dos obituários de 1951 e 1952, faleceram no primeiro ano 90 indivíduos do sexo masculino e 72 do sexo feminino, e no ano seguinte (1952) 84 masculinos e 83 femininos.

Daí podermos fixar as seguintes taxas de masculinidade na mortalidade infantil:

Média de dois anos	113,1 %
Ano de 1951	125,0 %
Ano de 1952	101,2 %

Donde concluímos existir de facto na infância uma maior mortalidade dos varões sem contrapartida, no caso da população que estudamos, numa maior natalidade dos mesmos, conforme o princípio universalmente inferido para os grande aglomerados populacionais. Vimos já que sòmente em 1952 conseguimos uma taxa de masculinidade nos nascimentos de 100,6 %, simplesmente irrisória.

Há, portanto, erro de classificação dos sexos no acto do registo por parte dos indígenas. Tivemos já a oportunidade de verificar, com respeito a 1951 e por ocasião da efectuação de registos de óbitos, estarem classificadas como femininas crianças do sexo masculino e vice-versa.

Não é porque haja qualquer preferência ou superstição na escolha do sexo dos recém-nascidos no acto do registo. É que os indivíduos incumbidos de fazer as declarações — parentes ou amigos dos pais da criança — muitas vezes não se dão ao trabalho de se informarem do sexo da criança ao serem encarregados de fazer os registos no Posto.

São falhas e omissões que ainda subsistem nestes serviços incipientes e que só serão eliminadas à medida que as populações nativas forem compenetrando da importância dos registos de estado civil.

Calculando os índices de mortalidade de harmonia com as três regras indicadas no início deste capítulo, teremos os seguintes resultados:

I) — *Mortalidade infantil referida a 1.000 nado-vivos:*

Média dos 2 anos	198,6 ‰
Ano de 1951	212,0 ‰
Ano de 1952	185,3 ‰

II) — *Mortalidade infantil referida a 1.000 habitantes:*

Média dos dois anos	8,9 ‰
Ano de 1951	8,8 ‰
Ano de 1952	9,1 ‰

III) — *Mortalidade infantil referida a 100 mortos totais:*

Média dos 2 anos	25,5 %
Ano de 1951	25,4 %
Ano de 1952	26,5 %

Lefrou — Le Noir d'Afrique — referindo-se a um estudo demográfico realizado em Saint-Louis du Sénégal em 1932, indicou os seguintes índices para a mortalidade infantil:

I) — Referida a 1.000 nado-vivos	150 ‰
II) — Referida a 1.000 habitantes	10 ‰
III) — Referida à mortalidade geral (100 mortos totais)	23,5 %

Os índices determinados para a população que vimos estudando estão, portanto, compreendidos naquela média a que se refere o mesmo autor quando nos diz que «...en Afrique, dans l'ensemble, «le taux de la mortalité infantile de 0 a 1 an doit atteindre actuellement comme moyenne pondérée environ 200 pour 1.000 enfants nés vivants, c'est-à-dire à peu près le triple de la mortalité infantile des pays civilisés».

Da mortalidade geral — O número total de óbitos ocorridos em 1951 foi de 637, e em 1952 de 629, desdobrando-se estes totais nas seguintes proporções de sexos:

	VF	V	F
Média dos 2 anos	633	308,5	324,5
Ano de 1951	637	320	317
Ano de 1952	629	297	332

Com estes números calculamos o coeficiente bruto de mortalidade por 1.000 habitantes:

Média de 2 anos	34,5 ‰
Ano de 1951	34,7 ‰
Ano de 1952	34,3 ‰

O coeficiente fixado por Carreira (A). — obra anteriormente referida — foi de 42 ‰, relativamente a um agregado populacional de cerca de 81.000 habitantes com predominância de indígenas manjacos.

Por outro lado Lefrou diz-nos que «le taux moyen ponderé de la mortalité en Afrique continentale, en dehors de toute épédemie spéciale, parait devoir se situer dans les limites de 30 à 40 pour 1.000 habitants, soit une valeur deux fois et demi plus forte que celle constatée actuellement en Europe». E acrescenta que « les taux obtenus notablement inférieurs à ces valeurs moyennes doivent être considerés comme douteux, en repport vraisemblablement avec une déclaration incomplète des dècés».

Donde podermos concluir que a taxa por nós fixada de 35 ‰

aproximadamente é o termo médio dos limites indicados para a mortalidade geral da população negra.

Outro facto que no quadro anterior chama a nossa atenção é a maior mortalidade feminina.

A média dos dois anos indica-nos uma razão de 308,5 óbitos masculinos para 324,5 femininos, ou seja uma percentagem de 105 fêmeas para 100 machos.

Carreira (A.) — Movimento Natural da População não Civilizada da Circunscrição Administrativa de Cacheu — Guiné Portuguesa — registou uma proporção de sexos na mortalidade de 131 fêmeas para 100 varões, proporção essa deveras bastante elevada.

A maior mortalidade feminina dos indivíduos da raça negra é facto que não passa desapercebido àqueles que lidam de perto com as massas indígenas, mesmo quando não haja um registo de óbitos.

Mortalidade diferencial — Repartindo os óbitos de biénio pelas diferentes classes de idades, organizamos o seguinte quadro:

	1951	1952	Média dos 2 anos
Total	637	629	633
População Infantil	162	167	164,5
Pop. Adolescente	123	124	123,5
População Adulta	212	201	206,5
População Velha	134	115	124,5
Nado-Mortos	6	22	14

De posse dos números indicativos da média aritmética dos óbitos dos dois anos por cada grupo de idades, podemos determinar a percentagem da mortalidade em cada um dos estádios de idades, relativamente a 100 óbitos totais

E assim:

	Média dos 2 anos	N.º percentual
Pop. Infantil (1-11 meses)	164,5	26,00 %
Pop. Adolescente (1-14 anos)	123,5	19,6 %
Pop. Adulta (15-49 anos)	206,5	32,6 %
Pop. Velha (49 e mais)	124,5	19,6 %
Nado-mortos	14	2,2 %

Como vemos dos quadros juntos, a população adulta é aquela que maior tributo paga à morte, concorrendo com 32,6 % do total dos óbitos. A seguir a infância com pouco mais ou menos do que a quarta parte dos mesmos e depois os adolescentes e velhos.

Lefrou registou para a vizinha colónia do Senegal as seguintes taxas relativamente a 100 óbitos tootais:

Infância (1 a 15 anos)	51 %
Adultos	32 %
Velhos	17 %

Vamos agora calcular a proporção dos sexos na mortalidade geral por classes de idades, utilizando os números constantes dos obituários:

Grupos de idades	1951		1952		Média		Número de óbitos masculinos para 100 óbitos femininos
	V	F	V	F	V	F	
Total	**320**	**317**	**297**	**332**	**308,5**	**324,5**	**95,0**
População infantil	90	72	84	83	87	77,5	112,2
» adolescente . .	69	54	67	57	68	55,5	122,5
» adulta	108	104	86	115	97	109,5	88,5
» velha	51	83	46	69	48,5	76	63,8
Nado-mortos	2	4	14	8	8	6	133,3

Em face do presente quadro, dizemos que no conjunto da população existe uma mortalidade feminina superior à masculina, numa proporção de 95 varões para 100 fêmeas.

Todavia, essa mesma mortalidade distribui-se diferentemente pelos diversos grupos de idades em proporções variáveis determinando uma maior taxa de masculinidade letal na infância e adolescência — respectivamente 112,2 e 122,5 % — e muito menor nos adultos.

Daí podemos dizer que nos primeiros quinze anos de vida a morte ceifa mais varões do que fêmeas, invertendo-se os papéis nos estádios seguintes em que morrem mais fêmeas do que machos.

A lei natural do equilíbrio dos sexos determina como compensação de uma maior natalidade masculina uma maior mortalidade na infância e adolescência. E logo nos estádios seguintes assiste-se a uma maior mortalidade feminina para compensar o desnível anteriormente produzido nos machos.

CONCLUSÃO

Dos apontamentos que aqui acabamos de anotar tiramos as seguintes conclusões:

I) — Que as populações estudadas podem ser consideradas como do tipo progressivo por na sua composição etária entrar uma proporção de 40 % de crianças e 60 % de adultos e velhos;

II) — Que existe uma grande desproporção de sexos traduzida pela razão de 88 varões para 100 fêmeas;

III) — Que a organização da família indígena é poligâmica — tipo poligínico. Todavia, ao invés do que se pensa, não existe uma grande poligamia, espécie harém como é a ideia geral, mas sim uma poligamia atenuada em que os bígamos são o elemento preponderante. Observa-se que a monogamia absorve mais de 50 % dos lares.

IV) — Que atribuimos a causa principal da poligamia à necessidade de uma mão-de-obra abundante para suprir a carência de melhores meios de produção, necessidade esta bastante favorecida pela desproporção dos sexos.

Que julgamos condenada a instituição desde que o indígena disponha de melhores instrumentos agrícolas para os seus trabalhos e, portanto, uma melhoria das suas condições económicas que, correlativamente, promoverá o aperfeiçoamento da sua vida moral. E tanto assim, que já estamos registando uma predominância absoluta da monogamia sobre a bigamia e a poligamia, o que nos demonstra que a instituição não é uma tendência natural, mas forçada.

V) — Que as mulheres indígenas são altamente prolíficas, podendo fixar-se-lhes uma taxa de prolificidade variável entre os limites de 250 a 300 por cento, o mínimo, situando-se o período de maior concepção no intervalo de idades de 25 a 30 anos.

VI) — Que as taxas de esterilidade andam à volta de 10 % aproximadamente do total das mulheres com actividade sexual útil, ou seja, dos 15 aos 49 anos.

VII) — Que os abortamentos, geralmente não provocados, atingem percentagem superior a 10 % das gravidezes, com subidas até 13 % como se refere A. Carreira.

VIII) — Que o coeficiente bruto de natalidade efectiva deve ter como valor médio 45 por mil habitantes, sendo de colocar sob remissa todas as taxas fixadas abaixo desta.

IX) — Que a taxa de masculinidade por nós determina — 100,6 % — é insignificante, não devendo corresponder à realidade dos factos por virtude de quaisquer erros nos actos de registo, ou, talvez, por causa da pequenez do aglomerado populacional estudado.

X) — Que a taxa de mortalidade infantil, em condições normais de existência, deve ter como valor médio 200 por mil nado-vivos, sendo de regeitar todas as taxas inferiores a 150 %.

Referida a 1.000 habitantes varia entre 9 a 10 por cento e relacionada com a mortalidade geral é de 25 %, ou seja, a quarta parte dos falecimentos totais.

XI) — Que, na população infantil, 25 % dos óbitos ocorrem nos primeiros 29 dias da vida post-natal e mais de 50 % no período de 5 a 11 meses de existência.

XII) — O coeficiente bruto de mortalidade geral deve ter por valor médio 35 por mil habitantes, com oscilações por vezes superiores a 40 %, mas nunca descendo abaixo de 30.

XIII) — Que nos primeiros quinze anos de existência existe uma maior mortalidade dos varões, logo substituída nos estados de adulto e velho por uma maior mortalidade das fêmeas.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA GARRETT (Prof. Dr. ANTÓNIO DE) — «Problemas da Natalidade» — Revistas do Centro de Estudos Demográficos.

CARREIRA (ANTÓNIO) — «Apreciação dos primeiros números discriminados do Censo da População não Civilizada da Guiné Portuguesa» — Boletim Cultural da Guiné n.º 21.

— «Taxas Regionais de Natalidade e de Mortalidade infantil» — Boletim Cultural da Guiné, n.º 27, 1952.

— «Movimento Natural da População não Civilizada da Circunscrição Administrativa de Cacheu — Guiné Portuguesa — (Manuscrito).

— «Censos Populacionais — Inquéritos pelo Sistema de Amostragens» — Boletim Culutural da Guiné, n.º 27, 1952.

— «A Poligamia entre os grupos étnicos da Guiné Portuguesa» — Boletim Cultural da Guiné, n.º 24, 1951.

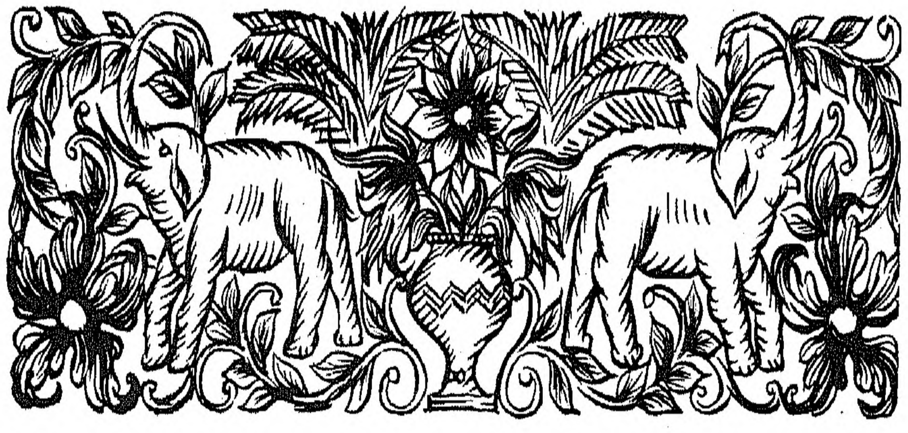
BRITO (EDUINO) — «A Poligamia e a Natalidade entre os grupos étnicos Manjaco, Balanta e Brame» — Boletim Cultural da Guiné, n.º 25, 1952.

LANDRY (ADOLPHE) — «Traité de Démographie» — Payot — Paris, 1949.

LEFROU (Dr. G.) — «Le Noir d'Afrique» — Payot — Paris, 1943.

MENDES CORREIA (Prof. Dr. A. A.) — «A Masculinidade dos Nascimentos em Portugal» — Revista do Centro de Estudos Demográficos, n.º 3, 1946.

SAUVY (ALFRED) — «La Population» — Presses Universitaires de France — Paris, 1948.



SISTEMA RAYDIST
NA HIDROGRAFIA DA GUINÉ

COM o início do levantamento da carta hidrográfica N.º 214 que abrange a entrada do Canal do Geba entre Caió e a Ilha Caravela, o baixo do Rio Grande e uma zona de mar a oeste de Caió, numa extensão em longitude de cerca de 25 milhas, compreendendo portanto a zona mais importante para a navegação que tem de fazer a aterragem à Guiné, apresentou-se ao Chefe da Missão o problema do levantamento hidrográfico de tal zona.

Três processos se poderiam utilizar para determinar a posição do navio longe da terra e dentro da zona a sondar:

a) *Navegação estimada*, que consiste na determinação da posição em função do rumo e da velocidade do navio, entrando em linha de conta com o vento e a corrente.

Este processo, muito pouco rigoroso, para mais em local onde há fortes correntes, não era de considerar desde que se quisesse fazer um levantamento com rigor.

b) *Linhas de bóias fundeadas*, afastadas de cerca de 5 milhas, distância a que são visíveis para marcações do navio e consequente determinação da posição.

A primeira fiada de bóias seria determinada a partir de posições em terra e as restantes seriam fundeadas nas suas posições por ângulos de sextante tirados a partir das bóias da fiada anterior.

Este processo que foi experimentado na campanha de 1951-52, não deu resultado, por não ter sido possível fundear e manter intactos os alvos, devido às correntes e ao vento.

Só com a aquisição de material apropriado que seria quase ou tão dispendioso como um equipamento electrónico se poderiam obter resultados satisfatórios.

Contudo, além de muito mais moroso, este sistema tinha o inconveniente de aumentar bastante o erro para as fiadas de bóias mais afastadas de terra.

c) *Processos electrónicos* que, hoje em dia, nos permitem determinar a posição com grande rigor, eram na realidade o meio mais indicado para o levantamento da carta hidrográfica N.º 214.

Havia o problema de escolher entre os equipamentos existentes.

O Chefe da Missão dada a despesa que comportaria a aquisição dum sistema desta natureza, depois de prévio estudo, optou pelo sistema «RAYDIST», por já estar experimentado com óptimos resultados por uma Missão Portuguesa, a Missão Hidrográfica de Moçambique.

SISTEMA RAYDIST

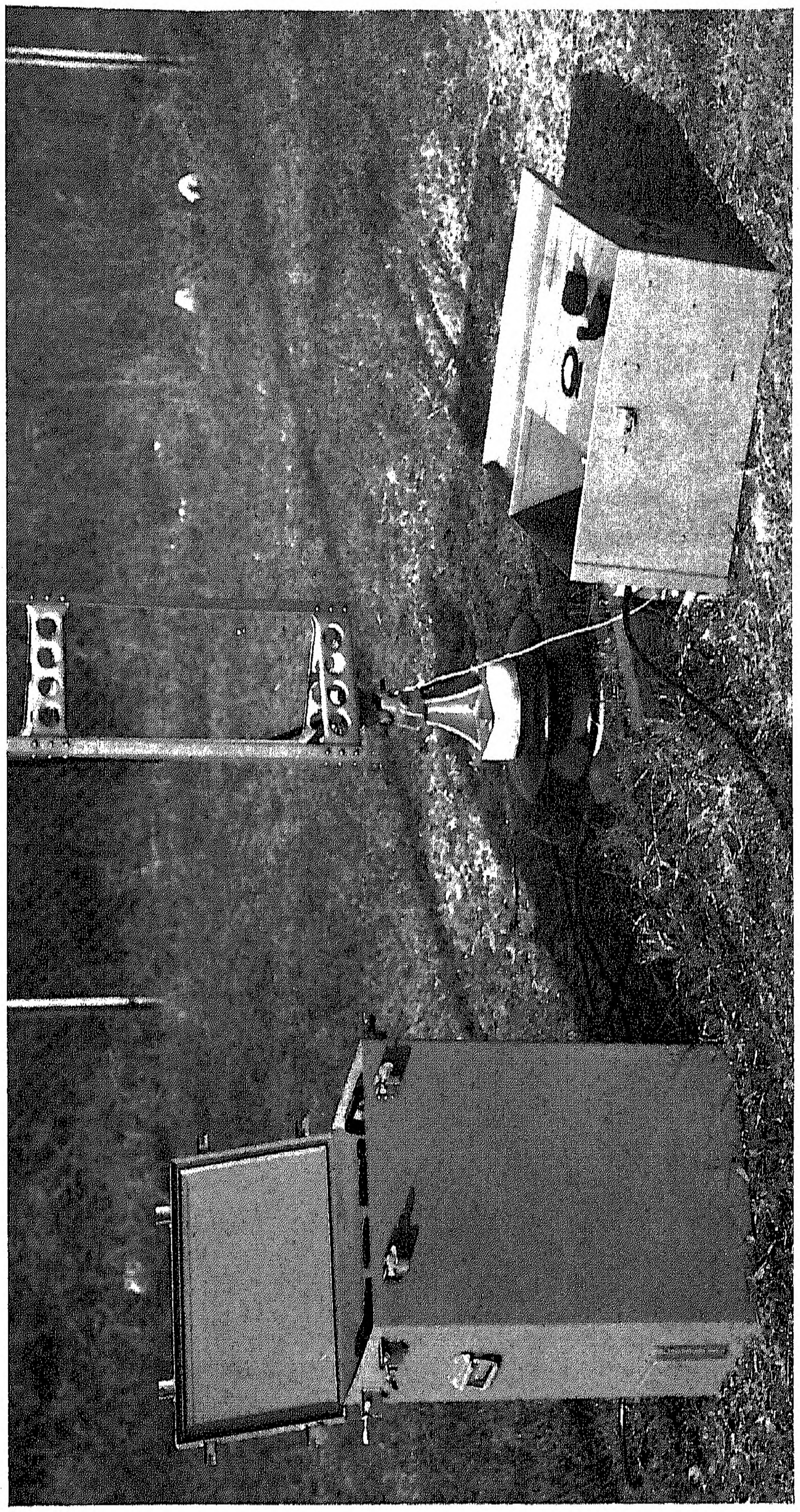
O sistema Raydist comprado para a Missão, designado por tipo N, é na sua essência um sistema de navegação hiperbólico a duas dimensões, que emprega onda contínua e que pode ser utilizado simultâneamente por vários navios.

É um dos vários sistemas de radiolocalização construídos pela «Hastings Instrument Company Inc.» Hampton — Virginia — U. S. A.

Estes sistemas que são muito flexíveis no seu uso permitem as mais variadas aplicações, desde simples sistemas de determinação de distâncias e velocidades a sistemas de navegação marítima e aérea hiperbólicos e elípticos.

Todos eles se baseiam no princípio fundamental da comparação da fase relativa de notas audíveis obtidas pela heterodinação de sinais de onda contínua enviados por transmissores cujas frequências diferem entre si de algumas centenas de ciclos.

Nestes sistemas o número e orientação dos transmissores e receptores varia de acordo com o tipo específico de aplicação que se deseja.



ESTAÇÃO TRANSMISSORA O. C.

DESCRIÇÃO DO SISTEMA EM USO NA M. G. H. G.

O sistema que utilizamos é do tipo N, como já se referiu e é constituído pelos seguintes elementos:

Três estações de onda contínua, emitindo nas frequências de 1742 Kc/sg, 1742, 210 Kc/sg e 1742, 370 Kc/sg.

Cada estação é constituída por:

1 — Transmissor de onda contínua
2 — Unidade de acoplamento de antena.
3 — Antena de transmissão (torre metálica com 30 metros de altura).

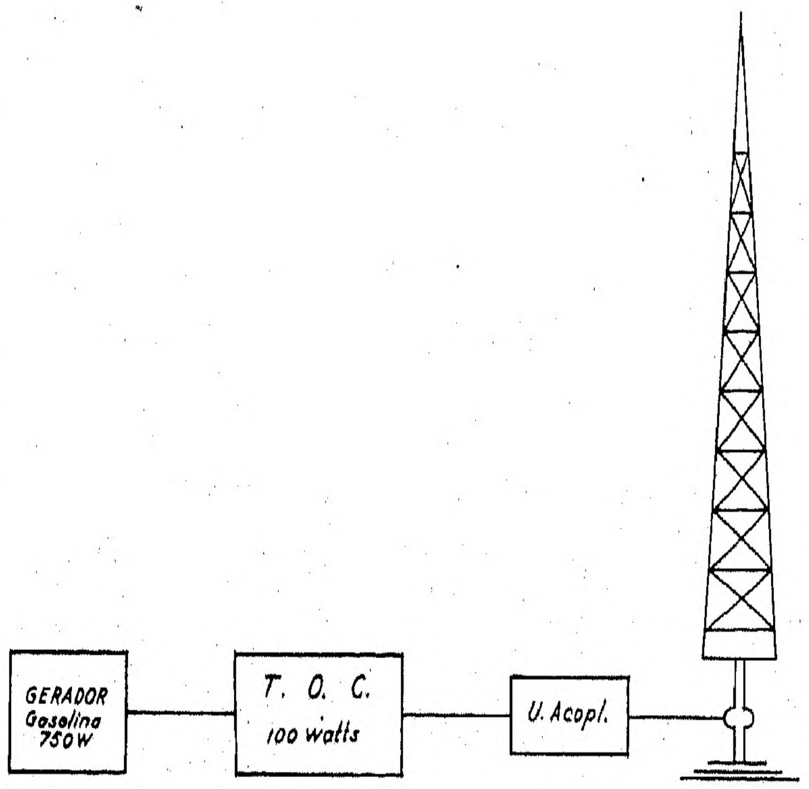


Fig.1 — *Esquema genérico duma estação transmissora O.C.*

A alimentação é fornecida por um grupo móvel a gasolina de 750 Watts.

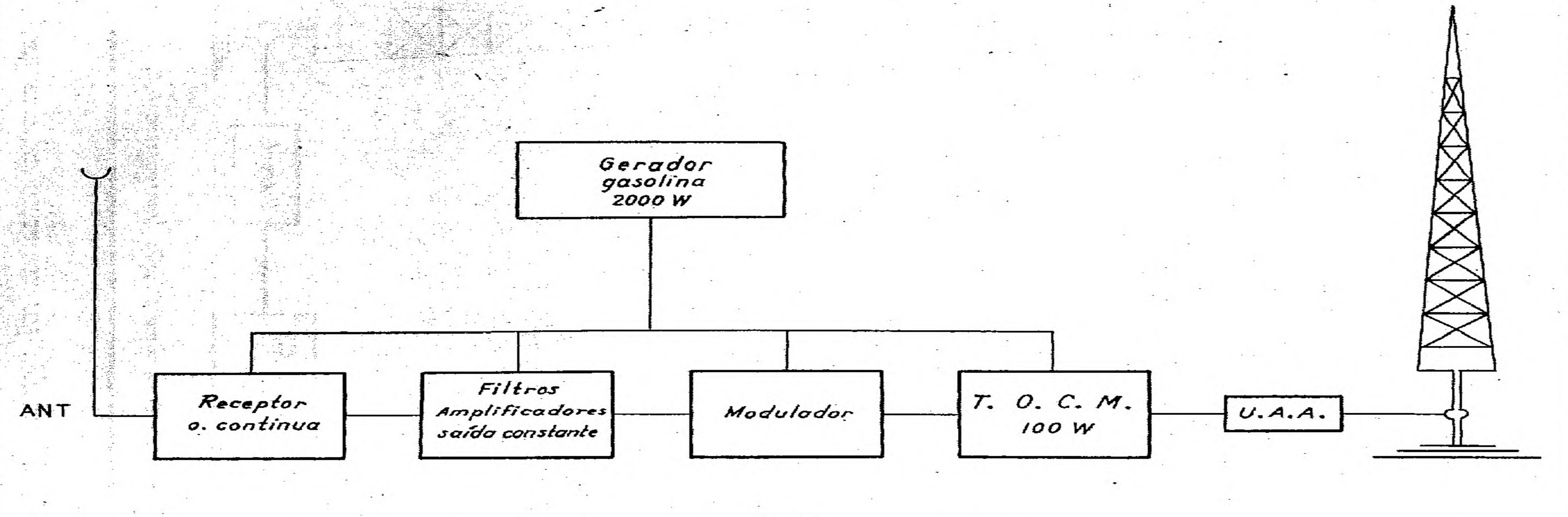
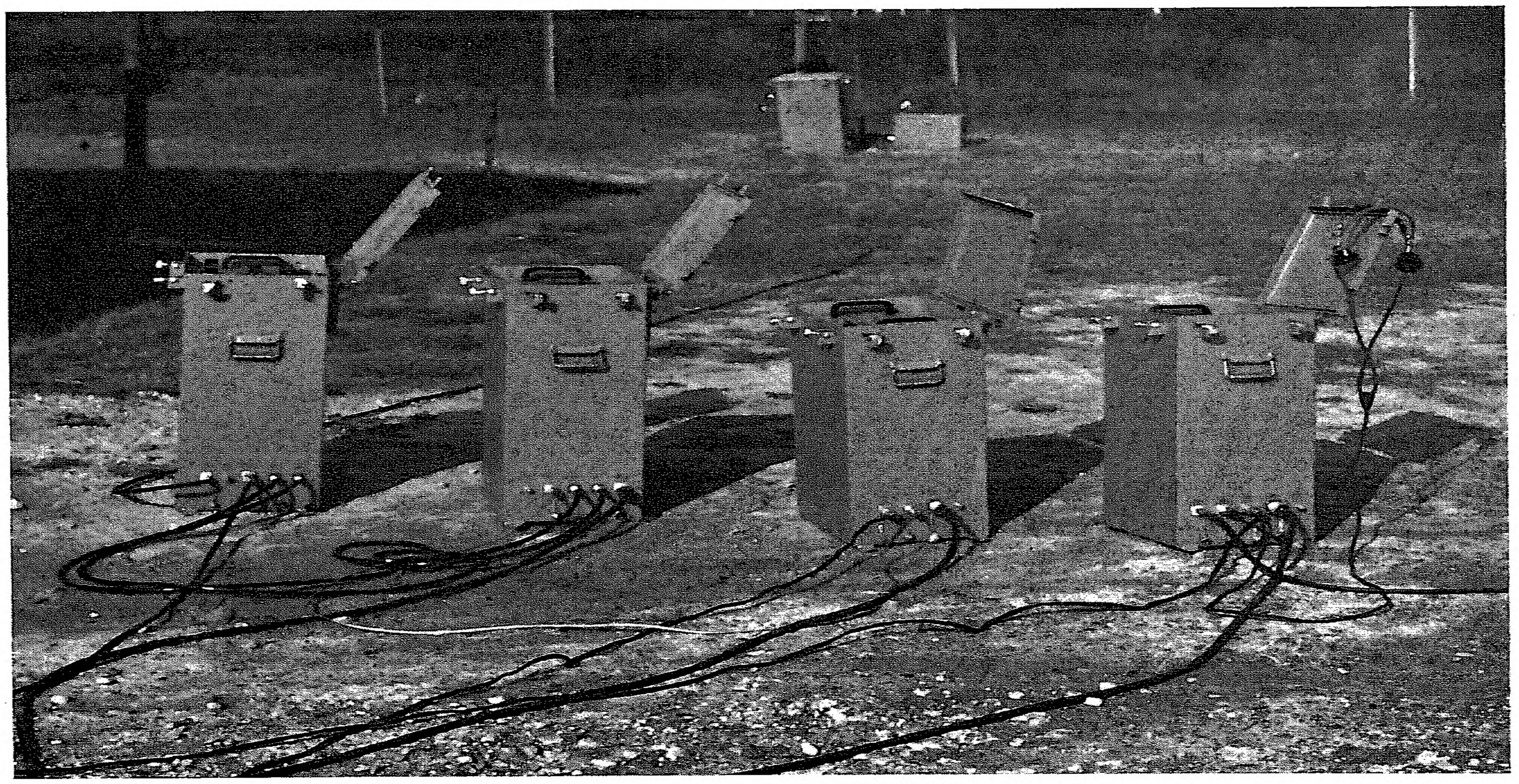

Gerador
gasolina
2000 W
ANT
Receptor
o. continua
Filtros
Amplificadores
saída constante
Modulador
T. O. C. M.
100 W
U.A.A.

Fig.2
Esquema genérico da estação de referencia

A alimentação é fornecida por um grupo móvel a gasolina de 2.000 Watts.



ESTAÇÃO DE REFERENCIA

Uma estação de referência, constituída por:

1 — Antena de recepção
2 — Receptor O. C. sintonizado para 1.742 Kc/seg.
3 — Sistema de filtragem e amplificador de saída constante.
4 — Modulador
5 — Transmissor de onda contínua modulada, emitindo em 2.398 Kc/seg.
6 — Unidade de acoplamento de antena
7 — Antena de transmissão (torre metálica com 30 metros de altura)

Uma estação principal, instalada a bordo, e constituída por:

1 — Antena de recepção
2 — Receptor O. C. sintonizado para 1.742 Kc/seg.
3 — Receptor O. C. M. sintonizado para 2.398 Kc/seg.
4 — Sistema de filtragem
5 — Amplificadores de saída constante
6 — Sistema monitor
7 — Amplificadores para os fasímetros
8 — Fasímetros

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA

Cada estação transmissora é instalada em terra em posições prèviamente determinadas.

A estação de referência ou relais, é também instalada em terra, mas não tem qualquer interesse a determinação da sua posição, e só o que se pretende, é que a sua distância a qualquer das estações transmissoras seja tal que não cause interferências.

A estação principal é instalada a bordo do navio e é portanto a única parte móvel do equipamento.

A posição do navio é determinada com precisão nesta estação pela comparação de fase relativa das notas audíveis obtidas pela heterodinação dos sinais recebidos directamente das estações transmissoras e dos retransmitidos pela estação de referência.

As diferenças de fase obtidas na estação principal são função dos parâmetros do sistema e das diferenças de distância do navio (estação principal) às estações transmissoras.

Como os parâmetros do sistema são constantes, a diferença de fase é ùnicamente função da diferença de distâncias e os seus lugares geomètricamente são hipérboles.

É o que se prova fazendo a análise matemática do que se passa num dado instante em metade do sistema.

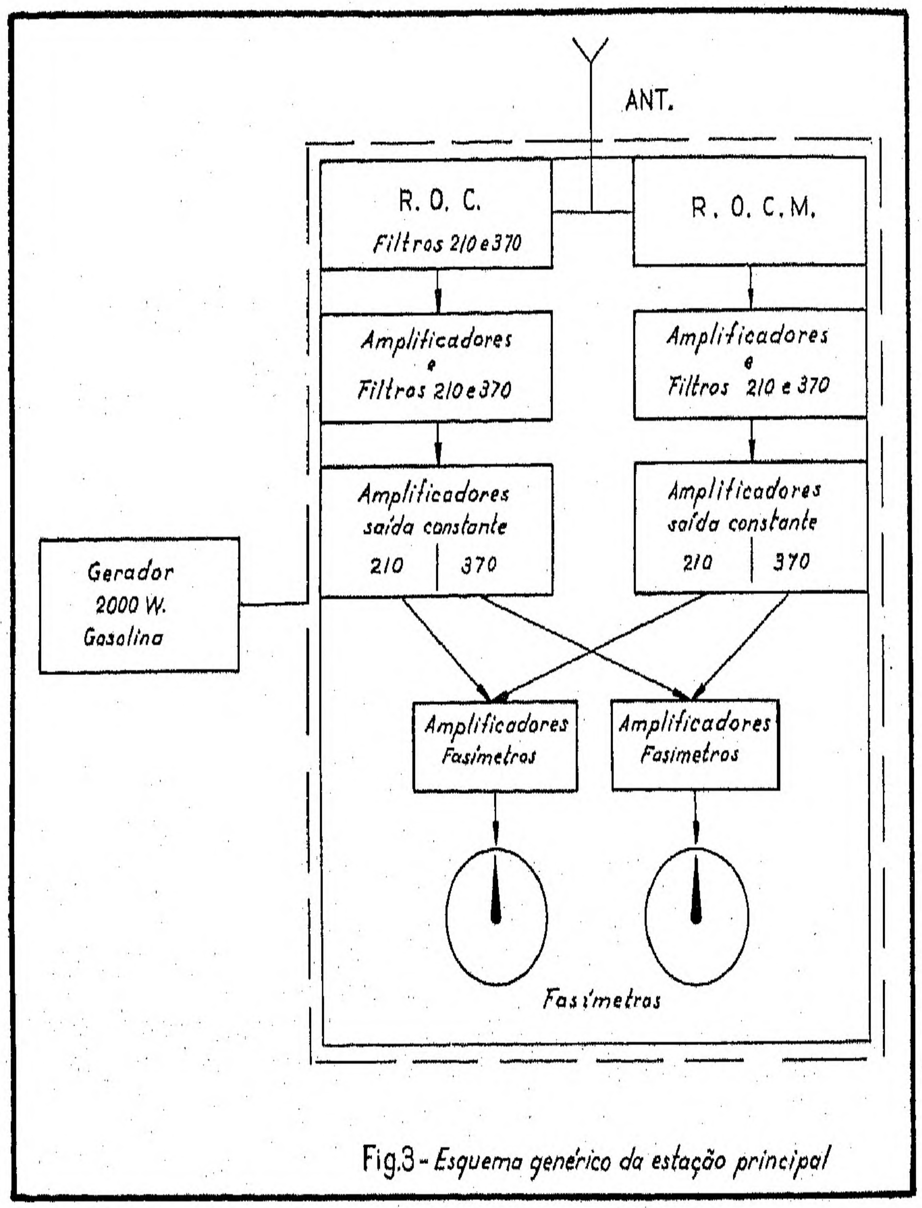
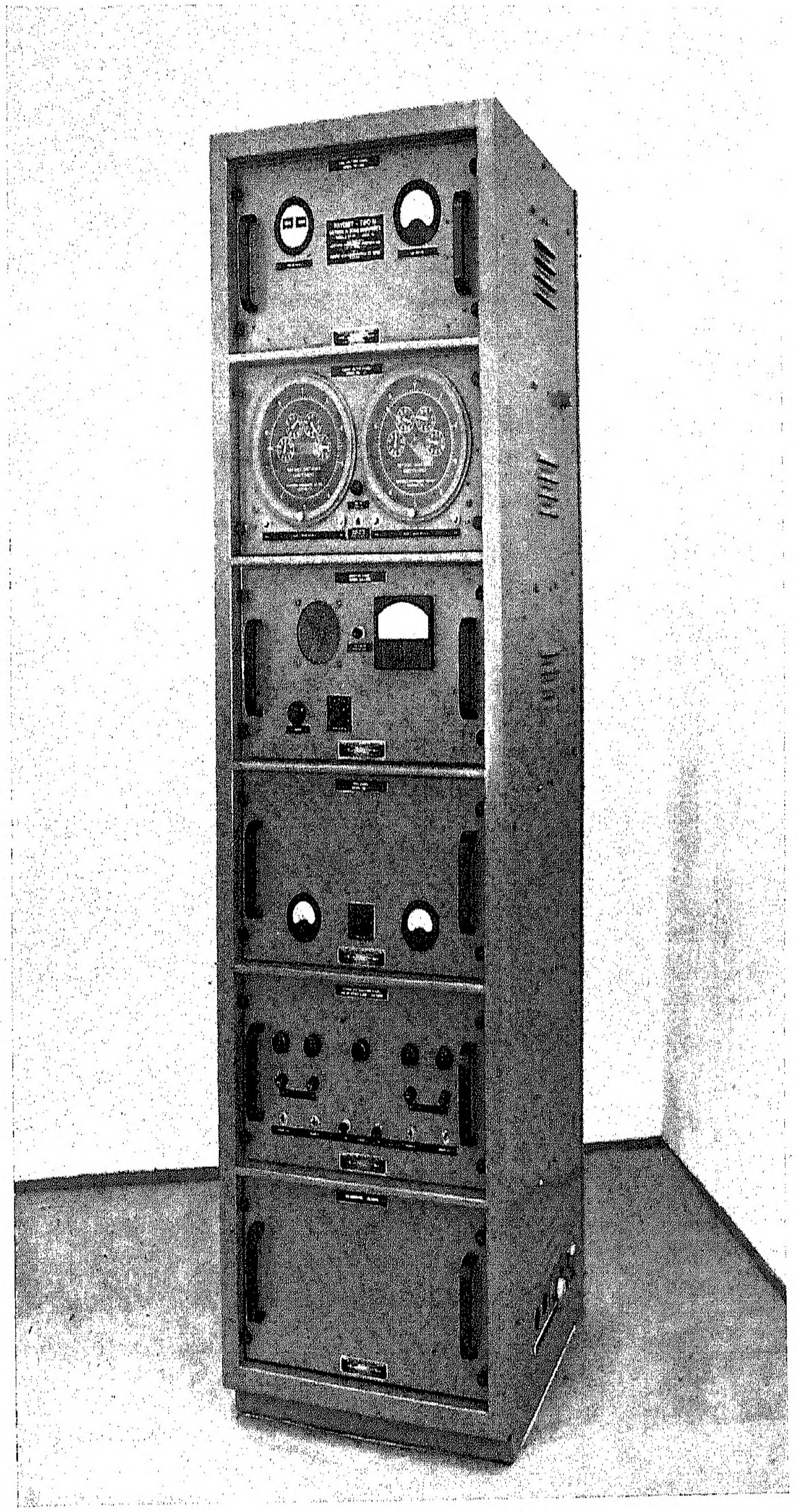

ANT.
R. O. C.
Filtros 210 e 370
R. O. C. M.
Amplificadores e Filtros 210 e 370
Amplificadores e Filtros 210 e 370
Amplificadores saída constante
210
370
Amplificadores saída constante
210
370
Gerador 2000 W. Gasolina
Amplificadores Fasímetros
Amplificadores Fasímetros
Fasímetros

Fig.3 - *Esquema genérico da estação principal*

A alimentação é fornecida por um grupo móvel a gasolina de 2.000 Watts.



ESTAÇÃO PRINCIPAL

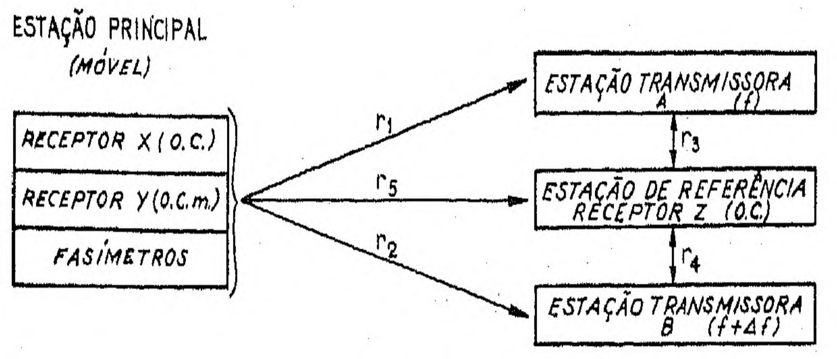

ESTAÇÃO PRINCIPAL
(MÓVEL)
RECEPTOR X (O.C.)
RECEPTOR Y (O.C.m.)
FASÍMETROS
r1
r5
r2
ESTAÇÃO TRANSMISSORA A (f)
r3
ESTAÇÃO DE REFERÊNCIA RECEPTOR Z (O.C.)
r4
ESTAÇÃO TRANSMISSORA B (f+Δf)

Fig. 4

Considerando a figura 4, verificamos que um sinal que parta do transmissor A, que trabalha na frequência f, é transmitido ao longo da distância r_1 para o receptor X (receptor de onda contínua) da estação principal. Aqui é heterodinado por outro sinal transmitido ao longo da distância r_2 pelo transmissor B que trabalha na frequência $f+\Delta f$.

Simultâneamente estes sinais propagam-se ao longo de r_3 e r_4 e são recebidos e heterodinados pelo receptor Z da estação de referência e, em seguida, retransmitidos ao longo da distância r_5 para o receptor Y (receptor de onda contínua modulada) da estação principal.

Os sinais recebidos nos receptores X e Y da estação principal são enviados conjuntamente para os fasímetros, onde é medida a diferença de fase.

Considerando o sistema num dado instante e designando por θ_A e θ_B as fases dos sinais transmitidos por A e B nesse instante, sabe-se que as fases dos sinais no receptor X são dadas pelas seguintes expressões:

$$\theta_{AX}=\theta_A-\frac{2\pi f}{c}(r_1)-\phi(r_1)$$

$$\theta_{BX}=\theta_B-\frac{2\pi(f+\Delta f)}{c}(r_2)-\phi(r_2)$$

nas quais *c* representa a velocidade de propagação dos sinais radioeléctricos, e ϕ (r_1) e ϕ (r_2) representam as variações de fase que os sinais sofrem devido à atenuação da onda de superfície nos percursos r_1 e r_2.

Por heterodinação daqueles dois sinais obtém-se um sinal de fase α_x dado por:

$$\alpha_X = \theta_{BX} - \theta_{AX} = \theta_B - \theta_A - \frac{2\pi(f+\Delta f)}{c}(r_2) + \frac{2\pi f}{c}(r_1) + \phi(r_1) - \phi(r_2)$$

Relativamente ao receptor Z da estação de referência passa-se o mesmo, sendo as fases dos sinais:

$$\theta_{AZ} = \theta_A - \frac{2\pi f}{c}(r_3) - \phi(r_3)$$

$$\theta_{BZ} = \theta_B - \frac{2\pi(f+\Delta f)}{c}(r_4) - \phi(r_4)$$

e a fase do sinal heterodinado:

$$\alpha_Z = \theta_{BZ} - \theta_{AZ} = \theta_B - \theta_A - \frac{2\pi(f+\Delta f)}{c}(r_4) + \frac{2\pi f}{c}(r_3) + \phi(r_3) - \phi(r_4)$$

Este sinal heterodinado na estação de referência é depois enviado para a estação principal e recebido no receptor Y.

Atendendo ao anteriormente exposto a fase do sinal recebido no receptor Y é dada por:

$$\alpha_Y = \alpha_Z - \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_5) - \phi(r_5)$$

visto ser Δ f a frequência deste sinal. Substituindo αz pelo seu valor temos:

$$\alpha_Y = \theta_B - \theta_A - \frac{2\pi(f+\Delta f)}{c}(r_4) + \frac{2\pi f}{c}(r_3) + \phi(r_3) - \phi(r_4) - \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_5) - \phi(r_5)$$

Os sinais de fase αx e αy são depois enviados para o fasímetro onde são comparados, obtendo-se finalmente a diferença de fase ψ dada por:

$$\psi = \alpha_Y - \alpha_X = \theta_B - \theta_A - \frac{2\pi(f+\Delta f)}{c}(r_4) + \frac{2\pi f}{c}(r_3) + \phi(r_3) - \phi(r_4) - \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_5) - \phi(r_5) - \theta_B + \theta_A + \frac{2\pi(f+\Delta f)}{c}(r_2) - \frac{2\pi f}{c}(r_1) - \phi(r_1) + \phi(r_2)$$

Simplificando e agrupando termos, temos:

$$\psi = \frac{2\pi f}{c}(r_2 - r_1) + \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_2 - r_5) - \phi(r_1) + \phi(r_2) - \phi(r_5) + \frac{2\pi f}{c}(r_3 - r_4) - \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_4) + \phi(r_3) - \phi(r_4)$$

Antes de continuar analisando esta expressão verifica-se que ψ é independente das fases iniciais θ_A e θ_B o que nos mostra imediatamente que as estações que constituem o sistema podem ser operadas independentemente sem qualquer preocupação relativa à sua sincronização, o que é uma vantagem manifesta do sistema «Raydist» em relação a outros sistemas de radiolocalização.

Sabendo que os transmissores A e B e a estação de referência estão instalados em posições fixas, verifica-se que r_3 e r_4 são constantes e só r_1, r_2 e r_5 são variáveis, pelo que agrupando na expressão anterior os termos constantes e igualando-os a uma constante K,

$$K = \frac{2\pi f}{c}(r_3 - r_4) - \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_4) + \phi(r_3) - \phi(r_4)$$

se obtém para ψ a expressão:

$$\psi = \frac{2\pi f}{c}(r_2 - r_1) + \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_2 - r_5) - \phi(r_1) + \phi(r_2) - \phi(r_5) + K$$

As variações de fase $\phi(r)$ são muito pequenas e apenas interessa considerá-las em aplicações de grande rigor, pelo que, desprezando-as, vem:

$$\psi = \frac{2\pi f}{c}(r_2 - r_1) + \frac{2\pi\Delta f}{c}(r_2 - r_5) + K$$

Como além disso Δf é muito pequeno comparado com f, a sua influência é insignificante, pois que a variação de fase para uma frequência da ordem dos 100 c/s é muito pequena e pode desprezar-se, e então a expressão que nos dá a fase final é dada por:

$$\psi = \frac{2\pi f}{c}(r_2 - r_1) + K$$

Esta equação mostra-nos que o ângulo ψ é independente da posição da estação de referência, e só depende da posição do navio em relação às estações transmissoras.

Verifica-se mais que o ângulo ψ é constante para todos os pontos em que a diferença $(r_2 - r_1)$ é constante, isto é que os lugares geométricos do sistema são hipérboles homofocais de focos A e B.

O cálculo do sistema faz-se portanto ùnicamente a partir da distância entre as estações A e B e da frequência f do sistema.

O que se passa com a metade do sistema constituído pelas estações A e B, passa-se com a outra metade constituída pelas estações A e C, e assim se obtêm dois ângulos de diferença de fase ψ_1 e ψ_2, correspondentes a cada par de estações, e que nos dão as coordenadas da estação móvel (navio) numa dupla rede hiperbólica em que as estações A, B e C são os focos.

É o que nos exemplifica a fig. 5.

IDEIA GERAL DO FUNCIONAMENTO DAS DIFERENTES PARTES DO SISTEMA

a) Estações transmissoras

Estas estações são constituídas por transmissores de onda contínua de 100 watts de potência, controlados a cristal de alta estabilidade de frequência, que enviam para o espaço sinais de onda contínua nas frequências de 1.742 K/seg, 1.742, 210 Kc/seg e 1.742,370 Kc/seg.

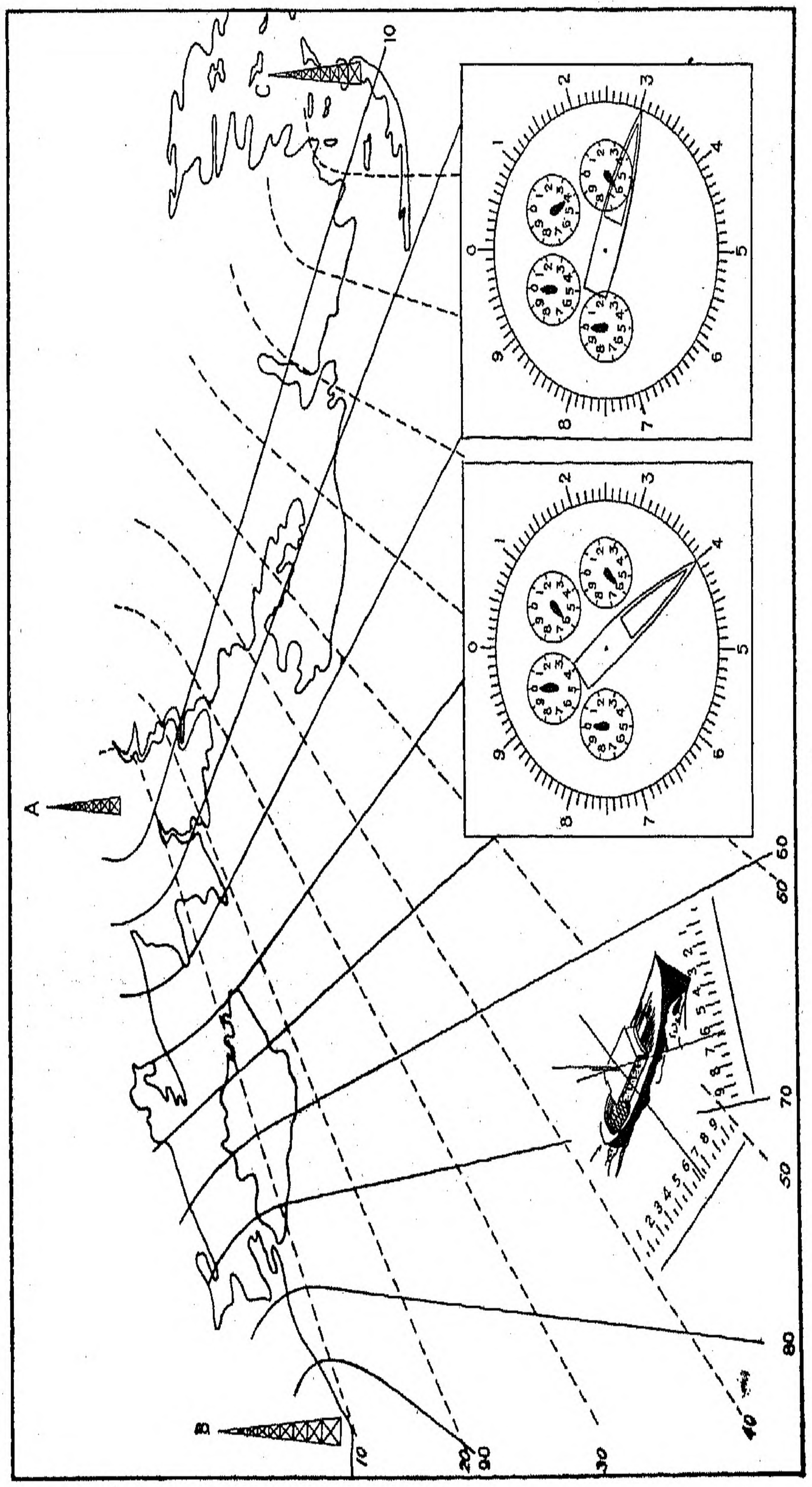


Fig. 5

b) Estação de referência

Esta estação através dum receptor, sintonizado a cristal para a frequência de irradiação dos transmissores de onda contínua, recebe os sinais, que são nele heterodinados, obtendo-se da combinação das 3 frequências e após filtragem, dois sinais de baixa frequência — um de 370 c/seg. e outro de 210 c/seg. Estes sinais — notas audíveis — são depois de amplificados, aplicados a amplificadores de saída constante que lhes mantêm o nível constante quaisquer que sejam as suas flutuações, e depois através um grupo modulador são utilizados para modular em frequência o transmissor de 100 watts desta estação, cuja onda de transporte é de 2398 Kc/seg.

c) Estação principal

Esta estação possui dois receptores.

Um deles está sintonizado para a frequência dos transmissores de onda contínua e recebe directamente os sinais das estações transmissoras, que depois de heterodinados e filtrados tal como sucedia na estação de referência nos dão as duas notas audíveis de 210 e 370 c/seg.

O outro está sintonizado para a frequência do transmissor da estação de referência e uma vez recebido nele o sinal de frequência modulada, desmodula-o, obtendo os dois sinais nas frequências de 210 e 370 c/seg.

Obtiveram-se assim, dois grupos de sinais de 210 e 370 c/seg, pertencentes um deles à recepção dos sinais transmitidos directamente e, outro, a recepção dos sinais retransmitidos pela estação de referência.

Estes sinais são depois amplificados e novamente filtrados a fim de se obter maior pureza e eliminar definitivamente quaisquer outros que tivessem passado na primeira filtragem.

Depois são passados aos amplificadores de saída constante que lhes mantêm o nível constante quaisquer que sejam as flutuações devidas à variação de distância aos transmissores de onda contínua e, finalmente, são combinados convenientemente e passam aos amplificadores dos fasímetros cuja função é dar aos sinais a intensidade conveniente para o bom funcionamento destes.

Daqui são aplicados a cada um dos fasímetros cuja função é comparar as fases de cada par de sinais da mesma frequência, um dos quais é aplicado ao respectivo rotor e o outro ao estator.

Os fasímetros são a parte mais importante e delicada de toda a aparelhagem. É neles que reside a sua aplicação. Achamos por isso interessante tentar explicar o mais clara e sucintamente possível o seu funcionamento.

Do que se referiu depreende-se que nos fasímetros nós vamos medir a diferença de fase com que a bordo são obtidos os dois sinais de 210 c/seg e os dois de 370 c/seg.

Como se sabe, quando se têm duas ondas radioeléctricas da mesma frequência, se elas estão em fase não se gera qualquer corrente mas se o não estão (vide fig. 6) gera-se uma corrente eléctrica que será tanto mais intensa quanto maior for a diferença de fase dos dois sinais.

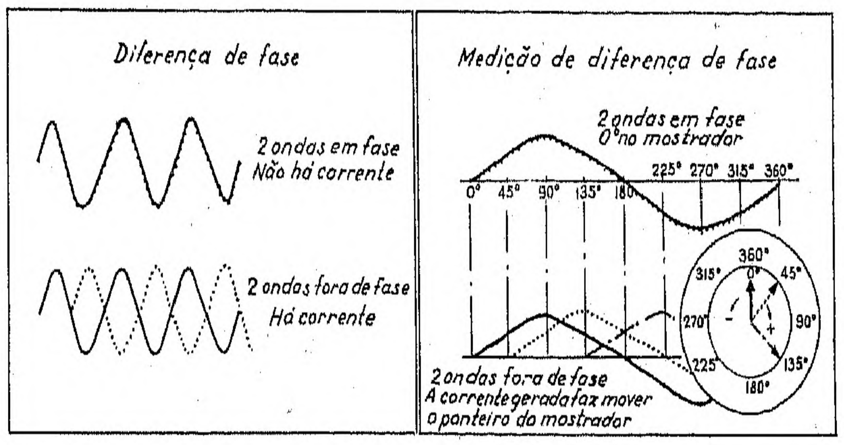


Fig. 6

É este o princípio que se aplica nos fasímetros, onde a corrente gerada é utilizada no accionamento dum motor que é constituído por dois enrolamentos, um fixo — estator — ao qual se aplica um dos sinais e, outro móvel — rotor — no qual se aplica o outro sinal.

Estes dois enrolamentos tendem sempre a manter-se numa posição de equilíbrio e, assim, quando as duas ondas estão em fase o rotor não adquire qualquer movimento, mas quando o não estão a corrente gerada tende a fazer rodar o rotor que se deslocará até ser conseguida nova posição de equilíbrio.

Ligando o rotor a um ponteiro que se desloque sobre um mostrador, este acompanhará o movimento do rotor e mediante graduação conveniente, indica-nos a diferença de fase dos 2 sinais.

Os fasímetros de bordo indicam não a diferença de fase ψ como mostra o indicador da figura anterior, mas sim o valor $\frac{\psi}{2\pi}$, ou sejam circunferências e suas fracções.

Sendo assim e retomando a equação final relativa a cada par de estações do sistema:

$$\psi = \frac{2\pi f}{c}(r_2 - r_1) + K$$

Vem dividindo por 2π:

$$\frac{\psi}{2\pi} = \frac{f}{c}(r_2 - r_1) + K'$$

com $c = \lambda f$, sendo λ o comprimento da onda, virá:

$$\frac{\psi}{2\pi} = \frac{1}{\lambda}(r_2 - r_1) + K'$$

Para cada valor de $(r_2 - r_1)$ corresponde uma linha de posição e designando por H a leitura do fasímetro, $\frac{\psi}{2\pi}$, temos:

$$H = \frac{r_2 - r_1}{\lambda} + K'$$

Considerando agora duas linhas de posição concêntricas às quais correspondam valores de ψ diferindo de 2π ou valores de H diferindo de 1, e denominando por «faixa hiperbólica» a zona compreendida entre essas duas linhas de posição, é fácil ver que o comprimento interceptado na linha base pela faixa hiperbólica é igual a $\frac{\lambda}{2}$ (meio comprimento da onda).

Consideremos a figura 7 em que os pontos 1 e 2 diferem de $\lambda/2$.

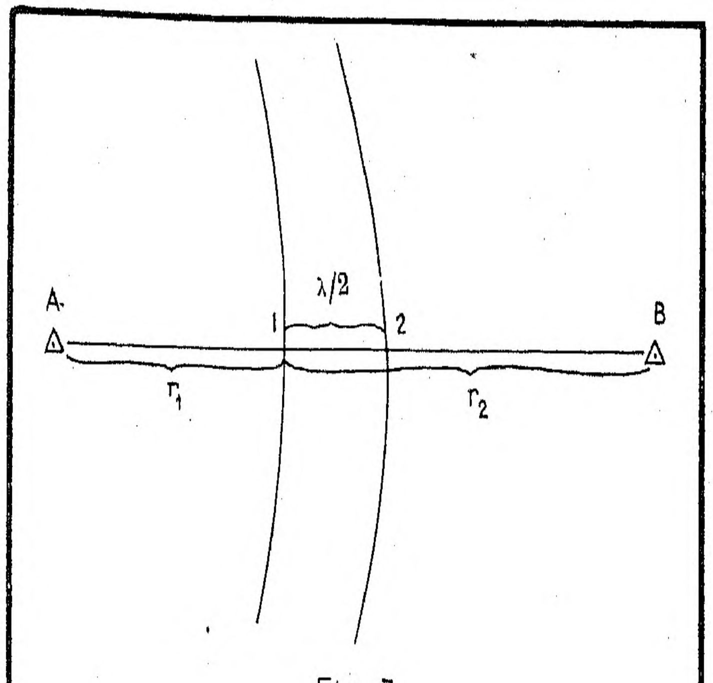


Fig. 7

Com efeito, nos pontos 1 e 2 teremos:

$$H_1 = \frac{r_2 - r_1}{\lambda} + K'$$

$$H_2 = \frac{\left(r_2 - \frac{\lambda}{2}\right) - \left(r_1 + \frac{\lambda}{2}\right)}{\lambda} + K'$$

logo: $H_1 - H_2 = 1$

o que nos mostra o enunciado anterior.

Verifica-se assim que cada rotação dos fasímetros corresponde a uma linha hiperbólica, e como o respectivo mostrador está dividido em 100 partes, nós podemos interpolar este com a precisão que se desejar e que a escala da carta a levantar permitir.

Além disso os fasímetros possuem um sistema integrador que conta o número de faixas percorridas em relação a uma dada origem.

Na estação principal ainda temos a considerar a unidade monitora, que nos permite ouvir cada um dos sinais de 210 e 370 c/seg e medir-lhe a sua frequência, o que nos dá óptimas indicações sobre o funcionamento das estações transmissoras e da estação de referência.

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

Além das operações de carácter técnico necessárias para o trabalho do equipamento, a sua utilização requer que na primeira vez que é empregado se faça uma perfeita sintonia dos transmissores de onde contínua, a fim de se obterem as notas audíveis de 210 e 370 c/seg o mais puras possível.

Em seguida torna-se necessário determinar no local em que se vai proceder ao trabalho o valor do comprimento de onda que, como já se indicou, é função da frequência da emissão e da velocidade de propagação das ondas electromagnéticas.

Pelo que respeita à frequência, esta pode ser determinada com rigor por meio de ondâmetros.

Já outro tanto não sucede à velocidade de propagação, que é função entre outros, de vários factores locais, tais como a pressão, a temperatura e a humidade.

No entanto, já hoje, após bastantes estudos e experiências, os cientistas depois de obterem em várias partes do mundo valores muito concordantes da velocidade das ondas electromagnéticas no vácuo, estabeleceram a sua variação em função dos elementos que acima acabamos de indicar, o que nos permite sempre que se disponha de tais elementos, obter para a velocidade de propagação um valor que satisfaz a precisão requerida nos trabalhos destes equipamentos.

Em locais cujas características atmosféricas são mal conhecidas, o próprio sistema nos permite determinar com rigor o valor do comprimento de onda.

Para isso basta que haja a possibilidade de instalar dois transmissores de onda contínua em posições de coordenadas perfeitamente definidas a fim de que se conheça a sua distância geodésica, e depois deslocar a estação móvel, de modo a envolver as duas estações, como mostra a fig. 8.

Fazendo as leituras do fasímetro no momento de cruzar o prolongamento da linha que une as duas estações, obtém-se o número total de faixas hiperbólicas e suas fracções compreendido entre as duas posições.

Como a largura de cada faixa corresponde a meio comprimento de onda, fácil se torna conhecer este uma vez que seja conhecida a distância AB.

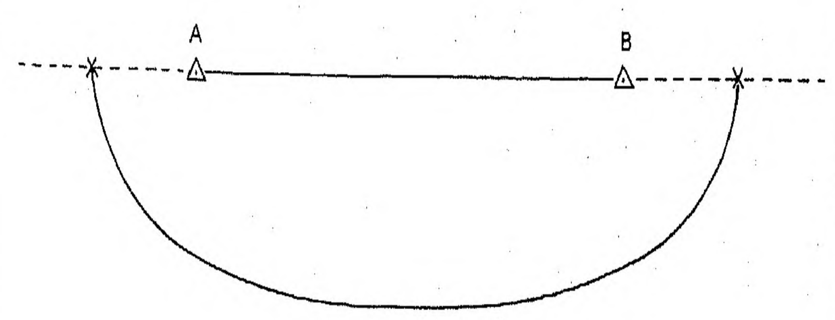


Fig. 8

Também se emprega no caso contrário, que é o de determinar a distância AB, uma vez que se conheça o comprimento de onda.

O prolongamento da linha base não se pode cortar muito próximo das estações a fim de evitar fenómenos de indução que falseariam os resultados, o que obriga a ser por vezes difícil o seu emprego.

Uma vez conhecido o comprimento de onda, tem de se proceder à elaboração das cartas com redes hiperbólicas.

No caso da navegação marítima o traçado destas redes pode ser feito a duas dimensões e qualquer tipo de projecção pode ser utilizado, uma vez que o cálculo das redes hiperbólicas seja feito sobre o elipsóide e depois colocado, ponto por ponto, na carta, com a projecção desejada.

Como o cálculo das redes sobre o elipsóide é muito complexo, esta dificuldade é removida fazendo os cálculos não sobre o elipsóide mas sobre a esfera.

No entanto, mesmo este método é bastante laborioso e, o dispêndio em tempo e esforço, só se justifica no cálculo de sistemas de navegação fixos e de grande alcance, como é por exemplo o sistema Loran-Americano e o sistema Deca-Inglês.

Por isso, para o trabalho em regiões pequenas, demonstra-se que se pode substituir a superfície do elipsóide pela de um plano tangente e efectuar o cálculo das redes hiperbólicas sobre o plano, o que é mais simples e rápido.

Em casos em que a escala da carta o permite pode até substituir-se o cálculo pelo traçado gráfico das hipérboles.

Como foi este o método que seguimos é dele que nos vamos ocupar.

No nosso caso a escala da carta era tal que comportava a posição das 3 estações transmissoras e portanto os focos das 2 famílias de hipérboles.

No entanto, o seu traçado também pode ser feito quando se empregam escalas maiores, em que não venha representada na carta a localização das estações, uma vez que se disponha de espaço que permita a colocação das suas posições relativas nessa escala e de material de desenho que permita o seu traçado.

Para o funcionamento do sistema, uma vez traçada a rede hiperbólica que temos de numerar, podemos seguir 2 métodos de traçado da rede, cada um função do sistema de numeração que se pretende.

Trataremos em primeiro lugar do sistema que empregamos, rede numerada a partir de um dos focos, como se exemplifica na fig. 9.

Neste caso divide-se a linha base e os seus prolongamentos a partir do foco que se toma para origem, normalmente o correspondente à estação central (Fo no caso da figura), em partes proporcionais ao comprimento de onda ou seus múltiplos, conforme a escala usada e a densidade usada para a rede.

Em seguida com centro nos focos F_0 e F_1 e raios iguais às distâncias dos focos aos diferentes pontos de divisão traçam-se circunferências.

Numeram-se depois os pontos de divisão atribuindo-lhes o múltiplo de λ que lhes corresponde, positivamente para o lado da base e negativamente para o lado oposto.

Finalmente procede-se ao traçado das hipérboles que devem passar pelo cruzamento das circunferências, tais que a soma dos seus números, que será o número da hipérbole, tenha um dado valor constante.

Como este processo de numeração é laborioso, há um mais expedito, em que se evita a numeração das circunferências e se procede ao traçado das hipérboles, fazendo com que o arco da hipérbole, compreendido entre cada dois cruzamentos consecutivos das circunferências, seja como que a diagonal da figura com o aspecto de um losango, representado pelas intercepções das circunferências.

O outro sistema é aquele em que a rede hiperbólica é numerada a partir do eixo da linha base, positivamente para o lado da estação extrema e negativamente para o lado da estação central.

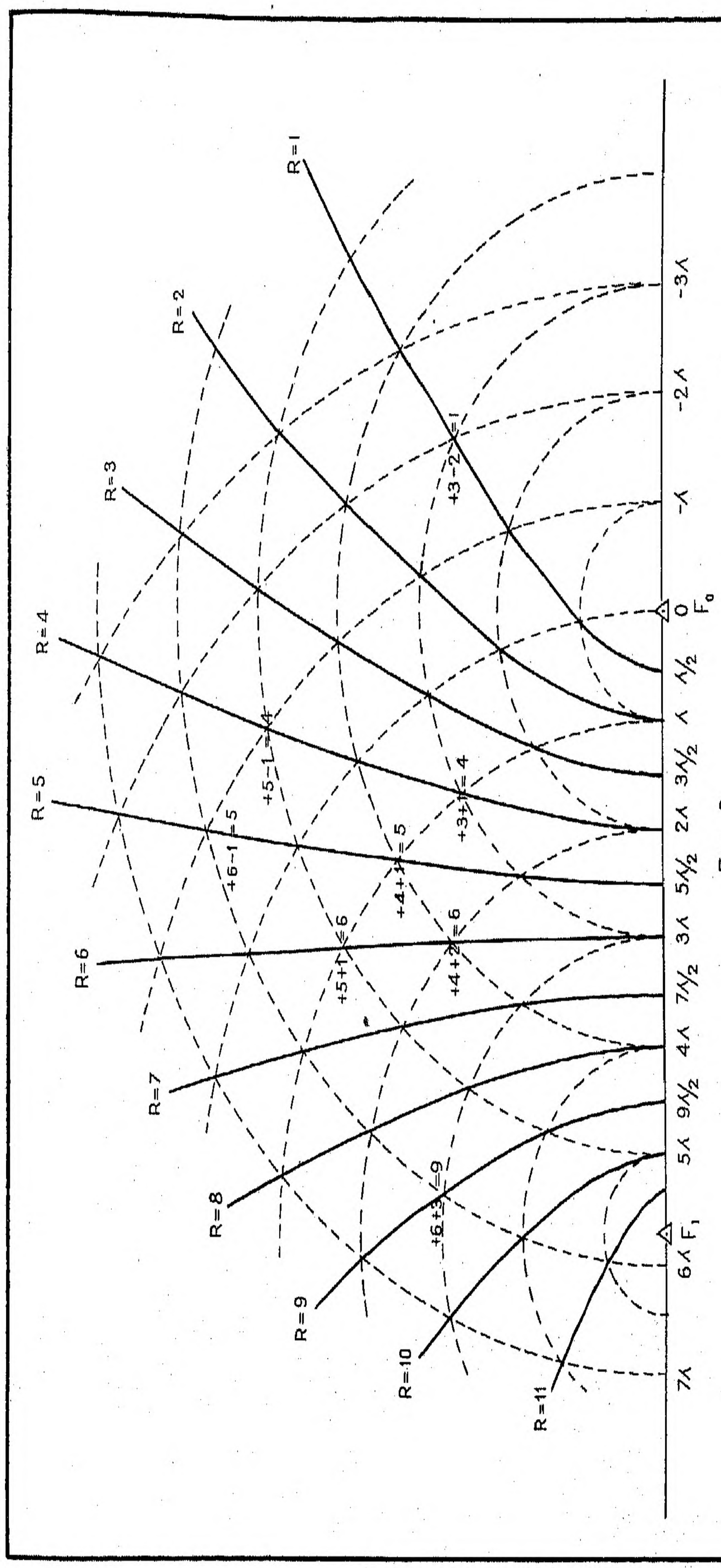


Fig. 9

Traçado gráfico da rede hiperbólica para um sistema numerado a partir do foco F_0

O processo do traçado é o mesmo e só difere na numeração inicial da linha base que agora é feito para um e outro lado do eixo.

A fig. 10 exemplifica este método.

Falta-nos agora para terminar esta parte relativa à utilização do sistema, falar do seu alinhamento, operação que se tem que efectuar sempre que se principia a trabalhar, e como se executa a sondagem, objectivo do nosso trabalho.

O alinhamento do sistema compreende a verificação do sentido de rotação dos fasímetros, pois que as leituras nos fasímetros têm que variar no mesmo sentido em que varia a numeração da rede hiperbólica traçada na carta.

Esta operação nunca foi necessária no nosso caso em virtude de se ter escolhido para o traçado da rede hiperbólica o primeiro traçado apresentado e de a numeração ter sido feita de acordo com o sentido de rotação dos fasímetros.

Caso não tivesse sido assim e se verificasse que havia inversão no sentido de rotação, aquela operação consistia em permutar os sinais aplicados ao rotor e ao estator do fasímetro.

A outra operação de alinhamento que executamos diàriamente, consiste, em virtude do sistema não dar indicações absolutas, em determinar com rigor por ângulos horizontais (o que se faz a sextante e station pointer) uma posição do navio, marcá-la na carta, ler as coordenadas hiperbólicas correspondentes e introduzi-las nos fasímetros respectivos que, a partir deste momento, passarão a indicar automática e continuamente a posição da estação móvel sobre a rede hiperbólica.

Para a execução da sondagem, duas formas se podem utilizar para a distribuição das sondas, como mostram as figs. 11 e 12.

Como nas nossas cartas usamos um sistema de distribuição de sondas rectilíneo que designamos por quadrícula, não se tem mais que traçar o projecto de sondagem sobre a carta em que figura a rede hiperbólica ou seja uma série de linhas rectas dirigidas no sentido N-S e E-W, convenientemente espaçadas.

Resta determinar e tabelar o valor das coordenadas hiperbólicas de cada sonda, definida pelos cruzamentos da quadrícula.

Como o sistema nos dá indicações contínuas, precisas e instantâneas, é fácil navegar de modo a seguir uma dada linha de sondagem e corrigir tão cuidadosamente quanto se deseja a rota do navio de modo a passar por cada posição de sondagem.

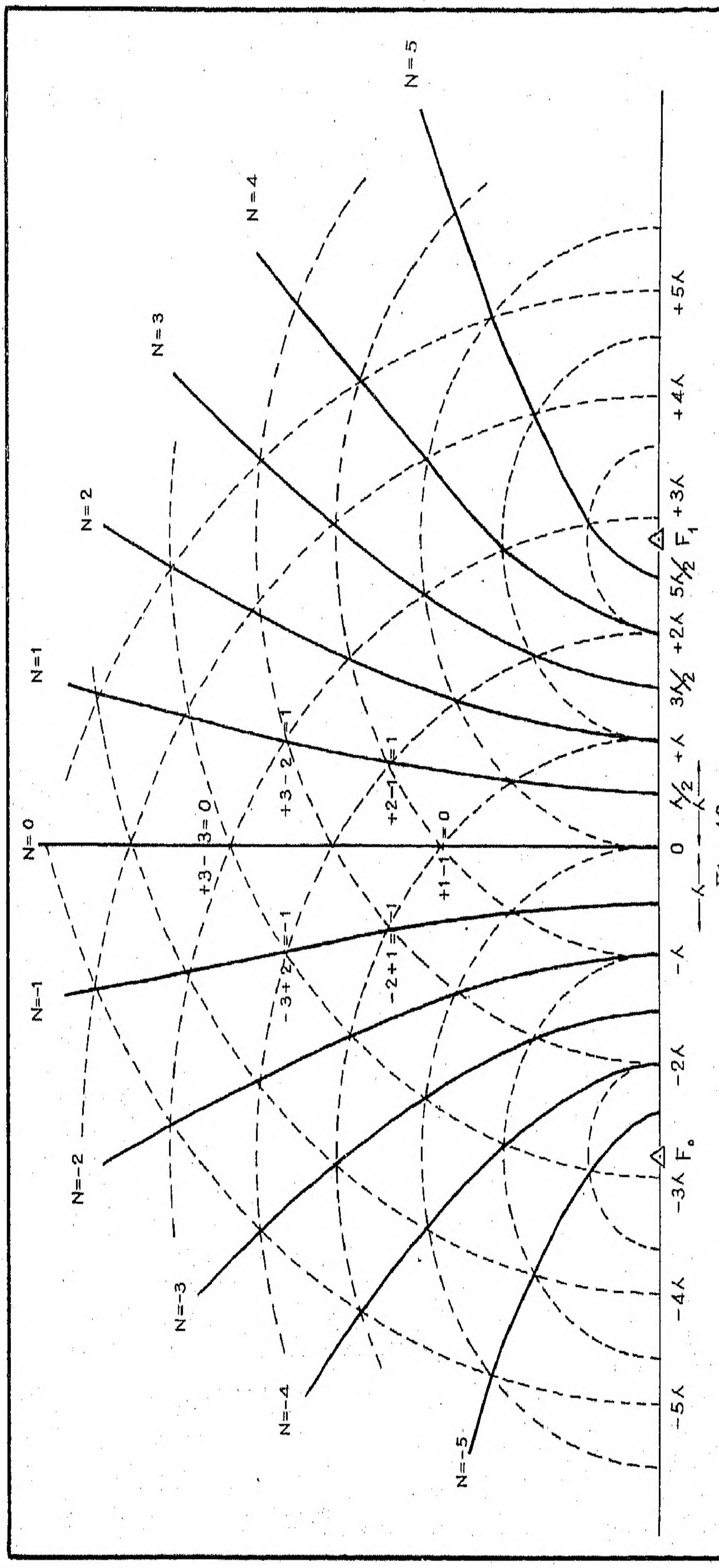


Fig. 10

Traçado gráfico de uma rede hiperbólica para um sistema numerado a partir do eixo (Divisão da base a partir do eixo)

O sondador trabalha permanentemente de modo a obter-se o perfil do fundo segundo a linha de sondagem e em cada posição da quadrícula é feito o registo da hora, do número da sonda, da profundidade encontrada e da natureza do fundo, que se obtém com o Bagre.

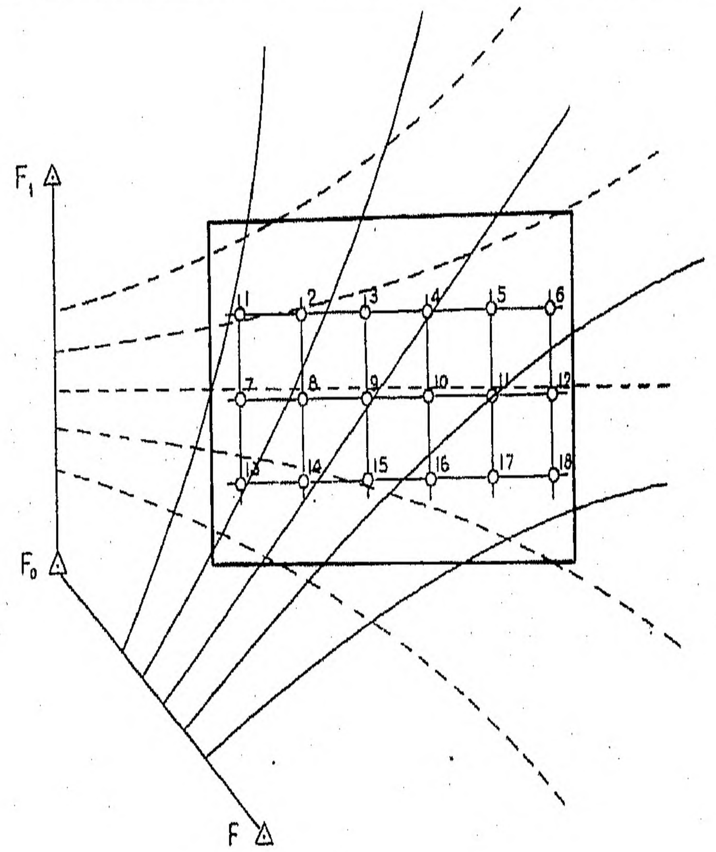


Fig. 11

Distribuição rectilínea

Na sondagem dos mares da Guiné tinha a Missão utilizado até ao emprego do Raydist, 2 espécies de sondagem, a da quadrícula e a dos percursos sonoros.

Na primeira, a posição da embarcação é definida por dois ângulos horizontais entre três sinais hidrográficos determinados com o sextante; muito próximo da terra, quando não é possível observar os três sinais hidrográficos, a posição é determinada pela distância e um azimute dum sinal hidrográfico.

Quando se procede à sondagem da quadrícula com apoio nos sinais hidrográficos, as embarcações param depois de atingir a posição e os sondadores terem acusado a profundidade, procedendo-se então à colheita da amostra de fundo com um prumo de fio.

É evidente que a amostra não é rigorosamente colhida na posição de sondagem definida pelos sinais hidrográficos, em virtude do abatimento da embarcação, mas o caso não parece interessar grandemente por quanto o valor da profundidade dada pelo sondador sonoro foi obtido na posição correcta.

O facto da embarcação ter de parar para colher as amostras de fundo também não é prejudicial, pois neste sistema de sondagem as manobras constantes da embarcação para encher os ângulos de sondagem não permite obter os percursos seguidos.

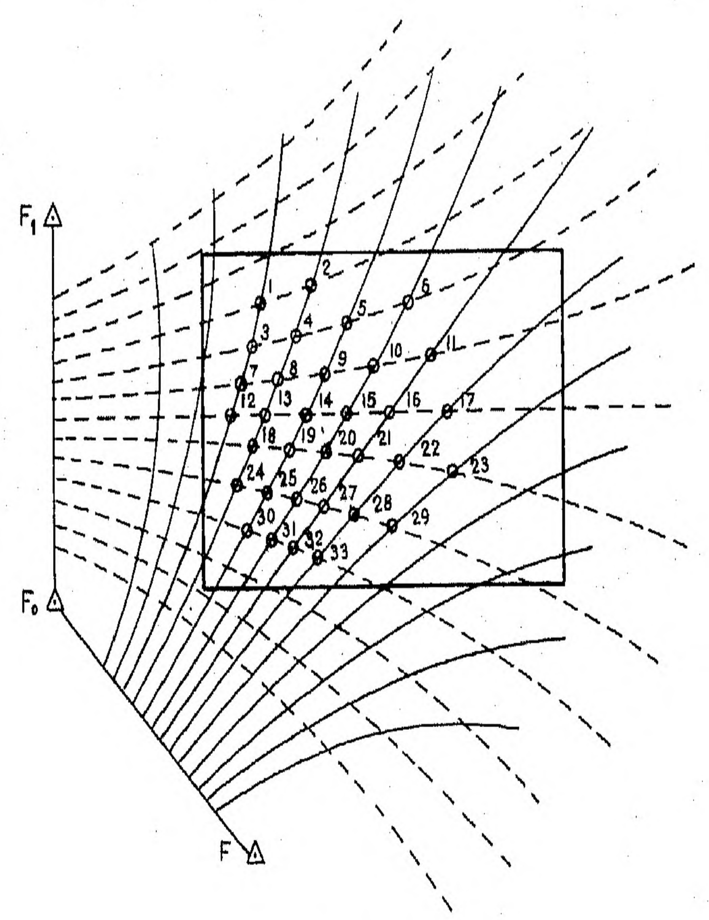


Fig. 12

Distribuição hiperbólica

Nestas condições, não se aproveitam totalmente as indicações fornecidas pelos sondadores sonoros, o que só pode ser obtido navegando-se a rumos determinados com alterações perfeitamente controladas.

É este o processo seguido no sistema de sondagem que denominámos de «percursos sonoros», em que a origem de cada percurso é determinada a sextante como no sistema da quadrícula.

Seguidamente vão sendo determinadas posições de controle pela observação a sextante dos ângulos entre sinais hidrográficos.

Estas posições são colocadas imediatamente nas pranchetas e indicam as alterações de rumo que é necessário efectuar. No momento de mudança de rumo, determina-se sempre uma posição de controle. Este sistema de percursos sonoros localiza-nos os perfis do fundo que além de outras vantagens nos permitem o traçado da batimetria.

A utilização do Raydist dá-nos, não só, a possibilidade de podermos efectuar a sondagem quando não são visíveis os sinais hidrográficos, como também fazer uma só espécie de sondagem, pois os fasímetros indicam-nos de forma contínua a posição das embarcações, tornando possível ajustar o rumo de forma a seguir continuamente as linhas da quadrícula que, neste caso, coincidem com os percursos sonoros.

Havia contudo o óbice das embarcações terem de parar para se colherem as amostras de fundo, o que foi resolvido pelo 1.º tenente Manuel Lopes de Mendonça, que idealizou a construção dum prumo que permite as colheitas de fundo com as embarcações em andamento.

Este prumo foi denominado *«Bagre»* pela sua forma se assemelhar a um dos peixes do mesmo nome muito abundante nos rios da Guiné.

Na campanha de 1952-53 o Bagre provou plenamente para velocidades até 8 nós e profundidades até 30 metros, valores que não foram excedidos durante o trabalho.

Foi portanto o conjunto Raydist, Sondador Sonoro e Bagre que veio permitir o máximo rendimento na sondagem.

TRABALHO REALIZADO

O equipamento Raydist com que agora está equipada a Missão Geo-Hidrográfica da Guiné foi recebido em Bissau em meados de Dezembro de 1952 e, logo, nesse mês, se procedeu em Caió à montagem de todo o sistema, fazendo-se a sua verificação e calibração.

Os locais de montagem das estações já tinham sido prèviamente escolhidos, dentro dos poucos locais com possibilidades de desembarque para o material e de subsistência para o pessoal, de modo a satisfazerem os vários requisitos necessários para a operação o mais eficiente possível do sistema.

Para a colocação das estações transmissoras foram escolhidos os seguintes pontos: o morro da praia de Varela, o extremo W do Ilhéu de Pelindã e a Ponta NW da Ilha de Caravela.

Estes três locais permitem não só uma boa cobertura da área a levantar da carta 214, como também que o ângulo de intersecção das linhas de posição estivesse dentro dos limites, entre 30° e 150°, podendo até dizer-se que a escolha foi tão feliz que na maioria dos locais se conseguiram as condições óptimas de intersecção, perto de 90°.

Além disso escolheram-se estes locais, debruçados sobre o mar, para que as ondas electromagnéticas se propagassem directamente sobre aquele, pois a propagação sobre a terra dá origem a absorpções e a desvios devido aos obstáculos que normalmente existem.

Na Guiné, não são as elevações de terreno os grandes obstáculos, mas sim a densa arborização, que provoca grandes absorpções se não for tomada em linha de conta.

Olhando às condições atrás citadas, escolheu-se o Ilhéu de Caió para a montagem da estação de referência.

Este local, ocupando uma posição central na zona a levantar, é de fácil desembarque, o que permitia uma melhor e mais rápida assistência à estação relais, mais susceptível de avarias em relação às estações transmissoras, constituídas por simples transmissores de onda contínua.

Logo em seguida ao Natal se procedeu à montagem das estações nos locais escolhidos, cujas coordenadas geográficas já tinham sido anteriormente calculadas.

Procedeu-se depois à elaboração e desenho a bordo da carta Raydist e logo na 2.ª semana de Janeiro se iniciaram os trabalhos de sondagem, apoiando a navegação e determinação da posição no sistema Raydist.

A carta Raydist foi construída na escala 1/80.000 no sistema de coordenadas plano-Mercator Universal Transverso.

Como a colocação das estações devido à natureza da costa não permitia a determinação do comprimento de onda com o próprio sistema por não ser possível efectuar o cruzamento dos prolongamentos de qualquer das linhas base, procedeu-se ao seu cálculo a partir do conhecimento exacto da frequência e da velocidade de propagação das ondas electromagnéticas, utilizando as tabelas americanas de Norton.

Calculando assim o comprimento de onda e, sabendo-se que metade dele, como já foi dito anteriormente, representa o valor da faixa hiperbólica na linha base, obtivemos o número de faixas hiperbólicas existentes nas duas linhas bases, Varela-Pelindã e Pelindã-Caravela.

A estação principal foi montada a bordo do N. H. «Mandovi» que efectuou a maior parte da sondagem.

Quando as condições do mar o permitiam utilizaram-se na sondagem 2 embarcações, o navio e um gasolina grande.

O navio navegava segundo as indicações do Raydist; o gasolina seguia uma linha de quadrícula paralela à seguida pelo navio, mantendo-se sempre à mesma distância e azimute.

O azimute era dado pelo enfiamento de duas bandeirolas colocadas na ponte do navio; a distância era obtida pela medição a sextante do ângulo vertical do mastro do navio.

O navio determinava por sinais os momentos de sondagem e ordenava as alterações de rumo.

Como só o navio podia sondar com o Bagre as colheitas de fundo foram feitas em fiadas alternadas.

A sondagem da carta n.º 214 foi terminada em meados de Fevereiro, tendo-se gasto pouco mais de um mês na sondagem com o Raydist.

Jaime de Azevedo Monteiro de Barros
Cap.-tenente

e

João Luís de Oliveira
1.º ten. Eng. Hidrógrafo

Junta de Investigações do Ultramar (Lisboa)
Centro de Zoologia — Prof. Fernando Frade

MALÓFAGOS DA GUINÉ PORTUGUESA

ALGUMAS ESPÉCIES DOS MAMÍFEROS

por

JOÃO TENDEIRO
Doutor em Ciências Médico-Veterinárias

Em trabalhos anteriores, tivemos ocasião de referir a existência na Guiné Portuguesa de três malófagos do cobaia, dos quais dois, *Gyrops ovalis* Nitzsch 1818 e *Gliricola porcelli* (Lineu 1758), da família *Gyropidae* Burmeister 1838, e o terceiro, considerado como *Menopon extraneum* Piaget 1880, da família *Menoponidae* Mjöberg 1901; posteriormente, no primeiro artigo sobre malófagos da Guiné Portuguesa, estudámos em pormenor o *Tetrophthalmus africanus* Bedford 1931, parasita do pelicano, *Pelecanus rufescens* Gmelin.

No presente trabalho, referente a alguns malófagos encontrados nos mamíferos, seguimos a classificação de Von Kéler (1939), que desmembra a antiga família *Gyropidae* nas famílias *Gliricolidae* (Ewing 1924) e *Gyropidae* (Kellogg 1896), reunidas na super-família *Gyropoidea* von Kéler 1938. Ao mesmo tempo, estudamos as espécies *Heterodoxus spiniger* (Enderlein 1909), do cão, e *Trimenopon jenningsi* (Kellogg e Paine 1910), do cobaia, rectificando a posição sistemática deste último parasita que, na esteira de Galliard (1934), classificáramos antes como *Menopon extraneum*.

SUPER-FAMÍLIA *GYROPOIDEA* (von Kéler 1938)

FAMÍLIA *GYROPIDAE* (Kellogg 1896)

GYROPUS OVALIS Nitzsch 1818

SINONÍMIA

Gyropus ovalis Nitzsch 1818.
Gyropus turbinatus Piaget 1880.

Como escrevemos em tempos (Tendeiro, 1950, 1951), durante as nossas experiências sobre o tifo murino na Guiné Portuguesa o *Gyropus ovalis* foi visto com frequência nos cobaias, importados aliás da Metrópole, evidenciando-se com maior facilidade nos animais moribundos ou após a morte destes.

FAMÍLIA *GLIRICOLIDAE* (Ewing 1924)

GLIRICOLA PORCELLI (Lineu 1758)

SINONÍMIA

Pediculus porcelli Lineu 1758,
Pediculus saviae Schrank 1803,
Pediculus bifurcatus Olfers 1816,
Gyropus gracilis Nitzsch 1818,
Gyropus porcelli Railliet 1895,
Gyropus porcelli Neumann 1912,
Gyropus porcelli perfoliatus Neumann 1912,
Gyropus bicaudatus Paine 1912,
Gliricola porcelli Johnston e Harrison 1913,

Gliricola perfoliata Harrison 1916,
Gyropus porcelli Séguy 1924,
Gyropus gracilis Galliard 1934,
Gliricola porcelli Werneck 1936,
Gliricola porcelli Séguy 1944.

O *Gliricola porcelli*, malófago da mesma super-família do anterior, é muito vulgar no cobaia, onde o encontrámos com facilidade (Tendeiro, 1950, 1951).

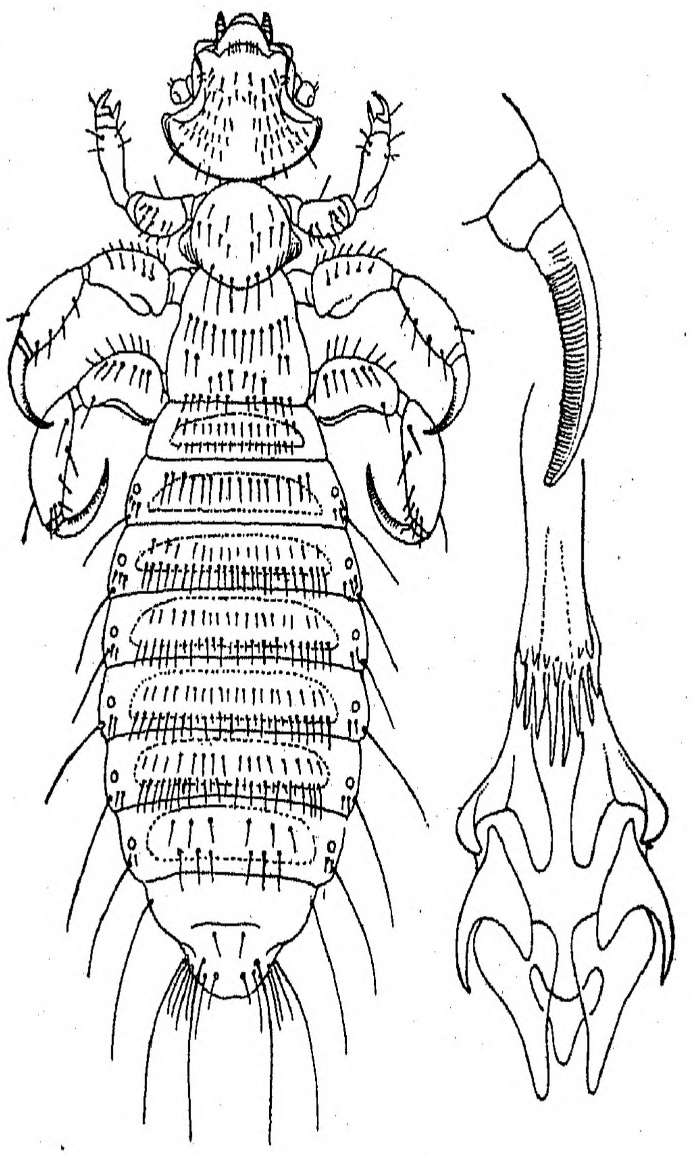


Fig. 1
Gyropus ovalis: Face dorsal da ♀, extremidade de um tarso e aparelho copulador do ♂
(Segundo Séguy, 1944)

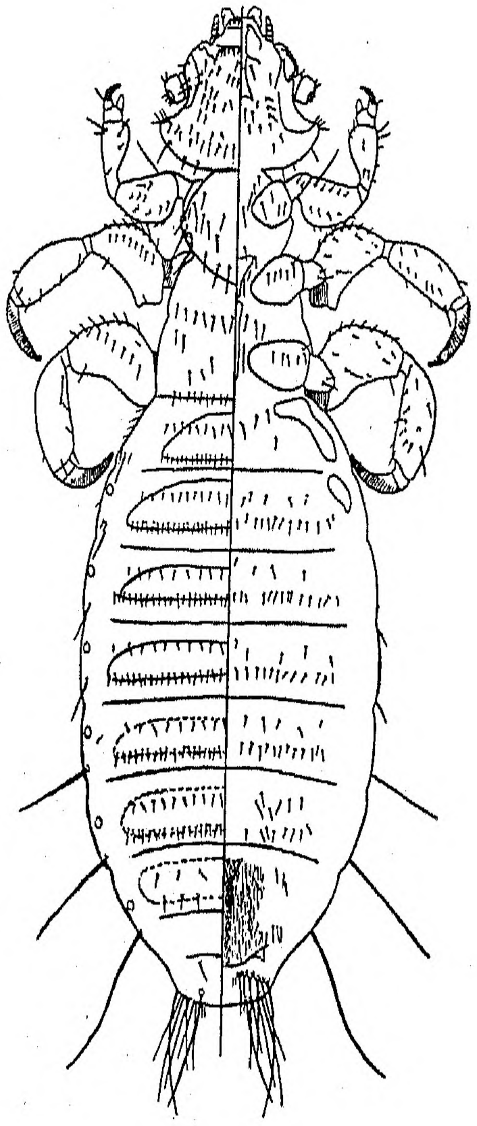


Fig. 2
Gyropus ovalis, ♀
(Segundo Werneck, 1936)

Não conservámos exemplares de *Gyropus ovalis* e de *Gliricola porcelli* recolhidos na Guiné. Tratam-se, no entanto, de espécies de tal modo vulgares que se não justifica, para efeitos de nova descrição neste local, a sua substituição por espécimes metropolitanos.

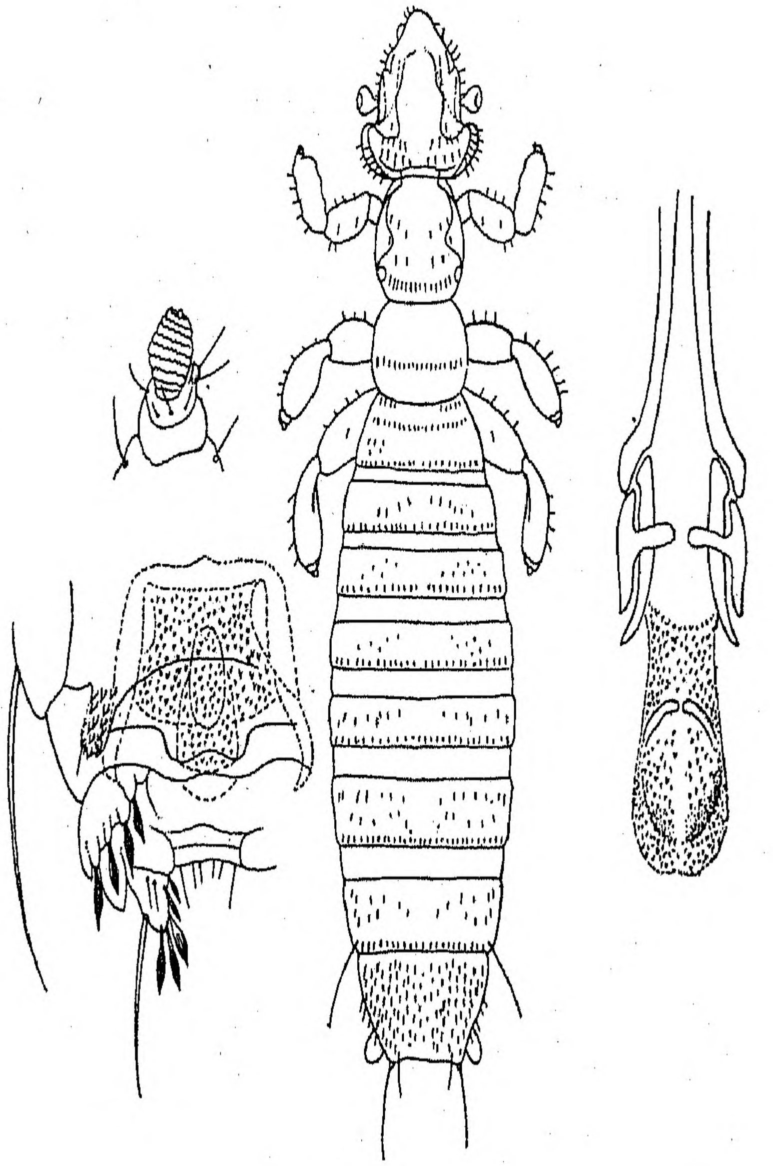


Fig. 3
Gliricola porcelli: Extremidade de um tarso, face esternal da região abdominal posterior da ♀, face dorsal da ♀ e aparelho copulador do ♂
(Segundo Séguy, 1944)

FAMÍLIA *BOOPIDAE* Mjöberg 1910

HETERODOXUS SPINIGER (Enderlein 1909)

SINONÍMIA

Menopon spiniger Enderlein 1909,
Menopon (Menacanthus) spinigerum Neumann 1912,

Heterodoxus armiferus PAINE 1912,
Heterodoxus longitarsus NEUMANN 1913,
Heterodoxus longitarsus BEDFORD 1932,
Heterodoxus longitarsus WERNECK 1936,
Heterodoxus longitarsus PLOMLEY e THOMPSON 1937,
Heterodoxus longitarsus NEVEU-LEMAIRE 1938,
Heterodoxus longitarsus EMERSON 1940,
Heterodoxus spiniger PLOMLEY 1940,
Heterodoxus spiniger THOMPSON 1940,
Heterodoxus spiniger WERNECK 1941,
Heterodoxus longitarsus EICHLER 1942,
Heterodoxus spiniger STAFFORD 1943,
Heterodoxus longitarsus SÉGUY 1944,
Heterodoxus spiniger WERNECK 1948,
Heterodoxus spiniger HOPKINS 1949,
Heterodoxus spiniger VON KÉLER 1952.

REGISTOS

Hospedeiro: Canis (Canis) familiaris L., o cão.

Localização: Pelos.

Grau de infestação: Pouco intenso.

Frequência: Encontrado apenas uma vez.

Localidade: Exemplares colhidos no Laboratório de Veterinária e Indústria Animal, em Pessuba, Guiné Portuguesa, num cão vadio capturado na cidade de Bissau.

Referência: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Parasitologia, registo 163/51, de 26/8/951 (7 ♂♂, 11 ♀♀ e 7 formas juvenis, conservados em álcool a 70°).

MORFOLOGIA

Cabeça subtriangular, mais larga que comprida, com o índice cefálico entre 1,53 e 1, 66, média 1,59, nos ♂♂ medidos, e de 1,50 a 1,77, média 1,65, nas ♀♀. Bordo clipeal arredondado e com 4 cílios de cada lado. Bordo occipital côncavo, com uma cerda e 2 espinhos occipitais, um dos quais bastante forte, de cada lado da face dorsal. Ângulos temporais salientes e um pouco recuados, com 2 longas macroquetas temporais na face dorsal, das quais a posterior mais comprida, e uma cerda, atrás e para dentro delas, bem como 4 espinhos sobre o contorno angular. Bordos laterais ligeiramente arredondados, quase rectilíneos, com uma fenda profunda dirigida para dentro e para trás; à frente desta, uma cerda circundada por 3 pequenos espinhos e um pelo curto, e tendo ao lado um forte espinho, quase exactamente a meio da distância que separa o bordo lateral do plano médio. Olhos bastante desenvolvidos, situados no plano dorsal, logo atrás da fenda lateral, e cobertos ou ladeados por um espinho ocular. Fossas antenais grandes, recobertas na fase dorsal e largamente abertas na ventral, de modo a deixar as antenas quase inteiramente livres (¹).

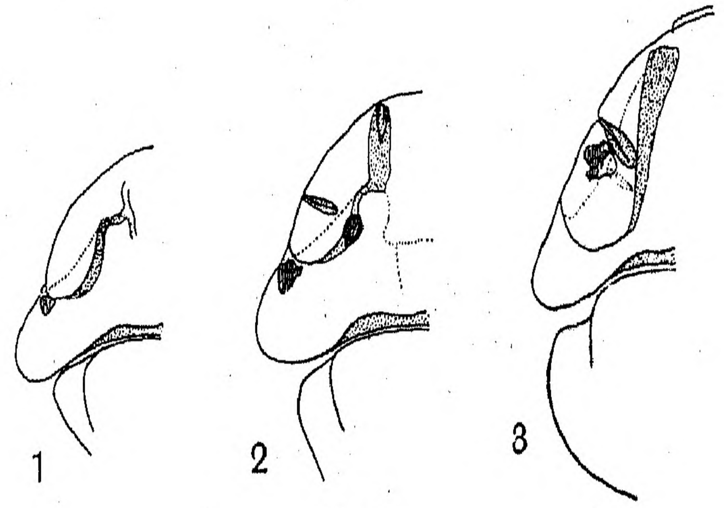


Fig. 4

Esboços de um lado da cabeça de (1) *Menopon* sp., (2) *Eomenopon*, (3) *Heterodoxus*.

A linha ponteada indica o bordo ventral anterior da fosseta antenal

(Segundo HARRISON, 1915)

(¹) Como escreve HARRISON (1915), no género *Heterodoxus* a fossa antenal é muito extensa, sendo limitada na superfície ventral por uma placa com uma fenda ventral em correspondência com a fenda dorsal. «In Text-figure 1 (fig. 4 do presente trabalho) the heads of *Menopon*, *Eomenopon*, and *Heterodoxus* are placed side by side for comparison. The ventral boundary of the antennary fossa, which is really a ventral continuation of the temple, is indicated by a dotted line. It will be seen that this fossa is most extensive in *Heterodoxus*, where it is floored by a plate with a ventral cleft corresponding to the dorsal cleft.»

Antenas um pouco curtas, formadas por 5 artículos de feitios diferentes, sendo em ambos os sexos o 1.º cilindroide, o 2.º esférico, o 3.º em forma de cone invertido, o 4.º bastante alargado e o 5.º cilindroide, curto e atenuado, e com numerosos pelos apicais. Palpos curtos, formados por 4 artículos. Ainda na superfície ventral da cabeça, um par de fortes ganchos retrógrados atrás da base dos palpos; dois pares de cerdas, um a meio e outro mais atrás, e alguns pelos dispersos; e um certo número de cerdas e de pelos no bordo inferior das fossas antenais.

QUADRO I

Heterodoxus spiniger
♂♂: Medidas em mm.; índices corporais e cefálicos
C — comprimento; L — largura

♂♂.	I		II		III		Média	
	C	L	C	L	C	L	C	L
Cabeça	0,43	0,68	0,43	0,66	0,41	0,68	0,42	0,67
Protórax	0,26	0,61	0,24	0,58	0,22	0,60	0,24	0,60
Meso-metatórax	0,45	0,60	0,41	0,63	0,47	0,61	0,44	0,61
Abdome	1,59	0,99	1,51	1,02	1,61	1,01	1,57	1,01
Comprimento total	2,73		2,59		2,71		2,67	
Índice corporal	2,75		2,53		2,67		2,65	
Índice cefálico	1,58		1,53		1,66		1,59	

QUADRO II

Heterodoxus spiniger
♀♀: Medidas em mm.; índices corporais e cefálicos
C — comprimento; L — largura

♀♀	I		II		III		IV		Média	
	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L
Cabeça	0,40	0,68	0,43	0,70	0,39	0,69	0,48	0,72	0,42	0,70
Protórax	0,24	0,60	0,26	0,61	0,24	0,63	0,32	0,66	0,26	0,63
Meso-metatórax	0,45	0,62	0,46	0,61	0,41	0,62	0,51	0,62	0,47	0,62
Abdome	1,81	1,07	1,59	1,06	1,91	1,07	1,85	1,07	1,79	1,07
Comprimento total	2,90		2,74		2,95		3,16		2,94	
Índice corporal	2,71		2,58		2,76		2,95		2,75	
Índice cefálico	1,70		1,63		1,77		1,50		1,65	

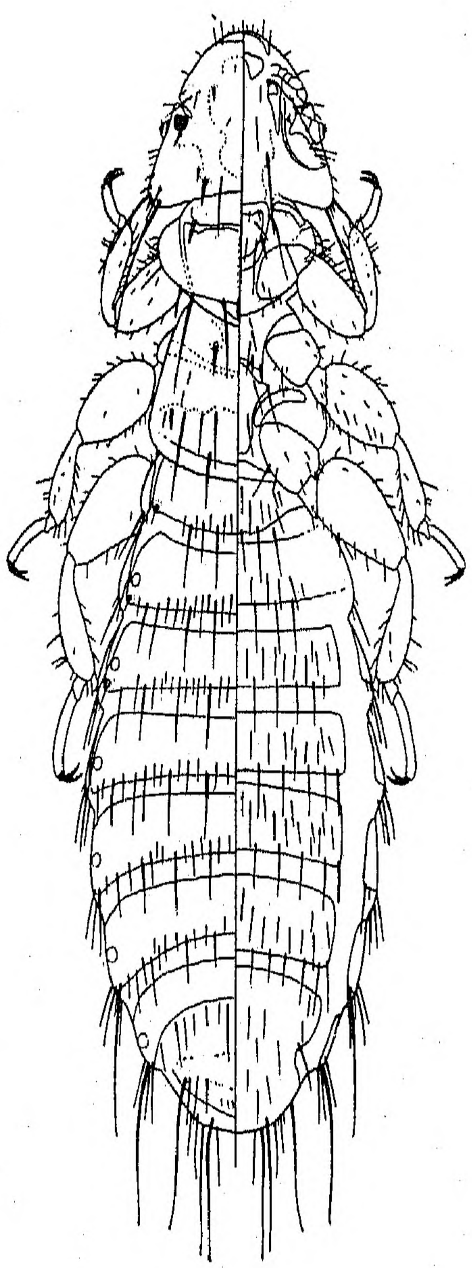


Fig. 5
Heterodoxus spiniger, ♂
(Segundo WERNECK, 1936, como *H. longitarsus*)

Tórax mais estreito e bastante mais comprido do que a cabeça, com o mesotórax bem distinto do metatórax. *Protórax* mais largo que o metatórax, com os bordos antero-laterais estrangulados no terço anterior e os ângulos laterais formando duas fortes protuberâncias arredondadas e mais escuras, munidas de 3 ou 4 cerdas rijas, mais compridas de diante para trás; bordo posterior do pronoto tendo uma quetotaxia variável, com 2 cerdas de cada lado, separadas ou ladeadas por um pelo, e 1 ou 2 fortes espinhos externos, ou com uma disposição diferente, conforme se verifica no quadro III, respeitante ao exame de 6 ♂♂ e 6 ♀♀; concordando com a descrição de Fábio Werneck (1936), existem na face superior do protórax duas faixas longitudinais pigmentadas, reunidas por uma faixa transversal, em cujas extremidades há um espinho grosso; prosterno com uma placa central em forma de escudo, semelhante em ambos os sexos e limitada por uma banda estreita, com o bordo anterior recto, os bordos laterais subparalelos e o bordo posterior arredondado, e tendo algumas cerdas e espinhos mais ou menos fortes. *Mesotórax* curto, um pouco mais protuberante aos lados, com uma sutura sagital escura na parte anterior, que abrange o protórax, e um espinho bastante forte de cada lado da linha média, implantado numa saliência situada um pouco à frente do bordo posterior; mesosterno ocupado à frente por uma larga placa irregular, mais quitinizada lateralmente, tendo no bordo anterior alguns pelos curtos e, de cada lado do plano sagital, um renque de espinhos fortes ladeados ou intercalados por cerdas. *Metatórax:* metanoto subquadrangular, com 3 cerdas a meio do comprimento e outra posterior, de um e do outro lado, bem como vários espinhos submarginais e um espinho mais forte nos ângulos póstero-laterais, acompanhado ou não de outro mais fraco; metasterno com uma placa losangoide, de bordos póstero-laterais alongados, com 2 cerdas junto de cada um dos ângulos laterais e outra

QUADRO III

Heterodoxus spiniger
Esquematização da quetotaxia posterior do pronoto
c — cerda; e — espinho; p — pelo (leitura da esquerda para a direita)

Exemplares	♂♂		♀♀	
	Esquerda	Direita	Esquerda	Direita
I	ecpc	ccpce	eecpc	cpcee
II	eecpc	cppe	eecpc	cpce
III	eecpc	cpcp	eecpc	cpce
IV	pcpc	cpcpee	pcpc	cpce
V	ecpc	cpccee	pepcpc	cpce
VI	ecpc	cpee	cpc	cpcee

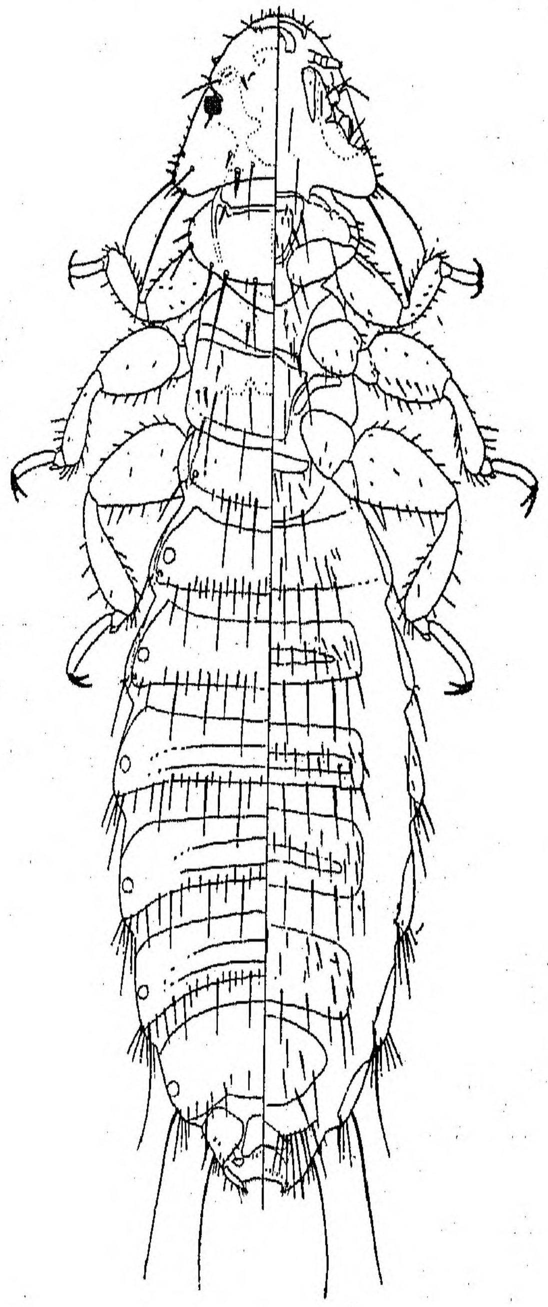


Fig. 6
Heterodoxus spiniger, ♀
(Segundo Werneck, 1936, como *H. longitarsus*)

a meio do comprimento, formando um par simétrico com a do lado oposto (1) (2). *Patas* compridas. Coxas I e II alongadas, com 2 cerdas e espinhos; coxas do 3.º par mais curtas. Fémures alargados na base, com vários espinhos externos (2 segundo Séguy), acompanhados por uma série de espinhos, insertos ao longo de um espessamento médio e com alguns pelos intercalados. Tíbias mais curtas que os fémures, espessadas na extremidade e aumentando sensivelmente de tamanho do 1.º ao 3.º par — como aliás sucede aos fémures e aos tarsos —, e com um certo número de espinhos, que na metade distal são recurvos e lhes dão um aspecto eriçado, em particular nos dois primeiros pares. Tarsos com o 1.º artículo curto e munido de uma pequena expansão quadrangular; 2.º artículo comprido, com a face interna serrilhada devido à existência de numerosos artículos dispostos em filas seriadas; garras compridas e estreitas.

Abdome oval alongado, mais curto nos ♂♂, nuns exemplares com bandas laterais estreitas e escuras, transparentes nos outros. Placas tergais ocupando toda a largura dos tergitos e reunindo-se lateralmente aos pleuritos; bordo posterior dos 1.º ao 8.º tergitos com uma série de cerdas intercaladas com espinhos; ângulos laterais salientes e arredondados, com uma ou duas cerdas mais ou menos compridas saindo dos pleuritos e acompanhadas por uma macroqueta do 6.º ao 8.º segmentos, mais comprida neste último, e tendo nos três primeiros segmentos um pelo sensorial; espiráculos presentes do 2.º ao 7.º pleuritos e situados mesmo sobre os bordos laterais. Placas esternais não ocupando toda a largura da face ventral dos segmentos; em cada um dos esternitos duas séries de cerdas, das quais a posterior formada por cerdas mais compridas. Último segmento abdominal dos ♂♂ saliente, sub-hemisférico e com algumas cerdas e macroquetas de um e do outro lado da linha média; nas ♀♀, truncado ventralmente e enquadrado de cada lado da face dorsal por uma expansão angular terminada em ponta aguda e munida de um tufo cerrado de pelos. *Genitália* do ♂ com uma placa basal larga e estendendo-se até a parte posterior do 4.º segmento, atenuada ao nível da parte anterior do terço médio; parâmeros compridos, subparalelos e incurvados para dentro; pénis curto e grosso, com algumas formações características de difícil interpretação e saco prepucial caracterizando-se, em concordância com a descrição de Werneck (1941), pela existência de dois pares de espinhos grandes, pelos espinhos pequenos dispostos em V e pela presença de uma peça mediana em forma de crescente.

HOSPEDEIROS

O cão constitui o hospedeiro tipo do *Heterodoxus spiniger*, que foi também encontrado no chacal, coiote, raposa e num gato silvestre (Werneck, 1936), além da referência num marsupial, *Wallabia bicolor*, e de colheitas acidentais no homem e num corvo, *Corone australis*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A área de distribuição reconhecida para o *H. spiniger* compreende a Austrália, Malásia, Japão, Formosa, Martinica, continente etiópico (África do Sul, Moçambique, Quénia, Uganda, Somália e agora a Guiné Portuguesa, para cuja fauna constitui uma espécie nova), Estados-Unidos, Brasil, Argentina, Chile, Colúmbia, Equador, Venezuela, Haiti e Porto Rico.

DISCUSSÃO

Segundo Plomley (1), o *H. spiniger* teria sido recolhido pela primeira vez na Martinica, tendo a descrição original de Enderlein, no entanto, sido feita a partir de exemplares obtidos num cão do deserto da Kalahari, na África do Sul.

---

(1) Séguy (1944) refere a seguinte disposição da quetotaxia do metatórax, que não encontrámos em nenhum dos nossos espécimes: «métathorax angulaire sur l'abdomen, avec quatre soies postérieures, deux médianes et une ou deux spinules latérales».

(2) Segundo Fábio Werneck (1936), «a face inferior do tórax apresenta uma série de placas esternais, correspondendo aos diversos segmentos toráxicos. A anterior, subtriangular, tem as margens laterais guarnecidas de cerdas e espinhos grandes, além de outros menores em sua superfície. O mesoesternito se estende transversalmente entre as margens laterais do tórax e nele se encontram, de cada lado, em fila longitudinal, quatro espinhos, dos quais o último é o mais robusto. A última placa, correspondente ao metatórax, em forma de escudo, tem três cerdas nas margens lateriais.»

Com a devida vénia, pensamos que a expressão «em forma de escudo» sugere melhor que «subtriangular» o aspecto da placa prosternal, que reproduz com bastante fidelidade o contorno do escudo nacional de Portugal. Pelo contrário, preferimos para a placa metasternal a designação de losangoide à de «em forma de escudo», que lhe é dada por aquele ilustre entomologista brasileiro; por outro lado, nos exemplares em estudo a quetotaxia da placa metasternal tem o aspecto que descrevemos no texto, não se dispondo as três cerdas nas margens laterais, — arranjo que, de resto, não corresponde aos desenhos do autor.

(1) Citado por Hopkins (1949).

Neumann, em 1912, depois de ter criado para o *H. spiniger* e o *H. longitarsus* o novo sub-género *Menacanthus*, incluindo no género *Menopon* Nitzsch 1818, julgou poder distinguir as duas espécies pela presença de uma série de cerdas dorsais em cada segmento abdominal do primeiro e de duas séries no segundo. Num outro trabalho, publicado a seguir (1913), o autor reconheceu que no *H. longitarsus* também de facto apenas existia uma única série de cerdas por tergito, não registando qualquer outra diferença que se opuzesse à identificação das duas espécies, com prioridade do *H. longitarsus* (¹); ao mesmo tempo, fazia cair em sinonímia o *H. macropus*, descrito por Le Souëf e Bullen, em 1902, no canguru, e o *H. armiferus*, recolhido por Paine, em 1912, num cão da Califórnia (²).

Howard, em 1912, assinalou-o em Moçambique, como *Menacanthus spiniger* (identificação de L. G. Neumann), sem indicação de hospedeiro.

Cummings, também em 1913, não encontrou diferenças entre os exemplares então existentes no Museu Britânico, provenientes de marsupiais e do *Corone australis* (Austrália), do cão e do chacal, incluindo do mesmo modo o *H. macropus* na sinonímia do *H. longitarsus*.

Bedford, em 1932, afirmou tratar-se de uma espécie bastante comum nos cães da África do Sul, e que se encontrava do mesmo modo nos caní-

---

(¹) «Dans le tableau synoptique que j'ai établi pour les espèces connues de *Manacanthus*, j'ai distingué *M. spinigerum* de *M. longitarsus* Piaget par la présence d'une série de soies dorsales sus chaque segment abdominal pour le premier et de deux séries pour le second. Une nouvelle comparaison des deux espèces m'oblige à reconnaître l'erreur que j'ai commise alors par une interprétation inexacte de quelques-unes de mes préparations et à convenir que, chez *M. longitarsus*, il n'y a aussi qu'une série de soies dorsales sur chaque segment abdominal. De plus, je ne puis découvrir de différence entre les deux espèces et je suis amené à conclure qu'elles sont identiques. Le nom de *Menopon longitarsus*, ayand la priorité sur *M. spinigerum*, doit désigner le Mallophage du Chien comme celui du *Macropus giganteus*.»

(²) «De la description et des figures de Paine, je conclus que *H. armiferus* ne se distingue pas de *Menopon spiniger*. Or, Paine considère ce dernier comme identique à *Heterodoxus macropus*, dont il a eu entre les mains des spécimens envoyés par le Souëf.

Johnston et Harrison, qui ont étudié tout spécialement les Mallophages d'Australie, identifient *Menopon longitarsus* Piaget à *Heterodoxus macropus* Le Souëf et Bullen. De leurs comparaisons et de tout ce qui précede, il résulte donc que, tant pour les Kanguroos (*Macropus giganteus*) que pour le Chien, on ne compte actuallement qu'une espèce de Liothéiné qui leur soit commune: *Heterodoxus longitarsus* (Piaget).»

deos de outras partes da África, América, Península Malaia, Japão e Formosa; e, nos seus verdadeiros hospedeiros, cangurus e walabis, na Austrália (¹).

Séguy, em 1924, indicava do mesmo modo o *H. longitarsus* como parasita dos marsupiais da Austrália e do cão de diversos pontos do globo, em particular a Martinica, Califórnia, África do Sul, Moçambique, Japão e Formosa (²); e, em 1944, escrevia que este parasita, originário da Austrália e infeudado aos mamíferos didelfos, se tornara recentemente cosmopolita nos limites dados pelas latitudes 40° N e 40° S, levado pelo cão (³).

Werneck, em 1936, descreveu pormenorizadamente a espécie, como *Heterodoxus longitarsus*, «em material abundante colhido em *Canis familiaris* de diversas regiões do Brasil, Argentina e Estados-Unidos e numerosos exemplares, dos dois sexos, encontrados pelo Dr. Salvador Mazza em *Oncifelis salinarum*, de Jujuy, Argentina».

Finalmente, em 1941, o mesmo investigador verificou que o *H. spiniger*, ainda que semelhante ao *H. longitarsus* nas suas linhas gerais, se distinguia bem deste pelo arranjo particular da genitália do ♂, caracterizando-se «pelo aspecto das formações quitinosas da vesícula penis representado na fig. 1 (fig. 7). Como principais particularidades características deste órgão, consideramos: os dois pares de espinhos grandes, a disposição em V dos espinhos menores da base da vesícula e, sobretudo, a peça mediana em forma de crescente». «*Heterodoxus longitarsus* (Piaget) é nitidamente distinto do habitual parasito do cão, tão comum em nosso país. Falta-lhe a peça mediana em crescente e os espinhos encontrados na parede da vesícula de *spiniger*. A este respeito o confronto das figs. 1 e 2 (fig. 7) não deixa subsistir dúvida alguma e melhor que qualquer

---

(¹) «This species (*Heterodoxus longitarsus*) is very common on dogs in South Africa. It has also been found on dogs in other parts of Africa, America, Malay Peninsula, Japan and Formosa, and on its trus hosts, kangaroos and wallabies, in Australia.»

(²) «Les *Heterodoxus* sont des Mallophages voisins des Menopon des Oiseaux qud vivent sur les Marsupiaux d'Australie. En des contrées très diverses (Martinique, Californie, Afrique du Sul, Mozambique, Japon, Formose) on a trouvé sur le *chien* des spécimens *d'Heterodoxus longitarsus* Piaget, espèce qui vit sur le kanguroo (*Macropus giganteus*), ce sont peut-être des parasites égarés (déserteurs) transmis par les Marsupiaux des ménageries (Neumann).»

(³) «Ce parasite, originaire d'Australie, inféodé aux Mammifères didelphes, est devenu récemment cosmopolite entre les limites données par les lat. 40° N et lat. 40° S, à la suite du Chien.»

descrição mostrará todas as diferenças existentes entre as espécies». E, em 1948, acrescentava, a propósito do *H. longitarsus:* «Esta espécie é absolutamente idêntica a *Heterodoxus spiniger,* da qual publicámos, em 1936, desenhos e descrição detalhada (1), diferindo ùnicamente pelo aparelho copulador do macho. O desenho publicado em 1941, na Revista Brasileira de Biologia, é uma reprodução fiel deste órgão; apenas foi propositalmente exagerado o contraste das peças que o formam, para torná-lo mais compreensível.»

Von Kéler, em 1952, estudando uma colecção de malófagos recolhida em Moçambique e na União Sul-Africana pelos Drs. Zumpt e Travassos Santos Dias, registou a espécie em estudo num chacal, *Thos adustus adustus* (Sundevall), da África Oriental Portuguesa (2).

Apesar de se considerarem hoje em dia o *H. longitarsus* e o *H. spiniger* como dois parasitas aproximados mas de espécie diferentes, a relacionação «canguru-cão» impõe-se da mesma maneira de que quando eram olhados como a mesma espécie, havendo que pôr em equação o tempo como factor adjuvante da variação específica, quer esta tenha sido unilateral ou devida antes a uma diferenciação divergente em dois sentidos. Por outras palavras, dentro do género *Heterodoxus* a passagem de uma das espécies para a outra ou se deu a partir de estirpes que, durante uma maior ou menor número de gerações, se foram adaptando por um lado aos marsupiais e pelo outro aos canídeos, ou, no caso particular destes, pela infestação fortuita do cão a partir do canguru e consequente especialização parasitária.

A marcada especificidade dos malófagos em relação a hospedeiros tem originado a criação de géneros parasitários em concordância com o género dos respectivos hospedeiros e a diferenciação de espécies diversas em aves bastante aproximadas. É o caso, por exemplo e entre tantos outros, do género *Tetrophthalmus* Grosse 1885, composto de parasitas dos peli-

---

(1) Como *Heterodoxus longitarsus.*

(2) «This species was first found on the dog, in the Kalahari, and was later recorded from the same host in other parts of Africa, in North America and South America and in Australia. Hopkins (1949) found it on an old skin of *Thos adustus,* but doubted the reliability of this finding, as the skin could have been in contact with dogs. In the material at my disposal, I have a series of 24 males, 24 females and 4 nymphs of *Heterodoxus spiniger,* from *Thos adustus,* Banhine, Moçambique, 23.6.51.This series therefore confirms Hopkins' finding that *Thos adustus* is a host of the species *H. spiniger.*»

canos e em que se conhecem uma dezena de espécies diferentes para cerca de outros tantos hospedeiros (1). No caso presente, tratando-se de mamíferos tão afastados como são o canguru e o cão, existem todas as probabilidades de se tratar de uma situação recente, uma vez que deveriam existir diferenças morfológicas muito mais sensíveis se se tratasse pelo contrário de duas espécies parasitas adaptadas àqueles hospedeiros em eras geológicas recuadas. A adaptação ao cão deve assim ter sido de certo modo recente, posterior portanto ao isolamento remoto do canguru consecutivo à constituição definitiva da Austrália como continente independente, e deve-se ter já dado nos tempos hisóricos, talvez a partir das navegações dos povos do Extremo Oriente e da região malaia às terras australianas ou mesmo depois da penetração europeia naquelas regiões.

Depois de escrevermos as considerações anteriores, tivemos ocasião de ler as palavras sobre o assunto insertas por Hopkins, em 1949, no trabalho «The rost-associations of the lice of Mammals», que não resistimos a transcrever:

> «So long as it was believed that the specieson the dog was the same of that on kangaroos it was obvious that the infestation must be secondary and quite recent (probably since the discovery of Australia by Europeans), but it is now known that species on the dog is distinct from any known from kangaroos unless Plomley's record of two males and seven females of *Heterodoxus spiniger* from *Wallabia bicolor* is reliable, which it probably is not. Unless *Wallabia bicolor,* or some kangaroo or wallaby of which the parasite are not yet known, is the original host of *H. spiniger,* the parasite must almost of necessity have transferred to domestic dogs through the dingo, for the differences from the other known forms of the genus, through almost confined to the male genitalia, are considerable; althrough Australia appears to have been known to the Chinese during the thirteenth century, a period of seven or eight hundred years does not seem adequate for the development of such differences.»
>
> «Records from hosts not belonging to the genus *Canis* are doubtful; a skin of *Civettictis civetta* from the Belgian Congo from which I once obtained a short series of *H. spiniger,* and a skin of *Crocuta crocuta* from which I took o pair of the same species in Uganda were both old ones which may very well have

---

(1) Conforme escrevemos a propósito deste género (Tendeiro, 1953), «torna-se interessante referir que as maiores afinidades do *T. africanus* com o *T. chilensis* e com o *T. australis* levaram Bedford a supor que, segundo se pode julgar pelos respectivos parasitas, o pelicano africano, *Pelecanus rufescens,* se aproxima muito mais do *Pelecanus conspicilatus,* da Austrália, e do *Pelecanus thagus,* da América do Sul, do que do *Pelecanus onocrotalus* e do *Pelecanus roseus,* espécies que aparecem em conjunto com aquele no continente etiópico».

served as bedding for a dog (1). Cummings' record from a crow and Plombley's from man are both obvious nonsense. Werneck's record from *Felis salinarum* is most interesting biologically, but the circumstances of the record (see p. 507) (2) are not such as to give rise to any confidence that the occurence was a natural one, particularly as *H. spiniger* is abundant on dogs in Brazil. The evidence that *H. spiniger* represents a secondary and relatively very recent infestation on non-marsupial hosts is very strong, but it remains just possible that *Heterodoxus* once had a much wider distribuition on placental mammals, of whic its occorrence on the Canidae is a relic.»

Como escreve WERNECK (1948, «além do cão doméstico, que parece ser o hospedador habitual da espécie, outros carnívoros — chacal, «coyote», raposas e, até, um gato silvestre — têm sido encontrados naturalmente infestados pelo parasito. Há também referências sobre a sua ocorrência num lemuriano. Segundo PLOMLEY, *Heterodoxus spiniger* se encontraria, ainda, em *Wallabia bicolor*, o que seria verificação da mais alta importância, pois com dificuldade se pode admitir o cão como seu primitivo hospedador. Infelizmente, PLOMLEY deixou de indicar se os espécimes, em que se baseou para tal afirmativa, eram ou não dos provenientes de pardins zoológicos, que, como ele próprio o diz, constituiam parte do seu material de estudo. Em vista da incostestável facilidade de adaptação do parasito aos hospedadores mais diversos, não seria de estranhar que um «wallaby» o tivesse adquirido em cativeiro, sobretudo dada sua condição de marsupial.»

Em referência à opinião de HOPKINS sobre a antiguidade do *H. spiniger* como parasita bem adaptado ao cão, não podemos deixar de recordar que os órgãos genitais masculinos representam uma das partes do corpo dos malófagos mais sujeitas a variações; e que, no caso presente, nada nos indica se a deferenciação do parasita dos canídeos a partir das outras espécies de *Heterodoxus*, todas de marsupiais, foi progressiva e lenta ou surgiu antes de maneira brusca e como resultado de uma mutação.

---

(1) «I once found a number of specimens in Kenya on sacks used as a dog's bed.»

(2) *Felis salinarum* Thomas.

A single record of *Heterodoxus longitarsus* is probably due to contamination. Dr. Werneck kindly informs me that the was captured very young and was already infested when brought to Dr. Mazza. The infestation persisted thoughout the life of the host (a year), so that, though contamination prior to Dr. Mazza's receipt of the animal is extremely probable, the occurrence is of considerable biological interest. The host is probably a subspecies of *F. geoffroyi.*»

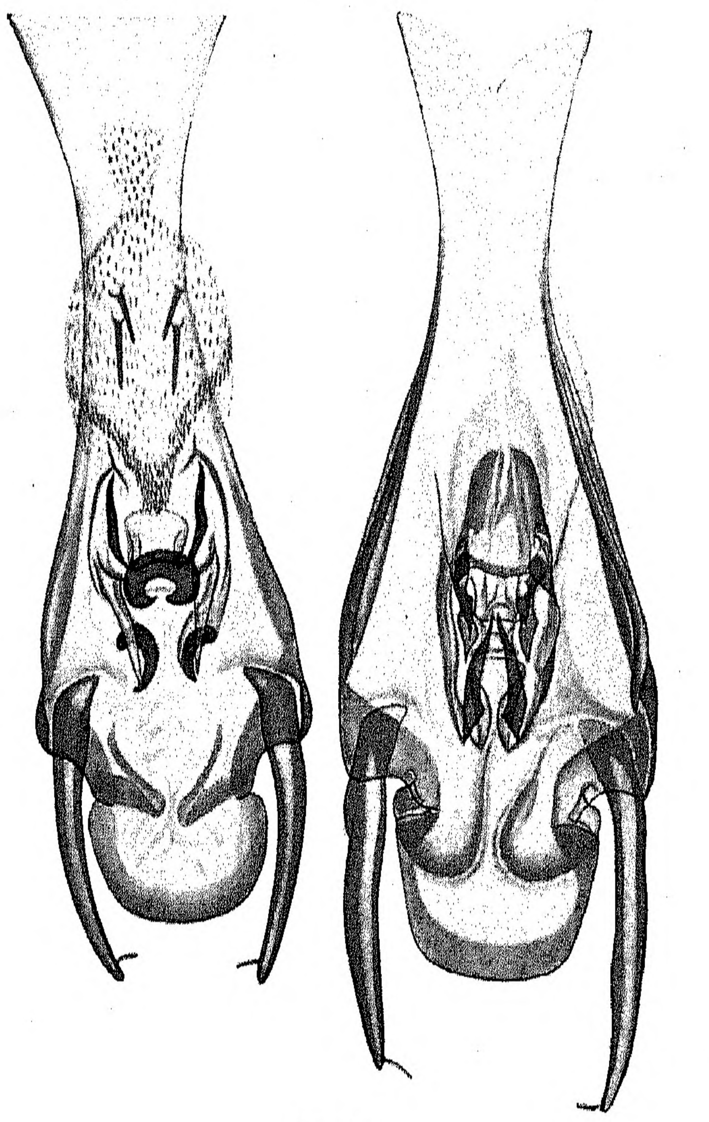
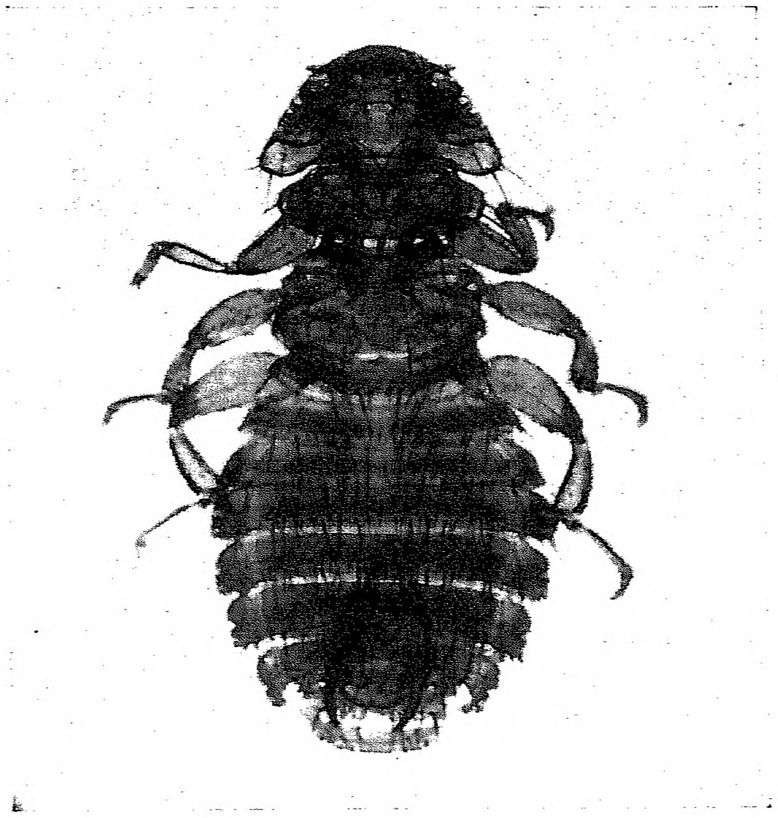
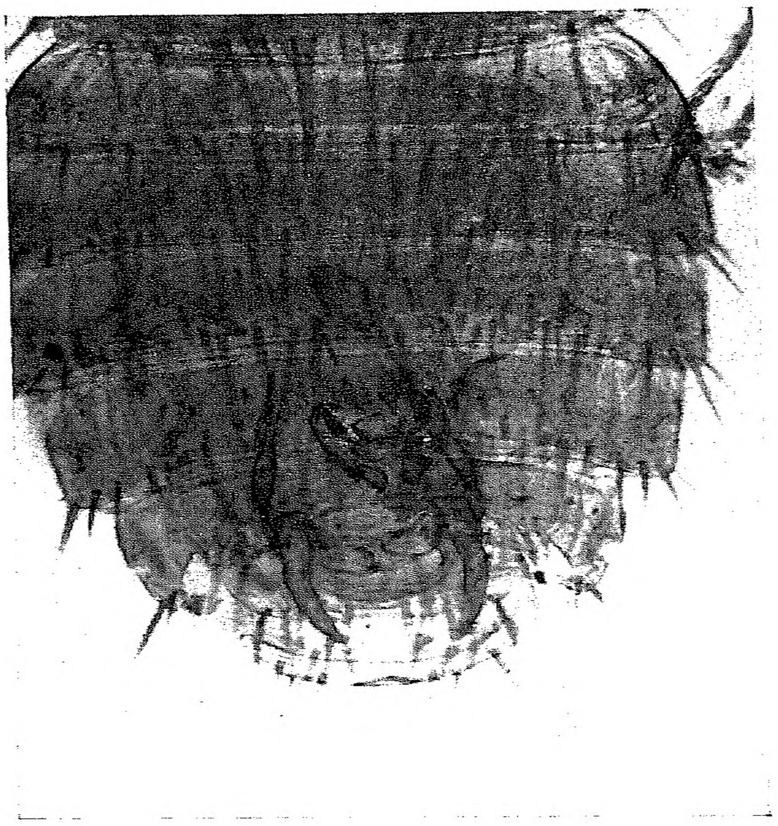


Fig. 7

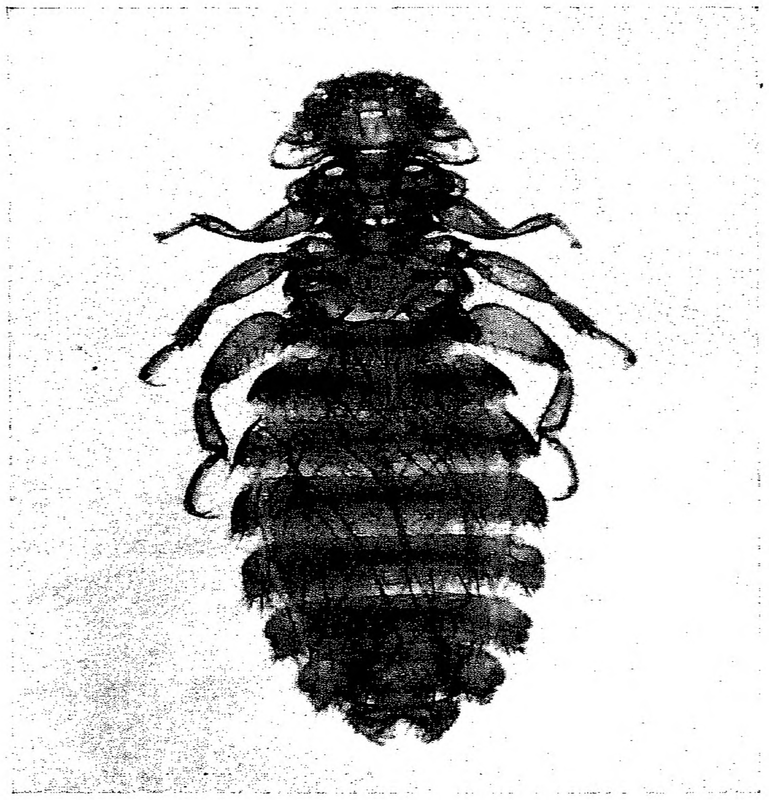
À esquerda: *Heterodoxus spiniger* — Aparelho copulador do ♂, de exemplar colhido em cão. À direita: *Heterodoxus longitarsus* — Aparelho copulador do ♂, de exemplar do lote tipo (Segundo WERNECK, 1941 em desenhos de Ray. Honório)



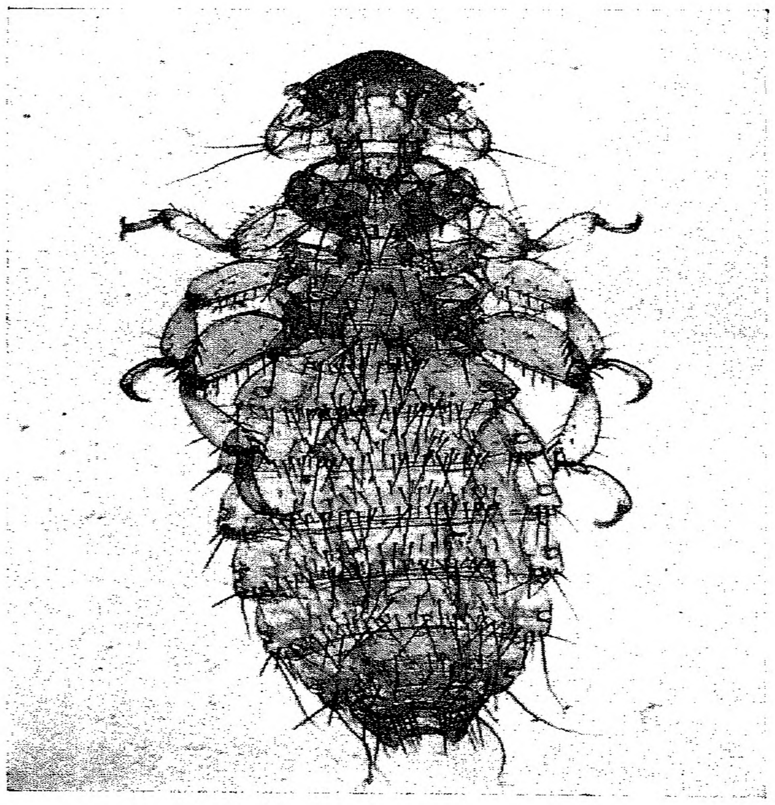
Heterodoxus spiniger, ♂



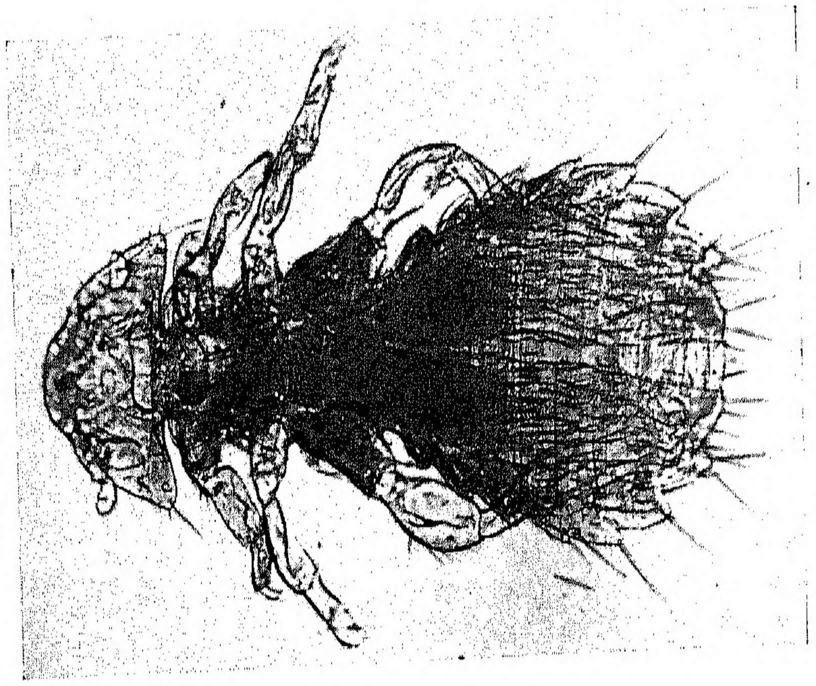
Heterodoxus spiniger
Genitália do ♂ (comparar com a fig. 7)



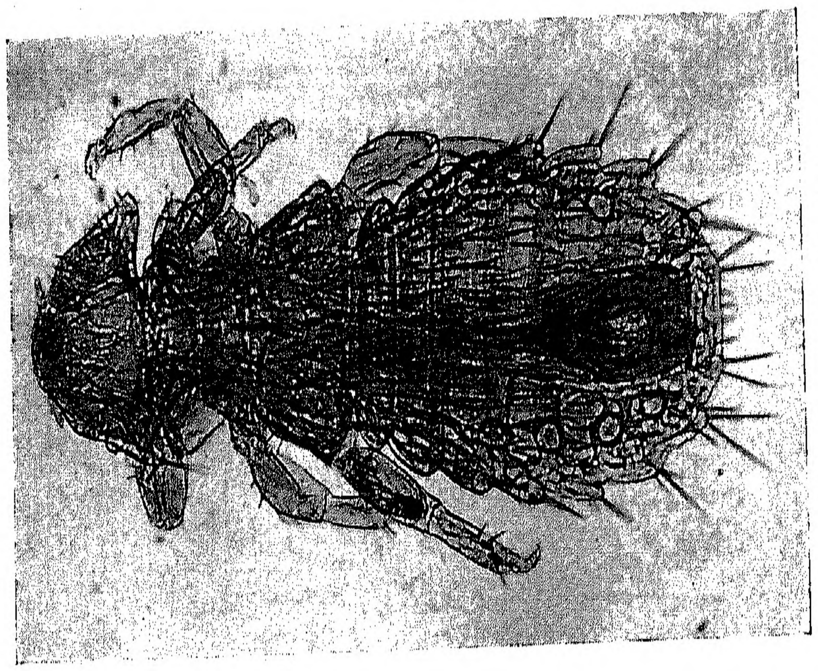
Heterodoxus spiniger, ♀



Heterodoxus spiniger, ♀ juvenil



Trimenopon jenningsi, ♀



Trimenopon jenningsi, ♂

FAMÍLIA *TRIMENOPIDAE* (HARRISON 1915)

TRIMENOPON JENNINGSI (KELLOGG E PAINE 1910)

SINONÍMIA

Menopon jenningsi KELLOGG e PAINE 1910,
Trimenopon enchinoderma CUMMIGS 1913,
Trimenopon jenningsi STOBBE 1914,
Menopon extraneum GALLIARD 1934,
Trimenopon rozeboomi EMERSON 1940,
Trimenopon hispidum EICHLER 1946,
Menopon extraneum TENDEIRO 1950, 1951, 1953.

REGISTOS

Hospedeiro: *Cavia cobaya* L., o cobaia.
Localização: Pelos.
Grau de infestação: Variável.
Frequência: Bastante frequente.
Localidade: Laboratório de Veterinária e Indústria Animal, em Pessuba, junto de Bissau (Guiné Portuguesa).
Referência e material: Laboratório de Veterinária e Indústria Animal, em 30/9/951 (3 ♀♀ e 2 ♂♂ recolhidos num cobaia e conservados em álcool a 70°).

MORFOLOGIA

Espécie de tamanho médio, com a coloração geral acastanhada. Nas mensurações efectuadas após montagem em líquido de Gater (ver quadro IV), as ♀♀ mediram 1,85 a 2,81 mm. de comprimento, média 2,60 mm., por 0,74 a 0,78 mm. de largura, média 0,75 mm.; os ♂♂, 1,88

QUADRO IV

Trimenopon jenningsi
Medidas em mm.; índices corporais e cefálicos
C — comprimento; L — largura

Trimenopon jenningsi	♀♀								♂♂					
	I		II		III		Média		I		II		Média	
	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L	C	L
Cabeça	0,33	0,60	0,34	0,58	0,31	0,55	0,33	0,58	0,32	0,55	0,29	0,52	0,30	0,53
Protórax	0,32	0,55	0,33	0,54	0,33	0,52	0,33	0,54	0,30	0,51	0,28	0,51	0,29	0,51
Meso-metatórax . . .	0,28	0,57	0,26	0,55	0,28	0,54	0,27	0,55	0,26	0,54	0,27	0,56	0,27	0,55
Abdome.	1,15	0,74	0,99	0,74	0,93	0,78	1,02	0,75	1,08	0,70	1,04	0,71	1,06	0,71
Comprimento total . .	2,08		1,92		1,85		1,95		1,96		1,88		1,92	
Índice corporal . . .	2,81		2,59		2,37		2,60		2,80		2,64		2,72	
Índice cefálico. . . .	1,82		1,71		1,77		1,76		1,72		1,79		1,76	

a 1,96 mm., média 1,92 mm., por 0,70 a 0,71 mm., média 0,71 mm. Índice corporal de 2,37 a 2,81 nas ♀♀, média 2,60, e de 2,64 a 2,80 nos ♂♂, média 2,72 (1).

Cabeça subtriangular, mais larga que comprida, um pouco mais curta nos ♂♂ (nas ♀♀, índice cefálico de 1,71 a 1,82, média 1,76; nos ♂♂, entre 1,72 e 1,79, média 1,76). Bordo clipeal arredondado, com dois pelos e alguns cílios muito curtos de cada lado. Bordos laterais sinuosos, com uma pequena reentrância ao nível dos palpos, seguida por uma saliência correspondente ao contorno dorsal da fossa antenal; atrás desta, o contorno sinuoso continua-se por uma concavidade pré-temporal pouco acentuada (2). Têmporas angulares, um pouco recuadas. Bordo occipital ligeiramente sinuoso, quase recto, com duas macroquetas de cada lado, correspondendo a externa, mais comprida, ao ângulo temporal; ao lado e para dentro desta, um espinho forte. A restante quetotaxia da face dorsal da cabeça é bastante regular, consistindo numa série de pequenas cerdas e alguns pelos marginais, e em duas fiadas de cerdas curtas, uma de cada lado da linha média, divergentes posteriormente e dirigidas no sentido das macroquetas occipitais internas; ao nível da inserção das antenas, um espinho forte; um pouco à frente deste, um outro, curto e mais fraco; existem ainda dois espinhos pequenos sobre a saliência antenal e um outro ou dois na extremidade dos bordos laterais. Na face ventral, alguns pelos e cerdas,

---

(1) Werneck (1936) indica 2,05 mm. de comprimento para a ♀ e 1,85 mm. para o ♂; Séguy (1944), 2 mm. na ♀ e 1,6 a 1,8 mm no ♂.

(2) Segundo Werneck, «o contorno da cabeça, cuja forma geral pode ser comparada à de um triângulo, é muito regular, notando-se apenas ligeira reentrância ao nível dos palpos maxilares».

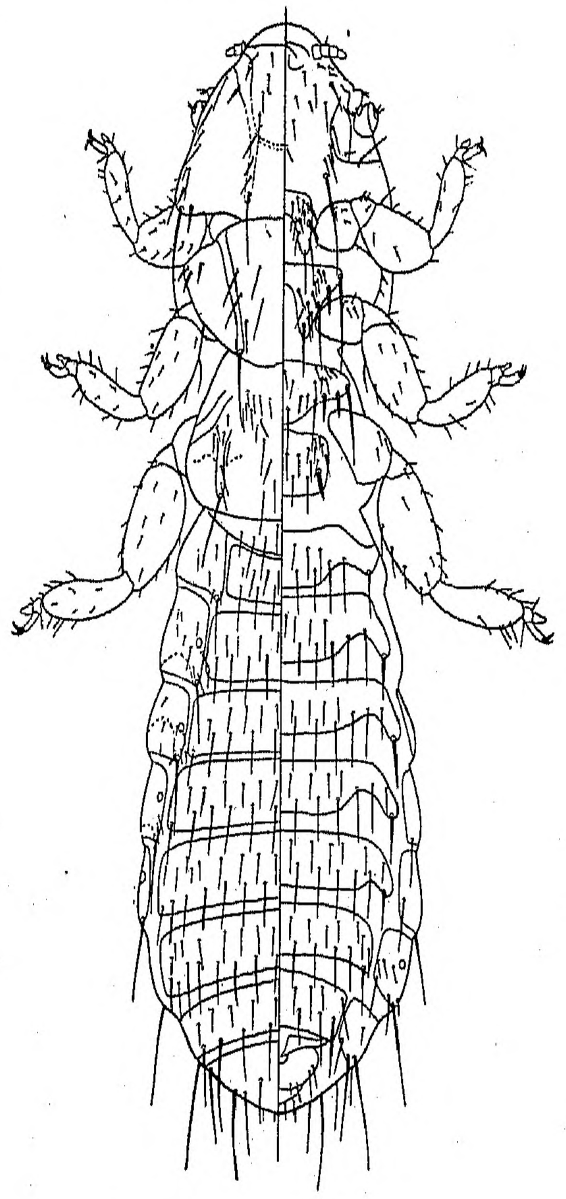


Fig. 8
Trimenopon jenningsi: ♂
(Segundo Werneck, 1936)

dispersos na parte anterior e tendendo atrás para se disporem linearmente; próximo do bordo posterior e para dentro da meia distância entre o plano sagital e os ângulos temporais, uma forte macroqueta retrógrada (¹). Palpos grandes, formados de quatro artículos. Antenas fortes, com o artículo terminal bastante dilatado, alojadas em fossas anteniais vastas e abertas para a face ventral.

Tórax mais comprido que a cabeça, medindo 0,59 a 0,60 mm. de comprimento nas ♀♀ e 0,55 a 0,56 mm. nos ♂♂, sem qualquer separação aparente entre o mesotórax e o metatórax; no entanto, como escreve Werneck, «é possível, entretanto, que uma pequena zona clara, que se estende transversalmente como uma faixa por trás do protórax, pertença ao mesotórax do qual represente a face superior visível». *Protórax* em forma de trapézio com a base maior voltada para a frente; na parte média do bordo anterior e sobressaindo no contorno deste, existe um espessamento quitinizado, que se inflecte para trás, formando duas listas escuras prolongadas até a bordo posterior e dividindo o pronoto: 1.º) num campo médio, em forma de vaso, com cerdas dispostas em quatro fiadas, duas mesmo sobre as listras escuras e terminando atrás por uma forte macroqueta, e mais uma de cada lado, entre aquelas e o plano médio; 2.º) e em dois campos laterais, transparentes e mais claros, com três espinhos fortes nos ângulos ântero-laterais, «dois voltados para fora e um para trás» (Werneck). Prosterno com duas placas laterais triangulares, quitinizadas e

---

(¹) A presente descrição da quetotaxia difere um pouco da referida por Werneck, particularmente em referência ao valor relativo dos pelos e cerdas e ao número dos espinhos.

«Na face superior (da cabeça) — escreve o autor — há alguns pelos dispostos em quatro filas: duas marginais, ao longo dos bordos laterais, e duas submedianas. Junto à margem posterior da cabeça, se estende uma fila formada por quatro cerdas longas, das quais as duas externas se encontram nos ângulos temporais e as internas no prolongamento das linhas submedianas de pelos curtos, acima referidas, como se fossem os últimos elementos das mesmas. Deve-se ainda, notar, de cada lado, dois grandes espinhos: um ao nível do ponto de implantação das antenas e outro na região temporal, para dentro da grande cerda que aí se implanta. Há um terceiro espinho, muito menor que os outros, situado na extremidade posterior das margens laterais.

A face inferior apresenta alguns pelos pequenos, irregularmente dispersos, e duas cerdas longas implantadas a meia distância da linha mediana e dos ângulos temporais.»

Como se viu, nos exemplares da nossa colecção a macroqueta posterior da face ventral encontra-se para dentro do ponto aqui indicado.

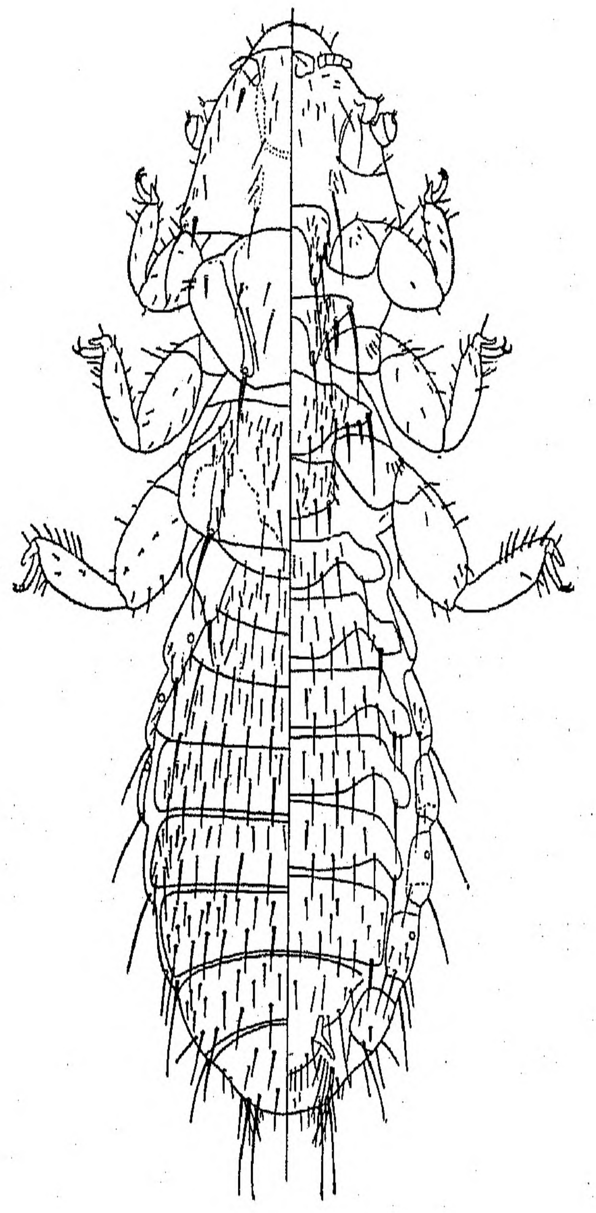


Fig. 9
Trimenopon jenningsi: ♀
(Segundo Werneck, 1936)

salientes, cobertas de pelos e tendo externamente um renque de espinhos e cerdas fortes, reunindo-se anteriormente por uma barra transversal, de modo a circunscrever uma zona central ovoide, glabra e menos esclerosada. *Meso-metatórax* em forma trapezoidal inversa, ou seja com a base maior posterior, e tendo listras quitinizadas semelhantes às do protórax, mas apenas evidenciadas ao lado e particularmente para trás. Quetotaxia dorsal consistindo em pelos e cerdas dispersas no campo central, mais numerosas mas menos compridas que no protórax; numa fiada de cerdas acompanhando lateralmente as linhas escuras e terminando atrás por uma macroqueta forte; e em alguns pelos na parte anterior dos campos laterais. Mesosterno com placas semelhantes às do prosterno, mas munidas de espinhos laterais mais fortes. Metasterno com as placas formando do mesmo modo dois triângulos — mas neste caso alargandos e reunidos atrás —, cobertas de numerosos pelos e tendo no bordo posterior, de um e do outro lado, dois espinhos grossos externos e algumas cerdas grossas colocadas para dentro dos primeiros. *Patas* robustas, aumentando do primeiro para o último par; fémures posteriores bastante alargados; tarsos curtos, com duas unhas pequenas.

Abdome oval largo e alongado, de bordos escalariformes, medindo nas ♀ ♀ estudadas 0,93 a 1,15 mm. de comprimento, média 1,02 mm., por 0,74 a 0,78 mm. de largura, média 0,75 mm.; e, nos ♂ ♂, 1,04 a 1,08 mm., média 1,06 mm., por 0,70 a 0,71 mm. Estas dimensões são correspondentes

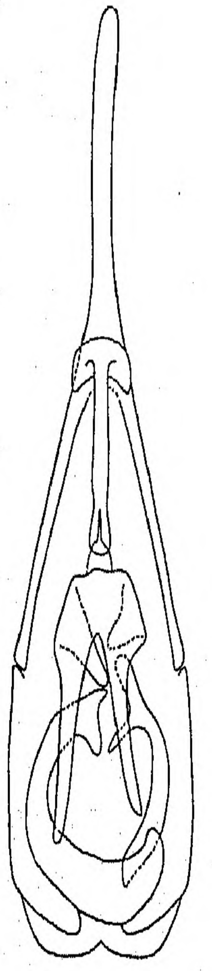


Fig. 10
Trimenopon jenningsi: Genitália do ♂
(Segundo Werneck, 1936)

nas ♀ ♀ a cerca de metade do comprimento total do corpo, e um pouco inferiores nos ♂ ♂. Placas tergais largas e bem quitinizadas, ocupando quase inteiramente os tergitos e estendendo-se até junto dos pleuritos, com duas fiadas transversais de elementos pilosos, das quais a anterior formada por pelos dispostos com uma certa irregularidade, e a posterior composta de cerdas maiores, implantadas em fila regular. Placas pleurais bem definidas, com alguns pelos e uma cerda forte, duas nos 6.° e 7.° segmentos, que se vão dispondo cada vez mais para fora, até se colocarem nos ângulos póstero-laterais a partir do 4.° segmento. Espiráculos presentes do 2.° ao 6.° pleuritos, também mais aproximados dos bordos laterais à medida que se recua e tornando-se mesmo os últimos ventrais. Placas esternais largas ao meio, adelgaçadas e recurvas aos lados; quetotaxia disposta em duas fiadas como nas placas tergais, mas tendo nos extremos da fiada posterior, a partir do 2.° segmento, um espinho robusto, substituído nos últimos esternitos por uma cerda forte. Abertura genital das ♀ ♀ revestida de um grande número de cerdas. Genitália dos ♂ ♂ bastante complexa, com a placa basal fina e comprida, estendendo-se até ao 1.° segmento abdominal e dividida atrás em dois remos divergentes; órgão copulador alargado na extremidade e sustido na base por uma peça muito quitinizada, bífida e mais forte no extremo proximal; parâmeros subparalelos à frente e incurvados posteriormente para dentro.

HOSPEDEIROS

O cobaia doméstico da zona do canal do Panamá, *Cavia cobaya,* constitui o hospedeiro típico da espécie, que foi ainda registada no *Cavia cutleri,* do Perú (Kellogg e Paine, 1912); no *Cavia aperea,* do Paraguai, como *Trimenopon echinoderma* (Cummings, 1913); no *Cavia porcellus, Lepus brasiliensis* e *Metachirops opossum,* do Brasil (Werneck, 1936).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Cosmopolita, tendo sido registado pela primeira vez na Guiné Portuguesa por Tendeiro, em 1950, como *Menopon extraneum* Piaget 1880.

(Microfotografias de Raúl Lopes)

BIBLIOGRAFIA

Bedford, G. A. H. — Anoplura from South African Hosts. — *5th and 6th Rep. Direct. Vet. Res.*, 709-731.1919.

Bedford, G. A. H. — A synoptic check-list and host-list of the ectoparasites found on South African Mammalia, Aves, and Reptilia. — *18th Rep. Direct. Vect. Serv. and Anim. Indust., Union of S. Afr., 1:* 223-523.1932.

Cummings, B. F. — On some nondescrit Anoplura and Mallophaga. — *Bull. Ent. Res., 4: 35-45.1913.*

Galliard, H. — A propos des ectoparasites du Cobaye. — *C. R. Soc. Biol., 116:* 1316-1318.1934.

Howard, C. W. — Insects directly or indirectly injurious to man and animals in Mozambique, East Africa. — *Bull. Entom. Res., 3:* 211-218.1912.

Hopkins, G. H. E. — The host-associations of the lice of Mammals. — *Proc. Zool. Soc. Lond., 119:* 387-604.1949.

Neumann, L. G. — Notes sur les Mallophages. II. — *Arch. Parasit., 15:* 353-384.1912.

Neumann, L. G. — Notes sur les Mallophages. III. — *Arch. Parasit., 15:*609-634.1913.

Séguy, E. — Les Insectes parasites de l'homme et des animaux domestiques. Paris, 1924.

Séguy, E. — Faune de France. 43. Insectes ectoparasites (Mallophages, Anoploures, Siphonaptères). Paris, 1944.

Tendeiro, J. — Estudos sobre o tifo murino na Guiné Portuguesa. Bissau, 1950.

Tendeiro, J. — Actualidade veterinária da Guiné Portuguesa. Bissau, 1951.

Tendeiro, J. — Malófagos da Guiné Portuguesa. Nota sobre o *Tetrophthalmus africanus* Bedford 1931, parasita do pelicano, *Pelecanus rufescens* Gmelin. — *Bol. Cult. da Guiné Port., 8:* 335-355.1953.

Von Kéler, S. — Baustoffe zu einer Monographie der Mallophagen. II. Teil: Überfamilie der Nirmoidea. — *Nova Acta Leop. Carol., 8:* 1-254.1939.

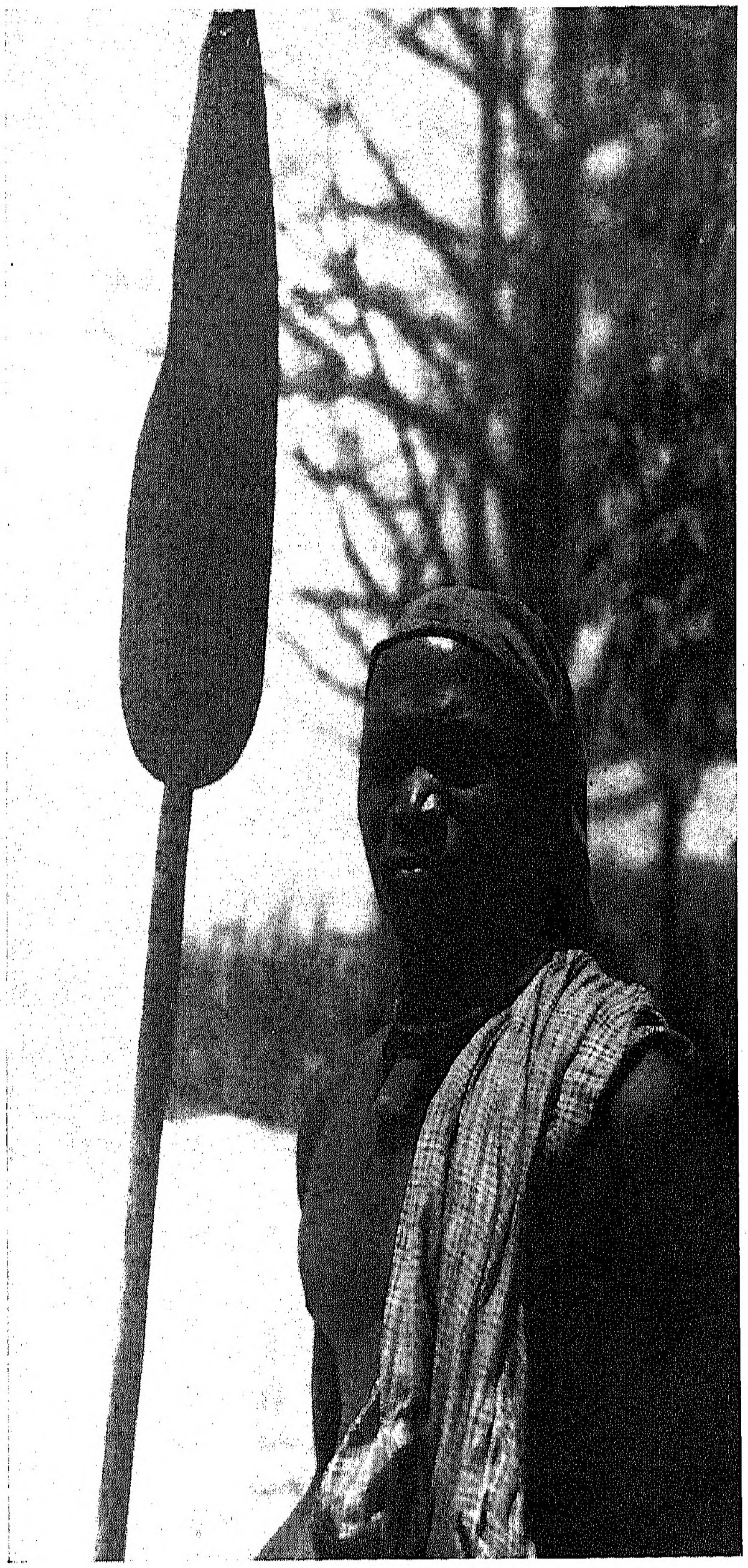
Von Kéler, S. — Resultados de um reconhecimento zoológico no Alto Limpopo efectuado pelos drs. F. Zumpt e J. A. T. Santos Dias. IV. Notes on some mallophages from mammals and galinaceous birds in Moçambique and South Africa. — Doc. *Moçambique, 72:* 13-62.1952.

Werneck, F. L. — Contribuição ao conhecimento dos Mallophagos encontrados nos mammiferos sul-americanos. — *Mem. Inst. Oswaldo Cruz, 31:* 391-589.1936.

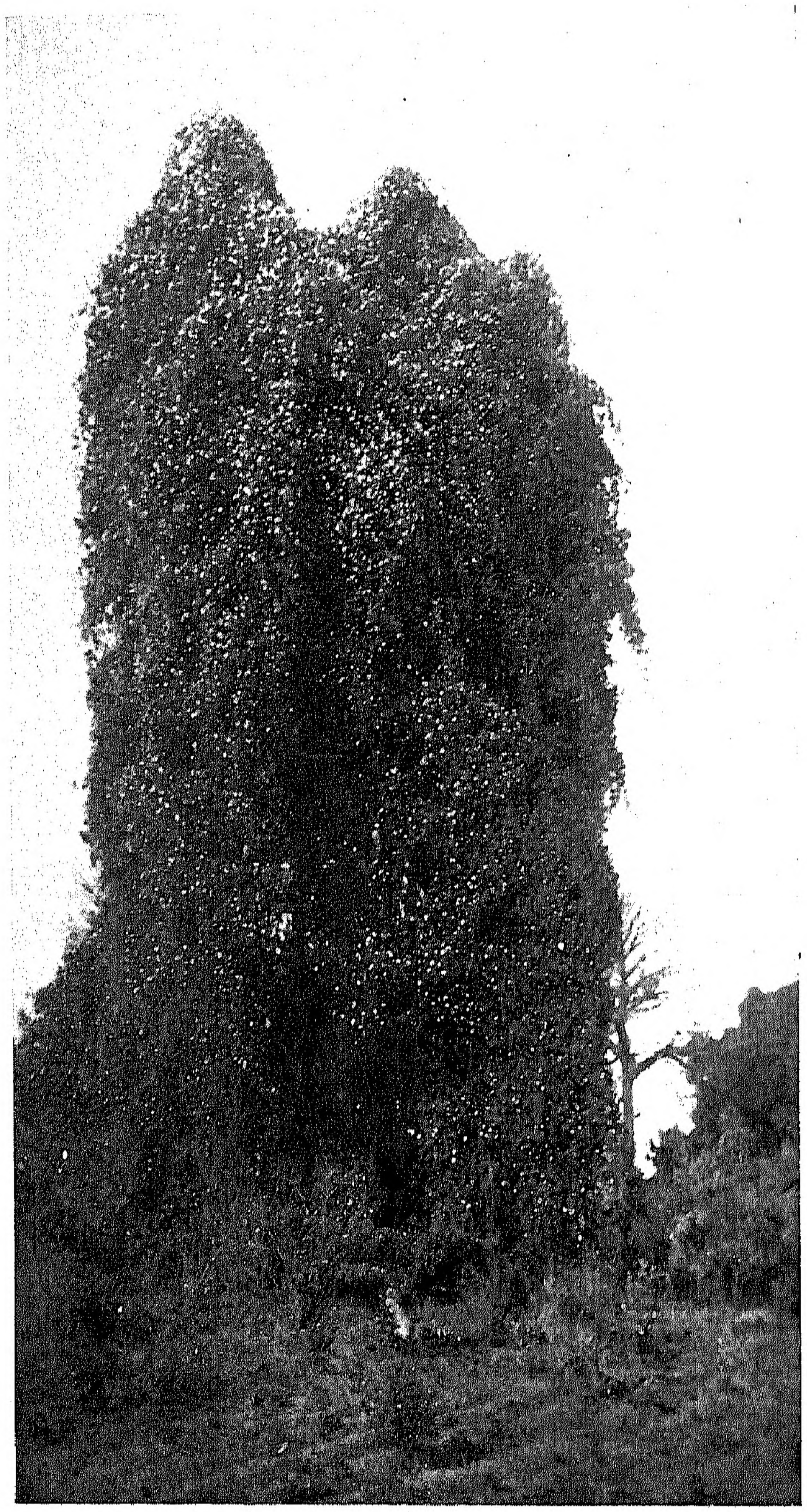
Werneck, F. L. — De um estranho parasito do cão (Insecta, Mallophaga). — *Rev. Bras. Biol., 1:* 47-55.1941.

Werneck, F. L. — Os malófagos de mamíferos. Parte 1: *Amblycera* e *Ischnocera* (*Philopteridae* e parte de *Trichodectidae*). Rio de Janeiro, 1948.

Aspectos e tipos da Guiné Portuguesa

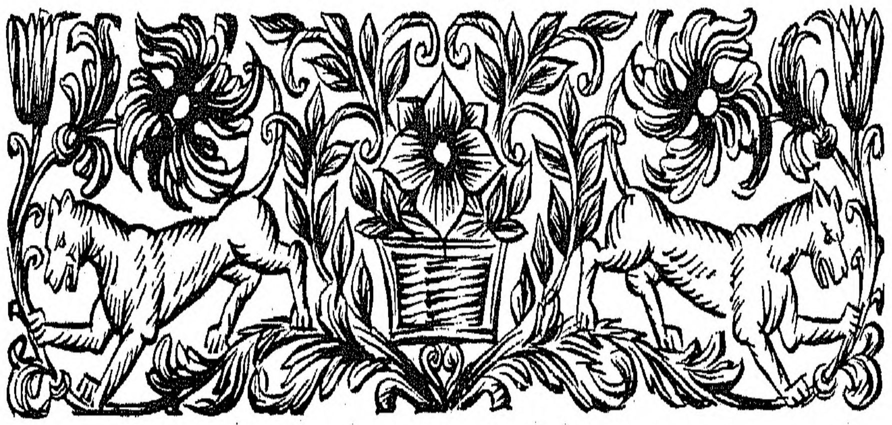


Remador Felupe



Ponta Oeste — Bolama

Crónica da Província
Economia e Estatística
Notas e Informações
Livros e Publicações



CRÓNICA DA PROVÍNCIA

Visita de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Ultramar, Prof. Doutor Raúl Jorge Rodrigues Ventura

O Governo Central, mostrando o carinho que lhe merece a mais antiga província ultramarina, deu-lhe a honra de enviar à Guiné Sua Excelência o Subsecretário do Ultramar, Dr. Raúl Jorge Rodrigues Ventura.

Toda a província aguardava, com natural ansiedade, a vinda desse representante do Governo da Nação.

Sua Excelência, acompanhado por sua Exma Esposa, D. Maria Luísa Barreto de Carvalho Ventura, pelo seu oficial às ordens, Capitão João Maria Bento e pelo seu secretário particular, Dr. Nuno Duarte Ferreira, partiu do aeroporto da Portela em 15 de Maio, chegando à noite a Dakar, onde passou o dia 16.

À sua chegada à Capital da A. O. F. foi-lhe prestada guarda de honra, que passou em revista. Era aguardado por altas autoridades francesas, vendo-se a Bandeira Portuguesa entre duas Francesas, em sinal de hospitalidade amiga e cordeal.

No Consulado português foi oferecido ao Dr. Raúl Ventura um *cocktail* a que assistiram o Alto Comissário da A. O. F., o Corpo Consular e as mais altas individualidades.

À saída o representante da Nação Portuguesa foi acompanhado ao aeroporto pelo Alto Comissário da A. O. F., sendo-lhe prestadas as mesmas honras que teve à sua chegada.

Deve salientar-se que é a primeira vez que o Alto Comissário da A. O. F. aceitou o convite de se deslocar ao aeroporto para apresentar despedidas a um representante de país acreditado nos territórios da A. O. F., o que indica como são amistosas as relações com os nossos vizinhos franceses.

CHEGADA A BISSAU

Cerca das nove horas e meia de 17 chegava ao novo aeródromo de Bissalanca, vindo num dos aviões dos Serviços da Aeronáutica da Província, Sua Excelência o Subsecretário do Ultramar, onde se já encontrava Sua Excelência o Governador e sua Exma Esposa, D. José Ribeiro de Magalhães, Prefeito Apostólico, Coronel Pinto Ribeiro, Comandante Militar, Dr. Juiz de Direito, Corpo Consular, muitas senhoras e outras entidades.

Passada a revista à Guarda de Honra, composta de uma Companhia de Caçadores, tiveram lugar as apresentações.

Organizou-se depois um extenso cortejo de automóveis até à entrada da cidade, onde era aguardado pela vereação do Município. O sr. Presidente da Câmara fez a Sua Excelência a entrega das chaves da cidade, enquanto salvava uma bateria de artilharia.

Continuando o percurso, Sua Excelência depôs um ramo de flores no monumento a Teixeira Pinto, como homenagem ao grande pacificador da Guiné, dirigindo-se depois para o edifício do Tribunal da Comarca, onde teve lugar a *Sessão solene de boas vindas.*

Usou da palavra em primeiro lugar o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Dr. Rui Roncon, que pronunciou o seguinte discurso:

Senhor Subsecretário do Ultramar
Senhor Governador
Minhas Senhoras e meus Senhores

«O dever do cargo que ocupo impôs-me a obrigação que gostosamente cumpri de entregar a Vossa Excelência, Senhor Subsecretário, solene e simbòlicamente a chave que abre as portas da cidade de S. José de Bissau. Este encargo que me foi dado cumprir como Presidente do Município de Bissau foi sentido e acompanhado, não só pelas pessoas que presenciaram o solene acto, mas também por todos os munícipes de Bissau, por todas as gentes da Guiné, que Vossa Excelência vai percorrer de lés a lés, e por toda a parte a mesma voz soará identificando os mesmos cumprimentos, as mesmas respeitosas homenagens ao membro do Governo Nacional que Vossa Excelência tão dignamente representa.

Em 10 de Julho de 1948, Sua Excelência o Governador da Guiné, Capitão de Fragata Manuel Maria Sarmento Rodrigues, definiu o primeiro alinhamento da importante obra da ponte-cais que Vossa Excelência, Senhor Subsecretário vem inaugurar. Festivo dia em que Sua Excelência teve «a grande felicidade de ter podido assistir, a dar início e garantia de pronta execução à maior obra até hoje intentada na Guiné».

Início e garantia de pronta execução da obra dadas pelo então Governador da Guiné, execução e conclusão da obra realizada durante o Governo do Senhor Engenheiro Raimundo António Rodrigues Serrão.

Em tempo algum da história do Ultramar Português qualquer Província Ultramarina teve uma dádiva feita pelo Fundo do Fomento Nacional. A Guiné teve esta felicidade quando a Câmara Municipal de Bissau necessitou de melhorar e apetrechar a sua Central Eléctrica com novos grupos electrogéneos. São ainda o Governador Serrão e o Ministro Sarmento Rodrigues que intervêm solìcitamente neste assunto e não se apagará de nós a gratidão pela dádiva e Bissau recordará por muitos anos os esforços dispendidos pelo Governador Serrão e pelo Ministro Sarmento Rodrigues.

Senhor Subsecretário
Excelência:

Muito ràpidamente eu desejo lembrar neste momento o progresso desta capital durante os últimos anos. Tudo quanto nos foi prometido, nos foi dado e talvez mesmo excedido. O Abastecimento de água à Cidade, a Catedral de Bissau, a Ponte de Ensalmá, o Colégio-Liceu, melhoramentos hospitalares, resolução gradual do problema da habitação, o asfaltamento das ruas, etc. A valorizar todas estas obras está o facto de terem sido executadas por técnicos portugueses que bem cumpriram e bem mereceram a confiança que os Governadores neles depositaram.

Senhor Subsecretário de Estado do Ultramar
Excelência:

Vem Vossa Excelência em nome do Govenro da Nação, do Governo de Salazar, visitar esta Província, visitar a Guiné. Regressei da Metrópole depois de ter tomado parte, como representante do Município de Bissau na grandisa Manifestação Nacional a Salazar no dia em que se celebrava o XXV Aniversário do ingresso de Sua Excelência no Governo da Nação. Presenciei de que maneira grandiosa foi exaltada a sua acção como saneador das finanças nacionais, como diplomata arguto, na momentosa Guerra Civil de Espanha e como orientador da política nacional durante a segunda Grande Guerra Mundial, poupando-nos todos aos seus horrores e mantendo firmes as ligações da Metrópole com os territórios Ultramarinos que, desta sorte, puderam drenar livremente os seus produtos valorizados com as circunstâncias da Guerra. Só neste lugar eu poderia ter oportunidade de exaltar a nobre figura do eminente estadista, de Salazar, a quem o povo da Guiné saúda neste momento por intermédio de Vossa Excelência.

Senhor Subsecretário
Excelência:

Em 1948, antes de embarcar para a Metrópole, dizia o Governador Sarmento Rodrigues — referindo-se à inauguração das obras da Ponte-Cais: «E teremos engrandecido a cidade de Bissau, capital da mais encantadora e rica parcela do Ultramar Português».

Vossa Excelência decerto poderá afirmar a Sua Excelência o Ministro, que a capital da Guiné cada vez se vai tornando mais encantadora, mais linda e graças ao desenvolvimento das realizações executadas e em curso.

Tanto me afastei da saudação, especial ao Governo da República Portuguesa na pessoa de Vossa Excelência, a quem apresento com as minhas mais respeitosas homenagens, os primeiros cumprimentos de boas-vindas.

Tenho dito».

Usou da palavra em seguida Sua Excelência o Governador Engenheiro Raimundo Serrão, cujo primoroso discurso aqui transcrevemos:

Senhor Subsecretário de Estado do Ultramar
Excelência:

«É com a mais viva alegria e com entusiástico orgulho que a Guiné veste galas para receber V. Ex.ª, Senhor Subsecretário de Estado do Ultramar, o mais moderno componente do Governo da Nação e creio que o mais novo na idade.

Orgulhamo-nos todos, sem distinção de raças ou ideias, por vermos nesta terra portentosa o professor ilustre da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que, como outros catedráticos deixou o ensino que devotadamente ministrava para vir arcar com a dura e pesada tarefa de governar povos.

Variadas missões têm sido confiadas a V. Ex.ª relacionadas com o progresso e expansão do nosso Ultramar; afincadamente se tem dedicado ao estudo dos seus problemas e por diversas vezes tem representado o Governo Central, quer no estrangeiro quer em terras do Ultramar Português.

Como membro do Governo e em sua representação — com mais propriedade em nome de Sua Excelência o Ministro do Ultramar — vem Vossa Excelência à Guiné em visita oficial — a sua primeira visita ministerial — a este pedaço de Portugal em Africa, a esta terra onde há cinco séculos já contados, aproaram pela primeira vez e antes que quaisquer outros marinheiros — Homens — de Portugal.

Comovidamente evoco essas notabilissimas figuras de antanho e, dentro tantos que muito mereceram da Pátria, esse grande e ousado navegador que se chamou Nuno Tristão, que ao serviço do Infante Santo, e portanto de Portugal, ofereceu ao Reino não só o conhecimento dos mares que haviam de levar outros valorosos mareantes portugueses até à Costa da Guiné, como ainda a sua própria vida roubada pelos infiéis e selvagens nativos.

Um acontecimento importante, da mais larga e vantajosa projecção económica no futuro da Guiné, levou o Governo da Nação a fazer-se representar aqui, por um seu emissário qualificado, exactamente por um dos seus membros: esse acontecimento respeita à inauguração da Ponte-cais de Bissau que terá lugar em 28 do corrente, dia em que se completam 27 anos do início da Revolução Nacional, desse distante 1926 em que o Exército se uniu à volta do General Gomes da Costa no firme propósito e no ardente anseio de salvar Portugal.

Essa obra — a Ponte-cais de Bissau — constitui o padrão material mais eloquente e valioso da Guiné a atestar a Excelência dos seus métodos realizadores e a competência técnica da engenharia portuguesa.

Mas o Governo não quis que esta alta prova de apreço pelos nossos territórios ultramarinos — no caso presente pela Guiné e suas populações — se limitasse à presença de Vossa Excelência naquele acto inaugural.

Vai Vossa Excelência percorrer a Província, visitará as sedes de todas as Circunscrições e de muitos Postos Administrativos; auscultará as populações que animada, alegremente o ovacionarão por verem na sua pessoa um representante de Portugal — dirão que é Portugal que passa — o «Homem Grande» como chamam os naturais indígenas ao mais alto magistrado do Governo com que contactam.

Esta visita de Vossa Excelência é necessàriamente uma viagem de estudo e observação. Cremos firmemente que desta longa caminhada, durante a qual Vossa Excelência tomará contacto com os homens e com as coisas da Guiné — com as suas realidades — algo de profícuo resultará para a nossa Província, porque Vossa Excelência tomando conhecimento dos seus problemas vitais, com a sua inteligência arguta, apreenderá nos locais próprios a forma porque devem ser resolvidos.

Percorrendo a Guiné vai Vossa Excelência verificar ao natural como se apresentam a vossos olhos prescrutadores as populações indígenas das variadas raças que a povoam e que até agora Vossa Excelência muito bem conhece pela leitura; é encantador, Excelência, ver como, — raças distintas que se querem manter puras sem cruzamentos, e que há poucos anos ainda viviam em lutas constantes uns contra os outros — vivem ao presente lado a lado, em tabancas e palhotas que quase se confundem, sem atritos, cada um fazendo a sua vida, adoptando as suas leis consuetudinárias, uns bebendo álcool a mais; outros que não o bebem; uns que comem carne de todos os animais; outros que não comem carne de porco; uns aceitando uma religião, outros não compreendendo qualquer que seja; uns de civilização relativamente adiantada, outros quase no estado primitivo.

As variadas raças indígenas que vivem no pequeno território da Guiné formam como é sabido um xadrez extraordinàriamente maravilhoso e encantador de cores múltiplas — um mosaico admirável pela diversidade de tons.

Excelência:

Não é esta a quadra melhor para se conhecer e percorrer a Guiné; não estamos no início, nem no fim das chuvas, nem sequer no período intermédio e assim não terá ocasião de ver a azáfama da preparação das terras para as sementeiras, nem o período destas — não pode Vossa Excelência assistir à movimentada época das colheitas nem ao movimento febril que a estas se segue — à chamada campanha da mancarra — em que de todos os cantos destas terras ubérrimas da Guiné os indígenas se dirigem aos centros comerciais a venderem os seus produtos — o suor do seu rosto — e a comprarem desde os objectos mais necessários à sua manutenção até aos mais extravagantes — estes só com o fito de «roncar» como quem diz de fazer figura, de ser objecto da admiração dos outros.

Estamos no período final da época seca em que as bolanhas — as terras baixas onde se cultiva o arroz — se encontram despidas da verdura luxuriante deste cereal ou do doirado das suas espigas, em que se não vêm agarradas e abraçadas ao chão as ramagens da mancarra, os dois produtos agrícolas anualmente lançados à terra e colhidos pelo homem e que mais contribuem para o seu sustento e para os seus rendimentos.

Nesta altura do ano as estradas estão sempre em estado precário dado o movimento intenso de viaturas pesadas que sobre elas circulam com cargas elevadas e ainda e principalmente por os pavimentos das mesmas serem de terra batida e construídas sem obedecerem a quaisquer regras técnicas.

Mas a Guiné tem sempre encantos; muitos estou certo não escaparão ao espírito perspicaz de V. Ex.ª, quer na capital quer na jornada que vai fazer pelo interior além.

Pelo interior além! quantas páginas de glória e de sacrifício se desfolharam em tantos pontos desta Guiné, até já neste século XX, em que pràticamente ela saiu do isolamento em que a mantivemos por mais de quatro centenas de anos.

Ao admirar-se hoje esta cidade de Bissau, cujo progresso é constante e evidente, não se pode conceber aquilo que sabemos ser uma realidade, isto é, que há menos de 40 anos, quem vinha da Metrópole ou de qualquer outra origem, ao descer do barco e pôr pé em terra, não podia caminhar sequer, até ao local onde nos encontramos neste momento, que dista do desembarcadouro escassas duas centenas de metros.

Viviam os portugueses enclausurados na Fortaleza da Amura e num pequeno terreno à sua volta na área que constitui o hoje chamado Bissau velho.

Depois de tantas lutas inglórias com os aguerridos povos naturais desta ilha de Bissau, coube ao capitão Teixeira Pinto — o herói que Vossa Excelência há pouco homenageou depondo um ramo de flores na base do seu monumento — a nobre honra de numa campanha fulminante bater de uma vez para sempre os até aí invencíveis — ou mal vencidos — «papéis» de Bissau.

E desde então — de 1915 — Bissau tem vindo sempre a crescer e, por ser o porto por excelência, em relação à grande área produtora da Província, foi elevada à categoria de sua capital. Este facto que vem de 1941 mais fez realçar o desenvolvimento desta cidade, que virá a ser em cada dia que passa, cada vez mais encantadora e alegre.

Não virá a propósito esclarecer que nesta ocasião as ruas de Bissau constituem quase que uma barricada, não para uma revolução de armas na mão, mas sim para uma revolução de progresso, de transformação radical nos seus arruamentos que dentro em breve com os pavimentos asfaltados apresentará um aspecto mais limpo, higiénico e agradável. Enfim pode dizer-se que em Bissau a revolução continua, mas uma revolução pacífica, de trabalho, para uma vida mais sã e melhor.

Meus Senhores:

Dentro de um mês vou deixar definitivamente a Guiné, de acordo com o desejo expresso que manifestei a Sua Excelência o Ministro; quatro anos se completaram sobre o dia em que me foi confiado — quão imerecidamente — o honroso encargo de governar esta admirável parcela do Portugal Ultramarino.

Foram quatro anos em que me entreguei totalmente ao cargo, de todo o coração, com a preocupação maior de melhor servir.

Julgo ter sido o mais afortunado Governador de quantos pela Guiné têm passado quanto ao número de realizações importantes levadas a cabo: oito dentre elas as referentes à Ponte-cais, Ponte «Sarmento Rodrigues», Aeroporto — terraplanagens, pavimentos e esgotos — Catedral e Palácio do Governo, nas quais se dispenderam à roda de cem mil contos e foram inauguradas de 1950 a 1953.

Destaco, Excelência, propositadamente, as obras da iniciativa e competência Ministerial e aquelas como a Catedral e Palácio, iniciadas por meus antecessores, respectivamente em 1935 e por 1925; quero frizar que em nada concorri para estas realizações; o que aconteceu, repito, foi ter a fortuna de tão grandes melhoramentos se concluírem enquanto permaneci na Guiné.

O mais que há feito, em qualquer campo, se tem ou não qualquer valor a outros competirá apreciar, em especial aos que aqui labutam e têm os seus interesses ligados por família, nascimento ou modo de vida à Guiné; estes que são os mais directamente prejudicados ou beneficiados é que podem fazer o julgamento do Governador que sai.

É a contradição das coisas humanas: desejo deixar a Guiné e ao mesmo tempo sinto latejar já o meu coração a saudade que me vai mortificar ao deixar de admirar esta obra de tantos e tantos séculos.

Excelência, Senhores:

Não quero findar as minhas palavras, como sempre descoloridas, sem saudar entusiàsticamente três grandes portugueses da actualidade: Sua Excelência o Presidente da República, o mais alto magistrado da Nação que como corolário de uma política internacional inteligentíssima está visitando oficialmente nesta altura a nossa vizinha Espanha, fortalecendo assim ainda mais o valor do bloco constituído pela península ibérica na defesa do Ocidente; Sua Excelência o Presidente do Conselho, o obreiro altíssimo do Portugal Maior que vivemos; o clarividente que Deus nos ofertou para elevar o nosso País a um prestígio e a uma posição de realce no Mundo nunca antes igualada; o homem que todos os portugueses consagraram há dias quando se completaram as bodas de prata da sua entrada para o Governo e finalmente Sua Excelência o Ministro do Ultramar que à nobre causa pública das províncias ultramarinas vem dando toda a sua inteligência e todo o seu patriotismo.

Excelência:

Finalizo pedindo a Vossa Excelência licença para em meu nome e no das Senhoras da Guiné agradecer a Sua Excelentísima Esposa — minha senhora — a honra que nos deu em ter querido vir a estas terras cáusticas, formulando os melhores votos para que a vossa estadia por estas paragens africanas lhe traga muita alegria; desde já Excelências solicitamos a vossa indulgência para as faltas que hão-de notar filhas das circunstâncias locais e nunca da nossa vontade».

Encerrou a sessão de boas-vindas Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Ultramar que proferiu o brilhante discurso que segue:

Pessoas benevolentes como V. Ex.as não devem ter dúvidas em permitir-me que comece por uma confissão de natureza pessoal: nunca gostei nem de partir nem de chegar. O início ou o fim de uma viagem constituem sempre para mim motivos de *verdadeira angústia que procuro combater sem conseguir vencer e que me é tanto mais desagradável quanto menos lhe encontro causa razoável.*

Pelo que respeita às chegadas, mesmo que uma viagem termine num local muito meu conhecido, à medida que a distância diminui cresce a inquietação. Inquieto estava, portanto, quando há pouco pisei pela primeira vez terra da Guiné.

O primeiro favor que a todos vós fico a dever consiste precisamente em terem criado as condições para que nem angústias nem inquietações pudessem subsistir um minuto depois de eu ter chegado. Tudo isso se desfez numa imediata impressão de simplicidade de sentimentos, de compreensão rápida, de amiga cordialidade.

Bem pouco tempo foi preciso para eu perceber que neste caso podia esquecer partidas e chegadas, porque afinal me encontrava entre pessoas de coração igual ao daquelas que tinha deixado, — entre bons portugueses, francos, honestos e simples.

Quereis agora nesta sessão de boas-vindas confirmar pùblicamente que me acolheis benèvolamente entre vós, mas podeis estar certos de que mesmo não me oferecendo expressamente o pão e o sal da hospitalidade, desde o primeiro minuto eu tinha sentido que ela não me haveria de faltar.

Meus Senhores:

Sinto-me perante vós na situação do indivíduo que deixa por uns dias a sua aldeia natal e vem à cidade visitar um parente chegado.

Embora se correspondessem com regularidade e frequência, e tanto as novidades da aldeia como as da cidade não demorassem ao respectivo interessado, anseiam ambos por um encontro pessoal. O papel de carta é frio; postos nele, os sentimentos ardentes podem parecer mornos e os acontecimentos perdem a projecção que se pretendia atribuir-lhes.

O encontro pessoal é fértil em meios de expressão que a escrita não permite. «De que altura está o teu filho?», pergunta um e o outro marca um limite com a mão, que exprimiu muito mais que a rigorosa medição em centímetros. «Como vai aquele velhote?», e se o parente responde «assim-assim», o tom que empregar revela muito mais que um boletim assinado por sumidades clínicas.

Depois, o parente da cidade socorre-se do recém-chegado para percorrer com pensamento a aldeia que há muito tempo não vê. A caminhada começa e com a ajuda daquele que há menos tempo viu os lugares, o outro vai admirando as novas construções, subindo a velhas ladeiras, espreitando nas casas conhecidas, saudando os antigos companheiros, rindo onde outrora riu, entristecendo onde outrora chorou.

Saboreando màgicamente o momentâneo regresso às coisas e às pessoas, logo compete retribuir a amabilidade e mostrar ao parente que também não se escolheu mal o sítio onde se habita. A cidade tem as suas vantagens e elas começam a ser inumeradas, em prelúdio da verdadeira experiência que logo promete proporcionar. Ao fim de alguns dias, estabeleceu-se completo acordo: os dois parentes assentam em que «depois daquela aldeia, só aquela cidade» e que desde que seja possível fazer chegar à uma os ecos da outra, viver nesta ou naquela é viver no melhor sítio do Mundo.

Que posso eu dizer-vos que não seja do vosso conhecimento? Bem quisera trazer-vos as últimas e as melhores notícias das pessoas e dos factos que a cada um de vós pessoalmente interessam, mas estou forçosamente limitado aos acontecimentos de interesse comum e desses tendes vós conhecimento directo ou notícias rápidas pelos jornais e pela rádio.

Só posso confirmar-vos aquilo que já sabeis.

No plano internacional, o nosso país tem o lugar que por direito lhe cabe. Cumprimos rigorosamente os compromissos assumidos e, porque desejamos continuar a fazê-lo, discutimos e pesamos os compromissos a assumir. Onde podemos ser úteis, prestamos a nossa colaboração e onde solicitam a nossa presença, não faltamos.

No campo político, o sistema constitucional funciona, entregues aos comandos supremos a pessoas que o País respeita e em que confia.

No campo religioso, estremados os domínios da Igreja e do Estado, não foram violentadas as consciências e foi possível garantir perfeita liberdade religiosa, ao mesmo tempo que o Estado reconhece com profundas consequências práticas ser a moral cristã a tradicional do País. As missões católicas receberam enquadramento jurídico e apoio material que auxilia o desempenho do seu munus.

A justiça social, hoje tão cara a todos nós como a justiça individual, tem encontrado realizações felizes, através de medidas promulgadas directamente pelo Estado e da actuação prática da orgânica corporativa.

É fácil construir um qualquer plano social, com violação da justiça; é muito difícil ser socialmente justo. Não admira, pois, que haja necessidade muitas vezes de retocar os pormenores e de adaptar a novas circunstâncias as aplicações dos princípios fundamentais.

A população portuguesa cresceu em vinte anos cerca de um milhão de almas. Devemos orgulhar-nos de econòmicamente quase nem termos dado por isso, porque tal circunstância demonstra que foi possível encontrar trabalho para tantas mãos e alimento para tantas bocas.

O actual Plano de Fomento constitui um esforço sério para o progresso da nossa economia em bases sólidas estáveis. Começa-se a executá-lo com ardor, mas toda a gente sabe, por experiência própria, que ele será cumprido, tanto quanto isso de nós dependa.

Em todos os sectores da vida económica se trabalha serena e confiadamente O Estado evita a excessiva intromissão na actividade dos particulares e estes buscam o auxílio daquele como orientador e colaborador, sem recearem uma perigosa absorção.

Cumpre também o Estado o seu dever ao intensificar, o combate contra o analfabetismo. Lamento que tenha o Estado a necessidade de se entregar à tarefa de solucionar um problema que cada indivíduo, de per si teria o maior interesse em resolver: mas a campanha tornou-se necessária por se revelarem insuficientes os estímulos individuais. É de esperar que em breve ele produza resultados para que haja para todos postos públicos e particulares, indivíduos cada vez melhor preparados e cada vez em maior número.

Quanto ao Ultramar, não preciso de vos dizer o que se faz, mas se quereis saber o que se pensa, sempre vos direi que nunca nas Províncias Ultramarinas nem *maior carinho nem maior esperanças nelas foram depositadas. O Ultramar é para os portugueses da Metrópole uma porção da Pátria, cuja separação material só serve para fazer realçar a aproximação espiritual.*

Mas deixai-me voltar ao paralelo da visita do parente.

Passada a primeira troca de impressões, é inevitável que um pergunte ao outro: «que vieste cá fazer?».

Eu posso responder com outra pergunta: pois vós tendes aqui festa e perguntais-me o que venho fazer?! Venho pedir licença para compartilhar a vossa alegria e tomar parte na vossa festa.

Quis o Senhor Ministro do Ultramar que eu viesse à Guiné, percorrer a Província e inaugurar a Ponte-cais de Bissau. Tomo o facto como prova de amizade pessoal. Embora o seu amor por todo o Ultramar Português não conheça distinções entre províncias, estão ainda muito vivas no seu espírito as recordações da Guiné e oferecer-me a oportunidade de a visitar, principalmente numa ocasião como esta, significa um especial e muito amigo favor.

Verdade seja que, ao fazê-lo, podia ter-me colocado em péssima situação: que seria de mim se V. Ex.as não soubessem perdoar a desilusão que tiveram por vir eu à Guiné em vez do Senhor Comandante Sarmento Rodrigues?

Não me basta, porém, participar da festa. Espero conhecer as pessoas e os lugares, para que mais fàcilmente possa tornar-me útil a todos. Esta é a altura de eu aprender tudo o que os papéis não me podem ensinar e, como a lição é grande e delicada, não posso contentar-me com poucos professores. A todos peço que não se dispensem desse trabalho, que eu prometo ser aluno aplicado.

Estou desejoso de apreciar directamente o progresso da Guiné e com tão bons guias e mestres, o tempo há-de render melhor e o proveito há-de ser maior.

Meus senhores: Para aluno, estou a falar demasiado. Daqui por diante, têm a palavra os profesores. À porta deste Tribunal vai começar a lição.

No final foi Sua Excelência calorosamente ovacionado pela numerosa assistência que totalmente enchia o salão e que ficou cativada pela simplicidade e simpatia que irradiam da pessoa do ilustre representante do Governo.

«Te-Deum» na Catedral

Seguiu-se o «Te-Deum» na Catedral da cidade que se encontrava cheia de fiéis. O celebrante, Sua Ex.ª Revm.ª o Prefeito Apostólico, D. José Ribeiro de Magalhães, subiu ao púlpito e proferiu a seguinte alocução:

Senhor Subsecretário do Ultramar

«Toda a palavra é diminuída e inexpressiva quando pretende traduzir sentimentos que estão acima e além do ritmo normal do coração ou sobrelevam o acontecimento rotineiro de cada dia.

Assim é que a língua humana fica interdita perante as grandes catástrofes que sacodem o mundo e é descompassada quando por ele passam os fulgores duma apoteose.

Queremos com isto dizer, Senhor Subsecretário, que é indefenível o júbilo de sabermos entre nós um alto representante do Governo Central. A exteriorização dos sentimentos irá pouco mais além do que os rostos dizem e o bulício das gentes manifestam ruidosamente. As palavras, sempre sinceras, materializam a ideia, são apoucadas e balbuciantes porque não acompanham o ritmo acelerado da alma em festa.

Vem V. Ex.ª a terra portuguesa da Guiné numa hora grande da sua vida. E ao desembarcar, depois duma viagem auspiciosa, os primeiros passos de V. Ex.ª foram para esta magnífica Catedral de Bissau, dádiva generosa do Governo, grito petrificado da Nossa Fé, onde em seu altar está Deus presente na realidade de pessoas e no mistério da sua Eucaristia.

Já ele, este lindo Templo, foi o primeiro a saudar V. Ex.ª lá nas alturas e lhe acenou de longe, pela sua cruz que a todos abençoa, os antecipados votos de boas-vindas do povo hospitaleiro da Guiné.

Estamos em Casa de Deus, Lar comum de todos nós que a imagem sorridente e branca de Nossa Senhora da Conceição tutela e protege.

À presença ilustre de V. Ex.ª neste lugar sagrado, como primeiro passo duma longa jornada número primeiro de programa de festas, vem afirmar o sentido alto da nossa missão no mundo, e a unidade espiritual da grande família portuguesa.

Na obra material em que andamos empenhados diàriamente e com afinco, feita de suores e de sacrifícios, o espírito vai sempre à frente. Se levantamos palácios e pontes, se cultivamos a terra e abrimos estradas não esquecemos a igreja e a escola, enchendo-as de luzes do Evangelho e onde os povos confiados à nossa guarda aprendem a amar a Deus e a Portugal.

Assim vamos cumprindo o mandato providencial «Ide e ensinai todas as gentes». Esta a nossa missão.

Fora desta Igreja, vai V. Ex.ª escutar os nossos anseios, dar ouvidos aos nossos apelos, ver e auscultar necessidades; distribuir por todos a sua presença e a caridade que a todos é devida.

Aqui neste lugar, V. Ex.ª vem pedir connosco a Deus graças e luzes, para que seja a bem da nossa Pátria a auspiciosa jornada que ora começa. E no aconchego desta Santa Casa, todos nos sentimos irmãos, nivelados no destino eterno que a Providência nos traçou. Ajoelhados no mesmo chão frio e austero, governantes e governados, grandes e pequenos, não esquecemos que todo o poder vem de Deus, em nome de quem mandam os homens que nos conduzem. Lá fora, aquecemo-nos ao calor do patriotismo, que é diferente de fronteira para fronteira; aqui aconchegamo-nos ao mesmo braseiro de afectos divinos, que é o sacrário, onde Deus nos atende e nos espera com amor infinito e nos dá certezas eternas, a primeira das quais é sermos herdeiros do Céu e filhos do mesmo Pai que nos criou e a quem devemos tudo o que temos e somos.

Neste mundo desorientado que se esqueceu de Deus e perdeu o rumo do Céu, nós vimos até aos degraus do altar trazendo na alma a pergunta do Apóstolo: «Para onde iremos Senhor, se só vós tendes palavras de vida eterna?» E com as mãos

A Avenida da República depois de asfaltada

em prece, as mesmas mãos honradas que levantam pontes e palácios, escolas e igrejas, pedimos ao Pai do Céu que não nos falte com os rectos caminhos que nos levam até Ele. É assim a Família Portuguesa, na unidade da sua fé e na unidade do seu destino.

Te Deum Laudamos! Nós te louvamos, Senhor, pelos homens bons que nos governam — iluminai-os e ajudai-os.

Te Deum Laudamos! Graças vos sejam dadas, Senhor, pelo dom altíssimo da vossa Fé — fortalecei-a e tornai-a maior, para que sejamos todos um só convosco.

Te Deum Laudamos! Glória a vós, Senhor, pela protecção que haveis dispensado à Pátria Portuguesa, através da vossa Mãe Santíssima que um dia a santificou com a sua presença — ensinai-nos a ser mais cristão e mais portugueses, para que em todo o tempo unidos vos saibamos louvar e agradecer condignamente. Assim seja».

Visitas em Bissau

Sua Excelência o Subsecretário do Ultramar na manhã do dia seguinte visitou os Serviços de Saúde, Asilo em construção, casas pré-fabricadas e o Colégio-Liceu, onde o Director Sr. Dr. Marques de Oliveira saudou o Dr. Raúl Ventura, entoando o orfeão do Colégio, em seguida, alguns números do seu reportório.

À tardinha realizou-se um Porto de Honra oferecido pela Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné a que assistiram muitas dezenas de convidados. O Sr. António Osório Flamengo saudou Sua Excelência que num elegante improviso agradeceu a homenagem dizendo sentir-se bem entre comerciantes, por saber pela história quanto eles contribuiram para o desenvolvimento da Europa medieval e mais tarde para a expansão europeia através do mundo.

Visita a Mansoa e a Teixeira Pinto

Com um tempo esplêndido, parecendo querer associar-se ao regosijo da população que ia receber Sua Ex.ª o Subsecretário, foi iniciada a viagem para Mansoa. Na ponte de Ensalmá era Sua Ex.ª esperado pelo Administrador de Mansoa e Engenheiro Corrêa Guedes, representante da OMES, que prestou esclarecimentos de ordem técnica sobre a construção da ponte. Retomado o caminho em direcção ao posto de Nhacra, foi no trajecto inaugurada a primeira casa para cantoneiros, com a presença de grande friso de indígenas balantas, que aclamaram demoradamente o ilustre visitante e o Governador da Província. A visita ao Posto de Nhacra foi assinalada com nova manifestação de muitos indígenas dançando os seus típicos bailados. Na estrada de Mansoa inaugurou Sua Ex.ª mais duas casas para cantoneiros.

Cerca das 10,30 chegou Sua Ex.ª o Subsecretário a Mansoa, onde milhares de indígenas o aclamaram pelas ruas da vila, que se encontravam decoradas com festões e bandeiras.

No edifício da Administração da Circunscrição recebeu Sua Ex.ª os cumprimentos de boas vindas da população civilizada e indígena. Falou o sr. Administrador Camilo Montenegro, que entre outras afirmações, disse:

«A presença de V. Ex.ª na Guiné tem uma significação que transcende em muito as vulgares viagens que qualquer governante possa empreender em terras de Portugal Continental, porque esta viagem afirma ao Mundo que Portugal não descuida dos interesses dos povos que a sua missão civilizadora chamou a governar e, ao mesmo tempo, diz àqueles que nesta Guiné se encontram, homens de todas as raças — asiáticos, europeus, americanos e africanos — que a comunidade estreita entre todos estabelecida e mantida, encontra no Poder Central uma entidade protectora e amiga, tal como sempre encontrou por parte do Governo Local».

Sua Ex.ª o Subsecretário respondeu com palavras simples e elegantes, sendo muito aclamado.

Seguiu-se a inauguração da cadeia-modelo, celeiro comunal e visitas às escolas, central eléctrica, captação de águas, Delegacia de Saúde e Clube «Os Balantas», onde Suas Ex.ªs o Subsecretário e o Governador da Província foram recebidos por todos os sócios e muitas senhoras, sendo-lhes oferecido um Porto de Honra, no salão de festas.

Aos brindes falaram o Presidente do Clube Dr. Raúl Silva e o sr. Gastão de Vasconcelos, que proferiram vibrantes discursos, aos quais respondeu Sua Ex.ª, com irradiante simpatia, que conquista a admiração de todos que têm a honra de falar-lhe. Seguiu-se depois um almoço na residência do sr. Administrador da Circunscrição.

Em Binar grande massa de indígenas aguardava Suas Ex.as o Subsecretário e o Governador da Província aos quais prestaram calorosa recepção. No limite da Circunscrição o sr. Administrador de Mansoa apresentou cumprimentos de despedida e o sr. Administrador de Cacheu cumprimentos de boas vindas. À entrada da área da Circunscrição via-se um grande arco com saudações.

A Missão Católica de Bula foi também visitada minuciosamente por Sua Ex.ª que ficou bem impressionado pela sua ordem e asseio.

À chegada a Teixeira Pinto milhares de indígenas aclamaram Suas Ex.as salvando as antigas peças com 21 tiros, no meio dum entusismo delirante.

Em seguida foi inaugurado o edifício dos CTT, com a assistência do Director dos Serviços, e a Casa do Governador.

No edifício da Administração realizou-se uma sessão solene, falando o sr. Administrador Joaquim Moreira e o comerciante sr. João Mengo, agradecendo Sua Excelência o Governador.

Visitas e festa militar em Bissau

Suas Excelências o Subsecretário do Ultramar e Governador da Província, acompanhados por Sua Ex.ª Revm.ª o Prefeito Apostólico, Ex.mo Comandante Militar e sr. Capitão João Maria Bento, Ajudante de Campo de Sua Excelência, chegaram a Bissau, cerca das 9,30 horas do dia 20, num dos aviões dos Serviços de Aeronáutica da Província, da visita às Circunscrições de Mansoa e Cacheu, onde teve uma calorosa e apoteótica recepção.

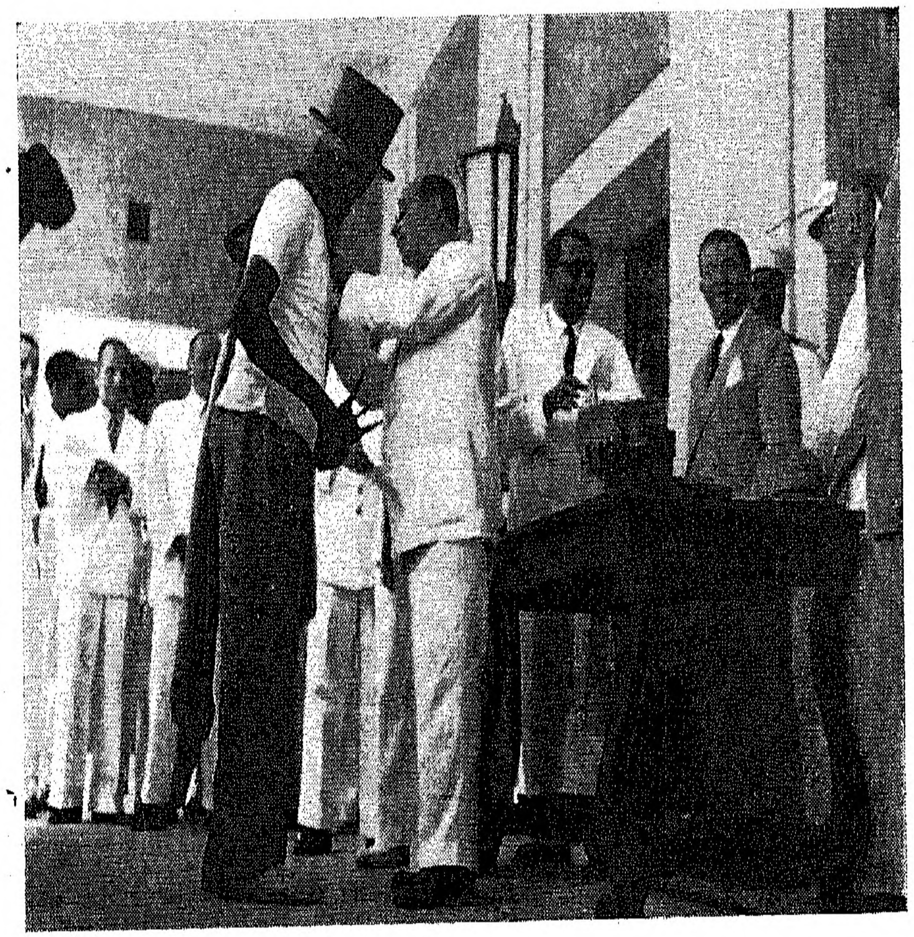
À 10 horas visitou Sua Excelência as instalações do ilhéu do Rei da Casa Silva Gouveia e à tarde assistiu à festa desportiva militar, no Estádio Sarmento Rodrigues, que decorreu num ambiente da maior simpatia, constituindo uma manifestação de ordem e disciplina, que muito honra a Guarnição Militar da Guiné, a par de um aturado trabalho, dada a forma e correcção nas exibições apresentadas.

O espectáculo constou de exercícios de ginástica, saltos em plinto, manejo de armas, exercícios com traves e pelotões auto-comandados e foi abrilhantado pela banda da Guarnição Militar de Bissau.

Viagem ao interior

Visita a Bissorã: Na manhã do dia 21, Sua Ex.ª acompanhado de sua Ex.ª Esposa e da habitual comitiva seguiu para o interior da Província visitando em Bissorã a Estação Zootécnica. Foi depois inaugurada a central eléctrica e a rede de iluminação pública, e, em seguida, numa moderna praceta, à entrada da vila, teve lugar a inauguração dum pequeno monumento com o busto de Sua Ex.ª o Governador, oferta da população daquela localidade.

Falou o Administrador Camilo Montenegro historiando a ideia dessa homenagem, usando depois da palavra Sua Ex.ª o Subsecretário que em breves traços fez a biografia do Eng.º Raimundo Serrão e anunciou que o Governo da Nação o havia agraciado com a comenda da Ordem do Império, notícia recebida com muitas ovações.



Condecorando um chefe indígena

Descerrou o busto a menina Rosa Maria, filha do homenageado, fazendo-se em seguida ouvir a banda militar em trechos alegres, enquanto no ar estralejavam dezenas de foguetes.

Seguiu-se um copo de água servido no edifício escolar em que usaram da palavra um libanez, o Dr. Rui Teixeira Diniz, vogal do Conselho do Governo e, por último, Sua Ex.ª o Governador, que agradeceu a todos que ali o tinham envolvido naquele ambiente de simpatia e carinho.

Visita a S. Domingos e Varela

Por volta das treze horas a caravana dirigiu-se para Barro, onde na passagem do rio Farim, inaugurou uma nova jangada motorizada, que se encontrava vistosamente engalanada, chegando a S. Domingos cerca das 16 horas.

No limite da Circunscrição Suas Ex.as eram aguardadas pelo Administrador e chefe de Posto de Sedengal.

Em S. Domingos Sua Ex.ª recebeu no edifício da Administração os cumprimentos da população, sendo saudado por um filho da Guiné, João Aimé.

Respondeu Sua Ex.ª contando uma parábola alusiva às inaugurações a que ia proceder, desejando que todas as pedras da área, cimento e água, da Circunscrição sirvam para o progresso da mesma, que nos últimos quatro anos tem realizado grandes obras.

Em seguida procedeu-se à inauguração da rede de abastecimento de água à população, com o respectivo depósito elevado e do edifício para o Posto Aduaneiro.

No final, Sua Ex.ª o Governador, sempre carinhoso para com a Circunscrição de S. Domingos, anunciou ter adquirido um novo motor para Varela, pondo à disposição da Administração o antigo motor, para a montagem da luz eléctrica em S. Domingos, grande aspiração da população local.

Pelas 17,30, Suas Ex.^{as} seguiram para Varela, acompanhados da comitiva, onde após um banho de mar foi servido um jantar na residência do Governador.

Visita a Farim e Bafatá

Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Ultramar, partiu de Varela às 7 horas do dia 22, tendo chegado a Farim às 11,30, depois de no caminho ter visitado a serração de Manuel Morais e o porto de Binta.

Em Farim era aguardado por centenas de indígenas e por toda a população civilizada que lhe prestaram calorosa recepção. Após a sessão de boas vindas, foi realizado um almoço, seguindo depois para Mansabá, onde Sua Excelência prestou homenagem aos mortos da pacificação, depondo um ramo de flores na campa do Alferes Figueira.

Cerca das 16 horas chegou a Esposa de Sua Excelência o Governador, seguindo todos em direcção a Bafatá.

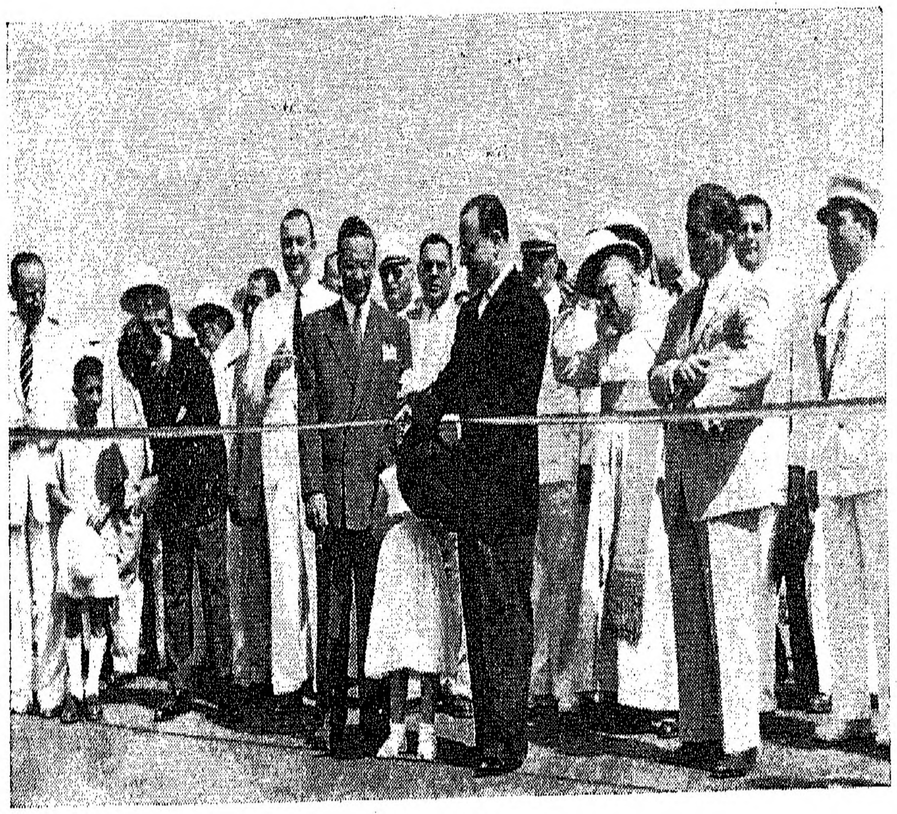
As gentes de Bafatá quiseram mais uma vez demonstrar a sua hospitalidade, dedicação e respeito pelo Governo da Nação, procurando receber condignamente Suas Ex.^{as} o Subsecretário e o Governador, e atingiram plenamente o seu objectivo.

A chegada estava marcada para as 17 horas, mas a partir das 15 já milhares de indígenas enchiam o vasto recinto do porto e a Praça Oliveira Muzanty dando ao local um interessantíssimo colorido, que, visto da margem fronteira, era na realidade impressionante.

O automóvel conduzindo Suas Ex.^{as} o Subsecretário e o Governador e Administrador Carlos Costa, desde o limite da Circunscrição, chegou às 17,15, sendo aguardados na margem direita por todos os membros da Junta Local. Suas Ex.^{as}, visivelmente interessados com o aspecto da entrada da vila, coalhada de gente, atravessaram o rio na jangada.

Após o desembarque na rampa que conduz ao cais foram ovacionados, assim como em todo o percurso até à Administração, que foi feito a pé e entre alas compactas de indígenas e civilizados, que exteriorizavam por todas as formas o seu regosijo pela honrosa visita. Para todos, teve Sua Ex.ª um gesto amigo e cativante correspondendo às aclamações agitando o chapéu.

Realizou-se depois uma sessão de boas vindas encontrando-se a sala repleta, com muitas senhoras e representantes de todas as actividades do Conselho, tendo usado da palavra o Secretário João Faria Leitão e o comerciante Casimiro Pires.



Inauguração da pavimentação da Avenida da República

Respondeu Sua Ex.ª o Subsecretário, que muito sensibilizado com a recepção, disse que as gentes da Guiné tinham conquistado a sua amizade, esperando também que alguns amigos tenha adquirido.

Após o jantar assistiram a um torneio de luta indígena que despertou grande interesse aos visitantes.

Na manhã seguinte inaugurou Sua Ex.ª uma casa do Serviço Meteorológico, usando da palavra o Chefe de Serviço, Eng.º Carlos Guimarães, e a pavimentação das ruas que circundam a Praça Oliveira Muzanty, tendo visitado a fonte e captação de água e o local da futura ponte sobre o rio Geba, onde os srs. Engenheiros Correia Guedes e Ventim Neves e o Dr. Correia de Barros esperavam Suas Ex.^{as}, prestando esclarecimentos de ordem técnica.

As ruas de Bafatá apresentavam um ar festivo, cheias de indígenas com os seus trajes festivos, com dezenas de tambores e outros instrumentos típicos, demonstrando o seu contentamento pela honrosa visita.

No dia seguinte teve lugar um Porto de Honra na sede do Sporting Clube de Bafatá a que assistiram muitas senhoras e grande número de sócios, tendo saudado Sua Ex.ª o Dr. Júlio do Rosário, Presidente da Assembleia Geral daquela agremiação desportiva.

O Professor Raúl Ventura, agradeceu as homenagens que lhe tributaram desejando as maiores prosperidades àquele Clube.

Na manhã do dia 24 Sua Ex.ª o Subsecretário procedeu à inauguração do Orfanato de S. Francisco Xavier, da Missão Católica da Vila de Bafatá, instalado num edifício adaptado para aquele fim à custa de muita persistência e que possui instalações capazes de receber quarenta órfãos.

Ao retirar-se o Prof. Raúl Ventura entregou ao Orfanato um donativo de vinte mil escudos.

Visita a Nova Lamego

Suas Ex.^{as} o Subsecretário e o Governador da Província e comitiva, partiram de Bafatá para Nova Lamego às 10,30, onde chegaram cerca das 12 horas, depois de passarem pela fonte de Dundum.

Na vila, toda embandeirada, foram Suas Excelências aclamados por muitos indígenas e civilizados.

Na Administração, onde se realizou a sessão de boas vindas, falaram o Administrador interino, Silva Marques e o comerciante Ângelo Pires, que saudaram Suas Ex.^{as}, destacando a obra de fomento em toda a Guiné, que foi possível devido à prestigiosa administração do Comandante Sarmento Rodrigues e do Governador Raimundo Serrão.

Agradeceu Sua Ex.ª com palavras simples mas de grande significado.

Seguiram-se as visitas ao Centro de Saúde e à Missão do Sono, onde os respectivos Chefes prestaram esclarecimentos sobre o movimento de assistência, à Central eléctrica e às principais ruas da vila, seguindo-se depois um almoço na residência do Administrador da Circunscrição.

Visita a Catió

A caravana que acompanhava o Professor Raúl Ventura saiu de Bafatá, por volta das 9 horas, dirigindo-se a Bambadinca, que se encontrava embandeirada e onde muitos indígenas aguardavam os visitantes, em franca alegria e com ruidosos batuques. Com pequena demora recebeu os cumprimentos seguindo para o Xitole, onde teve idêntica recepção e inaugurou a residência do Chefe de Posto, em óptimo local e com esplêndidas instalações.

À chegada ao Saltinho causou uma boa impressão, tendo-se tomado banho no rio seguido de almoço frio. Compareceram o Presidente da Junta Local, Delegado de Saúde, comerciantes, e suas esposas acompanhando a Esposa do Subsecretário.

A refeição decorreu num ambiente agradabilíssimo. Às 15 horas foi retomada a marcha com destino a Catió, tendo chegado às 17 horas com uma boa recepção, muitos indígenas e civilizados.

Em Catió fizeram-se as seguintes inaugurações: — Edifício para instalação da Administração, edifício para a Central Eléctrica, nova estrada e ponte de cibes em Quitafine, mercado de Bedanda e 3 pontões de construção definitiva na estrada de Bedanda-Cabedú.

Visita a Fulacunda

Por volta das 7 horas partiu Sua Ex.ª de Catió, acompanhado de sua comitiva, tendo no percurso sido aclamado pelos indígenas das povoações, que vieram à estrada espontâneamente.

De passagem por Buba, foi visitada a Missão do Sono, assistindo Sua Excelência a tratamentos e análises.

O régulo desta região, tenente de segunda linha, Baró Baldé, ostentando condecorações, pronunciou as seguintes palavras: «*Nestes tempos perturbados que vamos passando e em que nós, a população de Forreá, vai vivendo em paz e sossêgo, eu como seu Régulo e velho combatente de Canhabaque, saúdo V. Ex.ª representante ilustre do Governo da Nação, a quem prestamos o preito da lealdade e fidelidade, que tem sido o lema da minha vida, quer como soldado português, quer como filho da Guiné, ao serviço da nossa Pátria*», palavras que Sua Excelência agradeceu apertando-lhe a mão.

Depois de pequena paragem em Fulacunda, onde centenas de indígenas com bandeiras e trajes festivos, o saudaram, seguiu Sua Ex.ª para S. João, onde chegou cerca das 11 horas, sendo ali aguardado pelo Administrador do Concelho e pelo Capitão dos Portos, tendo atravessado o canal na vedeta «Regina», que foi acompanhada por diversas embarcações todas embandeiradas.

Visita a Bolama

Cerca das 11 horas teve lugar a chegada a esta antiga capital da Província, onde Sua Excelência foi recebido na ponte cais de Bolama pelo Presidente e vereadores da Comissão Municipal, Chefe militar da cidade, comandante da polícia, comércio, bombeiros e crianças das escolas, funcionários e correspondentes da Lusitania e Ani.

No cais estava postada uma Companhia de Engenhos em grande formatura com bandeiras e terno de corneteiros. A população acorreu em massa destacando-se os bailarinos bijagós com seus trajes típicos e indumentária exótica, nharas, grandes donas garridamente vestidas, ostentando flâmulas. Sua Excelência o Subsecretário passou revista à Guarda de Honra, mostrando-se satisfeito, sem sinais de cansaço, apesar da longa jornada, da qual tem colhido as mais gratas impressões.

Organizou-se um cortejo para os Paços do Concelho no meio do maior regosijo da população, para quem as visitas oficiais, como esta, constituem motivo de alegria irrequieta e reboliço, dado o seu forçado isolamento e esperança de que Bolama não pode, não deve morrer.

Os edifícios encontravam-se vistosamente engalanados com bandeiras, vendo-se no magnífico palácio do Governador hasteada a Bandeira ministerial.

À entrada dos Paços do Concelho, as crianças das escolas, oficial e missionária, uniformizadas e em impecável formatura, entoavam a Portuguesa.

Organizou-se a mesa de honra para a sessão de boas vindas que ficou constituída por Sua Ex.ª o Subsecretário, Governador da Província, Prefeito Apostólico, Comandante Militar e Presidente do Município, sr. Júlio Lopes Pereira, que proferiu um discurso saudando o ilustre visitante, enumerando e expondo as aspirações da cidade, entre as quais o prolongamento da ponte cais, a incorporação do Quínara no Concelho de Bolama, pedindo mais uma verba, na teimosia dum pertinaz bairrismo que não deixa de ter aspectos simpáticos, para que não desapareça a antiga Capital da Província, uma sombra do que foi, porque Bissau cresceu e se fez grande. O Senhor Subsecretário, sempre sorridente e irradiando simpatia respondeu com um brilhante improviso afirmando:

«Não posso prever o futuro e por isso não posso prever também qual o destino de Bolama. A menos que haja grande catástrofe, que está acima da vontade dos homens, Bolama não desaparecerá. Nada posso prever mas trago comigo uma grande certeza e a garantia de que o Governo Central trata com carinho todos os problemas, este e outros, grandes e pequenos que interessam Bolama. Lamento não poder dar deferimento às pretensões expostas, mas deixo-vos, porém, a garantia do desvelado interesse e cuidado do Governo que nada esquece. E que isso seja correspondido pela boa vontade, trabalho e patriotismo da população que aqui vive e labuta e Bolama não morrerá».

As palavras do Senhor Subsecretário foram frenèticamente ovacionadas, deixando em todos a melhor impressão.

Sua Excelência recebeu em seguida os cumprimentos da população e no período da tarde visitou o edifício da Administração, Central Eléctrica, Imprensa Nacional e obras em curso na cidade.

Visita a Bubaque

Sua Excelência o Subsecretário do Ultramar partiu de Bolama para Bubaque, cerca das sete horas, tendo a Companhia de Engenhos, aquartelada naquela cidade, prestado a guarda de honra, seguida de desfile.

A viagem foi feita a bordo do navio-motor «Formosa», sob o comando do sr. Capitão dos Portos, e decorreu agradàvelmente, tendo demorado três horas.

O navio embandeirado em arco, ao chegar a Bubaque, passou primeiro em frente do cais, onde se aglomerava uma enorme multidão, atracando depois. Ao desembarque os alunos da escola entoaram o Hino Nacional, estando a vila embandeirada e onde se viam muitos indígenas com os seus trajes típicos.

Seguiu-se a sessão de boas vindas, onde falaram o sr. Administrador Conduto e o comerciante Pinto Bastos, que apresentaram cumprimentos ao ilustre visitante, agradecendo a honrosa visita, seguro penhor de que o Governo Central não esquece esta Província que muito deve aos Governadores Sarmento Rodrigues e Raimundo Serrão.

Sua Excelência visitou os principais edifícios públicos seguindo-se um almoço.

A partida de Bubaque teve lugar às 17 horas e, com menos de quatro horas de viagem, desembarcava-se em Bissau.

Terminou assim Sua Ex.ª o Professor Raúl Ventura a sua viagem de 8 dias através desta curiosa Guiné.

De novo na Capital

Em 27 de Maio

Sua Excelência o Subsecretário do Ultramar acompanhado por Sua Ex.ª o Governador Raimundo Serrão, Prefeito Apostólico, D. José Ribeiro de Magalhães e Comandante Militar, Coronel Pinto Ribeiro, visitou o quartel da Amura, onde lhe foi prestada a guarda de honra por uma Companhia de Caçadores, com Bandeira e banda de música, sob o comando do Capitão Custódio Gouveia.

Depois de ter percorrido todas as dependências assistiu a demonstrações de manejo de metrelhadoras pesadas e escola de motociclistas, que evidenciaram os bons resultados da instrução que lhes foi ministrada.

Seguidamente Suas Excelências dirigiram-se às instalações da Sociedade Comercial Ultramarina, as quais, depois de concluídas, constituirão um factor muito importante na industrialização da Província.

À entrada do vasto recinto onde se erguem os grandes edifícios destinados às fábricas de descasque de arroz, coconote e extracção de óleo de palma e de amendoim, esperavam Suas Ex.as e a comitiva o Inspector do Banco Nacional Ultramarino, Sr. Lereno, o Gerente da filial daquele Banco nesta cidade, sr. Clarence Mendes, o sr. Fernando Correia, Gerente da Sociedade e o sr. Eng.º Ferreira Chaves, director das obras em curso. A referida organização industrial foi demoradamente visitada.

Pouco depois Suas Ex.as dirigiram-se à Missão do Sono, onde foram recebidos pelo médico chefe Dr. Reimão Pinto e pelo corpo clínico, que acompanharam os visitantes a todas as dependências da instalação, ouvindo interessadamente as elucidações que o Dr. Reimão Pinto, demoradamente prestava. Seguiu-se um rápida visita ao novo aglomerado de edifícios destinados à hospitalização de doentes, que devem entrar em funcionamento dentro de poucos dias.

Coube a seguir à Granja do Pessubé a honra de receber Suas Ex.as. Na companhia dos Engenheiros Agrónomos Nobre da Veiga e Amílcar Cabral, foi ela percorrida em detalhe, interesasndo-se Sua Ex.ª o Subsecretário pelo trabalho ali feito.

No Asilo de Bór, onde os ilustres visitantes eram aguardados pelas Irmãs que prestam ali serviço, encontravam-se à porta do edifício principal as educandas e internadas na «creche», que depois de cantarem o Hino Nacional, respeitosamente escutado pelos recém-chegados, levantaram entusiásticos vivas ao Subsecretário do Ultramar, Governador da Província e a Portugal.

Sua Ex.ª Revm.ª o Prefeito Apostólico, D. José Ribeiro de Magalhães, mostrou a Sua Ex.ª todas as dependências da benemérita instituição devida à obra Missionária Católica, assistindo interessado aos cuidados que na «creche» merecem as crianças que, à nascença perderam suas mães, falta insubstituível mas que, devido ao carinho com que ali são tratadas pouco vêm a sentir.

Visìvelmente satisfeito com o que lhe foi dado ver, Sua Ex.ª o Subsecretário, à saída, entregou a D. José Ribeiro de Magalhães um subsídio de 20 mil escudos para auxílio da manutenção de obra tão cristã e tão útil.

Por último foi visitada a enfermaria de Cumura onde Suas Ex.as eram aguardados pelo Chefe dos Serviços de Saúde, Dr. Fernando Pimentel, e pelo médico-

-leprólogo, Dr. Mário Veiga, Administrador do Concelho e Chefe de Posto de Prábis. Como nota enternecedora naquele meio de dor mas de esperança, havia no quadro preto da escola, que também é dirigida por um doente indígena, a seguinte saudação escrita a giz: «Os doentes de Cumura saúdam Suas Ex.^{as} o Subsecretário do Ultramar, Governador da Província e sua comitiva». Nada de apertos de mão — impossíveis naquele meio — nem de discursos, mas uma simples e sincera saudação por aqueles que devem a esperança de recuperarem a saúde aos que tão humanamente sabem governar.

O Professor Raúl Ventura foi à tarde homenageado com um «cocktail» oferecido pela Câmara Municipal, que se realizou no salão de conferências do Museu da Guiné e a que assistiram inúmeros convidados.

Em 28 de Maio

Inauguração da Ponte-Cais: — Manhã cedo a cidade foi acordada por salva de morteiros anunciando o dia em que ia ter começo uma série de inaugurações de novos melhoramentos, culminados pela ponte-cais.

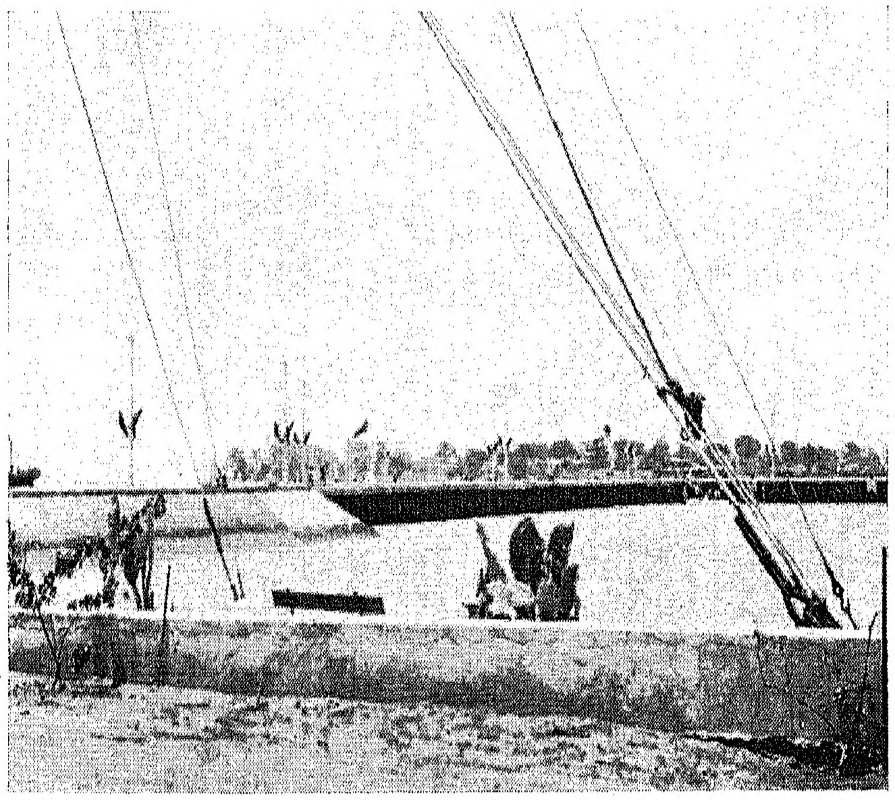
Pelas 9,30 Suas Ex.^{as} o Subsecretário do Ultramar e o Governador da Província, acompanhados das figuras mais representativas da Guiné, dirigiram-se ao topo da Avenida da República onde o Prof. Dr. Raúl Ventura cortou a fita simbólica que vedava o trânsito pelas artérias cujo pavimento tinha recebido o alcatroamento. Calorosa salva de palmas coroou a inauguração de tão útil melhoramento que, além de dar um novo aspecto à fisionomia citadina, vem largamente beneficiar a sua higiene e a rapidez nas comunicações. Seguidamente organizou-se um extenso cortejo de automóveis que desceu aquela artéria em direcção à Avenida marginal, que se encontrava apinhada de milhares de indígenas e centenas de civilizados, empunhando, a maioria, pequenas bandeiras nacionais que agitavam à passagem da viatura que conduzia Suas Ex.^{as}.

Chegados ao local onde começa o novo cais, cujo acesso se encontrava vedado por uma fita com as cores nacionais, a guarda de honra constituída por uma Companhia Indígena de Caçadores, com Bandeira e banda, apresentou armas, enquanto a banda executava a Portuguesa, respeitosamente ouvida por toda a multidão.

Teve lugar em seguida o corte da fita que Sua Ex.ª o Subsecretário fez por entre uma grande ovação de toda a assistência enquanto subia ao ar uma girândola de morteiros.

O Prefeito Apostólico, paramentado, lançou em seguida a benção. O percurso até ao topo da ponte, onde se encontrava erguida uma tribuna, foi feito a pé. Na referida tribuna tomou a Presidência o Prof. Dr. Raúl Ventura, que dava a direita a Sua Ex.ª o Governador da Província, Juiz da Comarca, Comandante do Aviso «Afonso de Albuquerque» e Ex.^{mas} Esposas dos Senhores Subsecretário e Governador; à esquerda tomaram lugar o Prefeito Apostólico, Comandante Militar, Presidente da Câmara e Esposa do Sr. Eng.^{o} Correia Guedes, sócio-gerente da firma construtora.

Por entre a curiosidade de milhares de assistentes o Aviso «Afonso de Albuquerque» procedeu à atracação, manobra que decorreu de forma impecável, enquanto a banda militar se fazia ouvir em vibrantes marchas.



Ponte-Cais de Bissau

Seguidamente deu-se início à sessão solene, tendo falado em primeiro lugar o Eng.^{o} Claro da Fonseca, que resumiu os trabalhos efectuados no alcatroamento das ruas da cidade, benefício que se fica devendo à sábia administração do Governador Raimundo Serrão, incansável lutador pelo progresso da Província.

Usou da palavra o Sr. Dr. Correia de Barros, sócio-gerente da firma construtora, que pronunciou o seguinte discurso:

Senhor Subsecretário de Estado
Senhor Governador
Minhas Senhoras e meus Senhores

«Não me ficará mal confessar sentir um certo orgulho em estar aqui, eu, simples particular representante de uma empresa privada, a participar na inauguração oficial de uma obra que culmina, mas não põe termo, à extraordinária série de realizações que assinalam o ressurgimento do mais velho território ultramarino português no início do 6.º século da sua existência como tal.

É cedo ainda para se avaliar do real alcance económico desta obra — com efeito, à medida que ela crescia e se divisavam as suas proporções, iam aparecendo como imprescindíveis, equipamentos e instalações portuárias condignas e adequadas, acessos terrestres desafogados, e outras aspirações geradas, como é fatal, pela própria necessidade inicial satisfeita. Assim, só o futuro dirá da influência última da Ponte-Cais, na economia local.

Mas não é cedo, antes me parece oportuno pôr em relevo alguns dos significados, que para mim tem esta cerimónia.

Esta Ponte-Cais foi feita por uma empresa portuguesa, que desde há 6 anos se fundou, já entregou, ou tem em construção para o Estado, uma dezena de grandes obras, no valor de muitas e muitas dezenas de milhares de contos.

Como a OMES, há hoje em Portugal, não muitos mas mais alguns empreiteiros portugueses, como nós empregando capitais exclusivamente portugueses.

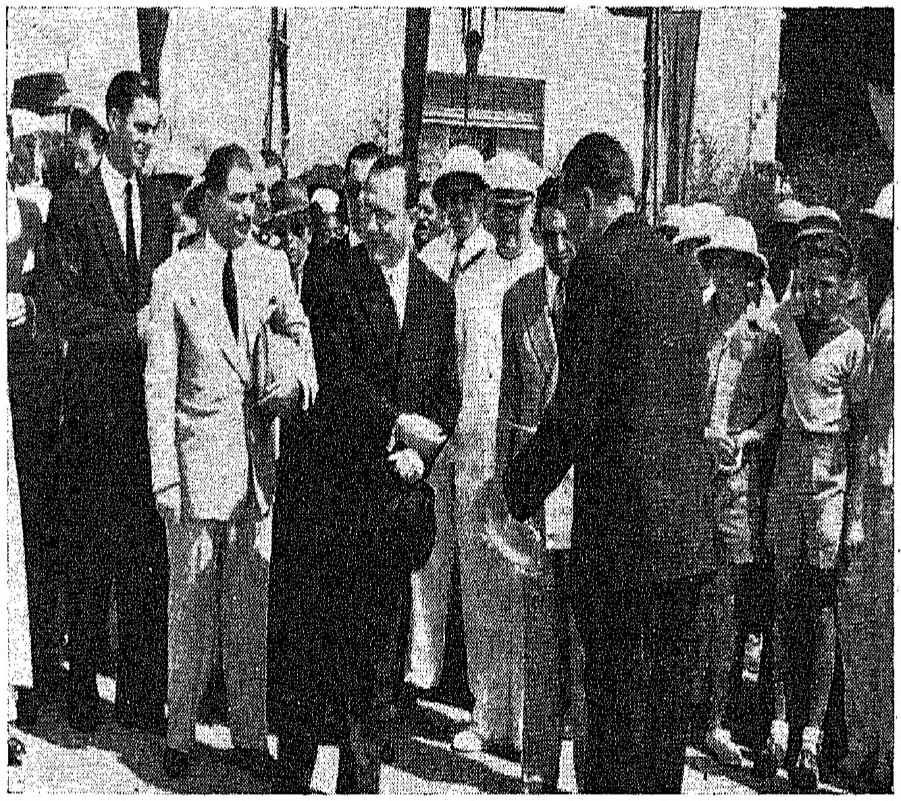
Tal facto só é possível devido à continuidade com que, de há 20 anos a esta parte, o Governo que nos governa vem prometendo e cumprindo, em sucessivos planos parcelares ou de conjunto, o grandioso programa de reconstrução material do País, condição primária para o seu engrandecimento económico, e para o seu renascimento cultural e espiritual.

Mais profundo ainda que esse significado, é o da confiança com que homens e capitais nacionais começaram a afluir e reunir-se, certos de o Governo cumprir o programa de obras prometido, assegurando assim às empresas nacionais que se formassem, aquela continuidade indispensável para elas adquirirem a idoneidade técnica que advem da experiência, e a solidez financeira que advem da reprodutividade e amortização regulares dos dispendiosíssimos mecanismos em que tinham de imobilizar os seus activos.

Até há poucos anos para obras de alta técnica e de grande vulto, só havia recurso a grandes empresas estrangeiras, com vastos campos de acção e largas possibilidades. Só apareciam a concorrer se a obra financeiramente era susceptível de as interessar. Em caso de insucesso podiam retirar-se para longe do alcance da nossa lei, e reaparecer quando quisessem, sob outro nome de ocasião. Hoje é diferente, e a existência de algumas sólidas empresas nacionais assegura já ao Governo a continuidade de execução do vasto programa em curso.

Mas é necessário, há-de vir por certo a ser reconhecido como necessário, que o Governo acarinhe essas empresas, lhes dê um tratamento preferencial dentro do razoável, as proteja da concorrência de estranhos, mais fortes talvez em potencial financeiro mas não com maior capacidade técnica do que as nacionais. Como prova demolimos há poucos dias a velha ponte cais, obra da técnica estrangeira e soubemos pôr em seu lugar esta, muito maior e 5 vezes mais resistente do que a antiga.

É certo que muitos aventureiros de ocasião, sem nome ou capitais a perder, surgem por vezes, na mira de um lucro fácil, como adjudicatários de obras públicas que abandonam depois em face do primeiro insucesso, nem sempre com prejuízo próprio mas sempre pràticamente impunes. Pergunto a mim próprio se poderíamos estar hoje aqui se o Estado tivesse adjudicado esta obra a um desses empreiteiros sem passado e sem responsabilidades, quando recordo a situação em que a OMES se encontrou em 1950 perante os trabalhos da Guiné. Tínhamos então efectivamente gastos 2/3 do preço da adjudicação mas a obra feita não atingia 1/10 talvez do total a construir. O prejuizo que sabíamos irrecuparável ascendia a muitos milhares de contos mas para a obra ser levada a cabo era necessário arriscar mais 4.000 contos na aquisição de novo apetrechamento indispensável cuja amortização mesmo parcial não era possível pela própria obra.



Na Inauguração da Ponte-Cais

E, no entanto, porque a Fiscalização e o Governo da Guiné tinham confiança na empresa, na idoneidade moral dos seus componentes e na possibilidade de estes encontrarem os técnicos competentes — pois apenas esses tinham faltado até então — e de lavarem a obra ao fim; e justamente porque a OMES tinha conquistado àrduamente elevado prestígio em Angola e um nome que não queríamos comprometer, não hesitamos em correr o novo risco e manter a nossa palavra: tínhamos assinado um contrato, haveríamos de cumpri-lo até ao fim.

Fizemo-lo porém voluntàriamente. Outros fôssemos que tivessemos abandonado a obra, e a satisfação desta necessidade imperiosa do porto de Bissau teria sofrido um atraso de vários anos.

Para impedir isto, para impedir o aparecimento de empreiteiros que, não alando o próprio nome, aviltam e desprestigiam a actividade construtora nacional em geral, causando simultâneamente graves danos ao Estado, desejaríamos que este se rodeasse de precauções cada vez maiores em exigências de provas prévias e sérias de idoneidade técnica e de potencial financeiro real; que o Estado exigisse garantias pesadas; que as sanções pelo abandono de uma obra fossem extensivas para além da empresa, aos pessoalmente responsáveis, como delito que é ofensivo do património nacional.

Assim, à selecção natural da sobrevivência do mais forte, acresceria a selecção oficial que impedindo o aparecimento de especuladores de ocasião deixaria em campo as empresas com bases sólidas que são garantia de continuidade, de experiência técnica, de idoneidade enfim, e às quais se podem impôr obrigações e exigir responsabilidades.

Falei da Empresa, dos princípios que norteiam a sua actuação e que determinaram a sua atitude perante a situação na Guiné há 3 anos. Pudemos graças a essa atitude, sair, senão com proveito, por certo com honra e com nome limpo que nos permite participar hoje nesta significativa cerimónia. Mas ficaria, porém, com a minha consciência se não dissesse que a despeito do sacrifício feito não teria sido possível fazer-se o que se fez se não tivessemos encontrado o homem à altura das circunstâncias.

Esse homem foi o Engenheiro Emídio Corrêa Guedes. Se fosse hoje em que ele faz parte da Empresa — pois nos honramos de o ter como sócio — talvez as minhas palavras tivessem de ter pùblicamente maior comedimento, mas naquele tempo, ele era um engenheiro — um grande engenheiro, é certo — ao serviço da Empresa com a direcção dos trabalhos de Angola. Sob o seu impulso, o seu entusiasmo, e com a sua lúcida visão de técnico e de administrador, os êxitos sobrepunham-se aos êxitos, e das sua mãos saiam, sempre antes dos prazos contratuais e com um alto nível de qualidade, pontes, casas, fábricas, hospitais e oficinas.

A ele recorremos, pois, e na sua primeira e curta visita à Guiné abrangeu o problema na sua extensão e nas suas causas e imediatamente conheceu os remédios e no-lo propôs.

Mais do que isso, não hesitou em arriscar a sua reputação de técnico oferecendo-se para chamar a si a responsabilidade total das obras da Guiné.

De como se houve temos a prova debaixo dos nossos pés e tiveram-na V. Ex.as há um ano de inauguração da Ponte de Ensalmá — em que a verdadeira grandeza do esforço feito está soterrada nas fundações — e tê-la-ão dentro de meses, tenho disso a firme certeza, na Ponte de Bafatá.

Não quis fazer a história circunstanciada da Ponte-Cais. Mas não posso deixar a ideia errada de tudo ter corrido normalmente desde que os estaleiros foram reapetrechados em máquinas e em técnicos idóneos. Nesta 2.ª fase, porém as graves dificuldades surgidas já não eram imputáveis ao empreiteiro mas à natureza das coisas. Duas interrupções de trabalho seguidas de 2 projectos novos foram necessárias. Apesar disto, na inauguração da Ponte de Ensalmá, faz hoje precisamente 1 ano, o Sr. Eng.º Correia Guedes, como sócio gerente da OMES, prometeu a V. Ex.ª Sr. Governador, que lhe entregaria hoje pronta e acabada, a Ponte-Cais de Bissau.

Em Lisboa tremi, incrédulo e espantado da audácia, mas na sua entusiástica confiança o nosso sócio e administrador delegado Eduardo Abecassis tranquilizou-me: nada podia ele pessoalmente e directamente fazer para se cumprir a promessa mas quem a fizera saberia cumpri-la. A morte levou-o sùbitamente deixando uma profunda saudade e um grande vazio na Empresa, e, sem poder estar aqui no meu lugar a compartilhar da nossa alegria pela promessa cumprida.

Não peço perdão de o ter recordado: quis que o seu nome e a sua memória ficassem ligados a este dia.

Confiara na acção dos nossos homens, na colaboração dos outros. E não se enganou.

Porque outro significado profundo desta obra é o da cooperação perfeita de todos os elementos em causa para que ela fosse levada a cabo com as características e no tempo previstos.

O trabalhador nativo acorria atraído pelo tratamento condigno prometido, e, evidentemente, dado: nunca tivemos ao nosso serviço senão voluntários.

Os especializados europeus, que dirigiam e enquadravam os indígenas, de tal forma corresponderam ao esforço que pelos seus Engenheiros lhes foi pedido, que fizeram do desejo ardente destes seu próprio ideal: não admira que à hierarquia e disciplina viessem acrescer dentro em pouco uma estima e um respeito recíprocos, forte determinante da consecução do objectivo comum.

A Fiscalização, mais rígida do que nunca na exigência do cumprimento integral da mais pequena vírgula do caderno de encargos, ao ver que o empreiteiro embora jurìdicamente o mesmo, era de facto outro, fez seus os problemas que surgiram e da sua cooperação saíram as soluções propostas pelo empreiteiro e superiormente aprovadas.

A Fiscalização para nós passou a ter os nomes daqueles que a compunham: O do seu Chefe, Sr. Eng.º Ventim Neves, que lado a lado com o nosso Engenheiro Administrador e a Adjunto deste, Sr. Eng.º António Soares, tanta e tanta hora perdeu em busca da solução ideal, prática e económica, que depois perfilhava e tenazmente defendia. E os nomes dos Srs. Pina e Magalhães que durante meses sem fim se revesaram numa ronda constante, noite e dia, dia e noite, para que nem um decímetro cúbico de beton, um metro de ferro, ou uma nova estaca fossem fabricados ou colocados sem por eles ser prèviamente verificada a composição, a espessura ou os alinhamentos exigidos, e isto sem prejudicar o ritmo dos trabalhos, antes zelosos de que eles não afrouxassem.

Bênção da Ponte-Cais

Numa obra executada com este espírito, a Fiscalização tem largo quinhão nos louvores que proventura a obra mereça, porque largas responsabilidades lhe seriam pedidas se as coisas tivessem corrido de outro modo.

Da parte das restantes autoridades, só facilidades e colaboração encontrou a OMES e bem necessárias elas eram, num sem número de pormenores relacionados com despachos alfandegários, com o trabalho indígena, com o tráfego no Porto, com todos os altos cargos da Administração Nacional ou local da Guiné: para todos mais dos que para os nossos agradecimentos, a nossa gratidão.

Até da parte da população de Bissau só encontraram os nossos homens apoio e conforto moral. O colonial — agora talvez tenha de chamar-lhe — o Português do Ultramar — porque quase sempre tem de contar só consigo próprio, é fortemente e conscientemente individualista. Não há como ele, porém, para prestar mais generosa e espontânea ajuda e para mais nobre e dignamente a aceitar sem a ter solicitado. Por isso, ainda hoje sinto remorsos ao pensar que quando nós, em Lisboa, começamos a dormir mais descansados sobre a marcha da nossa obra da Guiné, a acolhedora gente de Bissau passou a não dormir devido ao colossal batuque do bate-estacas com os seus silvos de animal pré-histórico, as suas pancadas surdas e apitos de sereia, os quais, segundo me dizem, chegavam aos confins mais longínquos da cidade, penetravam o mais recôndito quarto de cada casa.

Para lhes manifestar o nosso apreço agradecido, arrisco-me, metendo embora a foice em ceara alheia, a desejar do coração que possam ir de vez em quando gozar o fresco da noite para aquela mesma ponte que tantas noites de insónia lhes causou.

Senhor Governador Raimundo Serrão, só agora tive a honra e o prazer de conhecer pessoalmente V. Ex.ª, mas sei que foi graças à sua confiança num empreiteiro português que dava mostras de querer cumprir e de assim resgatar o passado, que foi possível levarmos esta obra até ao fim. Ela aí fica, com a Ponte de Ensalmá, e tantas outras obras espalhadas por toda a Guiné, como verdadeiros monumentos à sua tenacidade de homem, à sua energia criadora de colonial, à sua coragem de soldado. Planeadas ou iniciadas antes ou durante o seu período de Governo, foram concluídas graças à sua persistência, ao seu entusiasmo refletido. Elas se mais não houvesse de ordem política, económica, cultural e espiritual justificavam por si só que no momento em que V. Ex.ª dá voluntàriamente por terminada a sua missão nestas terras, os seus habitantes quisessem conservar a recordação da sua passagem perpetuada no bronze de Bissorã que propositadamente fui visitar há dias. É um preito de homenagem, uma justa e rara prova de gratidão.

Senhor Professor Raúl Ventura; assisti há precisamente um mês e um dia, à mais impressionante manifestação colectiva que me tem sido dado presenciar (e participei, e aclamei em muitas das outras que de há 25 anos para cá consagraram e consolidaram o Governo de que V. Ex.ª hoje faz parte).

Não sei se foi mais expressivo o desfile de milhares de bandeiras e aclamações sinceras de dezenas de milhares de pessoas, ou se as bandeirinhas de pano e de papel, as colchas ricas de damasco ou modestas de chita e algodão; a lâmpada eléctrica ou a simples vela a tremeluzir diante de um retrato formato bilhete postal que vi em centenas de janelas de Lisboa, em ruas largas e em ruas estreitas, em palácios, prédios ou mansardas, situadas longe do percurso do cortejo, nos bairros mais excêntricos da capital, numa homenagem não organizada, individual, simples e espontânea, por isso mesmo mais comovente.

Eu disse homenagem, queria dizer agradecimento.

Agradecimento pela espantosa obra de renovação material e de renascimento espiritual e cultura levada a cabo em 25 anos de governação exaustiva.

Agradecimento porque se vê onde se empregam os dinheiros públicos; porque há mais crianças sádias e são mais numerosos os velhos protegidos; porque há mais marcos fontenários nas aldeias, mais tráfego nas estradas e nos portos, menos vagabundos e desempregados; porque há mais escolas e menos analfabetos; porque há um exército disciplinado e forte e não foi preciso que ele nos defendesse; porque há mais igrejas e seminários modernos de instalações e de ideias e porque a mais alta autoridade eclesiástica da Guiné pôde retomar de direitos seu lugar natural nessa tribuna ao lado das mais altas autoridades civis e militares porque as fortalezas de Amura por esse Ultramar fora são hoje apenas monumentos decorativos; porque há a tolerância e a compreensão que geram a coexistência pacífica dos mais diversos credos e raças; porque há enfim um agregado nacional por cima das distâncias e dos mares, uma verdadeira unidade imperial.

A presença de V. Ex.ª, de um membro do Governo Central, nesta cerimónia, é prova evidente dessa unidade, como o foi a viagem do Sr. Comandante Sarmento Rodrigues, a quem a Guiné também tanto deve e não mais esquecerá, ao Oriente Português.

Esta cerimónia, no dia em que dezenas de outras semelhantes se realizam de lés a lés de Portugal, é como V. Ex.ª vê, rica de significado e no seu simbolismo

Inauguração da Ponte-Cais — O Dr. Correia de Barros a discursar *justifica e explica a manifestação de há um mês de agradecimento a Salazar por ter escolhido os homens que escolheu para com ele erguerem a sua Obra, para com ele servirem a terra em que nascemos, o nosso Portugal da Europa, da Ásia e desta África onde estamos».*

Foi o Sr. Eng.º Ventim Neves, Fiscal dos trabalhos da ponte-cais, que a seguir discursou:

Senhor Subsecretário de Estado do Ultramar
Senhor Governador
Excelências
Minhas Senhoras e meus Senhores

No dia 10 de Julho de 1948, foram solenemente iniciados os trabalhos de construção da Ponte-Cais de Bissau, pelo então Governador da Guiné Senhor Comandante Sarmento Rodrigues que não quis deixar esta Província, que o seu estado de saúde lhe impunha abandonar, sem a certeza da execução da obra pela qual tanto se empenhara, desde a fase de projectos que acompanhou e procurou apressar, até à obtenção dos fundos necessários para esta realização.

Nesse dia de há 5 anos, onde agora está a pequena placa comemorativa da inauguração da ponte, muitos dos que aqui nos encontramos fomos testemunhas das vibrantes palavras de regosijo e de esperança proferidas pelo ilustre Governador que viria sobraçar a pasta do Ultramar e que hoje tem a suprema satisfação de saber terminada a segunda das grandes obras a que tanto deu de seu esforço e vontade.

Se a Ponte de Ensalmá inaugurada há um ano, foi sua obra e a Sua Excelência pertence a iniciativa da sua construção, a Ponte-Cais de Bissau não é menos devedora dos seus cuidados.

E não fica mal aqui, no acto da inauguração da Ponte-Cais, lembrar aquela obra, pois ambas estão ligadas à mesma vontade que as tornou possíveis, ambas cresceram a par vinculadas pela dependência imposta pelas condições da proposta da Empresa adjudicatária, Obras Metálicas Electro Soldadas Lda. Ambas lograram ver cumpridas as palavras de certezas proferidas em idênticas e singelas cerimónias de início de trabalho a que não faltou o bom augúrio duma chuva miudinha prometedora de bodas felizes.

Porém, a construção da Ponte-Cais não se conseguiu sem canseiras, arrelias e até desanimadoras vicissitudes dum trabalho tantas vezes alterado por imposições diversas.

Alguns meses antes da assinatura do contrato, a Empresa enviou para a Guiné pessoal, reuniu materiais em grande quantidade investindo apreciáveis somas de capital para começar a preparar o estaleiro e organizar o trabalho, demonstrando uma completa confiança no Estado que apenas adjudicara a obra e não tinha firmado os seus compromissos.

Porém a Empresa foi infeliz pois perdeu o tempo que pretendia ganhar e não só esse, como começou a entrar em atrasos em relação ao Plano de execução da Obra, por erros na Direcção local do trabalho que se avolumaram de tal sorte que tudo levava a considerar como irrecuperáveis.

Corrigidas as causas das dificiências havidas, entrou-se numa fase activa, tendo a OMES equipado o estaleiro com maquinaria cobrindo com larga margem as necessidades da obra.

É justo salientar aqui o que de boa vontade e sacrifício representou a aquisição desse equipamento numa altura em que a Empresa contava como certo, chegar ao fim do trabalho com um avultado prejuízo, tendo feito todos os esforços apenas para cumprir e salvaguardar o seu bom nome.

Assim teria sucedido com efeito se não fossem as alterações que a natureza do solo de fundação impôs à obra, mas nessa altura nada deixava prever que se viesse a fazer de modo diferente daquele que estava projectado e que conduzia inevitàvelmente a um fracasso económico.

Foram ainda os atrasos iniciais a causa, de só bastante tarde e em pleno rendimento do estaleiro se fazerem os ensaios de estacas que viriam provar ser impossível construir a obra contratada e mostrar a necessidade de impor-lhe substanciais alterações.

Nessa altura a Empresa, para atenuar quanto possível os prejuízos que lhe acarretariam uma paralização demorada da obra propôs e foi aceite estudar as modificações a introduzir e para isso fez vir à Guiné Engenheiros especialistas para estudarem o terreno e as soluções que a natureza deste mais aconselhasse, dentro do mesmo tipo de fundação inicialmente adoptado e para o qual ele se tinha equipado.

Elaborou um projecto que entrou imediatamente em execução e segundo ele se construiu o primeiro tramo do ramo de acesso conforme o despacho que o aprovou.

Uma determinação do Senhor Engenheiro Trigo de Morais então Subsecretário do Ultramar, impôs um novo estudo da obra para condições de sobrecarga e de segurança substancialmente superiores às que foram consideradas anteriormente.

Entrou em execução este último projecto em Fevereiro de 1952 quando estavam feitos apenas 15 % da parte de betão armado da ponte.

O volume de trabalho realizado em pouco mais de um ano atesta a eficiência da organização do estaleiro nos moldes em que o Administrador da Empresa Engenheiro Corrêa Guedes com larga visão o gizou. Com efeito foram aumentadas algumas unidades de trabalho, de difícil execução, nomeadamente as estacas em mais 150 % daquilo que estava previsto na altura da aquisição do equipamento.

Vencendo ainda a relutância pessoal entende dever dizer alguma coisa sobre o Serviço da Fiscalização.

Por mim não o faria mas não quero hoje que sou o porta-voz do organismo a quem foi cometida a fiscalização da obra, praticar o egoismo de actuar como se aquele fosse uma única pessoa e sòmente de mim próprio se tratasse.

Devo ter em conta não só a função, como em atenção os colaboradores e dar pùblicamente alguns esclarecimentos dirigidos sobretudo àqueles que pensam que a Fiscalização teve e tem um papel muito limitado na execução da obra, pois parece que para maioria, estamos aqui apenas para contar os sacos de cimento que entram nas betoneiras e pouco mais, exercendo um mero papel de policiamento.

Ora o Estado não desbaratou assim os seus dinheiros e à Fiscalização estão entregues outras e mais importantes tarefas.

Permitam-me que recue um ano no tempo e que me reporte à inauguração da Ponte «Sarmento Rodrigues» em Ensalmá.

Ali não foi o referido papel importante que a Fiscalização teve na obra. Além das palavras amáveis da Empresa empreiteira que os leigos interpretaram como sendo de mera cortesia, não houve outra voz que esclarecesse o público que assim ficou ignorando o porquê de muita coisa. Disso sou culpado porque cometi a falta de me calar, como se o que fora feito o tivesse sido por mim só, e não fosse o trabalho dum departamento do Estado.

O contrato obrigava a Empresa a fazer uma ponte com tramo móvel de 9,5 m de vão por 5.500 contos em números redondos.

Por várias circunstâncias inerentes ao andamento dos trabalhos aceitou a Empresa entrar em acordo com a Fiscalização para se substituir o ferro fundido previsto no projecto para as fundações, por betão armado, comprometendo-se a estudar e executar um novo tramo móvel de 11,5 metros de vão que traria maiores facilidades e vantagens para a navegação. Do menor preço duma e do aumento de custo da outra solução resultou um benefício para o custo da obra da ordem de mil contos.

Verificado que o aterro para atingir a vazante da ponte não podia ser executado, estudou a Fiscalização uma ponte em rampa de betão armado para acesso à obra. Este estudo aqui realizado foi causa de controvérsia e obrigou à vinda do Senhor Director do Fomento que em face das obras e das circunstâncias especiais do lugar aprovou a solução como sendo tècnicamente a mais aconselhável.

E o conjunto da ponte com um tramo móvel maior, dando portanto mais desafogo ao canal e com as duas pontes em rampa de betão armado, dela subsidiárias, cujo comprimento total de 60 metros é maior que o da obra principal, veio a custar apenas mais 30 contos do que o valor do contrato inicial só para a ponte metálica.

Finalmente, dir-vos-ei que numa altura em que se estabelecia em Lisboa pânico quanto à ponte de Ensalmá, visto que as sondagens aqui feitas no decorrer do trabalho, tinham revelado a impossibilidade de executar as fundações do projecto e que até mesmo as soluções posteriormente estudadas pela Empresa se revelaram optimistas em face das condições locais, adoptou-se aqui uma solução estudada em conjunto pela Fiscalização e por um técnico expressamente enviado pela OMES para o efeito.

Estabeleceu-se então aqui um protocolo pelo qual ficaram envolvidos em responsabilidade mútua a Empresa e a Fiscalização adoptando-se o tipo de fundação aqui estudada sem sanção superior. E assim se poude acabar a ponte «Sarmento Rodrigues» que há um ano tivemos o regosijo de inaugurar e apesar de todas as vicissitudes com importante vantagem económica para o Estado.

Quanto à ponte-cais e para me não alongar, referir-vos-ei ràpidamente que a escolha da areia e da pedra até ao pormenor da sua britagem e fixação da sua granulometria, a determinação das proporções de inertes para obter as diversas categorias de betões de modo a conseguir as resistências impostas pelo contrato constituiam obrigação desta Fiscalização.

Daí resultou a introdução no mercado da areia da ilha das Galinhas o que foi procedido de uma autêntica batalha para vencer o espírito de rotina, que só terminou quando conseguimos obter resistências superiores em 10 % àquelas que eram impostas, sem qualquer prejuízo para a empresa e sem a perda de embarcações como de princípio se afirmou.

E prescindindo das tolerâncias de resistência concedidas pelo Ministério se fez a obra com os bons betões de que a OMES hojes e justamente se orgulha.

A cravação das estacas foi um dos problemas delicados e da exclusiva responsabilidade da fiscalização no que respeita à segurança da obra, que para cada uma, ordenava pela sequência da penetração o ponto em que deveria parar, de modo a conseguir-se a necessária segurança. Para dar uma ideia da importância deste pormenor basta ter em atenção que meio metro cravado a mais em cada estaca representaria um aumento do custo da obra de 1.000 contos.

Devido aos ensaios que se fizeram e que por morosos, difíceis e exigirem um completo repouso do terreno de fundação não podiam ser muito frequentes, teve-se a garantia da boa execução do trabalho conseguindo-se uma redução importante no preço das estacas em relação à previsão feita de acordo com os primeiros resultados.

À Fiscalização foram cometidos os estudos sobre as instalações portuárias devendo encarregar-se ainda da aquisição do material de apetrechamento da Ponte-Cais.

Estes trabalhos são feitos em Bissau sob a orientação de Sua Excelência o Governador, justamente por se tratar do ilustre Engenheiro Raimundo Serrão, profundamente conhecedor dos problemas portuários que tem acompanhado a construção desta obra desde a sua fase inicial dando-lhe o maior interesse e atenção e intervindo quer nas suas funções governativas, quer como técnico com o seu precioso e autorisado conselho para a solução de mais do que um dos importantes problemas que houve de resolver.

Esta construção não decorreu apenas durante o Governo de Sua Excelência o Governador Raimundo Serrão.

Pelo muito que lhe fica devendo de sua dedicação ela é bem a chave de ouro com que encerra as realizações materiais do seu feliz Governo.

Não há necessidade de exaltar a importância que esta obra reveste para a Província, pois ela constitui de há muito a necessidade das suas forças vivas e o anseio de todos os colonos.

E se isso não fosse do concenso geral bastaria a honrosa presença aqui de Vossa Excelência Senhor Subsecretário para atestar o conceito em que é tido o valor desta realização e a atenção que o Governo Central dispensa à valorização desta parcela do Ultramar Português.

Falou depois o Sr. Osório Flamengo, que em nome da Associação Comercial da Guiné, afirmou:

Excelência.
Senhor Governador da Província.
Senhor Prefeito Apostólico.
Minhas Senhoras.
Meus Senhores.

Naturais da Guiné; homens de Cabo-Verde e da Metrópole; estrangeiros amigos que labutais connosco nesta terra bem portuguesa, primeiro padrão erguido na lonjura dos séculos à glória dos decobridores lusos, à valentia, à fé, ao heroismo, à persistência indómita e ao elevado espírito civilizador da minha raça.

Estais, estamos de parabéns!

Felicito-vos e felicito-me por nos ser dado viver este dia jubilioso em que a Guiné de todos nós vê, enfim, satisfeita a sua máxima aspiração.

No curto espaço dum ano, três factos, três obras de engenharia e de paz, valorizaram extraordinàriamente esta estreita faixa de território Ultramarino: a pequena, mas graciosa Ponte de Ensalmá, via de ligação cómoda e rápida da nossa capital com os centros populacionais mais importantes e produtivos da Província; o Aeroporto, trampolim para as portentosas águias do nosso século, naves voadoras brincando com as distâncias e as alturas, elos de continentes, velozes corceis do espaço contribuindo para o intercâmbio mais estreito dos povos e das raças; e, agora, esta majestosa Ponte-Cais a ligar-nos directamente ao Mundo, ao tráfego marítimo de todo o Mundo.

Realizações deste vulto falam por si, dispensam os vãos elogios da palavra humana, as longas tiradas de retórica — por mais brilhantes —, as parangonas encomiásticas da imprensa, o reclame e até o ar festivo inaugural, que tudo é demasiado insignificante para dizer da sua utilidade e importância.

Para quê — senhoras e senhores — focar, repisar coisas que todos reconhecem: a incontestável melhoria que esta obra vem trazer à economia da Província; a valorização do porto de Bissau, com o correspondente afluxo de navios de longo curso nacionais e estrangeiros; a rapidez e segurança na recepção das mercadorias como na expedição dos produtos da terra; os benefícios inumeráveis que desta obra advêm para a população e, em especial, para o Comércio da Guiné?

Mas, porque o Comércio é o principal beneficiário, e ele acompanhou com sôfrego interesse esta grandiosa obra desde o seu início, viu-a progredir — tantas vezes temente que alguma cousa a entravasse — crédulo e duvidoso a um tempo de que a levassem a cabo, está o Comércio presente nesta hora feliz para saudar e agradecer pela minha boca a todos os que contribuiram para que o sonho, a julgada utopia, se transformasse em realidade, essa que vêdes — a Ponte-Cais de Bissau — uma obra de paz, repito, de valia entre as maiores do nosso Ultramar, concebida e executada por engenheiros portugueses, erguida destes fundos lodosos do Geba pelo esforço e perícia de operários europeus e africanos, lado a lado, cérebros e braços de Portugal unidos na batalha da vida pelo pão honrado de cada dia, e, honrosamente, comparticiparam no engrandecimento da Pátria, dotando-a com este novo marco de glória ao trabalho nacional e à nossa civilização.

Se pudessem existir dúvidas quanto ao enorme valor desta obra, bastava o facto do Governo da República, ao qual, em primeira análise, a ficamos devendo, vir presidir a este acto inaugural representado por Sua Excelência o Senhor Subsecretário de Estado do Ultramar, para imediatamente deduzir-se da sua excepcional importância que transcende o simples interesse local, para enquadrar-se nas grandes realizações do País.

E ainda mais; confiou-se à Marinha de Guerra, logo aos descendentes e continuadores dos nossos navegantes de antanho, a honrosa missão de, para maior solenidade e contentamento de todos nós, trazer do Geba das caravelas ao seu irmão de África o abraço amigo de felicitações pela conclusão da Ponte-Cais que ora a valoriza, e que, desde hoje, constitui legítimo título de orgulho para as gentes da Guiné, brancos e de cor, que todos somos iguais perante Deus e a Pátria, vibrando, assim, do mesmo regosijo ao vê-la prestigiada, sentido por igual a consciência do que devemos, em respeito e gratidão, aos que promovem mais directamente o seu engrandecimento.

Vai para Vossa Excelência Senhor Representante do Governo da Nação, em primeiro lugar — o sincero agradecimento dos Guineenses e do Comércio da Província. E permita-me Vossa Excelência que lhe diga, sem lisonjas — que as não sei usar — ter sido felicíssima a escolha do Governo a que pertence ao indicá-lo para presidir a esta inauguração porque Vossa Excelência trouxe, com o elevado representativo do cargo, aquela simpatia dos tais sete milhões de padrinhos que — afirmou-o Vossa Excelência há dias — a Guiné tem na distante Metrópole.

E estes, Senhor Subsecretário, criou-os a política de revelação e aproximação dum homem que foi grande entre os melhores Governadores que por aqui têm passado, e é hoje ilustre Ministro do Ultramar — Comandante Sarmento Rodrigues.

Bem haja Sua Excelência pela devoção sempre demonstrada por esta Guiné, que Ele revelou aos poderes públicos e até ao País, desfazendo a velha lenda que injustamente, a acorrentava ao pavoroso de inhóspita e mortífera colónia penal.

Impulsionador, teimoso e incansável, do empreendimento que neste momento festejamos, seu principal obreiro — direi, vai para Ele sem protocolos, o abraço afectuoso de felicitações e gratidão dos seus amigos da Guiné — todos nós, civilizados e indígenas que o conhecemos e estimamos.

Senhor Governador: o nome de Vossa Excelência fica indelevelmente ligado a muitas obras realizadas na Província no quadriénio do seu produtivo Governo.

Poucas palavras — muita acção. Os que muito falam, normalmente produzem pouco. (É o meu caso, que já me estou alongando...) Ensalmá, o Aeroporto, a Ponte-Cais, e, ùltimamente, o alcatroamento das principais artérias de Bissau, são em grande parte obra sua, e outras e outras na capital e no interior, ficam marcando a actuação criteriosa de Vossa Excelência, dando-lhe jús ao obrigado *muito, especial dos que nasceram ou criaram raízes neste pedaço do nosso Império. E o Governo Central, ao condecorar recentemente Vossa Excelência, com a ordem do Império, demonstra que não somos só nós a reconhecer-lhe qualidade e valor. Vossa Excelência cumpriu bem. A Guiné não o olvidará jamais, que os homens da Guiné são assim: repontões, mas justos.*

Não os esqueci, Senhores da Fiscalização e Senhores Empreiteiros. A Associação Comercial, Industrial e Agrícola, organismo por natureza de gente de trabalho, reconhece os vossos méritos, avalia bem o esforço por vós dispendido, as tantas preocupações que vos devem ter assoberbado no decurso da obra, as arrelias fatalmente havidas, a vontade férrea necessária para vencer as dificuldades várias que sempre surgem, o imperioso dever de bem servir o Estado, uns, de bem servir o público e ao mesmo tempo zelarem os próprios legítimos interesses, outros. E, porque compreende as vossas agruras, adivinha quanta alegria vai nos vossos corações neste momento, Senhores Administradores e Engenheiros da OMES, Ex.^{mos} Engenheiros Fiscais e seus colaboradores. Vossas Excelências entregam-nos a obra orgulhosa dela; nós, o público, recebemo-la em festa, e, festiva e efusivamente lhes manifestamos a nossa gratidão.

Parabéns, meus Senhores; sinceramente, muitos e muitos parabéns.

Disse.

Sua Ex.ª o Governador da Província, Eng.º Raimundo Serrão, não podia faltar com uma palavra de regojiso neste grande dia, pronunciando o magnífico discurso que damos em seguida:

Senhor Subsecretário de Estado do Ultramar
Minhas Senhoras
Meus Senhores

Tanto tem Vossa Excelência ouvido falar durante esta viagem pela Guiné na ponte-cais de Bissau, que eu, de bom grado desejaria poupá-lo para que não me ouvisse sobre este assunto, aliás da maior importância e da maior projecção no futuro desta Província. Mas, neste lugar e neste momento, não posso esquivar-me a falar deste acontecimento.

Se por toda a Província Vossa Exelência ouviu referências demonstrativas da maior satisfação motivadas pela inauguração deste melhoramento, hoje pela boca das entidades mais idóneas, — a fiscalização das pontes e a firma empreiteira viu fazer a descrição de tudo quanto interessa conhecer e constar acerca das características da obra, sua construção, dificuldades vencidas e facilidades recebidas até se chegar a este dia há tanto tempo por todos desejado.

Faz hoje precisamente um ano que foi inaugurada outra grande obra — a ponte «Comandante Sarmento Rodrigues» — cuja construção, como a da ponte-cais foi cometida à Empresa Obras Metálicas Electro-Soldadas.

Recordo com emoção e ao mesmo tempo com alegria a promessa feita nesse dia pelo Senhor Engenheiro Emídio Correia Guedes de que tudo faria para concluir e ser inaugurada durante o meu Governo, esta ponte-cais. Ei-la aí à vista de todos, pronta a ser aberta à exploração comercial que é a sua finalidade. Receba Correia Guedes meu ilustre colega bem do fundo do coração um grande muito obrigado.

Aproveito esta ocasião para manifestar a todos quantos concorreram para esta realização os meus cumprimentos desde os engenheiros e pessoal graduado da fiscalização e dos empreiteiros até aos mais modestos operários, a todos quantos eu vi trabalhar com entusiasmo noite e dia, com a finalidade de cumprir uma ordem e um programa prévio e antecipadamente traçado. E se mo permitem destacarei individualmente, por um lado o Senhor Engenheiro Correia Guedes a cuja inteligência, espírito de iniciativa, competência técnica, vontade férrea e organizador inexcedível se ficou devendo o ser possível no último ano levar a efeito mais de dois terços da obra executada, e estarmos aqui neste momento a festejar este acontecimento.

Por outro lado desejo felicitar a fiscalização da ponte, na pessoa do Sr. Eng.º Mário Garcez Ventim Neves, pela maneira sensata e inteligente e sem desvios, com que desempenhou as difíceis funções de fiscal e ainda pelo muito que da sua competência técnica e bom gosto emprestou aos estudos que aqui foi necessário realizar para que a continuação das obras não sofresse interrupções que viessem prejudicar a possibilidade da sua conclusão na data marcada.

No mesmo dia em que se inaugura a ponte-cais abrem-se, pelas mãos de Vossa Excelência, ao trânsito público da cidade, os pavimentos asfaltados das duas mais importantes artérias da cidade: a Praça do Império e a Avenida da República.

É esta a realização mais moderna de Bissau, a que se efectuou mais ràpidamente, pois se iniciou em meados de Janeiro. Trata-se de um melhoramento simpático que a todos serve e que todos gozam da maneira que puderem ou quiserem e que fará da capital uma cidade mais encantadora.

Não quero deixar de me referir ao técnico que me tornou possível conceder este melhoramento à cidade de Bissau, o Senhor Engenheiro Claro da Fonseca que, tendo vindo a esta Província como fiscal das obras do aeroporto proporcionou a todos que aqui vivem este grande bem; para o engenheiro Claro da Fonseca vão as minhas homenagens públicas e os nossos melhores agradecimentos.

Damos hoje por concluído o Palácio do Governador e só cito o facto para o pôr em contraste com o caso da pavimentação das ruas, pois enquanto aquelas correram com uma velocidade pouco conhecida nestas paragens, esta foi aquela que mais levou a chegar a seu termo.

Não se pode neste momento — como em tantos outros onde aparece a marca das realizações — olvidar um nome querido por todos que vivem na Guiné: refiro-me a Sua Excelência o Ministro do Ultramar, Capitão de Fragata Manuel Maria Sarmento Rodrigues, que viveu tanto ao vivo tudo quanto foi necessário vencer e fazer — e tantos foram os passos dados — para se chegar a este grande dia.

Compreendemos e sentimos com quanta alegria Sua Excelência nos acompanha neste momento, e, quanta alegria maior o acompanharia se estivesse aqui presente; na impossibilidade de se deslocar, enviou-nos como seu delegado e bom mensageiro o seu mais precioso colaborador, Sua Excelência o Subsecretário de Estado, que nos deu a honra de estar a presidir a este solene acto e aqui veio verificar o que mais convém à economia da Província e ao seu desenvolvimento.

A presença de Vossa Excelência dá-nos a garantia que todos os melhoramentos indispensáveis ao progresso da Guiné, constantes ou não do Plano de Fomento Nacional, serão devidamente apreciados e terão realização certa pelo aproveitamento integral das condições naturais da Província.

Senhores da Guiné: o Governo da Nação entrega-vos esta magnífica obra para que a aceiteis e a utilizeis na finalidade para que foi construída.

Aqui tendes o porto de Bissau que é ao mesmo tempo o principal porto da Guiné. Ele será o espelho que mostrará aos que a frequentam a imagem desta terra, sim, porque quando chegamos a um porto se este tem muito movimento logo ficamos sabendo que ele serve um País ou uma região rica, cujo progresso é evidente.

Este porto será a sala de visitas da cidade de Bissau, como Bissau será a sala de visitas da Guiné.

Formulemos os nossos melhores votos porque estas salas estejam sempre bem apetrechadas, bem arejadas, bem limpas e higiénicas, para regalo dos olhos de todos que as visitarem e para honra e proveito de todos quantos mourejam neste pedaço de Portugal em África.

Tenho dito.

Terminou a série de discursos, Sua Ex.ª o Subsecretário do Ultramar, Prof. Dr. Raúl Ventura, que disse:

Um homem que muito ama a Guiné escreveu em Julho de 1948: «Considero uma grande felicidade assistir e dar início de pronta execução à maior obra até hoje intentada na Guiné...

...Cairam as últimas dúvidas que porventura atormentassem os espíritos honestos. Eles não deixarão de reconhecer que nada lhes foi prometido que não fosse dado e que se excederam largamente as previsões mais fantasistas. As aspirações lendárias são hoje uma realidade.»

Quero eu desempenhar hoje a honrada palavra do Comandante Sarmento Rodrigues. Foi válida e acreditada a garantia que deu. A promessa cumpriu-se e a obra fez-se. Se ele considerou uma felicidade assistir ao seu início, como não hei-de eu estar feliz por poder assistir à sua inauguração!

Não é este o momento oportuno para lembrar contrariedades passadas. Importa sòmente verificar que foram vencidas e que nada pode resistir ao esforço bem dirigido e à firme vontade de vencer. Repito: a obra fez-se e ninguém deixará de ter generosidade suficiente para esquecer nesta hora os sacrifícios próprios e as descrenças alheias. É hoje inaugurada a maior obra da Guiné. Rejubilemos, portanto, e tiremos do facto os muitos ensinamentos que ele comporta.

Antes de mais, uma lição de esperança. Assim como esta obra se realizou, esperemos que tenha plena realização tudo aquilo que seja desejável para o progresso da Guiné. Não só a obras materiais me refiro, pois é legítimo esperar que a perfeita compreensão dos interesses da Guiné que ditou a construção desta ponte se projecte em todos os sectores da vida e nos múltiplos problemas que o tempo vai criando à medida que passa.

Mas esperar sem confiar é inquietação e desespero. Confiemos em que se hajam de repetir sempre as circunstâncias que permitiram a construção desta ponte: que haverá sempre no Governo Central quem acarinhe a Província da Guiné, nos Governos da Província homens capazes de fornecer o poderoso impulso inicial e de aguentar sem desfalecimentos a máquina posta em marcha; à frente das empresas industriais técnicos competentes e briosos e em toda a Guiné uma população digna das melhores obras possíveis.

Quando olho esta obra avançando sòlidamente pela água, esbelta nas suas linhas simples, pronta a servir a quem dela precise, não penso nos cálculos de engenharia em que se baseou ou na utilidade económica que vai proporcionar. Para mim esta ponte vale como monumento de solidariedade humana. Não vejo pedras, vejo homens, cimentados pela mais estreita solidariedade.

Cada centímetro desta ponte é a prova de que nada se consegue sem mútua colaboração e que tudo é possível conseguir desde que essa colaboração exista.

Vêde bem como tantos cérebros tiveram que funcionar e tantas mãos houveram de trabalhar para este momento ser possível!

Quanto houve que aprender, desde há tantos anos quantos fracassos noutros lugares do mundo, com perdas de vidas e de bens, para a ciência construir uma obra destas!

Depois, quantos homens por ela se interessaram, a quiseram e a realizaram! Os particulares que sentiram a necessidade dela, e viam como a sua falta atrasava a vida económica da Guiné, os Governos que assim o reconheceram e decidiram a realização da obra, os serviços públicos, que estudaram a sua viabilidade financeira, económica e técnica, formaram a sólida base da realidade actual.

A seguir, começou a tarefa não menos ingrata de execução. Não chegar a começar uma obra pode ser um erro, mas não concluir uma obra começada é normalmente um delito, cuja prática, aliás, é facilitada por ser durante a execução que as maiores contrariedades aparecem. Assim, é enorme o mérito de conservar a chama, resolver as dificuldades, afastar as dúvidas e atingir serenamente o fim proposto.

Mas não basta mandar. As pedras não se movem de per si e o ferro não toma expontâneamente as formas desejadas. A criação material pertence aos engenheiros, aos técnicos, aos operários, cujas tarefas se harmonizam e cujas vontades se completam.

E assim, dum conjunto admirável de pensamentos e de acções surgiu a obra. É provável que daqui a alguns anos quem dela se utilize não tenha paciência, no meio das preocupações dos seus interesses, para recordar os construtores espirituais e materiais desta ponte, mas por isso mesmo este momento a eles pertence inteiramente.

É a altura de se separarem da sua criação, que, uma vez finda, precinde dos criadores, mas é a altura também de exigirem justiça. Eu muito me honro por lha fazer.

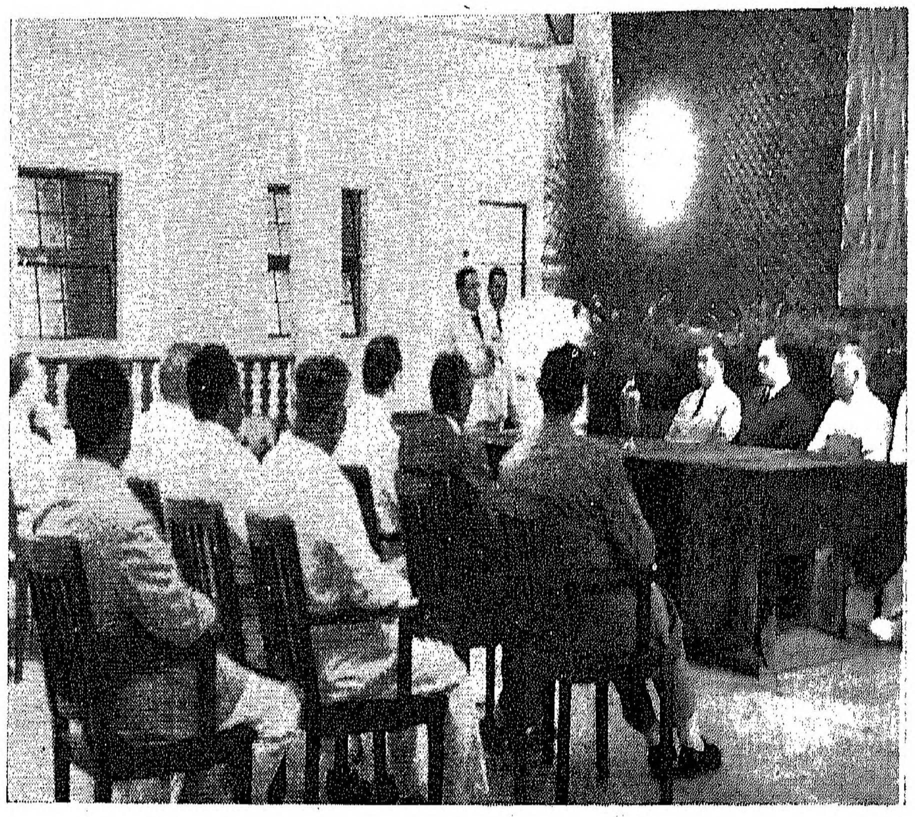
A Vossa Excelência Senhor Governador da Guiné em quem vejo representados todos os servidores do Estado nesta Província que para esta obra concorreram, eu agradeço, em nome do Governo da Nação, o esforço dispendido para a execução dela, dirijo o mesmo caloroso agradecimento a todos os particulares que nela participaram e peço ao Senhor Eng.º Correia Guedes que o receba à frente de todos os outros.

A todos os habitantes da Guiné eu peço que aproveitem este magnífico exemplo dos resultados de uma política honesta e de uma vontade firme para, cada vez mais unidos, prosseguirem o engrandecimento da Guiné que é simultâneamente o engrandecimento deles próprios e da Nação Portuguesa.

As palavras do ilustre representante do Governo Central foram demoradamente ovacionadas, prolongando-se no regosijo colectivo que enchia a vasta ponte-cais, cheia de bandeiras e flâmulas. A cidade continuava com o seu ar festivo e em todos os rostos a satisfação dos grandes dias.

*
* *

Inauguração do Palácio de Bissau — À noite realizou-se a inauguração do Palácio com um baile de gala, que decorreu num ambiente de muita simpatia e terminou cerca das 4 horas, sendo abrilhantado pelo quarteto Carlos Villaret, vindo expressamente de Lisboa.



Na Sessão Magna do Centro de Estudos

Em 29 de Maio

Pelas 17 horas teve lugar a Sessão Magna do Centro de Estudos a que presidiu Sua Excelência o Subsecretário de Estado.

Usou da palvra o Presidente do Centro, Administrador António Carreira. A sua proposta para a nomeação do Sr. Prof. Doutor Raúl Ventura para sócio honorário deste Centro de Estudos foi aprovada por aclamação.

O discurso de Sua Excelência, agradecendo a distinção é publicado na íntegra na Secção «Notas e Informações».

Na União Nacional — O Subsecretário de Estado do Ultramar visitou também a sede da União Nacional, onde era aguardado por todos os membros da Comissão Provincial.

O Presidente, Sr. Francisco Artur Mendes, deu as boas vindas a Sua Excelência. O Sr. Doutor Raúl Ventura respondeu nos seguintes termos:

«Quiseram V. Ex.^{as} ter a amabilidade de me receber nesta vossa casa e de me dirigir palavras cativantes, cheias de generosidade e simpatia.

Quero, pois, agradecer-vos e, juntamente com os meus agradecimentos, quero exprimir-vos a minha admiração.

É fácil reunir transitòriamente um grupo de homens, ao sabor duma paixão momentânea ou por virtude dum estímulo violento, mas passageiro. É difícil criar entre os homens uniões estáveis destinadas precisamente a superar paixões e a realizar com serenidade interesses duradouros.

A dificuldade cresce quando, em matéria política, se alarga a base da união. Um partido político é qualquer coisa que separa e que repele: separa certas ideias e em nome delas separa também certos homens; depois repele intransigentemente — e o partido só pode escolher entre a intransigência e o seu próprio aniquilamento — todas as outras ideias e todos os outros homens.

Por isso mesmo, vós não constituís um partido: em vez de separar, quereis unir e em vez de repelir, quereis aproximar. Vós dizeis a todos os Portugueses que é possível esquecer divergências passageiras, e unirem-se para mutuamente se defenderem, em nome do interesse de todos, como portugueses.

E essa união não aparece aos vossos olhos como um grupo de corações fechados, oposto irredutìvelmente a todo o mundo não português, mas como um elemento fecundo de aproximação universal: homens formando uma Nação; Nações integrando uma comunidade humana.

Um exemplo recente ilustra a afirmação.

Realizaram-se há pouco em todo o território português festas de consagração de um homem. De todos os pontos chegaram até Lisboa e de todos os cantos de Lisboa até ao palácio da Assembleia Nacional as vozes e os votos dos portugueses, que disseram ao seu Presidente do Conselho de Ministros: bem hajas pelo que realizastes no passado e pelo que preparaste para o futuro.

A participação nessa hora de júbilo não exigiu de ninguém que estivesse situado num certo sector ideológico ou que se integrasse numa certa disciplina partidária. Uma só qualidade bastava — a de português e, por isso, foi essa uma hora de verdadeira União Nacional.

Grato vos estou, repito, por terdes querido receber-me em vossa casa e mostrar-me como ela está sempre aberta a todos os portugueses e a todos os homens».

Festa a bordo do «Saudades» — Como o navio-motor «Saudades» foi o primeiro barco mercante que atracou à ponte-cais a Sociedade Geral de Transportes ofereceu em honra do Senhor Dr. Raúl Ventura e de sua Esposa, um «copo de água» a bordo daquele navio a que assistiram, além do Governador da Província muitos convidados.

Usaram da palavra o Comandante do navio, Sr. Gama Lobo, que saudou os presentes e o Sr. Abel Ferreira da Costa, gerente da firma António Silva Gouveia, que enalteceu o valor económico da ponte-cais e saudou S. Ex.ª o Subsecretário do Ultramar, que em seguida agradeceu nos seguintes termos:

«Há tempos a bordo do «Vera Cruz», na homenagem ali prestada ao Senhor Presidente do Conselho, um dos oradores disse que antes da restauração da nossa marinha mercante, a bordo dos navios portugueses até se criavam couves. Pois eu desejo que a bordo deste navio floresçam sempre, como agora, garrafas de champanhe, símbolo da alegria e das muitas prosperidades que apeteço à Sociedade Geral».

O Sr. Doutor Raúl Ventura foi muito aplaudido. A festa, que foi abrilhantada pelo quarteto de Carlos Villaret, decorreu com grande animação.

No jantar de gala

Em 30 de Maio

O Dr. Raúl Ventura, acompanhado pelo Governador Serrão, Prefeito Apostólico, Comandante Militar e oficiais às ordens, visitou a fábrica de extracção de óleos vegetais de A. Figueira, Lda., na cidade e os estaleiros da firma Toscano de Almeida, no Cumeré, onde era aguardado pelos respectivos gerentes, que lhe deram todas as indicações sobre o funcionamento das suas instalações fabris.

À noite S. Ex.ª o Subsecretário de Esstado do Ultramar e Sua Exma Esposa ofereceram um banquete de gala no novo Palácio do Governo, que decorreu num ambiente de requintada distinção e alegria. Estiveram presentes, além de Sua Excelência o Governador da Província e Esposa, as mais altas individualidades do nosso meio. O Sr. Subsecretário, antes do jantar, agraciou o Governador da Província, Senhor Engenheiro Raimundo Serrão, com a comenda da Ordem do Império e com a comenda da Ordem de Mérito Industrial o Sr. Engenheiro Correia Guedes, sócio-gerente da firma construtora da ponte-cais. Durante a refeição o Senhor Professor Dr. Raúl Ventura proferiu o seguinte discurso:

Minhas Senhoras:
Meus Senhores:

«Para cumular as atenções que nos têm dispensado, quiseram V. Ex.^{as} ter a bondade de aceitar o nosso convite para a reunião desta noite.

Peço-vos que não o considereis como frio cumprimento dum dever protocolar, mas antes como sincero desejo de nos vermos rodeados por aquelas pessoas cujo convívio temos podido gozar e cuja amabilidade não podemos esquecer.

A cada um de vós, em particular, e a tantos que a distância não permitiu chamar aqui, gostaria de poder retribuir condignamente o trato recebido, não para vos fazer a ofensa de transformar em troca o que haveis feito em pura doação, mas para vos mostrar que a semente do vosso exemplo não se perdeu em mim.

Pertencemos a uma Nação que tem sabido dar-se, sem olhar a sacrifícios.

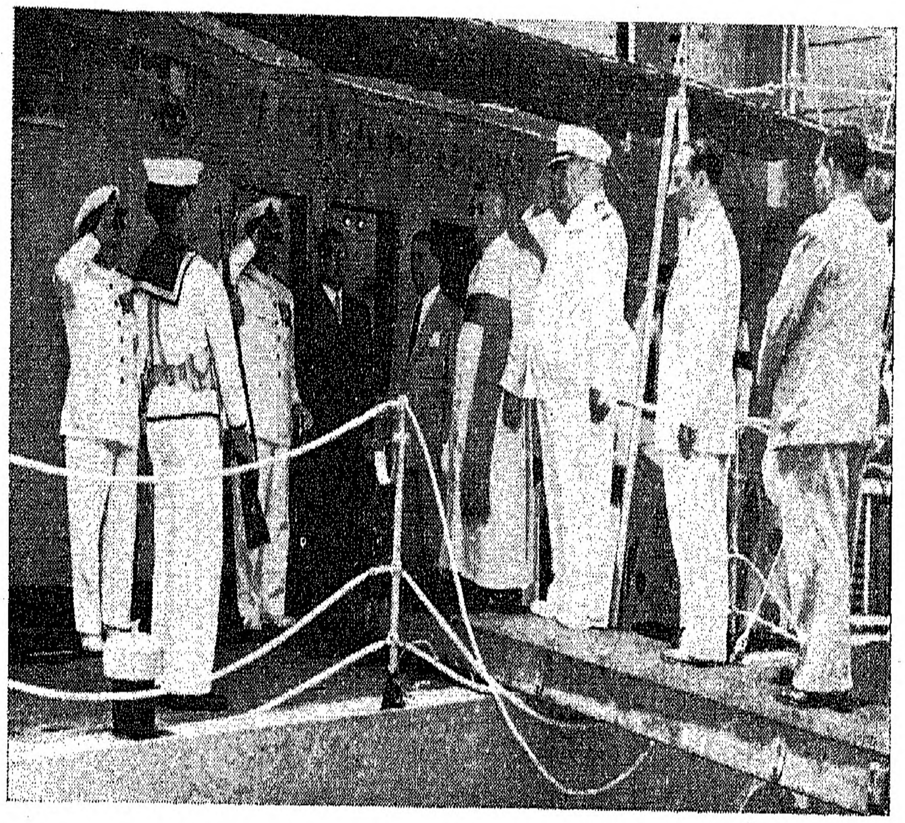
Noutros tempos, abrimos as nossas veias para que o nosso sangue se espalhasse pelo Mundo e o vivificasse, sem cuidarmos de saber se não seria perigosa para nós próprios a oferta a que nos entregávamos.

Por toda a parte andámos — o que já é extraordinário — e em muitos lugares nos mantivemos — o que é maravilhoso — quando nenhuma força material nos podia apoiar e só o espírito e o coração nos soldavam aos novos climas e às mais variadas populações.

Ainda hoje nada pedimos ao Mundo, a não ser que ele se guie pelos mais altos princípios e se entregue às obras mais benfazejas — e, bem vistas as coisas, mais que um pedido, isto é ainda uma dádiva.

E o Mundo recebe de nós alguma coisa da maior importância: um exemplo que não impomos, mas também não ocultamos. Nós mostramos que se pode ser pobre — e dar sem limites; ser fraco — e ter razão; ser pequeno e abarcar no coração o universo inteiro.

Só um brinde quero fazer, mas ambiciosamente pretendo exprimir nele o máximo possível: Brindo, meus senhores, pela Nação Portuguesa».



Na visita ao aviso «Afonso de Albuquerque»

Em 31 de Maio

Embarque para Cabo Verde: O embarque efectuou-se às 17 horas com a ponte-cais repleta de pessoas de todas as categorias sociais. Uma Companhia de Engenhos, comandada pelo Sr. Capitão Custódio Gouveia, prestou a guarda de honra. Depois de haver passado em revista a tropa em formatura, ao som dos primeiros acordes da Portuguesa, Sua Excelência, acompanhado de sua Exma Esposa, do Governador da Província, Comandante Militar e outros oficiais, despediu-se das entidades mais próximas, já que impossível era despedir-se de todos individualmente. Em seguida tomou a vedeta «Regina» com destino ao Aviso «Afonso de Albuquerque», sendo acompanhado por Sua Ex.ª o Governador da Província, Sua Ex.ª Revm.^{a} o Prefeito Apostólico, comitiva e outras individualidades. A bordo do navio de guerra foi Sua Ex.ª recebido, no portaló, pelo Comandante do navio e demais oficiais, enquanto a guarnição formava no convés e nas torres. Um toque de clarim assinalou a continência. Depois o «Afonso de Albuquerque» airosamente engalanado, deu volta à baía e veio passar junto à ponte-cais em cujo topo se encontrava a guarda de honra em formatura, Sua Ex.ª e sua Exma Esposa, que se encontravam na torre de comando, saudaram a enorme multidão, enquanto a banda militar executava a Portuguesa e as baterias de terra davam as salvas do estilo. Foi um momento lindo e emocionante, com centenas de lenços a acenar um respeitoso adeus.

Durante os quinze dias que esteve entre nós o Senhor Prof. Dr. Raúl Ventura, ilustre Subsecretário do Ultramar, viveu um pouco da nossa vida que soube sentir e acompanhar com manifesto interesse e admiração.

Falou com inúmeras pessoas, a todos atendeu lhanamente, o que lhe grangeou enorme simpatia, teve oportunidade de tomar contacto com todos os problemas da Guiné e observar de perto as suas aspirações e necessidades.

Estamos certos que a Província poderá contar nele um amigo e que muito virá a beneficiar com a sua visita.

Antes de partir Sua Ex.ª gravou a seguinte mensagem de despedida, que a Emissora da Guiné, transmitiu:

«Inexoràvelmente, passou o tempo. Indiferente ao interesse da lição o bedel abriu a porta e anunciou a hora.

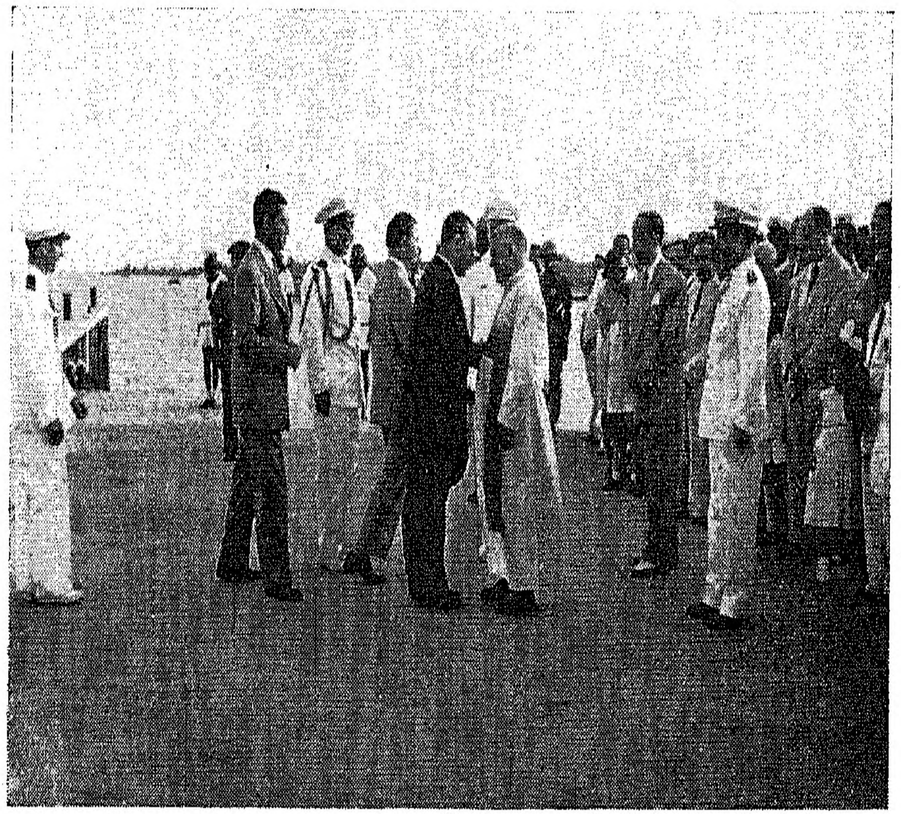
São já de despedida as palavras que me ouvis. Dentro de pouco, hão-de esfumar-se no horizonte os últimos contornos da costa da Guiné e o marulhar das ondas há-de abafar os sons da vida intensa desta Província.

Quinze dias passei entre vós e como quinze segundos passaram. Quisera revivê-los para me corrigir, pois só agora me ocorrem as palavras que me faltaram quando eram necessárias e descubro gestos que não fiz quando se impunha fazê-los.

Demasiado tarde.

As faltas praticadas radicaram-se para sempre, a não ser que o vosso perdão as apague.

Muito grato vos estou por me terdes aliviado a tarefa. Era fácil sofrer desconfianças, mas todos confiaram em mim, como eu confiei em todos. Muitas vezes um só olhar ou uma só palavra veio dar-nos mutuamente a certeza de que nos vossos e no meu coração nenhum engano havia.



No momento da despedida

Grato vos estou também pela força moral que me haveis dado. Naqueles dias em que à minha volta tudo parecer brumoso, lembrar-me-ei da claridade do vosso céu e hei-de retirar do exemplo da vossa tenacidade o vigor necessário para afrontar as horas de desalento.

Estou ainda — e sobretudo — grato à Guiné por nela ter visto como os homens podem encontrar na sua qualidade de homens e na integração na comunidade nacional fundamento suficiente para superarem diferenças acidentais e conviverem pacífica e fecundamente.

Se alguém ousar dizer-me que diferenças de raça ou de religião obrigam a fazer esquecer o valor ou a dignidade da pessoa humana, eu hei-de apontar como refutação esmagadora a terra da Guiné, onde os homens se respeitam por serem homens e o vínculo nacional a todos abraça.

Ouvi a alguém que o defeito actual da África consiste em parte da população pretender viver como se vivia há cinquenta anos, enquanto outra parte quer fazer a vida que só daqui a cinquenta anos poderá ser feita.

Saibamos nós viver o nosso próprio tempo, aliando ao entusiasmo da juventude a paciência e a experiência da idade madura, estabelecendo entre o passalo e o futuro uma ponte sólida que nos garanta a passagem.

Lutemos ardorosamente por tudo quanto é nobre, generoso e benéfico; tenhamos esperança profunda na paz, na harmonia, na alta justiça que dará a cada homem o que, como homem, lhe pertence.

E assim vivamos, dominados pela beleza dessa luta e pela grandeza dessa esperança».

Após a saída de Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Ultramar, Sua Ex.ª o Governador enviou para bordo do aviso «Afonso de Albuquerque» o seguinte telegrama:

«Dominados ainda pelo encantamento que V. Ex.ª e Sua Ex.ma Esposa deixaram nas nossas almas e corações de todos que vivem nesta Província, peço para aceitarem em meu nome e da população da Guiné, os protestos mais vivos da nossa maior simpatia e gratidão por quem tão bem soube compreender».

Sua Ex.ª o Subsecretário respondeu nos senguintes termos:

«Agradeço o telegrama de Vexa e peço assegure à população o nosso profundo agradecimento inesquecível tratamento recebido e meu desejo trabalhar progresso Guiné. Pessoalmente peço transmita Sua Esposa e Filha, os nossos gratíssimos cumprimentos e amigas saudações».

Posse do Encarregado do Governo

Foi em 13 de Junho empossado no lugar de Encarregado do Governo da Província o Ex.mo Sr. Dr. Fernando Carlos de Magalhães Mendonça Pimentel, ilustre Inspector de Saúde e Chefe do mesmo Serviço, pessoa da maior simpatia no meio, mostrou-o a maior concorrência ao acto, assistido pelas individualidades de maior destaque, representantes de todas as actividades sociais e população em geral.

Sua Excelência o Governador, depois de agradecer a presença de todos, começou por enumerar as obras realizadas durante o quadriénio da sua governação e as obras em curso, e mostrou as suas esperanças no futuro da Guiné, desta riquíssima província de tão largas possibilidades e grande beleza.

Cumprimentou Sua Ex.ª o Encarregado do Governo, a quem desejou as maiores felicidades no seu governo e prosperidades pessoais.

O Senhor Encarregado do Governo respondeu ao Senhor Governador, Engenheiro Serrão nos termos seguintes:

«Está prestes a acabar a sua missão e a largar esta Província.

Há cerca de 4 anos, desembarcava V. Ex.ª no acanhado cais do Pigiguiti, no meio de uma enorme e buliçosa multidão, que ali acorreu para festivamente receber aquele que o Governo Central nomeara para Governador da Guiné. Toda a gente estava com a natural curiosidade de ver o novo Governador, e raros eram aqueles que tinham a dita de o conhecer. Havia apenas alguns poucos que o tinham encontrado em Angola, onde V. Ex.ª tinha firmado os seus reputados créditos na administração do porto do Lobito e em Governos de Província.

V. Ex.ª aportava também a uma terra desconhecida e em cujas gentes se relacionara, apenas certamente, pela leitura do pouco que sobre a Guiné se escrevera.

De esperar era que de parte a parte houvesse a ansiosa curiosidade de se conhecerem — V. Ex.ª para saber qual a terra e as pessoas que cá viria encontrar — a população para conhecer quem a vinha dirigir e orientar os seus destinos.

As primeiras impressões, deixam sempre marcas indeléveis, e do primeiro contacto V. Ex.ª deixou-as agradáveis.»

E mais adiante disse:

«As obras estão feitas, e todos sabem do seu justo valor. Seria diminuir-lhes a importância da sua grandeza se as fosse agora apontar.

Isso só seria necessário, se pelo seu valor e alcance não se impusessem à admiração e consideração de todos. A Guiné valorizou-se extraordinàriamente durante a gerência do seu Governo, e isso é motivo bastante para não mais o esquecer.

V. Ex.ª parte, mas o labor dos seus proveitosos 4 anos de trabalho, perdurará para sempre, dando a esta Província vida e riqueza.

É justo lembrar aqui o nome do extraordinário Governador que foi o Senhor Comandante Sarmento Rodrigues.

De largas e arrojadas concepções, estudando bem todos os problemas em extensão e profundidade, ele foi o governante audaz e decidido, que depois de achar a solução dos problemas que interessavam à Província, queria que eles se realizassem o mais ràpidamente possível, incitando todos a uma acção esforçada e sem demoras.

Um dia um chefe de serviço, ansioso para que uma das aspirações da sua Repartição — uma obra que estava projectada — tivesse rápida execução, foi procurá-lo, para que o assunto fosse solucionado ràpidamente. Resposta dele: — «então o senhor julga que eu estou a dormir? Não são os senhores que me empurram a mim, sou eu que os empurro a vocês».

E referindo-se ainda ao Senhor Comandante Sarmento Rodrigues:

«No entanto, o seu coração ficou para sempre ligado a ela, do que tem dado sempre sobejas provas, mas a Guiné lembra-o sempre com profunda veneração e prosta-se diante dele reconhecida».

E terminou dizendo:

«Tivemos porém a boa sorte da sua obra ter sido continuada com a vinda de V. Ex.ª, e a Guiné sente agora também grande pesar com a sua voluntária retirada para a Metrópole.

Confiemos, no entanto, porque quem dirige a pasta do Ultramar terá a sagacidade e prudência bastante para escolher quem o há-de vir substituir e certamente irá trilhar o caminho já traçado pelos seus antecessores.

E, neste curto interregno que nos separa da sua chegada, eu espero que o Conselho do Governo, com a sua Secção Permanente, os meus colegas Chefes de Serviço e demais funcionalismo e as forças vivas da Província me darão sempre aqueles doutos conselhos, leal colaboração e laborioso contributo para que, numa conjunção de esforços eu possa, o melhor que for possível, ir norteando os destinos da Província.

Senhor Governador — o seu mandato está a terminar e neste curto período de 4 anos que V. Ex.ª aqui viveu, não podia deixar de ter tido algumas arrelias e dissabores, mas também quantos momentos de satisfação e de alegria não deve ter vivido! O seu Governo representa uma época de fulgurante grandeza que ficará indelèvelmente gravada na História da Guiné.

Faço votos, para que nas novas comissões que vai desempenhar, as brilhantes qualidades do seu espírito continuem a ser postas com ardor a Bem da Nação.

E para terminar, dirijo a Suas Excelências os Srs. Presidente da República e do Ministério e Ministro do Ultramar, as minhas mais calorosas saudações».

Embarque do Governador Raimundo Serrão

Tendo Sua Ex.ª o Governador Raimundo Serrão terminado a sua comissão foi homenageado com um jantar que se realizou no salão do Museu e a que assistiram mais de uma centena de pessoas.

O seu embarque teve lugar no dia 13 de Junho, na nova ponte-cais, que regorgitava de gente, que ali foi prestar-lhe a sua última homenagem, além de várias pessoas que se foram despedir de pessoas de família e amigos.

Recebido com todas as honras inerentes à sua alta função, passou em revista a guarda de honra, postada na ponte-cais, seguindo-se a despedida de inúmeras pessoas amigas que ali se encontravam para esse fim.

Foi uma significativa manifestação de simpatia pelo Governador e família Serrão que aqui deixou inúmeros amigos e admiradores.

No início das manobras do barco ouviram-se na velha Amura as salvas de ordenança, a última homenagem ao Governador que deixava o seu posto, depois de 4 anos de uma acção fecunda em prol da Guiné, do seu engrandecimento e valor.

O Governador Raimundo Serrão gravou a seguinte mensagem de despedida, que a Emissora da Guiné transmitiu:

«Quando estas palavras estiverem no ar e a ser escutadas por alguns ouvintes da nossa Emissora, já me encontrarei em marcha com destino à Metrópole, mas os meus olhos ainda divisarão ao longe as luzes últimas que indicam aos mareantes qual o rumo a seguir para serem levados ao porto de destino e a mim mostrarão que lá para trás ficam as pessoas e as terras que me deixam saudades, saudades que — já o compreendo — sentirei aumentarem à medida que as luzes se forem esbatendo, até se extinguirem.

E porque não saudades? Foi um quadriénio que passou na nossa vida, em que nos dedicámos inteiramente à missão que aqui nos confiaram e que procurei honrar, para honra minha e do meu País. Quanto eu desejaria ir até junto de cada um de vós levar e receber o abraço da despedida, trocar convosco as palavras que aqui não vos posso transmitir. Tive a felicidade de percorrer a Guiné em todos os sentidos, desde o marco fronteiriço mais longínquo ao ilhéu mais afastado e até despovoado. Entrei em palhotas, visitei tabancas e percorri moranças com interesse crescente e avidez de ver e ouvir os anseios dos naturais e as suas manifestações de bem-estar e alegria.

Vi nascer, medrar e colher as culturas mais vulgares da Guiné, que os indígenas trabalham com tanto carinho e com a sua sabedoria; também vi a experimentação de outras culturas que se procura introduzir para conquista de um melhor lugar no campo económico. Esta vossa Guiné é uma terra cheia de possibilidades; ela tudo dá, bastando que lhe lancem as sementes. Levo a convicção de que esta Província há-de continuar, e aumentar até, o surto de realizações de ordem espiritual, social, económico e material em que se lançou de há uns anos a esta parte. Parto para não voltar e isto me entristece; tanto basta para que não vos fale especificadamente no futuro e, quanto ao passado, ao passado nos últimos quatro anos, não é a mim que compete contá-lo; se alguma coisa se fez, deve-se ao conjunto de colaboradores que me rodearam sob a divisa de todos por um e um por todos, que afincadamente procuraram realizar mais e melhor na mais completa harmonia e com o firme propósito de bem servir.

Termino enviando a todos o meu adeus sentido, manifestando o meu reconhecimento pela forma carinhosa com que sempre me trataram, expressando o desejo maior por que na casa de todos haja saúde, alegria e muita abundância e oferecendo-me para em qualquer circunstância dar pela Guiné tudo quanto em mim exista de possibilidades para o fazer».

Melhoramentos Públicos

Continuou a pavimentação das ruas de Bissau e no dia 6 de Abril foi aberta ao trânsito a rua Honório Barreto — a primeira a ser asfaltada em Bissau.

Presidiu S. Ex.ª o Governador, acompanhado de S. Ex.ª Revm.ª o Prefeito Apostólico, Professores da Universidade de Coimbra, Quintela e Pereira Dias, Estudantes de Coimbra, Chefes de Serviço e muito povo, vendo-se a rua vistosamente engalanada. Falou o Engenheiro Claro da Fonseca, que dirigiu os trabalhos de asfaltamento e S. Ex.ª o Governador.

Na Circunscrição de Gabú foi inaugurada a luz eléctrica em Nova Lamego, a ponte de Bidigor e a ligação telefónica de Buruntuma com a sede e postos. Todas estas inaugurações foram presididas por S. Ex.ª o Governador Engenheiro Raimundo Serrão.

Por Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Ultramar, Professor Dr. Raúl Ventura, foram inaugurados os seguintes melhoramentos, durante a sua visita à Guiné:

Em Bafatá: Uma casa do Serviço Meteorológico, a pavimentação das ruas que circundam a Praça Oliveira Muzanty e o Orfanato de São Francisco Xavier.

Em Bissau: O Palácio do Governador e a Ponte-Cais.

Em Teixeira Pinto: O edifício dos correios, uma residência para o Governador e a cadeia-modelo.

Em Catió: O edifício para a nova Central Eléctrica, a nova estrada para Quitafine e a ponte de atracação, o mercado de Bedanda e três pontões na estrada Bedanda-Cabedu.

Em Mansoa: A rede para a luz eléctrica de Bissorã, um busto ao Governador Serrão e a nova jangada motorizada e ainda a cadeia modelo na sede da Circunscrição.

Em São Domingos: A rede de distribuição de água, depósito elevado e o edifício para o Posto Aduaneiro.

Desporto

Torneio Internacional da África Ocidental

Para disputa do Torneio Internacional da África Ocidental, que este ano teve lugar em Bissau, deslocaram-se a esta Capital as selecções francesas de Dakar e Conakry e a inglesa de Bathurst.

No dia 5 de Abril chegaram a Bissau, num avião da Air France, os componentes das selecções francesas. No mesmo dia à noite, por via terrestre, vieram também os componentes da selecção inglesa de Bathurst.

No dia 6, com uma assistência numerosíssima efectuaram-se os encontros Bissau-Bathurst e Dakar-Conakry.

O primeiro foi ganho pela selecção da Guiné por 6-0 e no segundo Dakar venceu Conakry por 2-1.

No dia seguinte jogou Bissau-Dakar e Conakry-Bathurst.

Sobre estes jogos transcrevemos o relato feito pelo Arauto do dia 7/4:

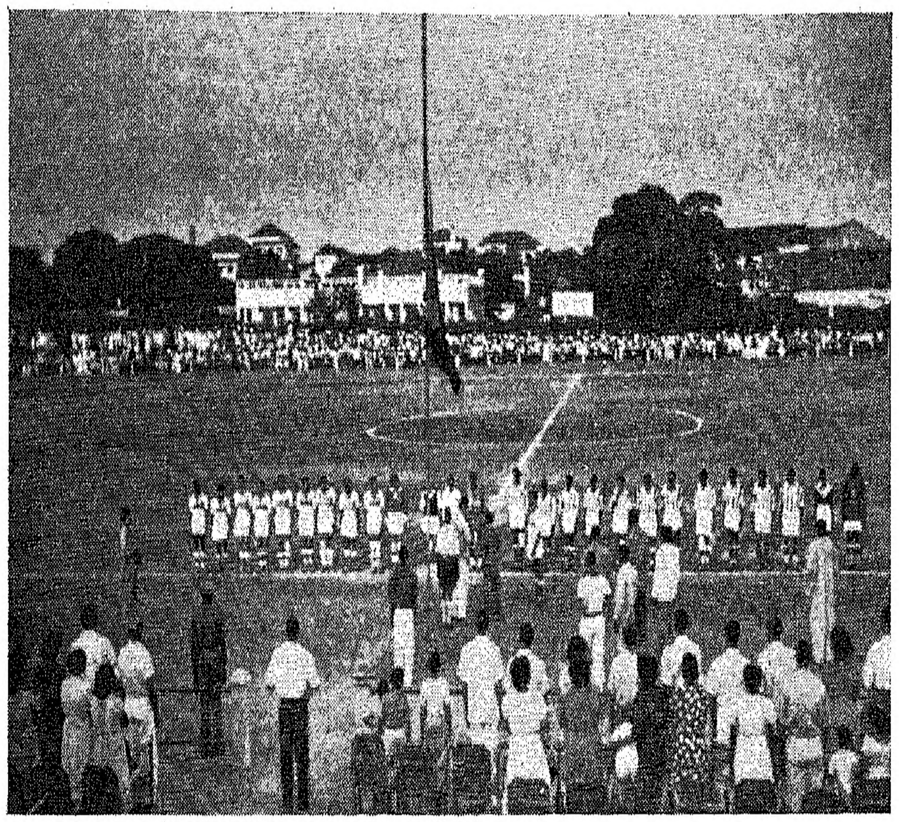
«Bissau é Campeão da África Ocidental, batendo no final a equipa de Dakar por 3-2»

«O Estádio Sarmento Rodrigues registou hoje nova enchente e o quadro maravilhoso de anteontem repetiu-se em toda a sua pujança.

Na Tribuna de Honra encontrava-se Sua Ex.ª o Governador, ladeado pelo Revm.º Prefeito Apostólico, Comandante Militar, Dr. Juiz, Presidente da Associação de Futebol da Guiné, Dirigentes das selecções estrangeiras, o Cônsul da França e o da Bélgica, Presidente da União Nacional, Presidentes dos Clubes locais, Inspector dos Espectáculos, Chefe do Gabinete, Director do jornal «Arauto» e outras entidades.

O primeiro encontro foi disputado entre os vencidos de ontem, Conakry e Bathurst, para apuramento do terceiro lugar.

Era favorita a equipa do Conakry, mas a sua tarefa não foi afinal tão fácil como parecia, porque já hoje os ingleses deram melhor conta de si. Os franceses foram sempre mais oportunos e souberam aproveitar a fraca actuação do guardião inglês, que não oferece segurança alguma.



No Torneio Internacional da África Ocidental em Bissau

Seguiu-se depois a final para apuramento do vencedor do Torneio e ainda os jogadores não pisavam o rectângulo, já a multidão se preparava para as grandes emoções. Houve-as de facto grandes e pouco faltou para haver vítimas de ataques cardíacos. Saltou-se de alegria e quase se chorou de tristeza em momentos culminantes, como só uma final pode proporcionar. A segunda parte foi um pesadelo para nós portugueses. Vibrava ali mais que a fé desportista; era o patriotismo ardente de todos nós em único desejo em todos os corações e enquanto os jogadores se movimentavam heròicamente para honrar as nobres tradições do povo batalhador que nunca recuou perante uma força maior, a Bandeira verde-rubra drapejava lá no alto como a querer incutir-lhes mais confiança e a indicar o caminho da fé e o grito dos séculos — para a frente rapazes de Portugal — e assim foi.

Uma arrancada heróica, como as de Mouzinho e de Nuno Álvares, quando as nossas hostes pareciam condenadas — e a vitória é nossa mais uma vez.

Oh! rubro sange lusitano! verde esperança e fé cristã! ainda somos os mesmos. Não é Bissau que vive hoje uma hora intensa de alegria, mas são todos os portugueses que a sentem e a festejam ruidosamente, exteriorizando o grande contentamento, o prazer que lhes enche a alma. Obrigado rapazes! é o nosso agradecimento comovido, é a única coisa que o embargo da voz deixa que se pronuncie, tão grande é a comoção.

A vitória não foi fácil, como já o sabíamos que não seria, e muitas coisas concorreram para que ela se tornasse mais difícil, mas os nossos rapazes num esforço heróico souberam arrancá-la. Ainda bem porque ficá-la-íamos chorando toda a vida.

Vencemos por 3-2 depois de estarmos a vencer por 1-0 e a ser vencidos por 2-1. Período difícil e angustioso para todos nós, mas os nossos defesas em estreita colaboração cerraram fileiras aguentando as arremetidas adversárias e ainda encontraram energia para atirar para a frente uma linha avançada que se queria afundar.

No final do encontro a multidão louca de alegria invadiu o rectângulo para o transformar num mar de gente que queria ver bem e aplaudir o acto da entrega do trofeu ao capitão da equipa portuguesa por Sua Ex.ª o Governador, que abraçou o bravo desportista num amplexo comovido, num abraço que se dirigia a todos os portugueses naquela hora de culminante alegria.

A multidão não parava de aplaudir e os jogadores eram levados aos ombros para fora do campo».

Campeonato da Guiné:

Batendo na final o Benfica pela diferença mínima, o União é campeão da Guiné.

Perante regular assistência disputou-se a final do campeonato da Guiné entre as equipas da União e do Benfica.

Na Tribuna de Honra viam-se Sua Ex.ª o Subsecretário de Estado do Ultramar e Esposa, ladeado por Sua Ex.ª o Governador e Esposa e outras altas individualidades.

O encontro teve bem o cunho duma final e as oscilações do marcador mostraram o entusiasmo posto à prova pelas duas equipas.

Jogos Particulares

A Selecção representativa da nova Associação de Futebol deslocou-se a Bathurst a convite da «Foot-Ball Association of Gambia», para tomar parte num torneio incluído nas festas da Coroação da Rainha de Inglaterra.

Mais uma vez conseguiu prestigiar condignamente a Guiné Portuguesa e o futebol português, alcançando duas vitórias e um empate nos três jogos efectuados.

Taça «Sarmento Rodrigues»

O torneio para a disputa da Taça «Sarmento Rodrigues» foi ganho pelo Sporting Clube de Bissau, que venceu o União por 2-1.

A Taça «Bodas de Prata» da União Nacional foi ganha pelo União que venceu o Sporting Clube de Bissau por 1-0.

Num jogo cheio de emoção e com uma assistência numerosa, disputou-se mais um desafio entre a União Desportiva Internacional de Bissau e o Grupo Desportivo de Farim, que terminou com a vitória dos unionistas por 3-1.

O Grupo de Honra do Sport Bissau e Benfica deslocou-se a Casamance onde jogou uma partida amigável com o «Foyer de la Casamance».

O resultado foi de 3-2 a favor da equipa portuguesa.

Informações diversas

Visita dos Estudantes de Coimbra

A primeira excursão da embaixada universitária realizou-se a Bafatá, progressiva vila do norte da Província.

Apesar do calor intenso, os estudantes mostraram-se sempre bem dispostos e cheios de alegria, procurando tudo com os olhos, como quem folheia um album de esplêndidas fotografias.

A recepção em Bafatá foi carinhosa e apoteótica, tendo a população acorrido ao cais com bandeiras e descantes. Todo o comércio fechou as suas portas, comparecendo o Administrador, chefes de postos das regiões limítrofes, autoridades e outras entidades da terra. Em frente do edifício da administração e nos seus jardins, os visitantes assistiram maravilhados às danças gentílicas, admirando com os olhos pasmados as acrobacias dos indígenas. Temos para nós que os ilustres professores e simpáticos estudantes, levam as melhores impressões desta maravilhosa viagem no interior da misteriosa Guiné.

Cerca das 14 horas foi servido um lauto almoço nas sombras acolhedoras do parque que os visitantes elogiaram como bucólico remanso comparável ao Luso. O repasto decorreu no meio da maior alegria, entusiasmo e fraterna camaradagem. Falou o sr. Casimiro Pires em nome da Junta Local e da população da laboriosa Bafatá, que agradeceu a visita dos universitários, lembrando o nome de Sua Excelência o Governador, por incluir esta vila no programa elaborado. Respondeu o aluno Artur da Costa Antunes, presidente da Direcção do Teatro dos Estudantes, e que ali fez o seu primeiro discurso, manifestando excepcionais dotes de orador.

Também falou o Professor Paulo Quintela, que num admirável improviso se comoveu com as manifestações de portuguesismo a que acabou de assistir, afirmando: *«Portugal é grande ou o mundo é pequeno para o conter».*

Feitas algumas visitas à vila e obras em curso, os estudantes retiraram para Mansoa cerca das 17 horas.

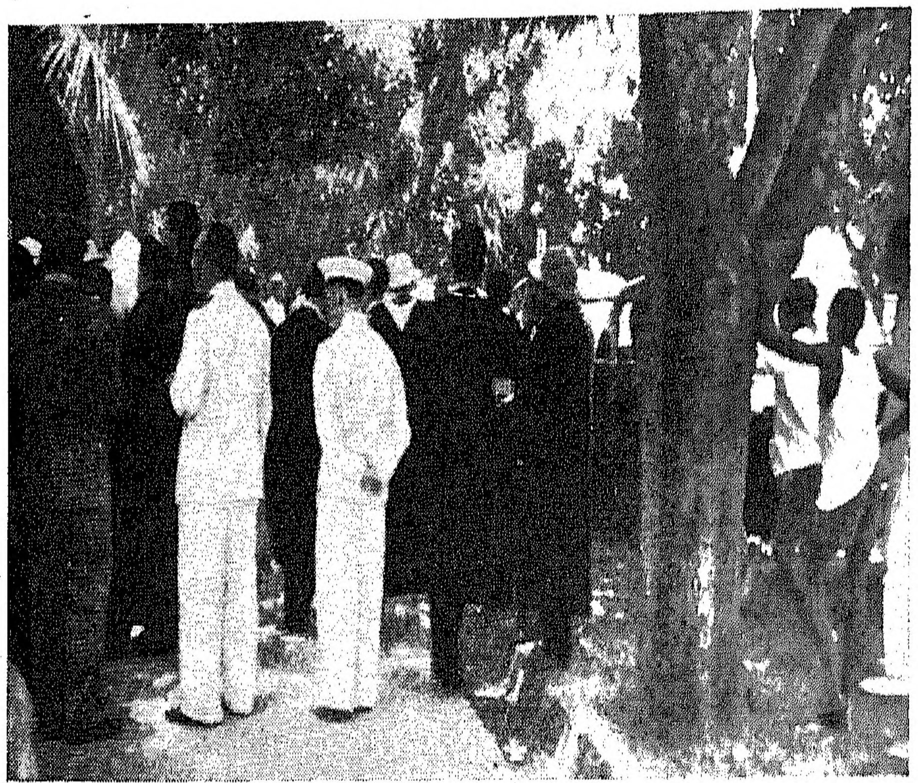
Em Mansoa foi servido um jantar volante, assistindo depois a um batuque em Nhacra, regressando a embaixada a Bissau.

Almoço em Safim e Primeiro Espectáculo — No dia 1 de Abril realizou-se um almoço, em honra dos nossos visitantes, no Posto de Safim a que assistiu S. Ex.ª o Governador, Sua Exma Esposa e Filha, bem como outras altas individualidades.

O almoço decorreu em ambiente agradável que deixou em todos boas impressões.

À noite o TEUC deu o seu primeiro espectáculo levando à cena as peças de Gil Vicente «Auto da Embarcação do Inferno», «Auto do Purgatório», e os quadros «Súplica da Cananeia» e «Todo o mundo e ninguém», que tiveram um êxito retumbante.

Passeio ao Arquipélago dos Bijagós — Às 6,30 do dia 2 embarcou na ponte-cais de Bissau a embaixada coimbrã, a bordo do N/M «Corubal», com destino a Bubaque, onde chegaram cerca das 12,30. Na ponte, onde se encontrava o funcionalismo,



Na digressão do TEUC — Um pic-nic

comércio e população civilizada, trocou o sr. Administrador cumprimentos com os ilustres visitantes. Após o desembarque e subida a escadaria, os indígenas em massa ao som do tambor, exibindo suas danças características, deram largas ao seu entusiasmo.

Os civilizados e indígenas de Bubaque numa mesma comunhão de ideias receberam os visitantes num envolvente e carinhoso abraço de que a mãe-pátria os fez mensageiros para os povos da Guiné.

Seguiu-se um almoço que decorreu animado, ao ar livre à sombra de frondosas mangueiras e à beira-mar.

Os visitantes deixaram Bubaque a caminho de Bissau cerca das 17 horas.

Conferência em Bolama — No dia 3 de Abril Sua Ex.ª o Governador, acompanhado pelos ilustres professores Drs. Paulo Quintela e Pereira Dias, e os estudantes Santos Simões e Anselmo Ventura, deslocou-se a Bolama, a fim de ali ser pronunciada pelo ilustre catedrático prof Dr. Pereira Dias, uma conferência sobre o Teatro de Gil Vicente.

Eram os ilustres visitantes aguardados no campo de aviação pelas pessoas de maior representação na cidade.

Chegados dirigiram-se aos Paços do Concelho, onde eram aguardados por população civilizada e indígena, crianças das escolas, Mocidade Portuguesa, que cantaram à chegada a Portuguesa e o Hino da Mocidade.

Foi o conferente apresentado pelo Sr. Lopes Pereira, Presidente da Comissão Municipal de Bolama, velho e respeitável colono, que ali goza de justo e merecido prestígio e a quem estão confiados os destinos daquele Município.

Iniciou o conferente a sua palestra que resumiu, em síntese, a história do teatro português, o criador genial do nosso teatro, o grande mestre que, decorridos mais de quatro séculos, ainda a sua obra se projecta em nós com o fulgor e brilho que entusiasmou toda a assistência que presenciou o primeiro espectáculo do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra.

Gil Vicente, o Plauto Português e a sua obra, passou por entre a assistência como uma pintura primorosa executada com mestria e saber, ficando este dia assinalado, na pacata cidade de Bolama, como um dos maiores que tem vivido, não só pela categoria do conferente e distinção dos seus visitantes, como também pelo alto significado da brilhante jornada.

Foi o prof. Dr. Pereira Dias muito aplaudido no final da sua palestra a que, com a mais propriedade se pode chamar uma magistral lição sobre o Teatro Vicentino. Encerrou a sessão o Senhor Governador da Província, que felicitou o ilustre catedrático e agradeceu a honra que a sua eloquência tinha concedido à cidade de Bolama, velha capital da Guiné, hoje reduzida a um silêncio que é sinal de morte.

Cocktail na Residência do Governo — No dia 4, pelas 17,30 realizou-se nos jardins da Residência do Governo, um «cocktail», oferecido por Sua Ex.ª o Governador em honra da embaixada universitária.

O jardim estava ornamentado com gosto e arte oferecendo um agradável conjunto. A assistência era composta pela parte mais distinta da sociedade da Província. Os estudantes com a sua alegria, emprestaram uma graça natural a todo o ambiente e com a representação de alguns quadros do teatro vicentino operaram o milagre de transformar essa recepção num sarau de arte que deixou a todos magnífica impressão e que poderá ser considerado como uma das festas mais brilhantes levadas a efeito na residência do Governo.

Seguiu-se em frente da Catedral uma serenata coimbrã a que assistiram inúmeras pessoas.

Foi esta por certo uma das melhores lembranças que os Estudantes de Coimbra deixaram à população desta Província.

Cumprimentos de despedida na Câmara Municipal — No dia 6 pelas 11,30 foram os ilustres professores e estudantes recebidos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, para, em breve sessão lhes serem apresentados cumprimentos de despedida.

Falou em primeiro lugar o sr. Presidente da Câmara, que disse do entusiasmo e reconhecimento da população pelo notável acolhimento, que se ficou devendo ao interesse de Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar, Comandante Sarmento Rodrigues, que já foi Governador da Guiné, que tanto lhe deve em carinho e dedicação, em reconhecimento da obra notabilíssima que aqui desenvolveu.

Falou em seguida o estudante Anselmo Ventura, Presidente do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra que, como interprete do sentir de todos os seus colegas, agradeceu a hospitalidade franca e sincera que a Guiné lhes dispensou, e onde foram recebidos num verdadeiro abraço fraternal.

Levantaram-se os ilustres professores, Senhores Drs. Paulo Quintela e Pereira Dias que igualmente agradeceram tendo palavras de muito louvor para a Guiné, pondo em destaque o que esta jornada representava para os estudantes que aqui se deslocaram, e aspecto que ambos os ilustres catedráticos enalteceram com muita elevação e fluência.

Encerrou a pequena sessão de despedidas o Governador da Província, que não escondeu a sua comoção e entusiasmo, dizendo que a visita dos estudantes e a sua estadia entre nós ficaria como a semana de Coimbra na Guiné, imagem feliz e bem incisiva.

Conferência no Centro de Estudos e último Espectáculo — Às 19 horas o Sr. Professor Dr. Pereira Dias, realizou no Salão do Centro de Estudos uma conferência sob o tema «A actualidade de Gil Vicente». Foi uma autêntica lição de mestre, que teve a aprimorá-la a simplicidade e clareza com que foi dita. Historiou, o distinto catedrático, as vicissitudes do teatro vicentino para que ele falasse à respectividade do público, culto ou inculto, depois de mais de 300 anos arredado da cena. Pôs em relevo a figura do poeta Afonso Lopes Vieira que contra tudo e contra todos conseguiu convencer os intelectuais da universalidade do fundador do teatro nacional que quando levado aos palcos encheu de surpresa e de entusiasmo espíritos cultos como o de D. Carolina Michaelis de Vasconcelos.

E não esqueceu o orador a operosa actividade do seu colega Dr. Paulo Quintela, ali presente, que de há longos anos se tem dedicado com acendrado carinho aos estudos vicentinos e à sua genuína interpretação.

A conferência do sr. Dr. Pereira Dias foi muito apreciada e aplaudida, a ela tendo assistido Sua Ex.ª o Governador, ladeado por Sua Ex.ª Revm.ª o Prefeito Apostólico e pelo conferente.

À noite o TEUC realizou o seu segundo e último espectáculo que, como o primeiro, teve assinalado êxito, fazendo vibrar a assistência de emoção. Foi representada a «Farsa de Inês Pereira», «Monólogo do Vaqueiro», «Súplica da Cananeia», «Todo o Mundo e Ninguém» e Coros Falados por toda a Academia.

No final os estudantes ofereceram aos assistentes uma serenata de despedida, que foi escutada com entusiasmo sempre crescente.

Partida do TEUC — No dia 7, cerca das 9,30, partiram para Lisboa os componentes do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, que no aeroporto de Bissalanca tiveram uma afectuosa despedida. Compareceram ali o Governador da Província, Prefeito Apostólico, muitos Chefes de Serviço e outras individualidades.

Os simpáticos rapazes não souberam ou não puderam esconder a saudade que levavam da hospitalidade da Guiné. Bem dizia o estudante Matos Godinho que o avião no regresso iria muito mais pesado.

Sua Ex.ª o Governador recebeu, pouco tempo depois da descolagem do avião, da embaixada académica, o seguinte telegrama:

«Ao abandonar a terra portuguesa o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, professores e tripulação, saúdam em V. Ex.ª a população da Província com renovada expressão de cordial agradecimento».

E o Governador da Província respondeu nestes termos:

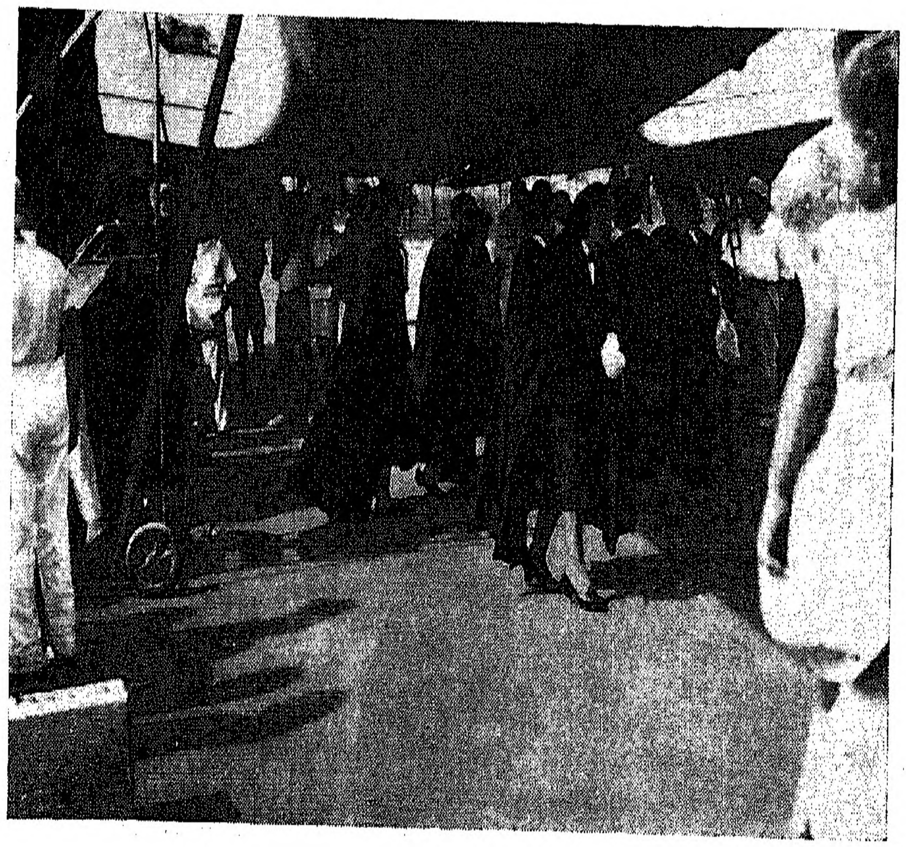
«Encantados ainda com o encanto deixado por todos quantos constituíram a embaixada da Metrópole que visitou a Guiné com emoção vos transmito em meu nome e da população da Província a palavra Saudade que ficou gravada nos nossos corações ao deixardes este pedaço de Portugal».

XXV Aniversário da entrada de Salazar para o Governo da Nação como Ministro das Finanças — Com solenidade desusada celebrou-se em toda a Província o XXV Aniversário da entrada de Salazar para o Governo da Nação.

Em Bissau, onde todas as montras ostentavam o retrato de Salazar emoldurado nas cores nacionais, viveram-se momentos de verdadeiro nacionalismo, tendo a população manifestado o seu regosijo, assistindo em massa a todas as cerimónias, apesar do incómodo da hora e do intenso calor.

Pouco depois das 13 horas chega à Praça Teixeira Pinto, Sua Ex.ª o Governador, que passou em revista a guarda de honra que era composta por Forças de Terra e Mar, Polícia, Mocidade Portuguesa, Bombeiros Voluntários e agremiações desportivas.

Na tribuna aguardavam S. Ex.ª o Governador, S. Ex.ª Rev.ª o Prefeito Apostólico, Meritíssimo Juiz da Comarca, Vice-Presidente da Câmara, Ex.mos Oficiais da Missão Geohidrográfica, do Exército e da Armada, da Polícia, Corpo Consular, Comissão Provincial da União Nacional, Chefes de Serviço e Imprensa.



Os estudantes de Coimbra embarcam para a Metrópole

Às 13,30 começou a retransmissão do que se passava na Assembleia Nacional em homenagem a Salazar. Num incontido entusiasmo de patriótica vibração os aplausos sucediam-se a cada passo dos primorosos discursos dos Presidentes da Câmara Corporativa e Assembleia Nacional.

Mas, o fervor patriótico subiu de ponto durante o notável discurso de Sua Ex.ª o Presidente da República e sublimou-se no momento em que Salazar se apresentou ao povo.

No largo Teixeira Pinto entoou-se o Hino Nacional aos acordes da banda militar, enquanto os foguetes estralejando no ar, anunciaram a hora solene de consagração nacional do maior português contemporâneo.

Os Municípios de Bissau, Bolama e Bafatá proclamaram o Dr. Oliveira Salazar seu cidadão honorário, querendo assim associar-se ao movimento de simpatia que agitou Portugal.

Récita Infantil — As Professoras da Escola Central «Dr. Oliveira Salazar» de Bissau, organizaram uma récita infantil com um programa elaborado a primor. No seu conjunto satisfez plenamente.

Programa completo que entusiasmou a assistência; cenários feitos expressamente, indumentária apropriada e a graciosidade natural das crianças, fundo moral tão delicado honraram bem o critério e acerto que presidiram à elaboração do programa.

Empréstimo camarário — A Câmara Municipal de Bissau, com o intuito de dar à cidade mais e melhor luz, contraiu no Banco Nacional Ultramarino um empréstimo de 3.000 contos, destinado a aquisição de novos motores e respectiva Central.

Joaquim António de Oliveira
Chefe da Repartição do Gabinete
e
Joaquim Areal
Secretário do Centro de Estudos

MARTINS DA COSTA

ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Rendimentos Aduaneiros

Os réditos arrecadados pelas Casas Fiscais da Província durante o 1.º trimestre de 1953, foram os que abaixo se discriminam:

RECEITAS ORÇAMENTADAS:

Direitos de importação	2:673.142$00
Adicional aos direitos de importação	815.940$00
Direitos de exportação	1:343.566$00
Adicional aos direitos de exportação	134.317$00
Contribuição predial rústica	1:274.003$00
Contribuição industrial	847.420$00
Imposto de selo	45.259$00
Imposto de tonelagem	6.891$00
Multas — Parte pertencente à Fazenda	640$00
Receitas eventuais	—
Armazenagem	11.797$00
Produtos de leilões	710$00
Taxas de tráfego	530.493$00
Emolumentos sanitários	1$00
Vendas de impressos	29.193$00
Emolumentos gerais Aduaneiros	933.142$00
Imposto de Justiça	38$00
Taxas de licença de exportação e de reexportação	5.289$00

Comparticipação para o pessoal:

Emolumentos internos e externos	108.284$00
Multas e outras comparticipações em receitas provenientes do Contencioso Aduaneiro	1.575$00
Adicional de ¼% ad-valorem s/a exportação de Bissau	158.724$00

1 % ad-valorem s/a importação e exportação	838.254$00
1 % ad-valorem s/a importação	512.682$00
Receitas do Conselho Técnico de Agricultura	345.254$00
Sobretaxas para conservação de estradas e pontes	305.802$00
Emolumentos sanitários	1$00
Soma	10:922.417$00

OPERAÇÃO DE TESOURARIA:

Imposto Municipal	531.936$00
Emolumentos consulares	1.929$00
Receita da Junta de Exportação do Café Colonial	2.069$00
Total	11:458.351$00

Os mesmos foram arrecadados pelas diversas Casas Fiscais da Província, nos seguintes quantitativos — Valores em escudos:

Alfândega de Bissau	11:148.343
Delegação Aduaneira de Bolama	120.284

Postos de Despacho de:

Cacheu	14.880
Farim	104.738
Bafatá	70.105

Fundo Cambial

O movimento do fundo cambial, orientado pela Comissão Reguladora de Transferências, relativo ao 1.º trimestre de 1953, foi o que segue:

Saldo que transitou do trimestre anterior ... 1:886.905$01

Cambiais arrecadadas em:

Janeiro	8:314.626$20	
Fevereiro	6:166.179$75	
Março	7:714.194$01	22:194.999$96
Soma		24:081.904$97

Cambiais distribuídas em:

Janeiro	9:072.823$65	
Fevereiro	6:902.821$76	
Março	6:894.346$96	22:869.992$37
Saldo que passa para o trimestre seguinte		1:211.912$60
Soma		24:081.904$97

A distribuição das cambiais neste período, no montante de 22.870 contos, foi a seguinte:

	CONTOS
Para mesadas às Famílias dos Funcionários Públicos e Particulares	141
Para funcionários e particulares por motivo de saída da Província e outros atendíveis	118
Para os Serviços de Fazenda e Contabilidade, para pagamento de encargos do Estado na Metrópole e outras Províncias	12.220
Para os Serviços de C. T. T.	7
Para os Serviços Militares	629
Para outros Serviços Públicos da Província	1.565
Para o B. N. U. para pagamento de letras s/o comércio e respeitante a mercadorias importadas com intervenção bancária:	
a) — De origem nacional	3.500
b) — De origem estrangeira	3.349
Para o comércio para pagamento de mercadorias importadas sem intervenção bancária	1.341
Soma	22.870

Caixa de Tesouro

Durante o 1.º trimesthe de 1953, o movimento de valores da Caixa de Tesouro, foi o que segue, expresso em contos:

Saldo do trimestre anterior:

Em papéis de crédito	100	
Em jóias e outros valores	13	
Em valores selados	15.823	
Em metal e notas	17.889	33.825

Entrada:

Em valores selados … … … … … … … … … … …	—		
Em metal e notas … … … … … … … … … … …	51.474	51.474	85.299

Saída:

Em valores selados … … … … … … … … … … …	205		
Em metal e notas … … … … … … … … … … …	50.890	51.095	

Saldo que passa para o trimestre seguinte:

Em papéis de crédito … … … … … … … … … …	100		
Em jóias e outros valores … … … … … … … … …	13		
Em valores selados … … … … … … … … … … …	15.618		
Em metal e notas … … … … … … … … … … …	18.473	34.204	85.299

Banco Emissor

A situação financeira do Banco Nacional Ultramarino em 31 de Março, era a seguinte:

Activo

Dinheiro em cofre … … … … … … … … … … … … … … … … … …	45:817.635$30
Carteira comercial … … … … … … … … … … … … … … … … …	2:844.613$72
Empréstimos diversos … … … … … … … … … … … … … … … …	52:245.248$72

Passivo

Depósito à ordem … … … … … … … … … … … … … … … … … …	12:819.419$59

A circulação fiduciária foi neste trimestre, por meses, a seguinte:

Janeiro …	55:416.723$50
Fevereiro …	68:897.008$50
Março …	66:056.983$50
Média da circulação no 1.º trimestre de 1953 …… … … … …	63:456.905$16

O balancete apresentado pela mesma Filial referido a 31 de Março de 1953, acusa os seguintes quantitativos:

Activo

GARANTIAS DE LIQUIDABILIDADE:

Reserva monetária … … … … … … … … …	36:666.000$00	
Moedas correntes .. … … … … … … … … … …	538.055$30	
Letras descontadas sobre a praça, a menos de seis meses … … … … … … … … … …	2:425.261$01	
Letras descontadas em carteira comercial … …	419.352$75	
Sede — Reserva de liquidabilidade … … … …	19:700.000$00	
Carteira de títulos … … … … … … … … …	3:140.000$00	
C/C e empréstimos caucionados, a menos de seis meses … … … … … … … … … …	13:762.019$81	
Devedores Gerais, a menos de seis meses … …	38:483.228$91	
Agentes correspondentes . … … … … … … …	580.896$77	
Fundo Cambial … … … … … … … … … …	1:211.912$60	116:926.727$15
Valores de contas alheias … … … … … … …	3:629.186$28	
Valores de conta da sede e Dependências … …	15:766.011$77	
Valores em conta com o Tesouro … … … …	34:203.927$32	
Diversas contas … … … … … … … … … …	200:667.040$56	254:266.165$93
Soma … … … … … … … …		371:192.893$08

Passivo

CRÉDITOS EXIGÍVEIS DE PRONTO:

Emissão de notas e cédulas … … … … … …		120:959.076$00
Notas e cédulas em caixa … … … … … … …	45:334.700$00	
Notas e cédulas para inutilizar … … … … …	160.000$00	
Notas inutilizadas remetidas à Sede … … … …	9:407.392$50	54:902.092$50
Circulação … … … … … … … … … … … …	66:056.983$50	
Depósito à ordem … … … … … … … … … …	12:819.419$59	
Letras a pagar … … … … … … … … … … …	905.970$31	
Credores gerais a menos de seis meses … … …	35:772.806$21	
Agentes correspondentes . … … … … … … …	130.284$51	

Fundo Cambial:

Outras contas … … … … … … … … … … … …	1:211.912$60	116:897.376$72
Tesouro Público — Conta corrente … … … …		34:203.927$32
Diversas contas … … … … … … … … … … …		220:091.589$04
Soma … … … … … … … …		371:192.893$08

Finanças Públicas

A receita que a Fazenda Nacional arrecadou durante o 1.º trimestre de 1953, acha-se assim discriminada:

Total geral	34:091.920$23
Impostos indirectos gerais	20:867.300$30
Impostos indirectos	5:483.036$00
Indústrias em regime tributário especial	228.029$90
Taxas — Rendimentos de diversos serviços	1:513.946$25
Domínio Privado — empresas e indústrias do Estado — participações de lucros	76.125$97
Reembolsos e reposições	99.491$11
Consignação de receitas	4:463.190$70
Receita extraordinária	1:360.800$00

E a despesa assim:

Total geral	25:114.525$50
Dívida da Província	1:590.983$20
Governo da Província	127.825$65
Aposentados, Jubilados e Reformados	620.840$32
Administração Geral e Fiscalização	5:264.670$43
Serviços de Fazenda e Contabilidade	825.924$68
Serviços de Justiça	90.304$15
Serviços de Fomento	898.552$23
Serviços Militares	1:455.765$84
Serviços de Marinha	422.936$65
Encargos gerais	5:309.304$80
Despesas extraordinárias	8:292.763$51
Exercícios findos	214.651$04

Caixa Económica Postal

As operações realizadas pela Caixa Económica Postal durante o 1.º trimestre de 1953, acham-se assim discriminadas:

Depósitos efectuados durante o trimestre:

	NÚMERO	ESCUDOS
Em cadernetas existentes	986	1:187.728$50
Em cadernetas emitidas	60	83.465$00
Reembolsos pagos durante o trimestre	830	1:148.724$00
Juros recebidos durante o trimesthe	—	75.931$30
Juros pagos durante o trimestre	—	2.484$40
Cadernetas em circulação — Saldo da Conta «TITULAR»	4.717	3:996.203$50

Valores totais da Caixa em 31-3-953:

Em dinheiro		22.440$50
Em depósito no Banco Nacional Ultramarino		330.000$00
Fundos permanentes nas delegações		18.000$00
Devedores e Credores		348.013$00
Empréstimos gerais garantidos por hipotecas		1:171.709$50
Empréstimos por letras a particulares		180.945$80
Adiantamentos a Funcionários		3:230.506$30
Fundo de reserva		445.500$80
Reembolsos totais pagos durante o trimestre	11	44.714$60

A situação da Caixa Postal em 31 de Março era a seguinte:

Activo

	ESCUDOS
Numerário em cofre	22.440$50
Numerário nos Bancos	330.000$00
Empréstimos caucionados por letras	180.945$80
Empréstimos hipotecários	1:171.709$50
Empréstimos com fiadores	3:230.506$30

Passivo

Depósitos à ordem	3:996.203$50
Depósitos a prazo	187.633$00

Indústria

A actividade industrial da Província foi durante o 1.º trimestre de 1953, a seguinte:

DESCASQUE DE ARROZ: (Toneladas)

Meses	Arroz em casca	Arroz descascado	Farelo
Janeiro	73.062	46.800	6.700
Fevereiro	416.000	274.600	44.300
Março	495.500	320.600	47.550

FÁBRICA DE ÓLEOS A. FIGUEIRA & C.ª, Lda

Designação	Unidade	Janeiro	Fevereiro	Março
Óleo de mendobi	Litros	8.350	3.920	15.609
óleo de coconote	Quilos	36.320	38.909	45.508
Resíduos de mancarra	»	12.570	7.808	13.903
Resíduos de coconote	»	53.010	56.873	68.908

REFRIGERANTES.

Produtos	Unidade	Meses		
		Janeiro	Fevereiro	Março
Gelo	Quilos	13.565	12.531	15.040
Sorvete	»	27	20	35
Laranjadas	Garrafas	4.752	4.896	7.416
Limonadas	»	6.048	6.336	7.848
Ananaz	»	408	..	120
Groselha	»	432	456	696
Soda	»	792	624	336
Morango	»	..	504	..
Xaropes diversos	»	..	..	23

O Chefe da Secretaria da Secção Técnica de Estatística
Zeferino Monteiro de Macedo

NOTAS E INFORMAÇÕES

Reunião Magna do Centro de Estudos

Sob a presidência do Senhor Administrador António Correia, que era ladeado pelos Vogais da Comissão Executiva, Srs. Drs. Augusto Reimão Pinto e Carlos Lehmann de Almeida, teve lugar a Reunião Magna do Centro de Estudos, durante a qual o Sr. Presidente expôs os moldes duma proposta enviada ao Governo da Província àcerca da conveniência de rever a orgânica do Centro, especialmente no sentido de lhe dar elementos mais estáveis de trabalho.

Relatou o que foi a actividade do Centro durante os dois últimos anos quanto à nomeação de membros residentes, da publicação de «Memórias», colaboração do «Boletim Cultural», que não diminuiu de nível durante esse período e da sua expansão, que cada vez é maior.

Seguidamente o Conservador do Museu leu o seu relatório donde consta o movimento geral da Secretaria, receitas cobradas, despesas feitas, dados sobre a administração do «Centro de Estudos», Depósito de Publicações, Biblioteca, Arquivo Histórico e estado das várias secções do Museu a seu cargo.

Cerca das 12 horas foi suspensa a sessão para reabrir por volta das 17 e então presidida por Sua Excelência o Subsecretário de Estado do Ultramar, Prof. Dr. Raúl Jorge Rodrigues Ventura, que tinha à sua direita Sua Ex.ª o Governador, Engenheiro Serrão, o Presidente do Centro de Estudos, Administrador Carreira e à esquerda Sua Ex.ª Revm.ª o Prefeito Apostólico, D. José Ribeiro de Magalhães e o Comandante Militar da Província, Coronel Joaquim Pinto Ribeiro.

Foi dado em primeiro lugar o uso da palavra ao Sr. Presidente do Centro de Estudos que disse:

«Não podia o Centro de Estudos ficar indiferente à presença na Guiné de um ilustre membro do Governo da Nação. Quis também associar-se às manifestações de simpatia que Vossa Excelência vem sendo alvo desde a sua chegada.

Por isso mesmo aqui se reuniram todos os componentes deste organismo para, por meu intermédio saudar Vossa Excelência, pedir-lhe enfim aceite os nossos cumprimentos e ainda o mais elevado título que o «Centro de Estudos» pode conferir a entidades qualificadas: o de «MEMBRO HONORARIO».

Fá-lo numa modesta cerimónia desprovida de aparato, mas cheia de sinceridade da parte de meia dúzia de elementos que desde a primeira hora lhe prestam a sua colaboração. A oferta é bem insignificante. Sabemo-lo bem.

É Vossa Excelência o quinto «Membro Honorário» aclamado. Os quatro anteriores — o Professor Marcelo Caetano, o Comandante Sarmento Rodrigues, o Governador Serrão e o Professor Theodore Monod, do Instituto Francês da África Negra. São pessoas que a todos os títulos bem merecem essa honra. Julgo, pois, que, Vossa Excelência fica em boa companhia.

E porque Vossa Excelência poderá preguntar de si para si as razões que nos levaram a aclamá-lo «Membro Honorário», quero antecipar a resposta.

O cargo de «Membro Honorário» é, nos termos do nosso Estatuto, conferido apenas àqueles que hajam, prestado ao País, à Guiné ou ao Centro de Estudos, serviços de certo modo importantes que mereçam a concessão dessa distinção. Logo, procedemos de harmonia com as normas legais porque se Vossa Excelência não prestou ainda à Guiné ou ao Centro de Estudos serviços relevantes, fê-lo para o País e pelo Ultramar.

É o bastante. Mas há outras razões mais fortes.

Não tivemos apenas a ideia de colocar Vossa Excelência no quadro de honra desta modesta Instituição — o que bem pouco representaria para Vossa Excelência; quisemos sim, conquistar um adepto «Qualificado» que, no futuro, nos possa valer nas aflições, nas horas de crise. Perdõe pois o nosso egoismo e a «intenção criminosa» neste acto, praticado com premeditação. Quando Vossa Excelência ouvir contar a nossa pequena história, saberá como bom Juiz, absolver-nos da infracção cometida.

Justificámos, parece, plenamente a aclamação de mais um «Membro Honorário» e, por isso mesmo, em nome de todos os presentes, peço a Vossa Excelência aceite este insignificante diploma».

(A entrega do diploma de «Membro Honorário» conferido a Sua Ex.ª o Professor Raúl Ventura, foi sublinhada com uma calorosa ovação).

«Ele nada vale para Vossa Excelência. Não lhe confere, fora da Guiné, quaisquer honrarias ou regalias. Bem o sabemos. Mas para nós significa que também Vossa Excelência passa a compartilhar, de hoje para o futuro, das nossas preocupações e arrelias; da nossa alegria e satisfação. Ficamos certos de que conquistámos mais um batalhador para nos auxiliar a continuar esta árdua e extenuante tarefa em boa hora encetada em 1945.

Senhor Subsecretário — Em 21 de Julho de 1945 a gente da Guiné foi surpreendida pelo aparecimento no «Boletim Oficial» de uma pequena portaria criando o «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa». Muitos não ligaram importância ao teor da portaria; mais uma a encher a folha oficial. Outros, cépticos, nunca acreditaram na viabilidade da ideia. Bem poucos estavam seguros de que ela viria um dia a ser realidade. O caso não era para menos. Como se poderia admitir nesta Guiné a existência de um órgão de divulgação de cultura, quando a Província era «justamente» considerada como a menos ilustrada e «porventura» a tida como a mais materialista, isto no dizer do ilustre Governador de então, Senhor Comandante Sarmento Rodrigues?

Cinco meses volvidos sobre a criação do «Boletim Cultural» a portaria de 13 de Dezembro de 1945 cria o «Centro de Estudos».

Lançava assim, o Governador de superior visão que foi o Senhor Comandante Sarmento Rodrigues, actual titular da pasta do Ultramar, as bases para uma obra enorme que prossegue há cerca de oito anos. No primeiro número do «Boletim Cultural», dizia o homem que idealizou e deu forma a este organismo: — «Estou certo que o Boletim nos não há-de envergonhar. Corresponderá, certamente, pelo aperfeiçoamento contínuo, ao desejo principal, que motivou a sua criação. O seu êxito depende da capacidade e do esforço que cada um empreender para o valorizar. É tempo de a Guiné ser mais alguma coisa do que um campo fértil de produtos materiais. É preciso que pelo valor dos seus habitantes se transforme num meio onde floresçam também as culturas do espírito, acima de todas, expoentes de uma civilização». Palavras proféticas. O «Boletim Cultural», não nos envergonha, não envergonhou nunca a Guiné, nem o homem que o criou. Melhor ou pior vem sendo publicado com regularidade, a par das «Memórias», cujo número é de 17. Desde então o nível dos trabalhos não baixou, antes se pode considerar bastante mais elevado.

As dificuldades em imprimir ao Centro de Estudos o seu carácter de órgão de investigação científica e para-científica têm sido enormes, quase invencíveis. Não o escondemos a Vossa Excelência; não o escondemos a ninguém. Faltam-nos mais meios em pessoal e em material. Escasseia-nos (porque não dizê-lo) a necessária competência técnica ou a devida preparação científica para aquilo que desejávamos fazer; queríamos ver o Centro de Estudos alinhar — ou se possível suplantar — o I. F. A. N. no tocante aos métodos de trabalho de equipa, o mais aconselhável. Mas isso é, apenas, uma ideia de visionário. Tal como se acha estruturado o nosso Centro não será ainda possível atingir esse objectivo.

Receosos do futuro do Centro apresentámos já a quem de direito proposta para a sua reorganização em moldes condizentes com o desenvolvimento atingido, com, as características da época em que vivemos. Para estimular a execução de trabalhos de investigação, instituímos prémios pecuniários bastante razoáveis em valor.

Lutamos, enfim, para em nada desmerecer da confiança com que o Governador da Província nos honrou, cometendo-nos pesado encargo de orientar o Centro; batalhamos para que ele não morra. Depois de conquistar a posição de destaque que hoje possui, parece que se deve tentar todos os esforços possíveis no sentido de lhe dar mais vida, mais colaboradores, mais trabalhos, mais possibilidades financeiras e mais membros qualificados.

A reputação do Centro de Estudos ultrapassou as nossas enormes fronteiras — da Metrópole e do Ultramar. São os estrangeiros que nos rendem homenagem, mais ainda que os nacionais. Estes poderiam ser considerados suspeitos; aqueles não.

Ainda há bem poucos meses, uma revista do Congo Belga apreciando o «Boletim Cultural» e as «Memórias» do Centro, dizia: — «Esta colecção é de uma real utilidade para todos os que estudam as populações africanas. Tanto na forma como no fundo ela honra sobremaneira a administração portuguesa».

E de uma poderosa empresa editora de São Paulo (Brasil) recebemos um ofício em que entre outras coisas nos diz: — «Acabamos de receber as mencionadas obras e de constatar ser uma bibliografia vasta sobre a Guiné Portuguesa, talvez a maior pesquisa já efectuada por impérios coloniais, em seus domínios».

Da América do Norte recebemos também comunicações similares.

Com este caminho percorrido, com estas vitórias conquistadas, parece que não pode haver desfalecimentos. É necessário prosseguir, assim o pensamos, neste empreendimento, para que os resultados sempre melhores, honrem ainda mais a obra de civilização e de progresso em marcha.

O que há feito é trabalho exclusivo de um punhado de persistentes e de tenazes investigadores, dentre os quais é de justiça destacar Teixeira da Mota e João Tendeiro. Os carolas são poucos.

Dos 52 membros (residentes e correspondentes) até hoje nomeados, vinte e um deixaram-nos definitivamente por diversas circunstâncias da vida.

Restam, pois, trinta e um. E desses alguns mais nos abandonarão dentre em breve. Os números dispensam comentários. É por isso que me referi às dificuldades do Centro de Estudos. Não sou dos mais cépticos; mas não quero exagerar o meu optimismo.

Como Vossa Excelência vê, carecíamos de o aclamar «Membro Honorário» para que apadrinhe e defenda com o seu entusiasmo moço, a nossa causa junto do homem que legou à Guiné este excelente elemento de investigação e cultura.

Se Sua Excelência o Ministro do Ultramar e Vossa Excelência não nos ampararem, não nos derem mais meios de acção, não sei o que será desta instituição a que desinteressadamente damos todo o nosso esforço, toda a nossa boa vontade, roubando constantemente horas de merecido repouso para que ela sobreviva honradamente no meio das dificuldades por que passa. Não nos fica mal pedir tanto. Nada que se pediu é para nós; é para a colectividade.

Senhor Subsecretário:

Se o criador desta instituição lhe facultou possibilidades de singrar, o seu digno sucessor, Senhor Governador Raimundo Serrão nunca lhe regateou facilidades, dinheiro, incitamento, encorajamento, para que pudesse continuar a trabalhar.

A ambos deve o Centro de Estudos serviços inestimáveis, apoio incondicional. Um foi o criador; o outro um bom protector.

Peço licença para apresentar, em nome de todos, a Sua Excelência o Governador Raimundo Serrão os nossos melhores agradecimentos por tudo quanto fez pelo organismo.

E se nos for permitido um voto aqui consignamos; seja Vossa Excelência digno intérprete jundo do Patrono desta Instituição, Comandante Sarmento Rodrigues, das nossas mais respeitosas e merecidas homenagens, dos nossos agradecimentos sinceros por haver dado à Guiné o Centro de Estudos, que tanto e tão alto tem elevado o nome da Província, que Sua Excelência saiba que o recordamos com profunda saudade e que ainda se mantém no espírito de todos a vontade de servir para que se cumpram integralmente os objectivos morais e culturais deste organismo.

Por isso mesmo convencidos de que também Vossa Excelência nos não abandonará, daqui lhe endereçamos o nosso sincero obrigado, desejando as maiores prosperidades e felicidades no seu alto cargo governativo».

Sua Excelência o Subsecretário do Ultramar usou em seguida da palavra e disse:

«Meus senhores e agora meus colegas:

Quando se lida um certo número de anos com as coisas do Direito adquire-se um certo sentido jurídico quando, é claro, este sentido não é já inato. E por isso, às vezes, este sentido jurídico arrepia-se um pouco com certas violações do Direito. Vem isto a propósito de eu ter nìtidamente sentido que para V. Ex.as terem a bondade de me nomear Membro Honorário do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa violaram a letra dos vossos Estatutos.

Na verdade, não havia serviços de espécie alguma que podessem enquadrar-se na lei e, assim, ao fazerem-me ingressar no vosso seio, cometeram, sem dúvida, uma ilegalidade estatuária. Agradecer uma ilegalidade é coisa triste. No entanto parece-me que o agradecimento neste caso deve ser feito não como desculpa daquela «intenção criminosa», que nunca se pode desculpar, mas para mostrar que ficó muito gratamente cúmplice da mesma ilegalidade.

Quando o Senhor Comandante Sarmento Rodrigues me explicou a evolução cultural da Guiné começou por me indicar o número da sua população, depois por deduzir sucessivamente aquelas massas que não podiam ainda comparticipar directamente no seu movimento cultural e tendo, finalmente encontrado um pequeno número de indivíduos aptos para isso tinha simultâneamente demonstrado que em parte alguma do mundo, com tão poucos elementos pessoais, se podia fazer mais do que se faz até agora no Centro de Estudos da Guiné Portuguesa.

Por isso muito me honro por ficar pertencendo ao Centro de Estudos e devo dizer sinceramente que nenhuma das corporações científicas a que pertenço me dá nem maior honra nem maior prazer.

Pediu V. Ex.ª uma protecção de que não precisa e uma protecção que lhe não pode ser dada.

Pedir que eu ou qualquer outra pessoa interceda pelo Centro de Estudos junto do Comandante Sarmento Rodrigues é, salvo o devido respeito, um contrasenso. Na verdade o Comandante Sarmento Rodrigues dentro das realizações da Guiné continua a colocar em primeiro lugar este Centro de Estudos. E ainda há pouco, numa carta que me escreveu para aqui me preguntava ansiosamente se eu já cá tinha vindo e se já tinha visto tudo o que se tinha feito.

Por outro lado, digo que se trata de uma protecção que lhe não pode ser dada, não no aspecto material, que esse com maior ou menor dificuldade sempre se há-de arranjar, mas no aspecto pessoal.

O Estado não pode criar de per si investigadores, como não pode criar homens gratos. Por isso mesmo acho que só um movimento vindo de dentro para fora, isto é, só o esforço individual, só aquele cansaço salutar de trabalharmos muito e ao fim de muitos meses escrevermos uma linha e acabarmos por cortar essa mesma linha, é que pode, na verdade, dar aos trabalhos do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, o nível que até agora tem alcançado e, sobretudo, pode continuar a fazer desta instituição uma realidade com que toda a gente pode contar dentro do Ultramar Português.

Cumpria-me, portanto, agradecer, meus senhores e meus cúmplices, esta ilegalidade pela qual entro no vosso seio. O agradecimento está feito. Quanto ao trabalho posso garantir que trabalharei o mais que puder, isto é, o mais que me deixarem».

(Uma calorosa salva de palmas coroou o final deste discurso).

Museu da Guiné Portuguesa

Relatório

Senhor Governador da Província da Guiné
Excelência

Não tendo o ano passado dado contas a Vossa Excelência da actividade do Museu por ter acatado o costume de o fazer juntamente com a Comissão Executiva do Centro de Estudos, o presente relato abrangerá o biénio 1951-1952.

Serviços Administrativos

A Portaria de 5 de Abril de 1951 determinou que a administração do Centro de Estudos com a sua secretaria funcionasse neste Museu, onde, também, deveria ficar instalado o depósito das edições desse Centro de Estudos e todas as que fossem entregues ao Museu para venda, permuta ou oferta. A cobrança das receitas ficou a cargo e responsabilidade do Conservador do Museu.

Todos estes serviços eram, já há anos, feitos pelo Museu, mas não havia nenhuma disposição legal que assim o determinasse.

Publicada essa Portaria de 5 de Abril procedeu-se à reorganização dos serviços internos das secretarias do Museu e do Centro de Estudos tendo principalmente em vista a separação, tanto quanto possível, dos assuntos próprios deste último dos que pertenciam ou ficaram a pertencer ao Museu.

Assim, quanto à contabilidade adoptaram-se cadernetas tritalonadas para todas as cobranças, iniciou-se a escrituração dos livros «Receita Geral Classificada», «Caixa», «Assinaturas do Boletim Cultural», «Contas Correntes com Entidades da Metrópole e Administrações do Concelho e Circunscrições» e estabeleceu-se, além dos ficheiros existentes um «Registo das assinaturas, permutas e ofertas do Boletim Cultural».

O movimento geral da secretaria do Museu pode traduzir-se nos seguintes números:

Movimento da Secretaria	1951	Aumento em relação a 1950	1952
Correspondência recebida	326	166	295
Correspondência expedida	232	204	251
Informações prestadas	4	1	6
Propostas feitas	23	12	21
Requisições à Fazenda	80	32	85

Os números atrás indicativos do aumento de serviço foram obtidos da soma dos números de 1951 relativos ao Museu e Centro de Estudos, pois em 1950 não havia nenhuma distinção entre assuntos pertencentes a um ou a outro.

Em 1951 arrecadou-se a quantoa de 27.080$00, proveniente de assinaturas do Boletim Cultural e de publicações vendidas, tendo sido entregue mais na Recebedoria de Fazenda a importância de 27.885$00, encontrada no cofre e proveniente de anos anteriores.

O montante cobrado em 1952 atingiu 28.295$00.

As despesas efectuadas distribuem-se pelas rúbricas seguintes:

Despesas	1951	1952
Fardamento do pessoal	766$50	798$75
Móveis:		
Aquisição	34.797$00	18.109$05
Conservação	4.176$00	3.392$50
Material de consumo corrente	6.000$00	4.424$10
Despesas de higiene, saúde e conforto	718$20	1.949$30
Despesas de comunicações	1.680$00	1.500$00
Livros e publicações para a Biblioteca	61.322$10	13.312$95
Fotos e gráficos	3.142$50	1.344$50
Cartuchos e balas	887$50	800$00
Bolsas de estudo	12.000$00	12.006$40
Objectos indígenas	75$00	381$60
Edições do Centro de Estudos	-$-	239.510$70
SOMAS	125.564$80	297.529$85

Não figura em 1951 o quantitativo respeitante às edições do Centro de Estudos por a respectiva verba orçamental continuar ainda a cargo da Secção de Estatística.

A distribuição do Boletim Cultural foi a seguinte:

	1951	1952
Assinaturas	363	366
Permutas	97	104
Ofertas permanentes	317	330

Constata-se que, em relação a 1950, houve uma diminuição de 30 assinaturas, por serem eliminados alguns assinantes com pagamentos em atraso, e aumento de 138 ofertas e de 6 permutas.

Verifica-se, assim, que o Boletim Cultural continua a ver de ano para ano aumentada a sua expansão.

Depósito de publicações — Depois de várias diligências conseguiu-se que o Colégio Liceu nos entregasse uma sala pequena, o que nos proporcionou dispôr, embora com sacrifícios de outras Secções do Museu, do espaço necessário para organizar o depósito das edições do Centro de Estudos e de outras entregues para venda, oferta ou permuta.

Procedeu-se a inventário de todas as publicações existentes e estabeleceu-se um modelo tritalonado de requisiçõs para a saída de qualquer volume.

O movimento deste depósito foi o seguinte:

	1951	1952
Guias de entrada	4	10
Requisições feitas	46	105
Volumes entrados	1.347	5.012
Volumes saídos	1.119	3.167

A maior parte destas publicações destinaram-se a organismos ou pessoas de fora da Província, interessados em conhecer melhor a nossa Guiné.

Destinadas ao depósito mandaram-se fazer três estantes duplas, sendo duas em 1951 e uma o ano findo.

Secções

Dispondo-se apenas de uma sala as quatro secções atribuídas ao Museu pelo Decreto que o criou não poderam ser organizadas em tão limitado espaço. Sòmente quando o Colégio Liceu deixar a parte do edifício que ocupa é que, verdadeiramente, se poderão instalar as secções.

Limitámo-nos, por isso, a adquirir alguns artigos de manufactura indígena que vieram oferecer-nos, a dispôr os objectos de forma a melhor poderem ser observados pelos visitantes ou ocuparem o mais limitado espaço possível e, finalmente, a tratar da conservação de tudo.

Terminaram, enfim, as obras do edifício com a conclusão do salão de conferências, que foi inaugurado com um baile em 28 de Maio de 1952, por motivo da abertura ao trânsito da Ponte Sarmento Rodrigues.

Nesse salão, um dos melhores da Província, têm-se realizado, desde então, palestras educativas, sessões solenes, festas escolares e até récitas.

Biblioteca

Encontrava-se a sala da biblioteca guarnecida de duas grandes estantes e do mobiliário necessário à leitura pública e possuia um recheio de obras científicas, económicas e culturais bastante apreciável, acumulado desde os fins de 1945. Em fins de 1951 adquiriu-se uma estante para os formatos maiores, dois armários estantes para publicações periódicas e guarneceram-se as estantes existentes de portas corrediças revestidas de rede metálica.

O plano da organização da biblioteca foi influenciado por dois factores com que deparámos: O espaço de uma única sala para os depósitos, sala de leitura, etc. e um pessoal muito limitado para a pôr pronta a servir o público.

Estabeleceram-se os seguintes fundos: Fundo Geral e os Fundos Especiais de «Periódicos» e «Multiplicados».

A entrada dos livros é anotada em registos correspondentes a cada um dos três formatos designados pelas letras A, B e C, em que eles são montados nas respectivas prateleiras, segundo a numeração contínua das cotas. Deste modo, esses três registos servirão ao mesmo tempo de catálogos topográficos ou de inventário.

O sistema de arrumação por formatos é aquele que permite o melhor aproveitamento do espaço e não ocasiona tanto trabalho quando se tem de proceder a deslocações das espécies para prateleiras diferentes.

Os ficheiros onomástico, didascálico e ideográfico são do formato internacional de 125×75 mm.

O quadro da classificação metódica consta de vinte e uma divisões e de várias subdivisões. As primeiras têm as letras A a V e as segundas são numeradas.

Quis-se um sistema prático e simplificado como impunham as circunstâncias e, por isso, o regulamento elaborado, que se encontra publicado no Boletim Oficial N.º 16/952 e a páginas 506 do Volume VII do Boletim Cultural, teve de ser também muito simples.

A Portaria de 24-1-52 autorizou o dispêndio de 10 mil escudos para pagamento de horas extraordinárias ao arquivista do Museu e a um auxiliar eventual. Graças a esse auxílio foi possível completar a organização da biblioteca e mantê-la em funcionamento até ao último dia de Dezembro.

A Biblioteca abriu ao público em 15 de Março de 1952 com 6.906 espécies, constituídas por 2.945 obras e 3.961 publicações periódicas.

Até ao fim do ano foi aumentada com 613 obras e grande número de publicações periódicas, recebidas por compra, permuta com o «Boletim Cultural» e por oferta.

Durante os nove meses e meio do seu funcionamento a biblioteca teve o seguinte movimento:

Empréstimo domiciliário	357
Leitura na sala	206
Soma	563

Arquivo Histórico

Continuaram a receber-se regularmente cópias de documentos existentes no Arquivo Histórico do Ultramar, enviados pelo nosso bolseiro, o escritor, Sr. Fausto Duarte.

Resta-me finalmente, salientar a contribuição, apoio e incitamento dados pela Comissão Executiva do Centro de Estudos ao Conservador do Museu desde a sua nomeação, dentro duma esclarecida e solícita orientação, que compete a este Centro de Estudos, nos termos do Art.º 4.º do Decreto 36.639, de 29-11-947, e sem a qual não seria possível conseguir alguns dos resultados que se obtiveram nestes dois anos.

Bissau, 25 de Maio de 1953.

O Conservador,

Joaquim Areal

MUSEU DA GUINÉ PORTUGUESA

Movimento da Biblioteca no 1.º Trimestre de 1953

	Obras gerais	Ciências Matemáticas	Ciências Físico-Químicas	Geologia, Mineralogia e Paleontologia	Biologia e Nutrição	Antropologia	Botânica	Zoologia	Ciências Médicas	Climatologia	Religião	Filosofia	Ciências Sociais	Filologia, Linguística	Ciências Aplicadas Tecnologia	Belas Artes	Desporto, Divertimentos e Jogos	Geografia	História	Biografias	Literatura	Periódicos-jornais, etc.	Totais Parciais
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U		
Empréstimo Domiciliário																							
Meses																							
Abril . . .	2			1				1					1		1				4	2	13		25
Maio . . .													4		1	1			2		13	1	22
Junho . . .					3			1	2				1		4	1		1	3	2	12	7	37
SOMAS . .	2			1	3			2	2				6		6	2		1	9	4	38	8	84
Leitura feita na Sala																							
Meses																							
Abril . . .	1												1									8	10
Maio . . .	1																		1			34	36
Junho . . .															1						2	30	33
SOMAS . .	2												1		1				1		2	72	79

Bissau, 30 de Abril de 1953

O Conservador,

Joquim Areal

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o trimestre

Oferta de livros

Da Agência Geral do Ultramar:

—*Dicionário Corográfico do Arquipélago de Cabo Verde*, por Loreno (Álvaro)
—*Os Portugueses no Japão*, por Norto (Luís)
—*Dicionários Xironga-Português e Português-Xironga*, por Quintão (José Luís)
—*Gramática de Xironga* (landim), por Quintão (José Luís)
—*Subsídios Etnográficos para a História dos Povos de Angola*, por Martins (João Vicente)
—*Relação do Reino do Congo e das terras circunvizinhas*, por Lopes (Duarte Pigafetta)
—*Marinheiros em Terra*, por Martins (General Ferreira)
—*O Major Caldas Xavier*, por Xavier (Alfredo Caldas)
—*Vinte e Oito Anos da História de Timor*, por Leitão (Humberto)
—*Monumenta Missionária Africana*—África Ocidental— (1471-1531), por Brásio (Pache António)
—*Monografia Etnográfica sobre os Macuos*, por Baptista (Abel dos Santos)
—*António Paes de Sande*, por Castro (António Paes de Sande e)
—*Moçambique*, por Boléo (Oliveira)
—*Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens*, por Martins (F. A. Oliveira)
—*João dos Santos e o seu Livro—Etiópia Oriental*, por Santos (Dr. Vítor)

De A. Carreira:

—*Idade Atómica*, por Dupny (Daniel Hamesly)

Dos Autores:

—*Alguns Aspectos da Entomologia dos Citrinos no Levante Espanhol*, por Fonseca (Jorge Cancela da)
—*Augusto de Castilho na Zambésia*, por Santos (Dr. Vítor)

—*A Propósito dos Primeiros Resultados da Inspecção Entomológica de Navios Mercantes Portugueses,* por Baeta Neves, Fonseca (C.) Amaro

—*Teatro dos Estudantes de Coimbra no Brasil,* por Simões (Santos)

—*Directrizes para o Melhoramento de Arroz,* por Silva (Manuel Viana e)

—*Bodas de Diamante da Escola Comercial «Pedro Valosco»*

—*Ecos da Minha Terra,* por Ribas (Óscar)

—*O Meu Livro de Orações e Cantigas em Português e Omumbuim, Dialecto do «Kimbundu»,* por Maria (P. António da Silva)

Do Instituto Botânico de Coimbra:

—*Memórias da Sociedade Broteriana,* por Pinto Lopes (J.)

Do Instituto de Medicina Tropical:

—*Cincoenta Anos de Actividade do Instituto de Medicina Tropical,* por Azevedo (Fraga de)

Do Institut Français d'Afrique Noire:

—*La Réserve Naturelle Intégrale*

Do Ministério da Economia:

—*A Libertação da Guiné,* por Fausto Duarte

Do Museu Nacional do Rio de Janeiro:

—*Contribuição (A) da Armis brasileira na Confecção dos Museus Imperiais,* por Carvalho (José Cândido)

Do Musée Royal do Congo Belga:

—*Bibliographie Ethnographique du Conge Belge et des Régions Avaisinantes,* por Boone (Olga)

—*A Revirv of Nomenclatural Conservation in the Algae from the Jaint of view the tyde Method,* por Silva (Paul C.)

—*La Génétique de la siclémie et l'intérêt antropologique de sa fréquence en Afrique Noire,* por Hiemaux (Jean)

Da Universidade de Califórnia

—*The Correspondence Bethween Henry Stephens Randall and Hugh Bais* Grigsby—1856-61

—*The Eary Career of Lord Rockingham—1730-1765,* por Guttridge (G. H.)

—*Biology and Behavior of Microctomus vittatae Muesebeck* (Braconidae) by Smith (Owen J.)

—*The Bionomics of Diadasia Consociata Timberlake and Some Biological Relationships of Emphorine and Anthophorine Bees,* by MacSwain (E. G. Linsley, J. W.) and Smith (Ray F.)

—*The Life History and Development of Rhipiphorus Smith with Notes on rheir phylogenctic Significance,* by MacSwain (E. G. Linsley, J. W.) and Smith (Ray F.)

Secção de Turismo de Macau:

—*Chinesices,* por Gomes (Luís G.)

Periódicos recebidos por oferta e permuta

Actividade Económica de Angola, Direcção dos Serviços de Economia, Luanda, n.os 31-32.

Aequatoria, Revue des Sciences Congolaises, Coquilhatville-XVI.e Année, n.os 1 a 4.

África, Revista de Accion Española, Madrid, n.os 132 a 136.

Afrika Institut, Roterdam, n.º 5.

African Studies, Joanesburgo, Vol. XI, n.os 3 e 4.

Agronomia Lusitana, Estação Agronómica Nacional, Sacavém, Vol. XIV, n.º 1 (Junho de 1952).

Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, Tomo 82, 10-12; Tomo 83 n.os 1 a 3.

Anais do Instituto de Medicina Tropical, Lisboa, Vol. 9, n.º 2 (Junho de 1952).

Archivos del Instituto de Estudios Africanos, Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Cientificas), Ano VI, n.os 22 a 24.

Bibliographie Mensuelle, Société de Geographie de Paris, n.os 1 a 5 (1953).

Boletim Clínico e Estatístico, Hospital do Ultramar, Lisboa, n.º 1.

Boletim Geográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, n.os 99 a 103.

Boletim Geral do Ultramar, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, n.os 331-332.

Boletim da Junta Nacional da Marinha Mercante, Lisboa, n.º 23.

Boletim Mensal de Estatística, Luanda, n.os 3 a 12.

Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Boletim Pecuário, Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Lisboa, Ano XX, n.º 2.º.

Boletim do Porto de Lisboa, Ministério das Comunicações, Administração Geral do Porto de Lisboa, n.º 25.

Boletim da Sociedade Broteriana, Instituto Botânico da Universidade de Coimbra, Vol. 26.

Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, Lourenço Marques, n.os 76 e 77.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, n.os 10-12.

Bolletino della Società Geográfica Italiana, Roma, n.º 1, Vol. VI.

Brado Africano, Lourenço Marques, Ano XXXV, n.os 1.475 e 1.476.

Breviora, Museum of Comparative Zoology, Cambridge, n.os 11 e 12.

Brotéria, Lisboa, n.os 6 e 7.

Bulletin de L'Institut D'Études Centrafricaines, Brazzaville, n.º 5.

Bulletin de L'Institut Français D'Afrique Noire, Dakar, Tome XV, n.º 2 (Avril 1953).

Bulletin des Juridictions Indigènes et du Droit Coutumier Congolais, 21 ème Année, n.º 1 (Janvier-Février, 1953).

Bulletin of the Museum of Comparative Zoology, Harvard University Cambridge, Vol. 107, n.os 8 e 9.

Bulletin des Services de L'Elevage et des Industries Animals de L'A. O. F., Dakar, n.os 2 e 3-4.

Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação, Praia, n.os 43 e 44.

Cahiers d'Outre-Mer, Revue de Geographie, Bordeaux, 6 ème Année n.º 21 (Janvier-Mars, 1953).

Comércio Português, Órgão da Associação Comercial de Lisboa, n.os 77 e 78.

Cuadernos de Estudios Africanos, Instituto de Estudios Politicos, Madrid, n.º 21.

Current List of Medical Literature, Washington, Vol. 23, n.º 1.

Defesa Nacional, Lisboa, Ano XIX, n.os 223-24 e 225-26 (Novembro-Dezembro, 1952) e (Janeiro-Fevereiro, 1953).

Ecos da Guiné, Bissau, Boletim de Informação e Estatística, Repartição do Gabinete, n.os 32-33.

Education Fundamental y de Adultos, Unesco, Paris, Vol. V, n.os 1 e 2 (Janeiro e Fevereiro, 1953).

Escola Portuguesa, Boletim de Acção Educativa, Direcção Geral do Ensino Primário, Lisboa, Ano XIX, n.os 949 a 952.

Etudes Dahoméennes, n.º VIII.

Gazeta Literária, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, Ano I, n.os 6-7 e 8 e 9 (Fevereiro-Março, Abril e Maio, 1953).

Geographical Review, American Geographical Society Library, Vol. XLIII, n.º 2.

Gold Coast Education, University College, n.os 2 e 3, Ibadan.

Humanidade, Universidade Pontificia, Comillas-Santander, Vol. IV, n.os 1 e 2.

Indece Cultural Español, Direccion General de Relaciones Culturales, Madrid, Ano VIII, n.os 84 a 87 (Janeiro a Abril, 1953).

International Review of Missions, London, Vol. XLI, n.os 164 (October 1952); 165 e 166 (January and April, 1953).

Jornal de Benguela, Benguela, 41.º Ano, n.os 2.785 a 2.791.

Jornal-Magazine da Mulher, Lisboa, n.os 26 e 27 (Abril e Maio, 1953).

Library Record, University College Ibadan (Nigéria) Vol. IV, n.os 3 e 4 (1953).

Mensagem, Revista dos Naturais de Angola, Luanda, n.os 2-4.

Mensário das Casas do Povo, Junta Central das Casas do Povo, Lisboa, Ano VII, n.os 82 a 84 (Abril, Maio e Junho, 1953).

O Missionário Católico, Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas, Ano XXX, n.º 354 (Maio, 1953).

Moçambique, Repartição Técnica de Estatística, Lourenço Marques, n.os 71 e 72 (Setembro e Dezembro, 1952).

Monthly Weather Review, Weather Bureau, Washington, Vol. LXXXI, n.os 1 e 2 (1953).

O Mundo do Livro, Boletim Mensal de Livros novos e usados seleccionados, Lisboa, n.os de Abril-Maio (1953).

Netherland Journal of Agricultural Science, Wagenmingen-Holland, Vol. I, (Febrary 1953).

Noticias de Portugal, S. N. I., Lisboa, Ano VII, n.º321.

Notes Africaines, I. F. A. N., Dakar, n.º 58.

Portugal, S. N. I., Lisboa, n.os 201 a 204.

Portugal em Africa, Lisboa, Revista de Cultura Missionária, n.º 56.

Problèmes D'Afrique Central, Bulletin de l'Association des Anciens Etudiants de l'I. N. T. O. M., n.os 13 a 18.

Revista Analística de Educação, Unesco, Paris, Vol. IV, n.º 10; Vol. V. n.os 1 a 5.

Revista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale, Instituto Agronómico Firenza, n.os 1-3.

Revista Brasileira de Geografia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, n.º 4.

Revista de Ciências Veterinárias, Lisboa, n.os 342 e 343.

Revista Militar, Lisboa, Vol. V, n.os 2 a 5.

Revista de Portugal, Série A — Língua Portuguesa, Lisboa ,Vol. XVIII, n.º 113.

Tropical Abstracts, Royal Tropical Institut, Amesterdam, Vol. VIII, n.os 1 a 9 (January-May, 1953).

Vértice, Revista de Arte e Cultura, Coimbra, n.os 115 e 116.